

Cristina Mateu / Alberto Luiz Schneider
(organizadores)

ESTADOS NACIONAIS E PENSAMENTO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA



ESTADOS NACIONAIS E PENSAMENTO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Cristina Mateu (AR)
Alberto Luiz Schneider (BR)
(organizadores)

Vera Lucia Vieira
(coordenadora)



São Paulo
2018



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amália Pie Adib Andery

educ

Editora da PUC-SP

Direção: José Luiz Goldfarb

Conselho Editorial

Maria Amália Pie Adib Andery (*Presidente*)

Ana Mercês Bahia Bock

Claudia Maria Costin

José Luiz Goldfarb

José Rodolpho Perazzolo

Marcelo Perine

Maria Carmelita Yazbek

Maria Lucia Santaella Braga

Matthias Grenzer

Oswaldo Henrique Duck Marques

Estados nacionais e pensamento social na América Latina (recurso eletrônico) / orgs. Cristina Mateu, Alberto Luiz Schneider ; coord. Vera Vieira. - São Paulo : EDUC, 2018.
recurso online ebook (148 p.)

ISBN 978-85-283-0601-9

1. América Latina - Política e governo - História. 2. América Latina - História. 3. Brasil - Política e governo - História. 4. Brasil - História. I. Mateu, Cristina. II. Schneider, Alberto Luiz. III. Vieira, Vera Lúcia.

CDD 320.98
320.981
980
981

EDUC/CAPES - Processo 2016: 88881.122258/2016-01

EDUC/CAPES - Processo 2017: 88881.139871/2017-01

Produção Editorial

Sonia Montone

Realização dos volumes

Equipe Adhilac-Brasil

Editoração Eletrônica

Gabriel Moraes

Waldir Alves

Coordenação

Profa. Dra. Vera Lucia Vieira

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

Editor assistente

Ms. João Leopoldo e Silva

Editora assistente e Capa

Paola de Ávila Barbosa

A Preparação e a Revisão dos textos são de
responsabilidade dos organizadores e dos autores do livro.

Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984 – sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

SUMÁRIO

Apresentação	5
--------------------	---

Cristina Mateu

Alberto Luiz Schneider

FORMACIÓN DE LOS ESTADOS NACIONALES LATINOAMERICANOS Y LUCHAS IDEOLÓGICAS EN EL SIGLO XIX

A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL CONTADA NO SÉCULO XIX: notas sobre a escrita da história pelos agentes do império e a emergência do “povo” brasileiro.....	9
---	---

Taíse Ferreira da Conceição Nishikawa

LAÇOS DE COMUNICAÇÃO: notas historiográficas e de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX	23
---	----

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro

ENTRE A VOCAÇÃO E A INTERPRETAÇÃO: o ensaio e a experiência intelectual latino-americana século XIX.....	35
---	----

Maro Lara Martins

ESTEBAN ECHEVERRÍA Y EL PUEBLO COMO SUJETO SOCIAL DE LAS TRANSFORMACIONES.....	46
--	----

Cristina Mateu

UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO IMPERIAL (1808-1889)	56
---	----

Augusto Zanetti

MACHADO DE ASSIS E A ABOLIÇÃO	70
-------------------------------------	----

Alberto Luiz Schneider

PROBLEMAS POLÍTICOS, SOCIALES, CULTURALES Y DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANAN EN EL SIGLO XX

LA DEPENDENCIA ARGENTINA Y SUS BASES SOCIALES INTERNAS: una evaluación historiográfica en torno a la gran burguesía intermediaria del capital extranjero	81
---	----

Claudio Spiguel

TEORIA CRÍTICA E SABERES ORIGINÁRIOS FRENTE À CRISE SOCIOAMBIENTAL	90
--	----

Yuri Martins Fontes

OS ARQUITETOS DO FEIO: entre a formação do estado nacional brasileiro e o discurso médico eugenista	102
Pietra Diwan	
O Cisma Latino-Americano: a teologia da libertação como uma tentativa de ruptura.....	111
Bruno Fernandes Mamede	
CONDICIONANTES E PERCALÇOS DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: uma análise histórica comparada das ondas integracionistas das décadas de 1960, 1990 e 2000.....	124
Roberto Teles Lima Barros	
A CONSTRUÇÃO DO SUL-AMERICANISMO.....	134
Luciano Wexell Severo	

APRESENTAÇÃO

Cristina Mateu*
Alberto Luiz Schneider**

Este livro reúne o resultado das pesquisas de historiadores diversos, nucleados no tema em questão desde o ano de 2016. A oportunidade do encontro presencial ocorreu primeiramente no evento intitulado *III Colóquio da ADHILAC Internacional no Brasil e III Congresso Internacional de História e Literatura Latino-Americana e Caribenha* realizado nas dependências na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entre 8 e 11 de novembro 2016, por ocasião da *XV Semana de História- graduação e pós-graduação*, dessa mesma universidade. Um ano depois, novo encontro, oportunizado pela *XVI Semana de História- graduação e pós-graduação*, entre 18 e 22 de setembro. Em ambos o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi imprescindível, assim como a contrapartida garantida pela própria Universidade e a coordenação assumida pela Profa. Dra. Vera Lucia Vieira, em sua gestão a coordenação do Departamento de História, pertencente à Faculdade de Ciências Sociais (FACSOC).

No encontro, profissionais de várias regiões do Brasil e de diferentes países da América Latina e do Caribe debateram suas pesquisas, organizados tematicamente. Se durante muito tempo o Brasil esteve de costas para América Latina, nas últimas décadas é inegável uma notável proximidade, sobretudo com os países do Prata e, em particular, a Argentina. Ao produzirmos uma história que não se limita aos enquadramentos nacionais não estamos apenas superando antigas limitações criadas no século XIX e cevadas no século XX, mas também nos habilitando para captar historicidades e temporalidades que estão aquém e além do nacional. Não se trata de mera política de boa vizinhança, mas de

uma aposta epistemológica e interdisciplinar capaz de captar questões de classe, de gênero e de etnia que não obedecem às estreitas fronteiras nacionais e disciplinares, mas se espalham pela vida. E a vida é indissociável da historicidade, já notara Marc Bloch em 1941, em meio a catástrofe da guerra e da barbárie: “Escrever e ensinar história: este é, há quase 34 anos, o meu ofício. Ele me levou a folhear muitos documentos de épocas diversas para fazer, o melhor que pudesse (...); e também a olhar e observar muito. Pois sempre pensei que o dever primeiro de um historiador, como dizia meu mestre Pirenne, é se ‘interessar pela vida’”.¹

Estados nacionais e pensamento social na América Latina é um livro duplamente valioso. Primeiramente porque reúne trabalhos de pesquisa dedicados a questões culturais e sociais latino-americanas com perspectivas pouco estimuladas e difundidas pelos centros mais convencionais do saber acadêmico. Mas também porque foi possível pela confluência de várias instituições e pessoas que agregaram esforços em torno dos eventos acima aludidos.

Este volume está organizado em duas seções. Na primeira delas, intitulada *Formação dos estados nacionais latino-americanos e lutas ideológicas no século XIX*, aparecem trabalhos dedicados às instituições estatais, os saberes e as sensibilidades dominantes (e subalternas) no século XIX.

Táise Ferreira da Conceição Nishikawa estuda a cultura política do Brasil a partir dos primeiros Cursos Jurídicos instalados a partir de 1827, ressaltando o elo entre as instituições estatais, com as práticas sociais e culturais como transmissoras de normas e valores, bem como portadores de projetos políticos. Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro, por sua vez, estuda a importância dos Correios no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. A historiadora investiga o papel dessa instituição estatal na integração territorial e na

* Profesora Adjunta en Historia Económica y Social Mundial y Argentina (FCE-UB).

Contato: cristinamateu@yahoo.com.ar

** Professor de História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica de Paulo (PUC-SP).

Contato: alberto.ls@uol.com.br

1. BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, p. 7.

institucionalização das comunicações, contribuindo para a transformação dos mercados e dos espaços públicos. Maro Lara Martins concentra-se no estudo das perspectivas políticas e ideológicas do pensamento de alguns intelectuais latino-americanos, analisando o ensaísmo, de forte presença na América Ibérica, como prática cognitiva do pensamento periférico. Maro apresenta a América latina como um campo de experimentação da modernidade em que diferentes projetos de saber e de poder conviviam de modo inventivo e conflitivo.

O texto de Cristina Mateu analisa as contradições de um intelectual como Esteban Echeverría, que introduz as ideias românticas em voga na Europa burguesa, no momento em que, no Rio da Prata, ressurgiam as condições político-econômicas de restauração e reforço das relações sociais compulsórias, após a agitação das guerras da independência. Augusto Zanetti explora as condições internas e externas nas quais se assentaram a Política Externa Brasileira entre a vinda da família real portuguesa ao Brasil (1808) e a proclamação da República (1889). O autor enfatiza as questões relativas à delimitação de fronteiras, a normatização do comércio internacional com o Reino Unido, a definição de regras para a navegação dos rios internacionais na Bacia do Prata e ao tráfico de escravos, bom como as relações do Brasil com as Repúblicas do Pacífico (Chile, Bolívia, Equador e Colômbia). Alberto Luiz Schneider analisa a presença do escravismo e do abolicionismo na obra do escritor Machado de Assis (1839-1908), especialmente na década de 1880. As últimas décadas do século XIX abriram um tempo de profundo racismo científico, agenda que Machado cuidadosamente recusou. Utilizando-se de sutil e complexa linguagem literária, acabou por expor e criticar as sensibilidades senhoriais, ou se quisermos, desmontar a ideologia senhorial.

Na segunda parte do livro, intitulada *Problemas políticos, sociais e culturais da integração no século XX*, há trabalhos que debatem ideias e práticas políticas, sociais e culturais em torna da experiência histórica latino-americana no século XX, atentos às singularidades culturais em franco questionamento das visões eurocêntricas que marcaram e ainda marcam a região.

Claudio Spiguel define a dependência como elemento determinante da formação socioeconômica argentina. Assinala como essência da dependência a dominação do capital estrangeiro das grandes potências sobre os principais setores da economia e da

sociedade argentina a partir do último terço do século XIX. Em suma, o autor destaca o profundo entrelaçamento das classes dominantes argentinas com o capital europeu e ainda enfatiza o papel de uma burguesia intermediária que opera como representante dos grandes interesses econômicos, de capital predominantemente estrangeiro.

O trabalho de Yuri Martins Fontes questiona a visão hegemônica dos saberes ocidentais modernos, supostamente racionais e objetivos, construtora de uma racionalidade unívoca, limitada e fragmentada do conhecimento. Essa racionalidade constrói um conhecimento baseado na visão ocidental que acaba obscurecendo sua própria irracionalidade e dominação eurocêntrica, desvalorizando outros saberes e impondo a lógica liberal do “progresso”, do “crescimento econômico” e do “desenvolvimento”. O texto questiona as noções de “desenvolvimento sustentável”, bem como a propaganda “verde” que sustenta o projeto capitalista, cuja “essência” ontológica é a satisfação do “mercado”, em detrimentos de valores e saberes indígenas, africanas, asiáticas e mesmo europeus, como as populações rurais.

Pietra Diwan, por sua vez, elabora uma reflexão sobre o papel da eugenia na formação do Estado nacional brasileiro a partir da formulação da nova Carta Constitucional de 1934, na qual é eliminada do preâmbulo a palavra “livre” e é incluída a palavra “Deus”, impondo práticas como as restrições à imigração, a educação eugênica e a elaboração de árvores genealógicas entre outros aspectos da campanha eugenista, a fim de estabelecer o controle sobre os casamentos e o consequente impedir nascimento indesejáveis. A presença da eugenia entre os intelectuais brasileiros evidencia a extensão dos discursos raciais herdados do século XIX.

Bruno Fernandes Mamede aborda a força do cristianismo de matriz católica na América Latina, enfocando de modo particular o surgimento da Teologia da Libertação e, mais tarde, já na década de 1980, o ataque perpetrado por setores conservadores da Igreja por meio de documentos da Congregação para a Doutrina da Fé, então chefiada pelo cardeal Joseph Ratzinger. Entre outros aspectos, a ortodoxa e conservadora crítica de Roma à Teologia da Libertação pode ser lida como atitude de ignorância frente à realidade e singularidade latino-americanas. Um pensamento incapaz de compreender os meandros da história e da cultura católica na América Latina.

Os dois capítulos finais abordam a integração latino-americana. Roberto Teles Lima Barros apresenta uma leitura comparativa ao analisar os condicionantes sistêmicos em torno do impulso dos Estados em favor da cooperação ou da integração, tanto nos momentos desfavoráveis quanto nos favoráveis. O autor enfatiza o vaivém das políticas econômicas, ora estatistas e intervencionistas, ora mercadistas, ou seja, favoráveis às políticas liberais de valorização do mercado. Já Luciano Wexell Severo aborda a conjuntura política sul-americana no início do século XXI ao analisar as particularidades dos projetos de desenvolvimento nacional e as iniciativas integracionistas na Argentina, no Brasil e na Venezuela. São processos que se ocorrem, em um cenário de reafirmação dos interesses nacionais e regionais, marcados, a partir de 2003, com o protagonismo do Brasil na construção de um novo sul-americanismo, visando projetos de integração regional. O autor aborda também as tentativas dos Estados Unidos em evitar uma virada anti-norte-americana na região.

A diversidade de artigos aqui apresentados constitui uma importantíssima contribuição para repensar, refletir e difundir as interessantes hipóteses e abordagens acerca das sociedades latino americanas. A troca de experiências e pesquisas entre profissionais da história e outras áreas do saber enriqueceram os participantes do encontro da ADHILAC em São Paulo e agora poderá chegar a públicos mais amplos, graças ao empenho da EDUC, a Editora da PUC-SP.

FORMACIÓN DE LOS ESTADOS NACIONALES LATINOAMERICANOS Y LUCHAS IDEOLÓGICAS EN EL SIGLO XIX

A HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL CONTADA NO SÉCULO XIX:

notas sobre a escrita da história pelos agentes do império e a emergência do “povo” brasileiro

Taíse Ferreira da Conceição Nishikawa*

O entendimento das tramas de poder estabelecidos a partir da independência do Brasil perpassa, em nossa análise, pela compreensão das produções historiográficas que situaram o Brasil em uma dada perspectiva civilizatória que marcou o papel do passado colonial e da herança portuguesa para a posteridade. Tais visões corresponderam à busca da legitimação de determinados fatos que teriam desencadeado um novo processo histórico.

Mas, encarada como elemento fundador da nacionalidade brasileira, a história contada sobre a independência do Brasil pelos autores/historiadores do século XIX esteve comprometida politicamente com o *locus* de onde falavam. A periodização dos episódios, a atribuição do protagonismo dos agentes políticos nos eventos considerados principais, contribuíram para a cristalização da ideia de que todo o processo teria ocorrido de forma linear e natural entre os anos de 1808 e 1822 (OLIVEIRA, 2014).

Ao longo do século XIX, a História do Brasil foi contada por autores como José da Silva Lisboa – Visconde de Cayru (1756-1835), (John Armitage (1807-1856) e Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Porto Seguro (1816-1878), importantes exemplos de tais visões sobre o passado e que engendraram os conceitos da modernidade em suas narrativas a respeito daquele presente e do futuro que se avizinhava. Estes indivíduos, inseridos em suas particularidades, produziram uma história singular e política, dialogando com registros que, longe da neutralidade, conferiram sentidos para a dinâmica política, tais como os periódicos da época, as atas, as cartas, as conversas de bastidores e o contato direto com os membros envolvidos na

política imperial e, com isso, constituíram u’a memória a respeito da fundação do Brasil. Ao mesmo tempo construíram uma História de cunho civilizacional utilizando-se de preceitos que, considerados à época, universais, foram aceitos como parâmetros científicos, tanto dos marcos selecionados, como da cronologia reconstruída.

Os autores escolhidos para esta análise são protagonistas e intérpretes desse passado, pois ao transformar suas vivências nos círculos políticos em que gravitavam em historiografia, nos legaram também o retrato das mudanças na dinâmica política ao longo daquele período do século XIX. Assim, seus discursos,

(...) reiteraram a premissa de que a Independência, entendida prioritariamente do ponto de vista da separação política da metrópole, era um evento inevitável e historicamente necessário ao “progresso” do Brasil e essa postura, que reproduziu em parte representações construídas na década de 1820, foi banalizada por livros didáticos e por obras de divulgação, universalizando-se, desse modo a imagem de que a história carregava àquela época um fim determinado. Por essa via, o Brasil, do início do século XIX, foi apresentado como um espaço político definido e integrado, desfazendo-se a matização da sociedade, os confrontos entre grupos proprietários antagônicos e as contradições que atravessavam o universo dos homens livres (OLIVEIRA, 1999, p. 19).

Utiliza-se do conceito de “cultura política” (SIRINELLI, 1998) para o entendimento da produção historiográfica oitocentista porque as obras que serão elencadas expressam a dinâmica política vigente, mas também resultaram de encomendas e respondem a motivações que realizavam o desejo de perpetuação de uma dada memória política na configuração do Estado brasileiro, cujo protagonistas são guindados à condição de heróis.

Conforme já apontado por analistas, tais autores podem ser qualificados como “intelectuais” que

* Doutoranda em História pela PUC-SP. Professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná, membro do Centro de Pesquisas de Estudos da América latina (CEHAL – PUC/SP) e do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Educação para a Ciência da UENP. Bolsista da Fundação São Paulo/CAPES. Bolsista CAPES do PDSE com estudos na Universidade de Coimbra em Portugal.
Contato: taíse@uenp.edu.br.

possuem um comportamento político engajado na defesa da Monarquia Constitucional e a forma como escreveram a História do Brasil revela uma tradição iluminista de caráter elitista e que marcou a discussão nacional (GUIMARÃES, 1988). Tal tradição iluminista lusitana, a que se agrega o liberalismo português constituem a base comum no interior dos debates entre os protagonistas políticos daquela época e que são traduzidos pelos citados autores, expressão também de suas próprias ideologias.

Trata-se de uma historiografia que teve por objetivo expressar a inserção do Brasil na História da Civilização, daí a composição de uma narrativa calcada em sucessos, muito ligada ao ideal ilustrado de Portugal, como se observa na obra de Cayru. Também foi um meio propício para a divulgação dos negócios políticos e financeiros, além de buscar a projeção de uma imagem positiva do Brasil e da Monarquia Constitucional, conforme se destaca da produção de Armitage. A constituição de uma História Geral, baseada em grandes biografias de personagens ilustres responsáveis pela constituição da História do Brasil, vem de encontro aos interesses do *Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* que, não por acaso, segundo Varnhagen, utilizou os dois autores citados como referencial para a construção de sua própria narrativa.

Tais autores delinearão o perfil dos protagonistas da Independência, conferindo uma ideia de progresso para essa História do Brasil e se utilizando de métodos de análise e procedimentos para a escrita da história considerados científicos e modernos selecionaram determinados documentos e escolheram os fatos tomados como principais eventos, construindo uma narrativa que priorizou a política e considerou como seus agentes apenas os homens de Estado. Uma história política, no sentido restrito desta acepção, que traduz a ideia de dar continuidade a um projeto civilizatório iniciado com a colonização portuguesa.

Assim, exatamente por expressarem os anseios daquele momento histórico, tal vertente historiográfica se torna fonte de pesquisa para a compreensão do conjunto de valores e motivações que nortearam as ações dos protagonistas vinculados aos círculos de poder que conduziram as políticas públicas fundantes do Estado brasileiro. Dessa forma, por exemplo, exatamente porque tais obras expressam os preceitos do liberalismo português em curso na época, os protagonistas da política a que tais autores se referem se consideram representantes do povo. Tais autores tomam tal pretensão

representação como expressão da verdade e o fazem calcados em farta documentação. Mas, a que povo se referem, qual é o conceito de povo que subjaz nas falas e assertivas daqueles protagonistas e com o que tais historiadores concordam?

A palavra povo na história contada por Lisboa, Armitage e Varnhagen

Uma das primeiras imagens do imperador bragançino, D. Pedro I, aliado ao estabelecimento do Império Constitucional brasileiro foi grafada pela obra intitulada *Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil (1827-1830)*, escrita pelo futuro Visconde de Cayru, José da Silva Lisboa, um grande defensor do Poder Moderador. Este autor foi representante da Bahia na Assembleia Constituinte de 1823 e teve participação expressiva no processo da independência do Brasil, devido à sua amizade com nobres e empreendedores portugueses emigrados pelo interesse nos negócios do Brasil e que eram contrários à atuação dos liberais de Portugal no momento da convocação das Cortes de Lisboa. Cayru participou ativamente do governo joanino após 1808 (ARRUDA e NOVAIS, 1999). Acreditava que D. Pedro era a alternativa para a constituição do Reino do Brasil e, comungava com os membros do seu grupo que se apresentavam como “constitucionais”.

O trabalho da escrita da história do Brasil foi-lhe encomendado pelo Imperador em 1825 e, conforme consta na *Decisão de Governo nº 6*, da Secretaria de Estado e Negócios do Império, tratava-se de compor um grupo de autores para escrever a *História dos Sucessos do Brasil* a começar de 26 de fevereiro de 1821, data dos preparativos para o estabelecimento do Governo Constitucional. Data também do aceite solene da constituição provisória feita pela Junta revolucionária de Lisboa, por João VI e por D. Pedro I que seria seu sucessor, anunciada no terraço do Teatro da Corte, no Largo do Rocio. Na realidade, o rei cedera à onda constitucionalista e anunciava: sua aprovação à uma Constituição que ainda estava por ser feita, seu retorno à Lisboa e a convocação para as eleições dos deputados brasileiros que iriam participar dos debates nas Cortes (MOARES FILHO, 1972). Assim começa a História do Brasil contada por Lisboa que, com isso, legou para a posteridade a primeira verdade: tal evento como marco simbólico da constitucionalização do Brasil.

Escrita em meio às turbulências vivenciadas no período, não oferece um panorama mais completo sobre o primeiro reinado, embora apresente um importante relato histórico sobre as singularidades do processo e sobre a escrita da História na primeira metade do século XIX. Assim, sob a pretensa objetividade e neutralidade, toma como marco um evento oficial comprovado pela documentação e por sua própria vivência, (exatamente conforme ditado por Hanke),¹ subtraindo as lutas políticas existentes no período e reduzindo os acontecimentos às decisões das autoridades.

O autor insere a Independência do Brasil na nova ordem dos recém-criados Estados da América do Sul, relata os fatores que levaram à convocação da Assembleia de 1823 e apresenta os pareceres dos países da Santa Aliança, como França, Prússia, Áustria e Rússia, que, em notas diplomáticas sobre o reconhecimento da soberania dos países independentes da Espanha, poderiam ser compreendidas como uma indireta para o governo de Portugal, atribuindo à independência a negação da igualdade de direitos entre Portugal e Brasil,

Ainda que estas potencias não mencionem os manifestos do 1º e 6 de agosto de 1822, em que o Senhor D. Pedro de Alcântara fez a Declaração da Independência do Brasil, he com tudo verossímil que deles tivesses notícia antes da expedição de sua Circular. Não póde entrar em dúvida a justa causa de terem em 1825 reconhecimento não só daquella Independência, mas também o Título de Imperador do Brasil neste Príncipe Presuntivo Herdeiro da Monarchia Lusitana, pela Mediação de Sua Magestade de Britannica, cujos Diplomas se transcreverão no fim desta Secção. Este fenômeno político é único no seo gênero na História dos Imperios (CAYRU, 1827-1830, p. 5).²

Cayru atribuiu à aclamação de D. Pedro a peça fundamental para a fundação do Império do Brasil que, por ser um monarca lusitano, garantia a continuidade da dinastia dos Bragança do outro lado do Atlântico. D. Pedro I, como príncipe natural, segundo ele, adotou um sistema de governo que conciliou os princípios da legitimidade com o espírito liberal do século. Mas, ao

mesmo tempo que Lisboa exalta os laços sanguíneos do imperador, atribui a Portugal a responsabilidade pela ruptura entre as partes pelas “atrozes injurias e barbaras crueldades, que havendo soffrido, tem extinção até a última faísca de afeição à Mãi-Patria, que antes nos era tão chara” (CAYRU, 1827-1830, p. VII). A soberania residia na figura do monarca que representava “o caminho para o efetivo controle sobre os negócios públicos” (OLIVEIRA, 1999, p. 127).

O Visconde conselheiro configurou a independência atrelada a D. Pedro como um momento fundador do Estado que, no seu entender, possuía sentimento cívico, cercado-se de pessoas que se comportavam como ‘Homens de Estado do Brasil’, como era o caso de José Bonifácio – aclamado como Imperador pelas tropas e pela população diante das “hostilidades do governo português ao Brasil” (CAYRU, 1827-1830, p. 181).

A convocação para as Cortes no Rio de Janeiro pelo decreto do dia 3 de junho de 1822 foi considerada por ele o “primeiro passo para a Emancipação do Brasil e a sua Separação de Portugal” (CAYRU, 1827-1830, p. 1). A consolidação do Estado ocorreu, para o autor, com a aclamação de D. Pedro como Imperador pelo povo e, continua ele, houvesse muitas perturbações que poderiam subverter a ordem estabelecida, estas teriam sido amplamente combatidas. Aqui se apresenta uma questão importante na obra de Cayru: ao mesmo tempo que admite que o povo aclamou o Imperador, indica a efervescência popular, cuja circunstância obrigou o monarca à instalação do Conselho dos Procuradores Gerais nas províncias a partir do decreto de 16 de fevereiro de 1822.

Problemas com o reconhecimento da regência pela província de Pernambuco e da Bahia e a deserção do presidente da província do Rio Grande do Sul, são alguns dos episódios descritos, mas novamente é exaltado o grande esforço da monarquia constituída e dos ministros nomeados para apaziguar os ânimos e garantir a unidade do território brasileiro (NEVES, 2014). Para Cayru, o povo foi contemplado quando, elevado em sua narrativa à condição de entidade, conferiu poder ao monarca, fato revisitado pelo autor para justificar ainda a adoção pela monarquia constitucional.

A Independência do Brasil, surgida no contexto de descontentamento com deliberações das Cortes Extraordinárias de Lisboa, vista pelo autor como uma

1. Leopold von Ranke (1795-1886), considerado um dos maiores historiadores alemães do século XIX, tido por muitos como o pai da “História científica”, porque contada de documentos considerados válidos – os oficiais, analisados conforme determinada metodologia e forma a garantir objetividade e fidedignidade aos relatos.

2. Em todas as citações dos autores analisados foram mantidas as formas gramaticais do ano de publicação das obras.

ação revolucionária, é narrada em sua obra como a inauguração de um “governo do povo e para o povo”, apegada à centralidade do monarca D. Pedro.

A revolução de Portugal, referida por Cayru como um ‘ímpeto liberal de suas cortes’, impondo taxas que dificultariam a liberdade de comércio nos portos brasileiros e retornariam a primazia dos mercados portugueses, no entendimento dos considerados “patriotas brasileiros” significava a recolonização do Brasil. Tal imposição teria provocado uma mudança radical nas relações entre as partes do Império e os “brasileiros”, com a Independência, não teriam se submetido à antiga autoridade colonial.

Descreveu o autor o *Requerimento em nome do Povo do Rio de Janeiro para a Convocação da Assembleia Geral das Províncias do Brasil em 1822*, contrariando as leis das Cortes de Lisboa. Na interpretação que Cayru dá aos pareceres lavrados pelas Cortes de Lisboa, contrários às decisões do Reino do Brasil, Portugal buscava impor o retorno do monopólio comercial ante da perda das vantagens conquistadas com a abertura de seus portos aos mercados estrangeiros. Para ele, o “povo fluminense rogou” ao príncipe regente a convocação de uma assembleia das províncias do Brasil, pois queria avaliar as decisões de Portugal e, além disso, a união seria assegurada com a condição de que se mantivesse a Soberania brasileira:

Senhor. – Em nosso nome, e nos das Províncias Confederadas, cuja Causa e sentimentos são os mesmos, *reclamamos e rogamos*, que se Convoque nesta Cidade uma Geral Assembléa das Províncias do Brasil, representada por adequado numero de Deputados, não sendo menos que 100, nomeados pelos novos Eleitores Parochianos, escolhidos pelo Povo, e authorizados com especiais poderes para este objeto cujas atribuições sejam; - o deliberarem Sessão Publica sobre as Condições precisas á que o Brasil haja de ser permanentemente unido á Portugal; - examinar se a Constituição que se está formando nas Geraes Cortes de Lisboa, he, á todos os respeitos accomodada ao Brasil; - sobre as bases já decretadas e juradas estabelecer as emendas, reformas e alterações, com que a dita Constituição se receba e jure no Brasil; -que esta Constituição não seja menos segura e prospera por falta de bom Corpo Legislativo Brasileiro; - que a mesma Geral Assembléa, logo que for installada, entre no exercício do Poder Legislativo, que he essencial e inseparável da Soberania do Brasil (...). (CAYRU, 1827-1830, p. 7).

Deferiu D. Pedro o requerimento em maio de 1822, em atendimento ao “desejo do povo do Rio de Janeiro” e às expectativas das demais províncias. A partir de então instalou o Conselho de Procuradores Gerais nas Províncias e por meio do contato com estas representações reconheceu que “a vontade dos povos era não só útil, mas necessária para sustentar a *integridade da Monarchia em Geral, e mui principalmente do Grande Brasil*”. Em resposta os Procuradores Gerais, Joaquim Gonçalves Ledo e José Mariano de Azeredo Coutinho, o Procurador pelo Rio de Janeiro, Lucas José Obes, os Procuradores pela Cisplatina, José Bonifácio de Andrada e Silva, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Joaquim de Oliveira Alvares e Manoel Antonio Farinha, atestaram o direito do Brasil de estabelecer o seu governo e promover a sua independência com a promulgação de leis e de uma Constituição feita para os “povos”, resultando na publicação das *Instruções para a eleição dos deputados da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil* (Decreto de 3 de Junho de 1822).

Nesse momento que antecedeu a aclamação do Imperador como *Defensor Perpétuo* e a realização plena das sessões da assembleia constituinte, a ideia de “povo” foi utilizada para justificar a separação do Brasil com Portugal. Além disso, termos como “soberania”, “monarquia constitucional” são utilizados para justificar a emancipação política do Brasil, atrelando-se ao amplo espectro do vocabulário liberal herdeiro da tradição ilustrada lusitana, da qual o Cayru era adepto, buscando opor o liberalismo-constitucionalista monárquico, ao despotismo “regenerador” português.

Outra narrativa que marcou a historiografia dos oitocentos foi a elaborada por John Armitage. Negociante inglês que possuía importante inserção no meio político da corte do Rio de Janeiro, escreveu em 1836 a obra *História do Brasil desde a Chegada da Real Família de Bragança em 1808 até a Abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831*. Tal condição de estrangeiro o fez crer que seu trabalho seria o resultado de uma observação imparcial dos fatos e que tal isenção o capacitava para realizar uma apreciação sobre as vantagens comerciais do estreitamento das relações entre o Brasil e a Inglaterra. Segundo ele, aqueles acontecimentos históricos expressavam a superação das instituições coloniais pelos brasileiros que, com isso, iniciavam a organização da sua sociedade civil (OLIVEIRA, 1999). Para fundamentar a sua interpretação de que se travava de um momento em que se construía no Brasil

uma nação soberana, utilizou-se de sua observação, *in loco*, de alguns dos eventos que relata, além de analisar documentos e fontes históricas (VARELLA, 2008). Ordenou os fatos por ordem cronológica e contextualizou a situação vivenciada pela futura nação, construindo uma narrativa que demarcou o futuro a partir de um passado muito próximo, como relatado no prefácio de 1º de julho de 1835,

Talvez não exista hum paiz cujas relações com a Gram-Bretanha seão tão extensas, e ao mesmo tempo esteja tão desconhecido para ella, do que o Imperio do Brazil. A falta absoluta de informação a respeito dos seus negócios políticos e financeiros foi tão sensível ao autor durante a longa residência naquele paiz, que o induzio a empreender a seguinte historia (...) A medida em que prosseguia nesta tarefa, mais elevados principuios o animavão, pois que só se interessava em seguir a marcha gradual e progressiva de hum povo desde a rudez comparativa até sua civilização (...) (ARMITAGE, 1837).

John Armitage avaliou as condições da colônia antes da vinda da Corte, tratou dos eventos sediciosos e demais revoltas estabelecidas no âmbito das revoluções francesa e americana. Elaborou um quadro da administração colonial do final do século XVIII sediada na cidade do Rio de Janeiro, apresentando o poder judiciário constituído por bacharéis formados na Universidade de Coimbra e nomeados diretamente pela Corte de Portugal juntamente com as tropas e milícias. Analisou a dinâmica da administração portuguesa na colônia enfatizando as mudanças ocorridas com a chegada da Corte na cidade do Rio de Janeiro. Atestou o autor a falta de progresso na área da Educação pela ausência de tipografias, de universidades e de uma opinião pública capaz de acolher os ecos revolucionários advindos da Independência dos Estados Unidos.

A Independência do Brasil aparece na obra de Armitage como um acontecimento revolucionário que não esteve atrelado diretamente à transferência da Corte para o Rio de Janeiro, porém, assim como Cayru, considera que esse evento deu o *start* para a inserção do Brasil nos rumos da civilização. Situou os desdobramentos políticos que geraram o desentendimento e as divergências entre o Brasil e Portugal, manifestados a partir de 1820.

Entre os anos de 1821 e 1823, segundo o autor, teria havido um maior envolvimento dos brasileiros com a política, decorrentes do ineditismo das eleições

dos representantes das províncias e a participação nas Cortes em Lisboa. A adoção da monarquia, a declaração da independência e a opção por um governo constitucional, diante dos considerados desmandos dos representantes portugueses nas Cortes, assim como o impacto disso tudo na configuração da unidade do Império e para a fundamentação da constituição de um território soberano na América, também foram objeto e suas reflexões. Porém, diz ele, os antagonismos marcaram este primeiro momento de organização política, ocasionados principalmente pela incompatibilidade entre a sociedade e o Imperador. Diz ele:

Foi a 7 de Setembro de 1822, sobre as margens do Ypiranga, riacho da visinhança de S. Paulo, que finalmente o Principe annuo aos ardentes desejos dos Brasileiros mais illustrados, e este dia marca a data histórica da independência do Brazil: acontecimento memorável ante as nações civilisadas, e nos annaes da historia do mundo transatlântico. He huma daquellas grandes occorrencias, que os homens contemplão mais segundo o seu resultado, do que em relação aos meios que as conduzirão. Hum filho dos Reis da Europa esposara a causa da independência americana, e attrahira em seu favor a admiração geral. Acabada aquella cerimonia, Sua Alteza regressou, e chegou ao Rio na noite de 15 do mesmo mez, e apresentou-se immediatamente no theatro com hum distinctivo no braço esquerdo que trazia a legenda *Independencia ou Morte*, Já não era possivel duvidar se das intenções do Principe, A probabilidade do seu próximo acesso «o throno tornou-se manifesta, e por isso não causou surpresa a proclamação de 21 de Setembro, publica da pela câmara municipal, declarando que era de sua intenção fazer realisar os desejos do povo, proclamando solemnemente D. Pedro Imperador Constitucional do Brazil, no dia 12 de Outubro seguinte (ARMITAGE, 1837, p. 60).

Assim, embora no aspecto concernente à relação entre o Imperador e o povo, a análise de Armitage destoe da de Cayru, esse também pensou a Independência do Brasil como um evento que possibilitou as demais transformações rumo ao progresso. Em sua concepção, a monarquia significava o “caminho natural” e a tarefa dos patriotas seria a da formulação de um aparato jurídico e liberal que pudesse transformar a conduta da população rumo a um “processo civilizatório” em que o povo pudesse usufruir das vantagens do novo governo. Utiliza, em vários momentos de sua argumentação,

as palavras “brasileiros”, “povo” e “patriotas” para se dirigir aos indivíduos apoiadores da independência (OLIVEIRA, 1999).

Ao tratar das Cortes de Lisboa e do descontentamento, para os brasileiros, das leis promulgadas, -como a extinção dos tribunais, a falta de pagamento do dízimo ao clero secular, a transformação do exército português e brasileiro em uma só corporação, a extinção do tribunal da chancelaria, as juntas do tesouro e do comércio do Rio de Janeiro, a nomeação de um governador das armas para cada província e o decreto que ordenava o retorno imediato do príncipe regente-, afirmou que “procediam nos seus trabalhos sem atentarem à opinião do povo para quem legislavão” pois “indicavão cabalmente o espírito em que se propunhão a legislar para si; mas quando tratavão dos negócios do Brazil, as suas disposições tornavão-se tão aristocraticas, quando sobre outros topicos erão democráticos” e que, a partir de então, o patriotismo que guiava os povos do Brasil nas cortes passou a mudar de direção. Ações essas que “foram dictadas pelas vistas de aniquilar até o ultimo vestigio o governo central que se havia estabelecido no Rio de Janeiro” (ARMITAGE, 1837, pp. 35 e 36).

Como já se observou, havião os Brasileiros imitado os habitantes portugueses em abraçar com fervor a causa constitucional, pela qual esperavão conseguir maior latitude de liberdade civil. Porém, convencendo-se, pelo contrário, que a intenção das Côrtes era reduzi-los outra vez á condição de colonos, separarão-se do partido português, e determinarão conseguir a sua independência se fosse possível (...) A notícia dos decretos de 29 de Setembro produzio hum fenómeno com que as Côrtes não havião calculado. Todos os individuos expoliados dos seus empregos pela extinção dos tribunaes, convertyerão-se em patriotas exaltados; e como se tivessem sido transformados por hum agente sobrenatural, aquelles mesmos que havião durante a maior parte de sua vida, serpejado entre os mais baixos escravos do poder, erguerão-se como activos e estrênuos defensores da independência (ARMITAGE, 1837, pp. 36 a 40).

Para ele, a representação assinada pelos membros da junta de São Paulo e por seu vice-presidente José Bonifácio de Andrada e Silva, dirigida a D. Pedro, indagando sobre as ações realizadas pelas Cortes de Lisboa nas províncias do Brasil, sem ao menos esperarem a chegada de todos os membros na assembleia,

afrontava a soberania representada por D. Pedro. Ou seja, estaria na figura do filho de Portugal a segurança da separação com aquele reino.

Como agora esses Deputados de Portugal, observava a Junta neste documento justamente celebre, como agora esses Deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brazil, ousão lá legislar sobre os interesses mais sagrados de cada Província e de hum Reino inteiro? Como ousão desmembra-lo em porções desatadas, isoladasm sem lhes deixarem hum centro comum de força e de união? Como ousão roubar a V.A. R. a Lugar-Tenencia, que seu Augusto Pai, nosso Rei, lhe concedera? Como querem despojar o Brazil do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda, Conselho da Fazenda, Junta do Commercio, Casa da Supplicação, e de tantos outros estabelecimentos novos, que já promettiao futuras prosperidades? Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem de seus interesses economicos e judíciaes? Irão agora, depois de acostumados por doze annos a recursos promptos, a soffrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapaças dos tribunaes de Lisboa, a travez de duas mil legoas do Oceano, onde os suspiros dos vexados perdião todo o alento e esperança? Quem o crera, depois de tantas palavras meigas, mas dolosas, de reciproca igualdade, e de felicidades futuras!!! (ARMITAGE, 1837, p. 41).

Armitage aponta para medidas semelhantes às de São Paulo nas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que requereram a representação de D. Pedro contra a execução dos decretos enviados pelas Cortes de Lisboa:

Em conformidade desta requisição, José Clemente Pereira, depois Ministro de Estado, dirigio-se oficialmente á presença do Principe, no dia 9 de Janeiro de 1822, e apresentando as representações do povo, procedeu a expor a Sua Alteza os sentimentos dos partidos realista e patriota, acerca da sua retirada (ARMITAGE, 1837, p. 41).

A fidelidade do príncipe para com a coroa portuguesa, teria sido suplantada pelo sentimento de derrota provocado pelas leis promulgadas pelas cortes portuguesas aos brasileiros. Além do que, afirma o autor, a experiência havia mostrado ao príncipe a necessidade de se guiar de acordo com os interesses das províncias, de modo que convocou a Assembleia Legislativa com a justificativa de que os Portugueses não atendiam aos interesses dos brasileiros. Para corroborar com a sua análise, Armitage apresenta o manifesto escrito por

Gonçalves Ledo que dizia: “o tempo de enganar os homens está passado. Os Governos que ainda pretendem fundar seu poder sobre a figurada ignorância dos povos, ou sobre antigos prejuízos ou abusos, terão de ver o colosso da sua grandeza derribado de tão frágil base” (ARMITAGE, 1837, p. 57). Armitage buscou, portanto, a construção de uma narrativa sobre a independência que valorizou as disputas entre os “brasileiros” e os “portugueses”. Além disso, ele destaca 1808 como um ano em que o Brasil teve contato com a “civilização”, com os rumos desencadeados em 1820. A experiência liberal em Portugal era “progressista” apenas no Reino europeu; quanto ao Brasil, tais medidas representavam um retrocesso, na visão do autor. Segundo analisa Oliveira sobre tais assertivas de Armitage, o resultado foi um confronto irreversível entre os interesses da colônia e os interesses da metrópole, uma obra coletiva da qual participaram os brasileiros natos, os portugueses, os patriotas liberais e a massa da população livre (OLIVEIRA, 1999).

A independência do Brasil e a abdicação do Imperador D. Pedro I foram analisadas descrevendo-se as decisões do governo, desde o momento em que ocorreram: o aparecimento de uma nação em 1821, quando teria ocorrido uma reação ao absolutismo; o pacto estabelecido em 1822 para a constituição de um novo império; a repressão em 1823 sofrida pela Assembleia Constituinte à revelia da outorga da Carta de 1824 e, por fim, a abdicação em 1831 – marco considerado por Armitage como constituidor de uma nova nacionalidade.

Portanto, a Proclamação da Independência foi considerada uma das etapas para a configuração do progresso do Brasil, assim como a Monarquia foi entendida como algo natural que preservou o Brasil de uma possível anarquia e o inseriu em um sistema representativo de forma controlada pelos signatários da nação, conforme se observa no trecho abaixo.

O maior de todos, o que causou a queda de D. Pedro foi, como já indicámos, nunca ter elle sabido (ao menos desde a dissolução da Assembléa Constituinte) mostrar-se verdadeira e inteiramente Brasileiro. [...] Bem que tenha sido ineficaz e errônea em muitos pontos a administração de D. Pedro, a sua elevação ao trono foi mui provavelmente o meio de preservar o Brazil de huma anarchia ainda mais fatal do que a que tem assolado as outr’ora colônias hespanholas. regimen a que o povo estava acostumado éra o monarchico, e esse foi o instrumento mais próprio para a

introdução da civilização que faltava , e para se adoptarem os aperfeiçoamentos sociaes que formao huma parte inherente e essencial do systema representativo (ARMITAGE, 1837, pp. 311-312).

A separação política de Portugal e posteriormente a abdicação, foram considerados momentos da constituição da nacionalidade que contribuíram para a formação de um Estado diferente dos demais existentes na América Latina. Para analisar tal questão Armitage realiza profunda crítica à colonização e ao reino português, apresentando os principais grupos políticos em disputa, seus personagens, suas mudanças de posicionamento e, de forma dicotômica, entendeu que havia uma polarização entre os que denominou de “brasileiros natos” e os “realistas portugueses” como se o Brasil fosse o resultado da luta entre duas nacionalidades.

Conforme já apontado por Oliveira, a obra de John Armitage possui uma narrativa que expressa a vitória da civilização sobre a barbárie, da emergência de uma nação diferenciada das demais nações republicanas do continente americano, de superação do passado colonial, tudo decorrente do processo independentista, visto como um evento revolucionário (OLIVEIRA, 1999).

Outra importante obra para o entendimento da memória sobre a política imperial e que também destaca a herança portuguesa na formação do Brasil será a *História Geral do Brasil antes de sua Separação e Independência de Portugal*, escrita na segunda metade do século XIX por Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado o fundador da história do Brasil, segundo João José Reis (REIS, 2007). Na dedicatória escrita à D. Pedro II, Varnhagen afirma que o imperador foi o primeiro estadista a reconhecer a importância dos estudos históricos para o fortalecimento da unidade nacional e saúda “vossa majestade imperial” pela construção do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). Assim como os outros, sua obra está calcada em farta documentação e o autor teve a preocupação em explicitar que foi imparcial ao narrar os fatos. Para ele,

O trabalho de uma história é, como de um dicionário, tanto mais útil ao público e ingrato ao autor, quanto mais de consciência houver sido feito. [...] o historiador soffrerá maiores injustiças, se dotado de convicções profundas e de character firme e independente, em vez de adular vãos preconceitos vulgares, teve o necessário valor para enunciar francamente o que pensava, contra destes. [...] Seja porém como

for: saiba-se que desde que nos propoemos a consagrar ao Brazil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de fôrma e com a dos principios que professamos, uma conscienciosa historia geral da civilização do nosso paiz, padrão de de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de seculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostámos com os provaveis desasocgos e injustas futuras – se é que ja presentes (VARNHAGEN, 1938).

Podemos considerar que a obra de Varnhagen se estabeleceu em um contexto importante para a composição da disciplina histórica. Momento em que o IHGB buscou consolidar a escrita da História do Brasil de forma institucional, perpetuando uma dada memória política com a publicação oficial de obras históricas, cuja divulgação naturalizou um modelo historiográfico que se tornou hegemônico.

A fundação do instituto veio pois a dar-nos grande valor para a empresa, principalmente desde que o augusto Chefe do Estado resolveu collocar-se de facto a frente delle, apreciando altamente os trabalhos acerca da historia da pátria, pelos auxilios que podem prestar (independente dos que proporcionam á erudição e á litteratura) ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao administrador, ao diplomata, ao estrategico, ao naturalista, ao financeiro e as varios artistas; (VARNHAGEN, 1938, p. 208).

Ao tratar da emancipação política do Brasil no livro *História da Independencia do Brasil* não se teve em destacar a herança colonial, já defendida anteriormente. Considerando o Brasil “heroica metrópole que, pela força das circunstâncias, foi convertida em humilhada colônia”, concorda com seus contemporâneos que a independência tornou-se urgente e inevitável diante das resoluções das Cortes de Lisboa, assim como também atribui a D. Pedro o heroico cumprimento de seu dever de defensor do Brasil e que não poderia ser insultado pela “plebe”.

Podia porventura o príncipe tolerar que fosse logo submetido a tres ou quatro processos o seu primeiro ministro por atos que ele principe havia sido já o primeiro a justificar perante o seu próprio pai e para a conservação do qual acabava de fazer a viagem a São Paulo? Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a

Independência, para ser herói ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Côrtes, não já para ir como fora ordenado no ano anterior, viajar com mentores, mas, sim, mui provavelmente, para, finda a Constituição, ser chamado à barra pelas Côrtes, afim de se justificar pelos seus atos, e dobrar os joelhos em presença de seus imprudentes afrontadores [...] ou para ser insultado nas ruas pela mesma plebe que, das galerias das Côrtes, apupara poucos antes, com os gritos de “morra”! e “patifes”, os zelosos deputados defensores dos direitos do Brasil. Não era mais possível contemporizar. E inspirado pelo gênio da gloria [...] não tardou nem mais um instante: passou a lançar [...] dessa mesma província [...] do meio daquelas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resolutivo de “Independencia ou Morte” (VARNHAGEN, 1938, p. 32).

De modo que a emancipação do Brasil foi entendida como o resultado da recusa dos encaminhamentos das cortes de Lisboa sobre as relações econômicas e políticas entre as duas partes do reino português. Encaminhamentos que expressavam, na perspectiva de Varnhagen, uma tentativa de recolonização do reino do Brasil, o que movimentou as forças políticas das províncias de Minas Gerais e de São Paulo, juntamente com a corte do Rio de Janeiro que articularam, em 1822, a permanência de D. Pedro. Portanto, a emancipação teria decorrido da união de brasileiros e portugueses em torno da monarquia representada por D. Pedro, contra a reativação da dependência do Brasil a Portugal (OLIVEIRA, 1999).

Varnhagem descreveu os momentos que antecederam a proclamação da Independência com detalhes. Apresentou a jornada de D. Pedro às províncias de Minas Gerais e São Paulo diante dos decretos das Cortes de Lisboa que contribuíram com o aprofundamento da crise entre a metrópole e o Reino do Brasil. Afirmou que se

eles não tivessem operado essa ruptura, outros, ainda menos favoráveis às idéias triunfantes do Brasil, se estavam elaborando e vieram decretar-se, que haviam infalivelmente operado a separação, - talvez ainda com mais sangue e desgraças (VARNHAGEN, 1938, p. 198).

E, a fim de conferir imparcialidade e veracidade à sua narrativa, buscou documentos da época e o registro de falas contemporâneas aos fatos. Utilizou-se,

por exemplo, de uma circular transmitida por José Bonifácio, em 14 de agosto de 1822, na qual fica expressa a “quase” resolução da declaração da independência:

Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o reino de Portugal, *sacudido o jugo e inferioridade com que o reino o pretendia escravizar; e passando a proclamar solenemente a sua independência*, e a exigir uma assembleia legislativa dentro do seu próprio território, com as mesmas atribuições que a de Lisboa (...) e devendo, para se evitar a queda da monarquia e a confusão dos interregnos, devolver toda a autoridade e plenitude da ação e, S. A. R. o príncipe regente do reino do Brasil, herdeiro do trono e legítimo delegado de S. M., o qual tem, com efeito, a pedimento dos povos, ressumido toda a autoridade de sua regência, para dela usar constitucionalmente, como tudo se acha expedido, no manifesto que o mesmo Augusto Senhor acaba de dirigir às potências amigas: (...) espera, pois, que os governos legítimos e nações civilizadas, que se prezam de liberais, darão o devido apreço à sagrada causa que o Brasil proclama e que o mesmo Augusto Senhor pretege e defenderá, a bem de toda a nação portuguesa. Aproveito, etc. — Palácio do Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1822 — José Bonifácio de Andrada e Silva (VARNHAGEN., 1938, pp. 199-200).

O protagonismo de D. Pedro no processo de independência foi associado ao desenvolvimento do Estado. Se no início o regente possuía poderes frágeis, sua estadia no poder possibilitou-lhe desenvolver as qualidades que o teriam transformado em uma autoridade capaz mediar os diversos conflitos existentes e constituir a unidade da nação. Atesta o autor que o Grito “Independência ou Morte” concretizou, de fato, a proclamação do novo Estado e que as vivas ocorriam nas ruas e teatros.

Ao entrar o príncipe na cidade, pela rua da Glória, foi a notícia da declaração da independência anunciada por Canto e Mello ao Cônego Dr. Ildefonso Xavier Ferreira e ao então Capitão de milícias Antonio da Silva Prado, depois coronel e Barão de Iguape. Espalhada a grande nova, o povo dirigiu-se ao pátio do palácio, prorrompendo em aclamações entusiásticas (VARNHAGEN, 1938, pp. 211-212).

Ao realizar a análise sobre a “*Constituinte e sua Dissolução*”, referindo-se à Assembleia de 1823, o autor faz uma descrição dos embates políticos ali ocorridos, utilizando-se, em vários momentos, dos escritos de Silva Lisboa e Armitage sobre o tema, descrevendo

minuciosamente os projetos, a reação ao ministério dos Andradas, os debates a respeito aos jornais, a liberdade de imprensa, a questão da anistia e os requerimentos de vários presos políticos, as juntas provisórias de governo, o regimento da Assembleia e o artigo sobre a sanção das leis. Destaca ainda a participação das galerias e as suas manifestações o que, segundo ele, demonstrava a participação e o interesse popular pelos rumos da nova nação e na defesa da monarquia e de uma constituição.

A narrativa construída por esses autores, especialmente Varnhagen, conciliou o velho com o novo ao defender que não haveria necessidade de se romper com os laços lusitanos, subsumindo as tensões sociais em curso naquele início do império, restringindo todo o processo aos embates entre os integrantes da Assembleia.

Nessa narrativa, o povo, por vezes denominado no plural, aparece, ora como patriota, ora como brasileiros ou plebe, mas sempre conferindo sentido ao desenvolvimento do Estado Monárquico e Constitucional.

Em ensaio historiográfico sobre o tema Francisco Falcon observou que a disseminação da palavra em diversos campos discursivos contém “uma noção que parece gozar de uma espécie de transparência de sentido” dada a obviedade com que é utilizada (FALCON, 2000, p. 30).

Então, como podemos apreender o sentido, ou os sentidos da palavra povo, nos documentos compilados e organizados de forma a corroborar com a interpretação da Independência do Brasil firmada por estes três autores?

A escrita da História como veículo de propagação de uma cultura política

Até o século XVIII prevalecia entre as autoridades portuguesas a ideia de que o Brasil era uma terra “sem um povo digno”, apesar do reconhecimento de que se tratava de uma importante fonte para a economia portuguesa. Havia dificuldade em se configurar a ideia de um povo que se identificasse enquanto comunidade política, em decorrência de sua composição multirracial.

Por várias vezes, ao longo da História de Portugal, entre os séculos XVI e XVIII, considerou-se a possibilidade do estabelecimento, no Brasil, do governo reinol, como no caso da disputa pela sucessão ao trono em 1578, em que D. Antônio pensou que

poderia utilizar a colônia como local para suas futuras pretensões, postura recuperada por Stuart Schwartz em seu texto *Gente da Terra Brasileira da Nação* (2000). Portanto, o estabelecimento da corte no Rio de Janeiro como alternativa estratégica era ventilada de longa data. Mas, desde aí, observa o autor, considerava-se que a magnitude de tal ato exigia um povo à altura. Para tanto “não bastava ser o soberano de uma terra opulenta, a verdadeira grandeza exigia igualmente um grande povo, neste aspecto o Brasil era considerado deficiente” (SHWARTZ, 2000, p. 109).

A pequena elite colonial alfabetizada e que estudara em Portugal, juntamente com apontamentos de estrangeiros e membros dos governos locais, cunharam os conceitos de: povo, assumido como um termo positivo e plebe, associado a conotações negativas porque vinculado às camadas mestiças e negras, o que denota a complexidade da utilização dos termos no contexto escravista. Porém, com as modificações ocorridas nas localidades que formavam a colônia, mobilizadas pelas lutas em torno da independência política, um outro componente foi agregado à ideia de povo, a de liberdade.

Tais alterações aparecem na historiografia sobre a Revolução de 1817,³ na qual os autores observam um deslocamento da concepção de “povo” como Terceiro Estado, para “povo de todas as classes” “no exercício da soberania”. Identificam já neste momento, uma visão aristocrática, presente nos relatos dos integrantes das “velhas estruturas político-religiosas”, nos quais noção de povo possui características contraditórias, ou seja, ao mesmo tempo que denotando a uma “massa enorme”, com “poder irresistível”, por outro lado, é referida a seres “ignorantes, amantes da novidade, miseráveis necessitados”, “rústicos e ignorantes” (FALCON, 2000, p. 36).

No período da Independência do Brasil, os periódicos que visavam a formação de uma opinião pública denotam a preocupação com uma espécie de pedagogia política para o povo. Assim, desde 1820, com a conclamação das Cortes em Lisboa, atribui-se ao povo a aceitação do novo sistema monárquico-constitucional, uma espécie de regeneração ante o passado calcado no reino português visco como despótico. Neste contexto, o conceito de povo foi utilizado de formas distintas

porque, por um lado, é associado a uma postura radical contra a tendência recolonizadora das cortes e de outro à necessidade de constituir uma representação política no Brasil. Seguia-se, portanto, a vertente liberal e política do vintismo que perpassou o processo da independência e conferiu ao sistema monárquico-constitucional do Brasil a ideia de uma soberania sustentada pela partilha entre o rei e o povo-nação, a fim de frear as tendências republicanas e democráticas para a construção do Estado Nacional (PEREIRA, 2013).

A historiografia do século XIX possui uma marca importante, desde o caráter pioneiro de Cayru ao escrever a *História dos Grandes Sucessos do Brasil*, até Varnhagen com suas obras a respeito da Independência: o engajamento desses historiadores às questões políticas de sua época. Podemos denotar isso pela seleção dos documentos históricos utilizados pelo conselheiro e por Armitage e tal continuidade em Varnhagen, em que pese este último os ter considerados inferiores, pois tinha o objetivo conferir à sua própria historiografia, institucionalizada pelo IHGB, ser uma narrativa única, ou seja, ser a única forma de se fazer a História do Brasil.

Mas tal documentação apresenta ainda uma outra associação: a da palavra povo com a ideia de liberdade. Tal relação é inerente às manifestações decorrentes da crise do sistema colonial e são associadas a um vocabulário revolucionário utilizado, tanto nas conjurações do final do século XVIII, quanto na Revolução de 1817, ao Vintismo e à Independência do Brasil.

Mas tal associação, nas análises de Armitage, Varnhagen e Cayru, manifesta suas vocações monarquistas, pois creditaram à Independência do Brasil um caráter revolucionário pelo estabelecimento de um governo constitucional, mesmo sem romper com a tradição lusitana e mantida a ordem colonial. A legitimação de tal ideia transparece nos documentos utilizados por eles nos quais tal processo é descrito com a utilização do vocabulário liberal. Povo, neste contexto, seria o conjunto de cidadãos que constituem o “corpo da nação”, “legítimos depositários do poder soberano e constituinte” (FALCON, 2000, p. 33) e que referenda as decisões das elites políticas e de seu soberano.

A historiografia mais recente sobre a independência do Brasil problematiza as formas como foram articuladas a ideia de povo na construção do Estado e Nação brasileira, recuperando os sentidos conferidos à noção de soberania, crucial para a concretização de uma monarquia constitucional e o investimento na

3. RODRIGUES, Thamara de Oliveira, A Revolução Pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu de Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, São Paulo: Franca, v. 6, nº 1, pp. 289-308, mar., 2017.

formalização simbólica de elementos que ajudaram na definição do sistema político adotado no Brasil após o seu desligamento de Portugal. Desta forma, “redefiniram-se a importância, os usos, os sentidos das tropas e da praça pública, erigindo-os no povo do imperador e no local onde se celebrava o novo contrato social. E a independência, com a opção pela monarquia constitucional, corporificou no imperador o elo com a constituição e no pacto com o cidadão-súdito, fiel, amoroso e obediente e, na extensão desta adesão o Brasil tomava corpo, tornava-se brasileiros (...)” (SOUZA, 1999, pp. 170 e 173).

No processo da Independência, o vocabulário da Ilustração foi importante para a constituição da ideia de um povo que pudesse sustentar a oficialidade da soberania em torno da figura de D. Pedro I. Entre os anos de 1822 e meados de 1824, houve um esforço conjunto das elites brasileiras para depositar o poder político nas mãos do regente, porém havia dificuldades em relação aos projetos para a nação e a falta de consenso entre as elites. Podemos citar, por exemplo, pelo menos dois projetos: um que visava a constituição de uma Monarquia Soberana, representada pela câmara de deputados da província de São Paulo e pelo então ministro José Bonifácio; e outro que visava a constituição de um Governo Constitucional, defendido pelo presidente da câmara do Rio de Janeiro José Clemente da Cunha. Vamos aos detalhes.

No ato da aclamação como Imperador do Brasil, D. Pedro agradeceu ao povo reunido no Palácio do Paço, o título concedido. Disse o Imperador:

Aceito o Título de Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil, porque, tendo ouvido o meu Conselho d’Estado e de Procuradores Geraes, e examinado as Representações das Camaras de diferentes províncias, estou intimamente convencido que tal he a vontade geral de todas as outras, que só por falta de tempo ainda chegado (CORREIO BRAZILIENSE, 1822, pp. 578 e 579).

Porém, em discursos publicados em periódicos da época, integrantes do grupo considerado liberal, juntamente com demais integrantes da elite do Rio de Janeiro, em nome da “vontade do povo”, exerciam pressão para a convocação de uma Assembleia Constituinte, condição para aderirem á causa do Imperador. Clemente Pereira, presidente da província do Rio de Janeiro, ao ler o texto redigido por Joaquim Gonçalves Ledo no dia 3 de junho de 1822, afirmava

nesse sentido “[...] a salvação, o decoro do Brasil, e a glória de Vossa Alteza Real instam, urgem imperiosamente comandam, que Vossa Alteza Real faça convocar com a maior brevidade possível uma assembleia geral de representantes das províncias do Brasil[...]” (ASLAN apud LIRA, 2014, p. 31). Portanto, para Clemente, D. Pedro foi aclamado pela vontade do povo para governar o Brasil independente.

A proposta da câmara de deputados de São Paulo alegava a hereditariedade como fator que configuraria a legitimidade do poder ao Imperador, excluindo a participação popular – nota-se que a historiografia oitocentista se pautou neste ponto fundamental para justificar a instalação do regime monárquico e da independência do Brasil como momento fundador do Estado nacional. Pela aproximação do Imperador com o grupo paulista, estes foram os termos que revestiram o cerimonial de aclamação e sagração (OLIVEIRA, 2005). Tal posicionamento foi defendido por José Bonifácio de Andrada e por seu irmão na Assembleia Constituinte de 1823, que entendiam a supremacia do poder político vinculada a D. Pedro e à sua imagem como defensor constitucional, eleito por Deus e realizador de seus desígnios, tudo “ratificado pelo povo”.

O ato da aclamação do imperador e seu cerimonial foram definidos nestes termos, e se afirmou que o “[...] o poder político do Imperador está(va) fundamentado não somente nela (constituição); ele o traz(ia) consigo no exercício do seu poder [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 55).

E ainda configurou a imagem de um imperador como um representante de Deus na Terra, possuidor do poder de justiça “para fazer valer o direito e a liberdade de seu povo” ao mesmo tempo que estes mesmos direitos “repousa(va)m sobre os “direitos das gentes, isto é, no direito natural” que seriam zelados na Constituição. “Entrecruzam-se aqui os direitos naturais dos homens e a ordem universal estabelecida por Deus, aqueles direitos refletindo esta ordem e reafirmando-a” (OLIVEIRA, 2005, p. 55).

A ordem constitucional seria a condição legal e limitadora dos poderes do Estado, tendo o Imperador, por sua vez, a atribuição de observar a lei fundamentada nos princípios jusnaturalistas. Portanto, o poder do Imperador se insere na distribuição constitucional dos poderes e possui uma função instrumental principal na monarquia constitucional. Tornou-se comum tomar o termo “povo” para determinar a vontade geral, para legitimar a soberania ou para defender os projetos

políticos. Os grupos que possuíam propostas liberais, nesta fase de autonomia do Brasil frente a Portugal, tomavam como certas as reformas institucionais capazes de conter o atraso e o despotismo na constituição da nova Nação.

Porém, quando as revoltas populares fugiam do controle pelos questionamentos e reivindicações, estes mesmos “liberais”, a fim de defender seus interesses políticos vinculados aos pessoais, no tocante aos negócios privados que se atrelavam e até mesmo se confundiam com os negócios do Estado, não pensavam duas vezes em apoiar a repressão contra o povo sublevado (OLIVEIRA, 1999). O fato é que, diante destas duas noções sobre a soberania, o povo, entidade responsável por legitimá-las de alguma forma, não era considerado capaz ou digno de expressar a sua própria vontade porque não tinha conhecimento dos negócios políticos, nem de seus direitos e pela incapacidade de os exercer (OLIVEIRA, 1999).

Em princípio, é visando corrigir este problema da formação intelectual do povo que, ao longo dos debates da Assembleia de 1823, emergem os projetos sobre a educação que discutem a situação das cadeiras e das escolas existentes, os tratados de educação física, moral e intelectual, a abertura de universidades e em especial, de cursos jurídicos. Porém, não se trata de uma educação voltada para todos, tendo em vista a situação em que se encontrava o sistema educacional, o que se comprova com a evidencia de que os fundos existentes não atendiam diretamente a população das vilas mais afastadas de suas capitais. Mas os projetos eram defendidos em nome de uma educação de caráter público, embora longe dos princípios iluministas mais radicais, mantendo-se filiados à manutenção de uma sociedade aristocrata calcada na grande propriedade, monocultura e escravista.

A noção de povo evocada pelo Imperador em seu discurso de abertura indicava o caráter plural dos “povos” habitantes das províncias e ao mesmo tempo a sua singularidade enquanto princípio jurídico (LIRA, 2014). Ou seja, tais povos teriam escolhido o seu soberano e nele depositado a sua confiança, e a ele se submetido, tornando-se súditos. Concomitante a esta noção de soberania, almejaram alguns membros parlamentares que a constituinte fosse a fonte de todo o poder por ter recebido, por meio do voto do povo, a incumbência da construção da Constituição. O fato é que, diante destas duas noções sobre a soberania, o povo, entidade responsável para legitimá-las, de alguma forma, não era

considerado capaz ou digno de expressar a sua própria vontade porque não tinha conhecimento a respeito dos negócios políticos e porque desconhecia seus direitos e era incapaz de os exercer (LIRA, 2014).

Esta noção de povo defendida pelos Andrada utilizada para a legitimação de D. Pedro como imperador, consolidada no ritual de sua aclamação, possui vínculos com a tradição portuguesa e constitui importante vetor de uma lógica que perpetuou a ideia da hereditariedade e o reconhecimento dos direitos históricos por linhagem, de que resultou o preceito de que o monarca era essencial para a existência da soberania do próprio povo.

O sistema monárquico constitucional, nessa concepção, partilharia entre o rei e o povo a soberania, a fim de evitar as tendências democráticas e republicanas. O Imperador, como soberano, teria a responsabilidade de evitar o despotismo, e, em relação à soberania popular, manter a ordem e a harmonia pelo controle e pela vigilância.

Trata-se de referências ao povo que articulam dois princípios, um liberal e outro monárquico e que, ante o movimento constitucional previa a “participação política do povo (...) para evitar o despotismo”, mesmo que este povo não (fosse) participante de fato, mas representado por aqueles cujas qualidades influenciem(assem) em sua felicidade (PEREIRA, 2013, p. 36).

Esta vertente do liberalismo político vintista foi a dominante politicamente em todo o universo constitucional, no processo de independência e no primeiro reinado. Ela deu o tom do sistema monárquico-constitucional adotado no império brasileiro, em que povo-nação partilhou com o rei a soberania. Nesta concepção, a tradição monárquica portuguesa (...) foram rearticuladas ao novo ideal constitucional, no intuito de frear suas possíveis tendências democráticas e republicanas e dirigir os rumos do país (PEREIRA, 2013, p. 41).

Os eventos compilados pelos historiadores oitocentistas e o protagonismo atribuído a D. Pedro em face aos considerados desmandos das Cortes de Lisboa, embora possuam diferenças quanto à natureza das razões da independência, como em Armitage e Varnhagen, têm um ponto comum: darem importância ao caráter da hereditariedade de D. Pedro e postularem a monarquia como única alternativa capaz de garantir a construção de uma nação civilizada. Os autores concebem a

monarquia como algo natural, o regente como o elo entre o Brasil e Portugal, o processo da constitucionalidade como a soberania de Estado como um “Systema que os Monarchas seguem, em perfeita harmonia com os interesses do povo [...]” (CAYRU, 1827-1830, p. IV).

Nesta perspectiva, o poder soberano do rei, tido como o princípio da universalidade da Constituição e das leis, a própria consciência corpórea de Estado, é o instrumento chave para a consolidação da decisão suprema, ou seja, o desligamento de Portugal e a continuidade natural da sua existência no Brasil. A hereditariedade, determinação natural, que converte a soberania do Estado no corpo do monarca, é considerado o ponto fundamental da ação da Providência que confiou tal tarefa ao regente que, a partir de 1822, se tornou Imperador do Brasil.

Neste sentido, Cayru, por exemplo, possui uma visão abstrata de Estado e converte o soberano em um poder universal, sujeito que possui poder distintivo, cuja vontade efetiva e individual conforma o poder soberano. E Varnhagen creditou, entre 1808 e 1820 à dinastia Bragança representada, primeiro, por D. João VI, o delineamento da nacionalidade brasileira devido às ações do monarca para a consolidação do Brasil como sede da monarquia, através da abertura dos portos e da elevação da colônia à categoria de reino de Portugal, e, depois, a D. Pedro I, com o “fico” e a convocação da Assembleia Constituinte, o protagonismo da constituição de um Estado monárquico e independente (OLIVEIRA, 1999).

A Soberania, neste sentido, aparece como a essência do Estado, como uma ideia cega e inconsciente, uma essência autônoma que não leva em consideração os sujeitos reais que formam a base do Estado. Neste ponto verificamos a construção de uma narrativa comprometida com os ideais liberais, segundo os quais o Estado se torna uma entidade racional com um fim determinado.

A palavra povo que emerge à cena política durante o processo da independência do Brasil, está presente no conjunto documental utilizado pelos autores elencados, mas não de forma a pensar sobre a origem do seu conceito. Aparece como um sujeito de vontade e que desprende uma ação legítima que é, ao mesmo tempo, política e abstrata.

Em meio ao vocabulário revolucionário e político da época, angariado pelos intensos debates que avançaram desde 1820 pela Revolução Constitucionalista e pela convocação dos representantes do Reino do Brasil

às Cortes de Lisboa, a palavra povo adquiriu significados distintos. Foi utilizada tanto para legitimar a soberania, quanto para celebrar o contrato social, como para justificar a existência da Nação, sendo conclamados como “Patriotas, Brasileiros, Compatriotas, Soldados, Irmãos, ou ainda chamados de Pernambucanos, Mineiros, Povo Bahianense” – ao mesmo tempo que utilizado para excluir o próprio povo, visto como plebe, quando considerado sedicioso (SOUZA, 1999. p. 180).

A história contada a partir dessa documentação oficial elencada pelos autores aqui citados, respeitadas as suas diferenças quanto à essência da independência do Brasil, expressa uma “uma leitura comum do passado” que conciliou parte de um vocabulário afeto às transformações revolucionárias do século XVIII e XIX e, portanto, atraente pela modernidade, com a supressão das reais tensões sociais próprias da crise do sistema colonial.

A narrativa de Varnhagen, fundamentada por diversas vezes nas descrições feitas por Lisboa e Armitage, contribuiu para com o ideário político da nação brasileira e a cristalização de uma visão da história que perpassou os livros didáticos por várias gerações. Legitimou a visão do processo histórico vivenciado pela colônia até o século XIX como resultante do trabalho civilizatório da colonização portuguesa e fundamentou nesses parâmetros a emergência do Estado Brasileiro, a constituição de seu povo e a de um futuro promissor.

A narrativa empreendida por estes autores legitimou uma visão institucional que passou a ser traduzida no plano da organização política do Estado, funcionando como um dos vetores de propagação de referências do sistema político monárquico constitucional.

Nesta perspectiva, a historiografia do século XIX, aqui representada pelos três autores, contribuiu para consolidar a hegemonia de uma cultura política, cujos “códigos e valores difundidos no seio de uma tradição política” constituiu uma identidade se chamou de “família política” preservadora dos ideais monárquicos que garantiram o teor conservador da constitucionalidade brasileira.

Enquanto vetor político, contribuiu para a disseminação dos “códigos formalizados” e compartilhados por uma leitura comum do passado, fundamentada em fontes históricas consideradas seguras e garantidoras da qualidade das informações e de sua veracidade (BERNSTEIN, 1998).

No plano da organização política, neste Estado brasileiro, marcado pela contradição, pela confusão entre a coisa pública e os negócios privados e pela conciliação de políticas liberais com a manutenção das estruturas herdadas do passado colonial, firmou-se uma visão institucional do passado. No interior de tal narrativa observa-se que o conceito de povo foi utilizado de várias formas, inclusive para disseminar uma leitura que não priorizou as reais tensões sociais existentes (DUTRA, 2002).

Referências

- Ata da Aclamação do Senhor D. Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil e seu defensor perpétuo publicada no Jornal Correio Braziliense do dia 22 de dezembro de 1822. In *Correio Braziliense*, nº 175, dezembro de 1822. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/060000-175#page/3/mode/1up>.
- ARMITAGE, John. Prefácio. In: *História do Brasil. Desde a chegada da real família de Bragança de 1808 atpe a Abdicação do imperador D. Pedro I em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837.
- ARRUDA, Jobson e NOVAIS, Fernando. Introdução: Prometeus e Atlantes na Forja da Nação. In LISBOA, José da Silva. Visconde de Cairu. *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento das Fábricas no Brasil*. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira, pp. 9-29, 1999.
- BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, pp. 349-364, 1998.
- CAYRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835. *História dos Principaes Sucessos Políticos do Império do Brasil: Dedicado a D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1827-1830, p. V. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182900>. Acesso em: 24/12/2016.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas políticas. In *Vária História*, nº 28, dezembro, pp. 13-28, 2002.
- FALCON, Francisco J. Calazans. O Povo Brasileiro: ensaio historiográfico. *Revista USP*, São Paulo, nº 46, pp. 30-41, jun./ago., 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luis. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 5-27, 1988. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em 24/12/2016.
- LIRA, Erygeanny Machado. *A Celebração da Unidade: Um Estudo sobre as Concepções de Soberania na Assembleia de 1823*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.
- MOARES FILHO, Evaristo de. O Constitucionalismo Liberal no Brasil de 1823. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 6(3), pp. 65-93, julho/set., 1972.
- NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e Política na Independência. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, v. I - 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Salles. *Astúcia Liberal: relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF e Ícone, 1999, p. 19.
- _____. Repercussões da Revolução: Delineamento do Império do Brasil, 1808/1831. In GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, v. I - 1808-1831. Rio de Janeiro, pp. 15-54, 2014.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A idéia de império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). *Tempo* [online], v. 9, nº 18, pp. 43-63, 2005.
- PEREIRA, Luisa Rauter. O Conceito Político de Povo no Período da Independência. *Revista Brasileira de História*, v. 33, nº 66, dez., pp. 31-47, 2013.
- REIS, João José. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, v. 1, 9º ed. ampl. Rio de Janeiro: Edit. FGV, 2007.
- SIRINELLI, Jean François. Elogio da Complexidade. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*, pp. 409-418. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. El Retorno de lo Político. *Revista Historia Contemporánea. La Nueva Historia Política*, nº 9, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. Gente da Terra Braziliense da Nação. Pensando o Brasil: A Construção de um Povo. In MOTA, Carlos G. *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000.)* Formação: Histórias. São Paulo: Edit. SENAC São Paulo, 2000, p. 109.
- SOUZA, Iara Lis C. A adesão e o povo do Imperador. In Luís Carlos Cavalcante Galvão. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831*. São Paulo: UNEP, 1999, p. 170.
- VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a História do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. *Almanack Braziliense*, [S.l.], nº 8, pp. 117-126, nov., 2008. <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11699/13470>>. Acesso em 25 aug. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i8p117-126>
- VARNHAGEN, Francisco A. Visconde de Porto Seguro. *História da Independência do Brasil até ao Reconhecimento pela Antiga Metrópole, Compreendendo, Separadamente, a dos Sucessos ocorridos em algumas Províncias até esta Data*. 2º ed. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pp. XX-XXI, 1938.

LAÇOS DE COMUNICAÇÃO: notas historiográficas e de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro*

No processo de Independência política ocorrido no Brasil durante a primeira metade do século XIX, sucessivas gerações empenharam-se na tarefa de construção do Estado nacional sob a égide do princípio de unidade. O velho Império Português havia-lhes legado, além de experiências políticas e modelos institucionais, um imenso território a zelar. Foi essa herança, significativamente expressa pela denominação de *Império do Brasil*, que definiu os marcos de orientação política no Oitocentos.

País territorialmente extenso, o Brasil não era, contudo, coeso. Na esfera social, por exemplo, a Independência política não havia sido capaz de neutralizar as identidades regionais e gerar uma coletividade de cidadãos, reunidos em torno de um mesmo projeto de nação. Os antagonismos gerados pela centralização do aparelho administrativo na Corte do Rio de Janeiro eram perceptíveis, não apenas em escala nacional, como também no interior das províncias, verdadeiros palcos de disputas políticas locais.

A falta de comunicação entre as províncias era outro grande obstáculo proveniente da vastidão territorial: em junho de 1828, quando o Parlamento discutia um projeto de lei que isentava os periódicos nacionais de pagarem porte nos correios, o jornal *Aurora Fluminense* denunciou tal situação, justificando a medida em questão com uma eloquente metáfora, a qual nos serve de título:

Os benefícios que hão de nascer de uma tal providência não são talvez ainda bem avaliados; mas lance-se os olhos sobre o estado de incomunicabilidade e de isolamento, em que parecem estar as diferentes partes do Brasil; e o *laço de comunicação*, que podem formar as Folhas políticas circulando de uns para outros

pontos; e então se conhecerá a sua transcendência, e extensos resultados (AURORA FLUMINENSE, 11/06/1828).

Os sentidos que podem ser atribuídos à metáfora do “*laço de comunicação*”, levando em consideração o contexto semântico e político da época em análise, são vários: de pronto, remete a um *topos* bastante recorrente nos discursos e evocações românticas do século XIX que caracterizavam os correios como *elo entre os membros da família dispersa*.¹ Note-se que esse *topos* evidencia a dimensão estratégica dos serviços postais no Oitocentos, associando-os à superação das distâncias (geográficas, políticas, ideológicas, etc.), bem como à congregação de sentimentos. Porém, de acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, o termo *laço* também poderia significar “*artifício para fazer cair em engano, ou algum mal*” (SILVA, 1813, p. 198). Essa outra possibilidade de leitura da metáfora reafirma a dimensão de poder inerente às comunicações postais, as quais poderiam ser utilizadas como vetores ideias e projetos deletérios à unidade nacional.

Nesse capítulo, analisamos o papel dos correios brasileiros na manutenção do “*laço de comunicação*” existente entre as partes que compunham o Império. Aparelho indispensável na construção dos Estados nacionais do Oitocentos, os correios constituíram-se em importantes instrumentos de integração territorial, ao viabilizarem a existência de uma rotina burocrática que se materializava na troca sistemática de correspondências entre os governos provinciais e a Corte. Eles

* Doutoranda com financiamento FAPESP pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), onde também é discente.
Contato: perolagold@yahoo.com.br.

1. Esse *topos* discursivo foi identificado por Catherine Golden nas falas de políticos e publicistas britânicos no contexto de reformas que caracterizou os primeiros anos de reinado da Rainha Vitória (1837 – 1901). Em um dos documentos analisados pela autora, os peticionários do projeto de redução das tarifas postais exortavam os simpatizantes da causa com as seguintes palavras: “*Mães e pais que desejam ouvir notícias de seus filhos ausentes! Amigos apartados, que desejam se corresponder! Imigrantes que não esquecem suas terras natais!*” (tradução nossa). In GOLDEN, 2009, p. 60.

também proporcionaram à sociedade civil um canal institucionalizado de comunicação à distância, contribuindo assim, para a transformação dos mercados e dos espaços públicos.

De início, faz-se necessário conhecer a produção historiográfica sobre o tema das comunicações postais no Oitocentos, bem como problematizar a lacuna sobre o tema na historiografia brasileira. Em seguida, observamos como os correios brasileiros se constituíram em comparação aos congêneres existentes em outros países, tais como Inglaterra, França, e Estados Unidos da América. Por fim, analisamos os debates parlamentares da Primeira Legislatura (1826 – 1829) em torno de um dos principais temas da época relacionados aos correios, qual seja a isenção tarifária de jornais, periódicos e livros como forma de facilitar a propagação de notícias e informações pelo interior do Império.

Os correios na historiografia: linhas de pesquisa, problemas e possibilidades

Não obstante a evidente relação dos sistemas postais com a unificação dos territórios nacionais e com outros temas do repertório historiográfico sobre o século XIX, há uma grande carência de levantamentos documentais e pesquisas acadêmicas no âmbito da História das Comunicações, o que não é, todavia, exclusividade da historiografia brasileira. Mesmo assim, é possível identificar duas vertentes de estudos, uma francesa e a outra norte-americana.

Na França, a história dos correios foi tema de obras escritas nas últimas décadas do século XIX por agentes da burocracia estatal relacionados aos serviços postais, com destaque para os seguintes títulos: *La Poste Anecdote et Pittoresque* (1867), de Pierre Zaccone, *Notice Historique sur la Poste aux Lettres* (1870), de Ernest Delamont, *Histoire de la Poste aux Lettres* (1873), de Arthur de Rothschild e *Les Postes Françaises: Recherches Historiques* (1886), de Alexis Belloc. Ainda na senda dos estudos tradicionais, merece destaque a obra de Eugène Vaillé, historiador ligado ao movimento dos *Annales* cuja coleção *Histoire Générale des Postes Françaises* (1947), posto que aborde o tema de forma descritiva, constitui-se em uma síntese substancial sobre a trajetória administrativa do sistema postal francês, desde o Antigo Regime até a fundação da empresa estatal *Poste, Télégraphe e Téléphonie* (PTT).

Em meados da década de 1980, historiadores, geógrafos e demais cientistas sociais membros do grupo *Réseaux*, institucionalmente ligados ao *Laboratoire Technique, Territoire et Société* (LATTs) da *École Nationale des Ponts et Chaussées*, inauguraram debate teórico sobre o conceito de *rede*, o qual ensejou o aparecimento de pesquisas como a de Bernard Lepetit intitulada *Réseaux de transport et organization de l'espace en France (1740 – 1840)*.

Utilizando-se de mapas de rotas postais, esse historiador buscou identificar a posição das principais vilas e cidades francesas na organização administrativa do Reino, de maneira a verificar a existência de articulações e hierarquizações entre elas. Segundo ele, a ideia de rede territorial como “conjunto de vias de transporte cuja hierarquização e articulação perfazem um sistema” (LEPETIT, 1986, p. 12) (tradução nossa) é tardia e data dos anos 1830, sendo, portanto, impensável aos homens de períodos anteriores. Para o contexto pré-industrial, Lepetit conclui, portanto, que “nem a noção de rede urbana nem a de rede de rotas poderiam pertencer ao universo mental das elites citadinas” (tradução nossa).

Concomitantemente às atividades do grupo *Réseaux*, Roger Chartier e sua equipe analisaram fluxos de correspondências de maneira a estabelecer uma cartografia nacional da atividade postal. Desse trabalho resultou *La Correspondance. Les usages de la lettre au XIX siècle* (1991), coletânea de artigos sob a direção do próprio Chartier, cujo foco incide sobre as práticas e usos sociais da escrita epistolar.

Os mais recentes esforços de resgate da memória postal francesa vêm sendo empreendidos pelos membros do *Comité pour l'Histoire de la Poste* (CHP), órgão interinstitucional que, desde sua criação, em 1995, apoia pesquisas acadêmicas sobre uma série de temas até então ignorados pela historiografia, tais como: organização e dinâmica administrativa das instituições postais; poderes e hierarquias no funcionalismo público postal, relações postais internacionais, etc. Não obstante a diversidade temática dessas pesquisas pode-se agrupá-las em três grandes campos.

Primeiramente, o das monografias que tratam da organização do sistema postal em seus níveis mais periféricos: esse é o caso dos estudos de Sébastien Richez para a Normandia e de Mathilde Marguerit sobre o correio rural no departamento do Norte. Ao esclarecer aspectos da política de criação de agências postais e analisarem a implicação de interesses locais

nesse processo, esses trabalhos ajudam a compreender como uma administração tão centralizada como a dos correios pôde se adaptar às demandas e especificidades regionais pois, segundo Marguerit, “ao menos em nível local, os notáveis exercem um poder real sobre a formação da “armadura postal” (MARGUERIT, 2000, p. 53) (tradução nossa).

Em seguida, encontram-se trabalhos que convergem para o que poderíamos chamar de *História Social dos Correios*, como os de Raphaël Tutoy sobre os *maîtres de poste* e de Rania Glissa sobre os vendedores ambulantes de almanaques. A análise dos papéis que esses diferentes atores desempenharam na dinâmica de funcionamento do sistema postal francês ao longo do século XIX permite vislumbrar os Correios não apenas como um aparelho de Estado, mas também como *prática postal* que, na definição do historiador canadense John Willis, é “um processo de comunicação no qual usuários e governo investem ora pelas mesmas razões, ora por razões contraditórias” (WILLIS, 1994, p. 145) (tradução nossa).

Um terceiro campo de pesquisa aproxima o estudo das comunicações postais de um viés político, a destacar os trabalhos de Olivia Langlois sobre a constituição do serviço público postal a partir da Revolução de 1789 e de Olivier Bataillé sobre a criação do Ministério dos Correios e Telégrafos em finais do século XIX. Esses estudos partilham da tese de que o aumento das competências por parte do Estado nacional, fenômeno ocorrido ao longo de todo o século XIX, implicou em uma especialização progressiva da administração pública, sendo os serviços postais parte fundamental dessa especialização. Assim, como afirma a historiadora Catherine Bertho Lavenir, “os Correios tiveram sempre relação institucional como o poder” (LAVENIR, 1997, p. 32) (tradução nossa), de vez que a trajetória dessa instituição atrela-se à conjuntura política de uma época, por vezes, influenciando-as.

Outra temática explorada pelo *Comité* é a do papel das comunidades postais internacionais na formação do capitalismo e na definição dos contornos diplomáticos que duraram até o início da Primeira Guerra Mundial. Em estudo sobre as políticas de universalização tarifária estabelecidas entre os países membros da União Postal Universal, Léonard Laborie caracteriza as redes de comunicação como “os dois grandes catalizadores de interpenetração e de interdependência crescentes entre as economias que caracterizam a segunda metade do século XIX até a Belle Époque” (LABORIE,

2007, p.15) (tradução nossa). Sendo assim, estudar os correios é refletir sobre a construção do território e a inervação de atividades econômicas nele estabelecidas, evidenciando os itinerários, arranjos políticos e fluxos que implicaram na estruturação das economias-mundo no Oitocentos. Relacionando esses trabalhos à atual historiografia francesa, Daniel Roche diz que

A história dos correios se integra, assim, em um questionamento mais vasto que visa à compreensão de uma mudança fundamental de atitudes e de comportamentos humanos na passagem dos estamentos à mobilidade social, à necessidade de rapidez e velocidade (ROCHE apud LE ROUX, 2002, p. 179) (tradução nossa).

Quanto à historiografia das comunicações postais nos Estados Unidos da América, essa pode ser dividida, segundo Richard John, em três categorias: 1) Estudos “*internalistas*”, que descrevem as transformações ocorridas no interior da administração postal; 2) Estudos “*externalistas*”, que analisam a formação dos Correios em função de estruturas socioeconômicas e 3) Estudos “*contextualistas*”, que situam essa instituição em um quadro de referências políticas, sociais, culturais e econômicas diversas (JOHN, 1995, pp. 21 – 23).

Tributários da tradição antiquária oitocentista, os primeiros trabalhos sobre a administração postal norte-americana foram, em geral, realizados pelos próprios funcionários dos correios. Exemplo dessa produção são os *Annals of the Post Office Department of the United States from the year 1677 to 1831* (1832), de autoria de Edmund F. Brown. Neles, sobressai uma imagem oficiosa e pouco problematizada dos principais acontecimentos que marcaram a história dessa instituição.

Com a marginalização do paradigma historiográfico tradicional, os estudos acadêmicos sobre sistema postal sofreram arrefecimento, sendo retomados a partir da segunda metade do século XX, por pesquisadores de várias áreas do conhecimento, como a historiadora Lynn Marshall, o geógrafo Allan Pred e o cientista político Matthew Crenson. Para esses autores, as mudanças na administração dos Correios norte-americanos são reflexo de transformações históricas mais amplas, como a burocratização da sociedade, o crescimento urbano e o colapso de estruturas socioeconômicas tradicionais.

Em contraste com essas interpretações, os atuais estudos de História Política têm evidenciado a importância de instituições governamentais, como os

Correios, no processo de formação do Estado norte-americano. Esses estudos também buscam contextualizar a história da administração postal com base em questões tais como: o que significa a organização de uma máquina como os Correios na construção do aparelho administrativo de um Estado federal? Quais as consequências disso para o Estado norte-americano? Como os Correios influíram na gestão cotidiana dos negócios nacionais?

O livro *Spreading the News* (1995), de Richard John, é uma tentativa bem-sucedida de responder a esses questionamentos: nele, o autor analisa a dinâmica de funcionamento dos Correios de maneira a refletir sobre o papel do sistema postal na vida pública norte-americana do século XIX. Sua tese é a de que o desenvolvimento desse sistema teria engendrado uma revolução na tecnologia de transmissão de informações, ao propiciar aos cidadãos um canal institucionalizado de comunicação com o governo federal. Ademais, John observa que

a contar pelo seu tamanho, escala e complexidade administrativa, é altamente implausível que ele [o sistema postal norte-americano] fosse apenas um espelho de mudanças ocorridas em algum outro campo. Não menos que o sistema viário ou a corporação industrial, o sistema postal foi um agente de mudanças (JOHN, 1995, p. 24). (tradução nossa)

Outro representante dessa corrente historiográfica, o francês Nicolas Barreyre analisa o arranjo institucional e as práticas administrativas do Estado norte-americano no Oitocentos por meio das discussões parlamentares em torno da troca de correspondências entre os entes federados. Em uma época em que os Correios eram expressão integrante da soberania nacional, o debate sobre o uso dos meios de comunicação investia-se de forte conotação política pois, segundo o autor, “por meio do uso da franquia postal, os congressistas adquiriam uma posição privilegiada como intermediários entre o poder Executivo e os cidadãos em seus distritos” (BARREYRE, 2007, p. 52) (tradução nossa). Partilhando com Richard John a ideia de que o sistema postal é uma engrenagem da máquina do governo federal, Barreyre conclui que “Os Correios estavam, portanto, plenamente integrados ao aparelho administrativo do Estado federal americano do século XIX” (tradução nossa).

Ao reavaliar a importância de serviços públicos como os dos Correios na vida pública norte-americana do século XIX, os estudos contextualistas redimensionam, por fim, a relação entre formas de Estado e sistema postal, questionando o mito liberal de que os Estados Unidos teriam se constituído em torno de um governo central fraco.

Estudar os Correios como sistema administrativo que integra o aparelho de Estado é, com efeito, uma perspectiva de análise promissora que, até o presente momento, não encontrou adeptos entre os historiadores brasileiros. Isso talvez se deva porque a maioria dos estudos que tratam da formação do sistema postal no Brasil o faz segundo interesses institucionais ou filatélicos, sendo ainda poucas as pesquisas acadêmicas que se utilizam de fontes postais para responder questões próprias da historiografia. Não obstante essa lacuna, identificamos dois trabalhos historiográficos bastante distintos e igualmente relevantes.

Publicado, em 1963, na revista do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o artigo de Mário Barata intitulado *Aspectos históricos dos Correios no Brasil* é um bom exemplo da historiografia tradicional sobre o tema. Nele, o autor faz uma exegese de textos e documentos publicados até então sobre o surgimento dos correios, fixando os marcos de origem dessa instituição no Brasil que, segundo ele, são a criação do *Correio do Mar* e do *Correio-Mor de Terra*, respectivamente em 1663 e 1666 (BARATA, 1963, p. 140).

A principal contribuição do trabalho de Barata está na distinção que ele faz entre serviços postais marítimos e terrestres. Porém, ao identificar as origens do sistema postal contemporâneo nos aparelhos institucionais de Antigo Regime, o autor demonstra entender a transformação do Estado como um processo linear de modernização, visão conservadora que reitera, ademais, a imagem de ineficiência dos correios brasileiros.

Contrariamente à suposição idealista de que a administração pública – mesmo hoje – corresponda a um sistema unificado e coerente, cremos que a própria organização institucional dos Correios no Império tenha favorecido o aparecimento de incoerências, descontinuidades e lacunas no sistema postal brasileiro, caracterizado pela coexistência de diferentes modelos administrativos. Assim, concordamos com Hespanha que:

Nos equipamentos políticos de todas as épocas coexistem modelos que a história progressivamente

sedimentou, cada qual dotado de uma lógica interna, combinando a seu modo o espaço, as tecnologias, os equipamentos e os destinatários da ação político-administrativa numa estratégia diferenciada de exercício do poder. Na evolução dos sistemas de poder, nenhum sistema superveniente risca completamente o anterior; nem tão pouco o integra tão harmonicamente que ambos passem a fazer corpo numa só peça. A sucessão é sempre conflitual e compromissória. O resultado é sempre um equilíbrio de elementos díspares, por vezes ligados por reconversões funcionais, mas por vezes em aberta conflitualidade (HESPANHA, s/d., p. 42).

Representante da atual produção historiográfica, Mario Marcos Sampaio Rodarte também contempla os aspectos administrativos dos correios brasileiros, porém sob perspectiva bastante diversa em relação ao primeiro autor citado. Seu trabalho é um estudo de História Econômica sobre o processo de urbanização em Minas Gerais no Oitocentos: fundamentando-se nas considerações de Alan Pred sobre tendenciosidade espacial da informação, esse autor analisa os fluxos de comunicação postal de maneira a identificar inter-relações econômicas entre as cidades mineiras. Sua tese é a de que

a maior disponibilidade de informações em uma região promovia seu desenvolvimento econômico, e de sua rede de cidades local vis a vis outras regiões com sistema de comunicação mais precário (RODARTE, 1999, p. 10).

Como os fluxos de correspondência dependem, em grande parte, da infraestrutura postal existente em cada localidade, Rodarte reconstitui a dinâmica de funcionamento dos Correios no território mineiro, apontando alguns aspectos interessantes, tais como: existência de poucos elos de comunicação interprovincial; ênfase na comunicação da Corte com a capital da província e importância das ramificações postais que ligavam as cidades sul-mineiras à província de São Paulo.

Os usos que a sociedade mineira oitocentista fazia dos Correios, bem como os critérios utilizados pelos agentes do poder executivo para a criação de agências postais são outros aspectos pouco comentados por esse autor que reconhece, ademais, que

a ideia de que o governo do Império entendia o Correio como um instrumento de política de

integração nacional, além de servir para o proveito próprio da máquina burocrática, é uma hipótese ainda a ser estudada (RODARTE, 1999, p. 76).

Cientes dessa possibilidade, argumentamos que a construção do sistema postal e a regulamentação das práticas postais somente foram possíveis com a participação de elementos institucionais distintos, tais como representantes do poder Executivo, parlamentares e funcionários da administração postal. Nesse sentido, os correios brasileiros devem ser vistos sob duas perspectivas complementares: como instrumento de centralização do Estado, todavia sem desconsiderar que esse órgão administrativo possibilitou a comunicação entre as diversas partes do Império, tornando, assim, a existência do governo central viável.

Sistemas postais, poder e Estados nacionais: algumas considerações

Sistemas postais são redes de comunicação administrativamente coordenadas cuja existência remonta a, pelo menos, 4.000 anos de história. De acordo com Richard John, essas redes podem ser divididas em três categorias: imperial, corporativa e nacional, sendo que as duas primeiras remetem-se aos períodos romano e medieval, respectivamente (JOHN, 2015, p. 640). Para os fins desse capítulo, interessa-nos tratar apenas do último tipo, o nacional, visto que seu aparecimento esteja relacionado aos processos de formação dos Estados modernos entre os séculos XVII e XIX.

Na Inglaterra, o ano de 1660 marca o momento em que os serviços postais deixaram de ser um empreendimento privado para se tornar monopólio do Estado. Com a instituição do *General Letter Office*, órgão regulamentador do fluxo dos correios, Londres foi conectada às principais cidades do reino, como Bristol, Dover, Edimburgo, Holyhead, Norwich e Plymouth. Segundo Derek Gregory, a introdução do serviço de diligências postais, ou *stagecoaches*, em 1784, aumentou significativamente a eficiência do serviço postal britânico, tornando-o mais ágil, acessível e apto a vencer distâncias (GREGORY, 1987, p. 132).

A centralização dos serviços postais na França iniciou-se, por sua vez, em 1793, com a criação da Agência Nacional dos Correios, órgão que permaneceu subordinado ao Ministério das Finanças até a criação do Ministério de Correios e Telégrafos, em 1879. Para

Benoît Oger, esse fato consagrou a opção do governo francês pela gestão direta desse serviço, sendo justificado por um duplo imperativo: interesse dos governantes pelo controle da informação (antes, durante e após a Revolução) e busca de novas fontes de receita para o Tesouro” (OGER, 2000, p. 8) (tradução nossa).

Já a institucionalização dos correios nos Estados Unidos esteve relacionada à organização do sistema político e às práticas administrativas decorridas da opção dos *founding fathers* pelo arranjo federativo. Nesse processo, a responsabilidade administrativa do Congresso em relação aos serviços postais foi confirmada pelo *Postal Act* de 1792, documento que estabeleceu o desenho institucional que os correios norte-americanos haveriam de ter ao longo do Oitocentos.

O departamento dos correios foi elevado a gabinete ministerial com a posse do presidente Andrew Jackson, em 1829. Essa data marca a expansão da rede postal norte-americana. Em 1828, haviam nos Estados Unidos 74 agências de correios para cada 100.000 habitantes, estatística que, até então, nenhum país europeu havia alcançado. Para Richard John,

esse cenário não foi de forma alguma reflexo inócuo das transformações ocorridas fora do âmbito político. Ao invés disso, foi produto de decisões políticas deliberadas que, não obstante a imprevisibilidade de seus resultados, habilitou os agentes do poder público a controlar a fidelidade de uma ampla e diversificada população, espalhada por um território geograficamente vasto e culturalmente diversificado (JOHN, 1997, p. 374).

A incorporação dos correios ao Estado luso-brasileiro iniciou-se, por sua vez, em 1797, quando o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, deu início ao processo de organização do serviço postal do Reino. Essa iniciativa foi confirmada por um Alvará Régio de 1798 que instituiu de fato os correios marítimos, determinando que os fluxos entre as capitanias brasileiras e a metrópole portuguesa fossem regularizados por meio de duas linhas marítimas com periodicidade bimensal: a primeira direcionada aos portos do Norte (Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Pará) e a segunda aos portos da Bahia e Rio de Janeiro.

Com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, os serviços postais tiveram de ser adaptados à condição dessa nova capital: por meio da criação da Administração do Correio da Corte, o

efetivo dos correios foi aumentado, criando-se novas linhas postais e incrementando as já existentes. Essas medidas tinham por objetivo ligar à Corte algumas das regiões consideradas estratégicas para a manutenção da soberania imperial, como Minas Gerais, importante polo abastecedor de alimentos e portal de entrada para as capitanias do interior.

A política de integração territorial levada a cabo durante o reinado de Dom João VI no Brasil continuou após a Independência, ganhando novas dimensões sob a égide do Estado nacional: agora, tratava-se não apenas de ligar a Corte às diversas províncias do Império, mas também de prover essas províncias de maior fluidez de forma a assegurar-lhes a manutenção dos mercados e a governabilidade do território. Foi nesse sentido que, em 1828, o Secretário dos Negócios do Império, José Clemente Pereira, apresentou ao Parlamento uma proposta de reorganização dos serviços postais que se efetivou, no ano seguinte, com a regulamentação da Administração Geral dos Correios.

Esse órgão, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como função viabilizar a melhoria das práticas postais vigentes em todo país, além de gerir as finanças dos Correios da Corte. Seu efetivo era encabeçado pelo Diretor Geral, funcionário ao qual cabia

Fiscalizar, promover, e dirigir a administração geral de todos os Correios; e propor ao Governo pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império todos os meios que a prática mostrar convenientes para melhorar a mesma administração (BRASIL, 1877, p. 208).

Também foi estabelecido que em cada capital de província, haveria um administrador que serviria, ao mesmo tempo, de tesoureiro e chefe da repartição. Além disso, definiu-se que todas as cidades e vilas deveriam possuir, obrigatoriamente, um agente postal, sendo as Câmaras Municipais responsáveis pelo provimento de recursos materiais e humanos para essa empresa.

O novo regulamento evidenciou a preocupação do ministro Clemente Pereira com a distinção entre correios terrestres e marítimos. Em relação ao primeiro ramo, definiram-se algumas normas a fim de dar maior celeridade ao trabalho dos pedestres e prevenir o retardamento ou interrupção dos “*giros*” postais: por exemplo, o artigo 90 determinava que “durante a sua marcha”, os condutores não poderiam ser presos,

exceto se fossem pegos em flagrante delito. Nesse caso, a autoridade local tomaria as devidas medidas para que as malas seguissem “indefectivelmente [sic] sem demora para os seus destinos”. Os correios terrestres ainda tinham prioridade de embarque em canoas e barcas, podendo atravessar livremente barreiras, pontes ou qualquer outro lugar onde se exigisse algum direito de passagem.

Havia um título exclusivo para tratar dos correios de mar. Nele, deliberava-se sobre uma miríade de assuntos, nem todos diretamente relacionados à condução de malas postais. Os artigos 122 e 131, por exemplo, admitiam, respectivamente, o transporte de passageiros e de encomendas nos paquetes de correio. No primeiro caso, as pessoas que pretendessem viajar a bordo dessas embarcações, deveriam estar habilitadas com um passaporte expedido pelo Ministério da Marinha. Já o transporte de encomendas deveria seguir as normas estipuladas pelas alfândegas, repartições sujeitas ao Ministério da Fazenda. Essa diversidade de funções assumidas pelos correios marítimos demonstra-nos, por sua vez, a indefinição de competências ministeriais característica do Primeiro Reinado.

O regulamento também determinava que os comandantes dos paquetes fossem responsáveis “pelo asseio, e boa conservação” de suas embarcações, devendo “tratar os passageiros com toda a urbanidade, e civilidade”. Ao entrarem nos portos de destino, esses comandantes deveriam, ademais, entregar nas agências postais as malas sob sua responsabilidade, podendo receber bonificações de 30 réis por carta, se vindos de países estrangeiros. Caso faltassem com seus deveres e obrigações, esses empregados poderiam ser demitidos do comando ou presos.

Visando coibir o tráfico de correspondências, proibiram-se “todos os navios de guerra e mercantes, nacionais ou estrangeiros” de receberem “cartas particulares fechadas”, a exceção da correspondência relativa aos negócios das próprias embarcações. Ademais, “todos os comandantes, oficiais, mestres, passageiros, ou qualquer pessoa da tripulação” que fosse encontrada portando cartas seria multada em dez a trinta mil réis, ficando sujeito à mesma multa “todo e qualquer indivíduo residente nas cidades e vilas notáveis” que não postasse sua correspondência nas agências de correio.

Esse documento também concedia isenção de tarifas a presidentes de província, ministros e outros membros do governo imperial, sob a condição de que esses separassem suas correspondências em duas

categorias – “Interesse Particular” e “Serviço Público” – sendo apenas a segunda livre de taxas. Essa medida talvez buscasse coibir o que, em países como os Estados Unidos da América, era considerado uma das principais falhas do sistema postal: o uso abusivo da franquia para arregimentação política, difamação de adversários e manipulação de informações durante o período eleitoral.

As transformações ocorridas no sistema postal brasileiro durante os primeiros anos de Independência evidenciam, assim, o esforço do governo imperial em expandir sua autoridade pelo território de maneira racional, além de manter-se institucionalmente equiparado ao que havia de mais moderno em termos de administração postal no mundo, promovendo a integração territorial do Império via expansão dos serviços postais.

Correios, impressos e “difusão das luzes”

Um dos temas relacionados aos correios que esteve presente na agenda dos deputados brasileiros durante a primeira legislatura (1826 – 1829) diz respeito à franquia de jornais, periódicos e livros como forma de facilitar a propagação de notícias pelo interior do Império. Nessa parte do capítulo, analisamos como diferentes propostas de franqueamento postal evidenciaram o clima melindroso existente entre a Câmara dos Deputados e o Imperador, este último titular do poder Executivo. Vale observar que essas propostas coexistiram, com o esforço de institucionalização dos serviços postais levado a cabo pelo governo imperial.

Entre os regimes liberais do século XIX, era consensual que os veículos de comunicação desempenhassem importante papel na formação da opinião pública, sendo a liberdade de imprensa um dos fundamentos dos governos representativos. Ora, para haver livre circulação de jornais pelo território nacional era necessário que os governos implantassem políticas tarifárias específicas para esse tipo de material impresso.

O primeiro país a incluir periódicos no câmpo postal foram os Estados Unidos, por meio do já mencionado *Postal Act* de 1792. Posteriormente, a lei complementar dos Correios de 1794 incluiu nesse documento uma provisão que taxava em apenas 1 *cent* o porte de todos os jornais que fossem impressos nos estados norte-americanos, qualquer que fosse a distância percorrida pelos transportadores.

Para Richard John, essa medida reafirmava um dos princípios do modelo democrático americano, qual seja o compromisso dos políticos eleitos com a prestação de contas de seus atos (*accountability*), o que deveria ser feito por meio da difusão de notícias e opiniões. Ela também era fundamentada na crença republicana de que, ao difundirem notícias, costumes, hábitos e opiniões, os correios desempenhavam papel de destaque na vida política de uma sociedade, contribuindo, assim, para a realização do princípio de “cidadania informada” (*informed citizenry*), tão caro aos *founding fathers* norte-americanos (JOHN, 1997, p. 371). Além disso, observa Arthur Hecht que

a importância de uma distribuição postal ampla e eficiente, especialmente no que diz respeito aos jornais, foi desde cedo reconhecida como um potente fator de manutenção e expansão dos valores e costumes democráticos (HECHT, 1963, p. 442) (tradução nossa).

Em outros países, a questão do porte de periódicos nos correios também adquiriu conotações políticas. Na Inglaterra dos anos 1820 e 1830, por exemplo, os proprietários de jornais que não eram taxados pelo governo, sentindo-se excluídos do sistema postal, apresentaram suas queixas e demandas ao Parlamento, no episódio que ficou conhecido como “Guerra dos Não-taxados” (*War of the unstamped*). Esse debate parlamentar coincidiu com a campanha pela redução da tarifa postal iniciada por segmentos da sociedade britânica, sob a liderança do economista Rowland Hill, e levada a cabo sob a forma de legislação em 1839.²

No Brasil, a Assembléia Constituinte de 1823 determinou que seu *Diário* fosse remetido a todas as câmaras municipais do Império, cabendo a esses órgãos divulgar a leitura desse material a

todos os cidadãos. Para isso, estabeleceu-se que a publicação em questão fosse isenta de porte nos correios e que a tarifa das assinaturas particulares fosse regulada de modo que bastasse “tão somente para fazer face às despesas do papel e impressão” (BRASIL, 1874, p. 119).

A importância dessa disposição foi reiterada pelos parlamentares da legislatura seguinte: em junho de 1826, Antonio Marques de Sampaio indicou que se oficiasse ao governo para dar providências no sentido de franquear as folhas daquela Assembleia que fossem destinadas às câmaras municipais e demais autoridades estabelecidas nas províncias. Alegava o deputado mineiro que os cofres públicos nada tinham a padecer com a medida, visto que ficasse “compensada a franqueza do porte com a maior extração do Diário em benefício da tipografia nacional” (BRASIL, 1874, p. 38).

Não demorou muito para que a franquia postal concedida às municipalidades fosse reivindicada para outras instituições de caráter público: em setembro de 1827, a Câmara recebeu uma representação de Baptista Caetano de Almeida, comerciante residente em São João del Rei, participando haver fundado uma biblioteca nessa vila, em 9 de agosto do mesmo ano.³ Em face dessa notícia, o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, um dos principais representantes liberais no Parlamento, requereu à Assembleia que fossem isentos de portes de correio “todos os livros, jornais e periódicos destinados a enriquecer aquele tão proveitoso estabelecimento” (BRASIL, 1875, p. 11).

No parecer da Comissão de Instrução Pública sobre o requerimento em questão, o comerciante Batista Caetano de Almeida, idealizador da “patriótica empresa”, foi louvado pela “filantropia de seus sentimentos” ao propor “propagar as luzes entre os seus concidadãos” de forma a fazê-los reconhecer “a dignidade do homem; a extensão dos seus direitos, e a linha de suas obrigações na sociedade civil” (BRASIL, 1875, p. 100). Sendo assim, resolveu-se que os livros e folhas periódicas destinados à biblioteca pública de São João del Rei

2. No panfleto *Post Office Reform; its importance and practicability* (1837), Hill expõem os argumentos que embasavam sua proposta: segundo ele, o alto custo das taxas postais era resultado de um arranjo administrativo complexo e ineficiente, o qual privilegiava a arrecadação fiscal em detrimento da qualidade do serviço prestado à população. A instauração da franquia única e o pagamento prévio da mesma eram, na opinião do autor, condições para se alcançar um aumento dos fluxos postais, podendo gerar, inclusive, lucros para a administração. Em 1839, estabeleceu-se na Inglaterra a taxa única de um *penny* para toda carta simples, independentemente da distância percorrida pelo transportador. Essa taxa deveria ser paga previamente pelo emissor da correspondência, sendo o pagamento identificado por um selo – o *Penny Black* – posto à venda em 1840.

3. Estabelecida de maneira provisória no prédio da Casa da Misericórdia, tendo sido posteriormente transferida para a Casa da Câmara, em setembro de 1828, a biblioteca pública de São João del Rei foi talvez o primeiro empreendimento dessa natureza existente na província de Minas Gerais.

fossem isentos não apenas de portes dos correios, mas também de direitos nas alfândegas e portos secos do Império.

Em sessão de 22 de outubro, durante a discussão da Assembleia sobre a referida resolução, o deputado paraibano Augusto Xavier de Carvalho requereu que se generalizasse a todas as províncias a providência tomada quanto à biblioteca de São João del Rei. No Senado, órgão que se caracterizou no Primeiro Reinado por sua resistência a muitas propostas apresentadas pela Câmara, essa proposta foi recebida com entusiasmo, considerada de extrema necessidade à “profusão das luzes” (BRASIL, s/d., p. 304).

A iniciativa dos parlamentares brasileiros em aprovar essa medida demonstra-nos que o modelo liberal de Estado por eles idealizado não prescindia de uma dimensão civilizacional, materializada na fundação e manutenção de instituições públicas e privadas de instrução, como as bibliotecas, sociedades literárias, gabinetes de leitura, etc. Nesses espaços de saber, mas também de exclusão, os cidadãos (e apenas eles) deveriam ser formados (e informados) de maneira a concorrerem para o progresso da nação com o exercício de sua liberdade e capacidade intelectuais.

O tema da concessão de franquia postal a impressos voltou à cena parlamentar, mais uma vez, pelas mãos do padre Ferreira de Melo. Em sessão de 9 de maio de 1828, ele pediu a palavra para refletir sobre a seguinte questão: havendo no Brasil muitas folhas periódicas, elas ainda não haviam produzido todos os frutos que eram de se esperar, devido aos inúmeros “embaraços” fiscais presentes “nos correios de uma para as outras províncias”. Essa situação era agravada por outra circunstância, qual seja o privilégio de isenção tarifária concedido a periódicos estrangeiros, em detrimento das folhas nacionais. Em face dessa contradição, apresentou o deputado mineiro uma resolução que invertia a lógica fiscal: as folhas estrangeiras (exceto aquelas destinadas às bibliotecas públicas), pagariam o porte imposto aos jornais nacionais, enquanto esses ficariam desobrigados de fazerem o mesmo.

Após ser analisado pela Comissão de Fazenda, o projeto de Ferreira de Melo voltou à discussão no Parlamento, onde recebeu várias propostas adicionais: o deputado baiano José Avelino Barbosa, por exemplo,

apresentou uma emenda para que a isenção fiscal dos livros destinados às bibliotecas públicas fosse “ampliada para todos os cidadãos do império do Brasil” (BRASIL, 1876, p. 57). Outro parlamentar, José Gervásio de Queiroz Carreira, propôs um artigo aditivo para que os periódicos fossem considerados como cartas seguradas, mesmo sem seus proprietários terem pago o dito seguro. Receava o deputado cearense que os extravios nos correios, então recorrentes, aumentassem entre os periódicos francos de porte. Com essa medida, buscava impor à administração dos correios “a obrigação de pagar o importe do seguro para obrigá-la a ser mais diligente”.

José Lino dos Santos Coutinho, por sua vez, chamou atenção para outro problema que poderia advir dessa mudança de legislação: a introdução de cartas no interior dos periódicos francos. De acordo com o deputado baiano, essa prática ilegal já ocorria da seguinte forma:

Os correspondentes dos diversos países estrangeiros, querendo mandar cartas, periódicos e muitos papeis a seus correspondentes fazem uns pequenos pacotes cobertos com um pano, e põem-lhe o sobrescrito por fora “Amstras de fazenda”, e com este título de amostras vão estes pacotes para a alfândega, e cada um dos comerciantes vai recebê-los, e aí vêm 50 e 100 cartas e muitos periódicos, ficando assim a nação inibida de receber muitos portes (BRASIL, 1876, p. 58).

Dizia Lino Coutinho que, enquanto na Inglaterra os agentes postais eram rigorosos na arrecadação dos portes, no Brasil, os correios jaziam em estado de “abandono total”, razão pela qual davam “muito pouco lucro todos os anos”.⁴ Em face disto, sugeriu que se recomendasse ao governo aumentar a fiscalização nos correios a fim de evitar todo e qualquer tipo de contrabando.

O padre José Custódio Dias, um dos mais radicais opositores do governo na Câmara, opôs-se veementemente à proposta de Lino Coutinho, alegando que, com ela, o Legislativo dava brechas para que os Ministros

4. A pouca rentabilidade dos correios em relação a outros ramos do serviço público pode ser inferida com base nos dados contidos nos relatórios ministeriais da Secretaria da Fazenda imperial. Em relação ao ano de 1827, por exemplo, os correios arrecadaram 16.609\$270 réis, valor modesto se comparado à receita de outras repartições, como a Alfândega (2.450.989\$817 réis), a Casa da Moeda (1.593.345\$410 réis) ou a Chancelaria-mor (50.789\$069 réis). In BRAZIL, 1889, p. 7.

tomassem medidas arbitrárias, como romper o subscrito desses impressos. Contemporizador, Bernardo de Vasconcelos observou que, embora louvasse os sentimentos liberais do colega mineiro, não via na emenda do deputado baiano intenção de dar arbitrariedade ao governo, porque se esse órgão usasse mal de suas prerrogativas fiscais, ficaria “responsável como se violasse o artigo de uma lei”, no caso, a Constituição. Por fim, a emenda em questão terminou sendo excluída do texto original do projeto pelos senadores, em setembro daquele mesmo ano.

Antes de sancionar a resolução da Assembleia, o Imperador convocou o Conselho de Estado para dar o seu parecer sobre o assunto. Em 4 de julho de 1829, esse órgão se reuniu no Paço Imperial da Corte e votou unanimemente por não se isentar de porte os periódicos nacionais que circulavam pelas províncias. Justificavam os conselheiros sua decisão

pelos prejuízos que [a medida] causava a este estabelecimento [Correios], desfalcando-se tão consideravelmente seu rendimento, quando suas despesas tanto se haviam aumentado para que desta Repartição se tirassem os melhores resultados em benefício público (RODRIGUES, 1978, v.1, p. 21).

Vale observar que os conselheiros faziam menção aos gastos obtidos com a recente regulamentação da Administração Geral dos Correios, medida cujas disposições analisamos anteriormente.

Após adiar sua decisão por mais de uma semana, D. Pedro corroborou a opinião de seus conselheiros e proscreeu a resolução sobre o porte franco de impressos. Não obstante esse ato do Poder Moderador, a reivindicação pela franquia postal de periódicos voltaria a aparecer na pauta de debates da Câmara durante a legislatura seguinte, hegemonicamente composta por deputados da ala liberal. Por fim, a franquia de impressos nacionais e estrangeiros foi confirmada por um decreto datado de 7 de junho de 1831, o qual aprovava, com algumas exceções as disposições legislativas inseridas no regulamento da Administração Geral dos Correios, de 1829.

Considerações Finais

Vimos nessa última parte do capítulo alguns projetos bastante representativos do liberalismo constitucional então predominante na Câmara dos Deputados

durante a Primeira Legislatura. Os diferentes desfechos que essas propostas tiveram revelam-nos a existência de duas lógicas distintas que estiveram em constante conflito e acomodação na esfera do debate político: a ideologia liberal de difusão das luzes e o imperativo fiscal, prioridade do governo. Para deputados liberais, a difusão de jornais por meio dos correios era condição de significativa vantagem na luta contra os agentes retrógrados da política nacional. Já os conservadores argumentavam que a ampliação da isenção tarifária a todos os periódicos traria consigo o aumento do porte das cartas e a consequente ruína financeira dos serviços postais.

No primeiro caso analisado, estimamos que o franqueamento de porte concedido a periódicos e livros que fossem remetidos às bibliotecas públicas tenha sido visto pelo governo como uma medida positiva, de vez que os ganhos civilizacionais, quais sejam a difusão de saberes, notícias e informações pelo interior das províncias, fossem maiores que as perdas financeiras advindas da diminuição de arrecadação de portes pelos correios.

Porém, ao proporem a generalização dessa medida a todos os periódicos que circulavam pelo Império, os parlamentares brasileiros foram além do que estava disposto ceder o governo em prol da instrução pública. Daí o uso do veto imperial, medida constitucionalmente atribuída ao Poder Moderador, mas que se tornou alvo de críticas devido à recorrência que dela fez D. Pedro I ao longo de seu reinado.

Essas diferentes lógicas nos remetem à existência de grupos políticos distintos com projetos de Estado igualmente conflitantes: de um lado, parlamentares vinculados a interesses provinciais que defendiam o estabelecimento pleno do sistema constitucional, a limitação da autoridade do governo e a adoção de princípios liberais mais abrangentes, como distribuição equitativa de poderes, liberdade de imprensa, autonomia administrativa, e efetiva prestação de serviços públicos pelo Estado, como no caso dos correios. Do outro lado, situavam-se o próprio D. Pedro e políticos da base governista, os quais buscavam preservar o arranjo institucional vigente, reiterando a proeminência do Executivo sobre os demais poderes constitucionalmente estabelecidos. Na interseção desse embate, a Administração Geral dos Correios, tópico de disputa entre Câmara e governo nos anos 1830 cujos contornos institucionais

continuaram a ser delineados na década seguinte, com o processo de racionalização dos aparelhos de Estado sob a égide saquarema (MATTOS, 2004).⁵

A circulação de impressos pelo território do Império, suas implicações financeiras e organizacionais para a administração dos correios e os desdobramentos políticos, econômicos e culturais desse fenômeno são apenas alguns dentre tantos temas a serem explorados no campo da História das Comunicações. Sendo assim, esperamos ter contribuído para demonstrar que estudar os Correios é também refletir sobre a construção do território e a inervação de atividades econômicas nele estabelecidas, evidenciando, ademais, os itinerários, arranjos políticos e fluxos de correspondências que implicaram em uma reestruturação das economias-mundo e das práticas sociais no Oitocentos.

Referências

- A Aurora Fluminense*, Jornal Político e Literário. Rio de Janeiro, 11/06/1828. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pesq=/> Acesso em 06 ago. 2017.
- BARATA, Mário. Aspectos históricos dos Correios do Brasil. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 259, pp.134-154, 1963.
- BARREYRE, Nicolas. Administration et franchise. La Poste, le Congrès et les formes de l'État au XIXe siècle. In *Revue française d'études américaines*, v. 2, pp. 52 – 64, 2007.
- BATAILLÉ, Olivier. *Naissance d'une administration moderne. La fusion des services postaux et télégraphiques français au XIXe siècle*. Tese de Doutorado. Toulouse:Université Toulouse I, 2002.
- BELLOC, Alexis. *Les Postes Français es: Recherches Historiques*. Paris:Librairie de Firmin-Didot, 1886.
- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte (1823). *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro:Tipografia do Imperial Instituto Artístico, Tomo I, 1874.
- BRASIL. Câmara dos Deputados (1826). *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro:Tipografia do Imperial Instituto Artístico, Tomo 2, 1874.
- BRASIL. Câmara dos Deputados (1827). *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro:Tipografia de Hipólito José Pinto & Cia, Tomo 5, 1875.
- BRASIL. Câmara dos Deputados (1828). *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro:Tipografia Parlamentar, Tomo 2, 1876.
- BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro:Tipografia Nacional, 1877.
- BRASIL. Ministério da Fazenda (1828). *Documentos com que instruiu o seu relatório à Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Nacional Miguel Calmon Du Pin e Almeida*. Rio de Janeiro:Tipografia Imperial e Nacional, 1889.
- BRASIL. Senado Imperial (1827). *Anais do Senado do Império do Brasil – Segunda Sessão da Primeira Legislatura*. Brasília:Secretaria Especial de Editoração e Publicações, s/d. <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/> Acesso em 06 ago 2017.
- CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance*. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris:Fayard, 1991.
- CRENSON, Matthew A. *The Federal Machine: Beginnings of Bureaucracy in Jacksonian America*. Baltimore:Johns Hopkins University Press, 1975.
- DELAMONT, Ernest. *Notice Historique sur la Poste aux Lettres dans l'Antiquité et en France*. Bordeaux:Imprimerie-Typographique A. Pérey, 1870.
- GLISSA, Rania. *Les ambulants: apogée et déclin d'un corps de métier à la Poste de 1945 à 1995*. Tese de Doutorado. Lyon:DEA, Université Lyon III, 1997.
- GOLDEN, Catherine. *Posting It: The Victorian Revolution in Letter Writing*. Gainesville:University Press of Florida, 2009.
- GREGORY, Derek. The friction of distance? Information circulation and the mails in early nineteenth-century England. In *Journal of Historical Geography*, v. 13, nº 2, pp. 130 – 154, 1987.
- HECHT, Arthur. Pennsylvania Postal History of the Eighteenth Century. In *Pennsylvania history*, v. 30, nº 4, pp. 420 – 442, 1963.
- HESPANHA, Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_3900.pdf Acesso em 20 jan., 2015.
- HILL, Rowland. *Post Office Reform; its importance and practicability*. London:Charles Knight and Co., 1837.
- JOHN, Richard R. Governamental Institutions as Agents of Change:Rethinking American Political Development in the Early Republic, 1787 – 1835. In *Studies in American Political Development*, v. 11, pp. 347 – 380, 1997.
- JOHN, Richard R. Postal Systems. In *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Oxford Elsevier, pp. 640 – 643, 2015.
- JOHN, Richard R. *Spreading the News: The American Postal System from Franklin to Morse*. Cambridge, MA:Harvard UP, 1995.

5. Um dos principais intérpretes do período imperial, Ilmar Rohloff de Mattos defende a tese de que o processo de formação do Estado nacional brasileiro teria engendrado o aparecimento de uma elite política e econômica plenamente identificada com o projeto de manutenção da ordem escravocrata levado a cabo pelo governo imperial. No Parlamento, essa elite era representada pelos membros do partido conservador, os quais ficaram conhecidos como *Saquaremas* depois da crise política de 1842. In MATTOS, 2004.

- LABORIE, Léonard. Mondialisation postale: innovations tarifaires et territoires dans la seconde moitié du XIXe siècle. In *Histoire, économie & société*, v. 2, pp. 15 – 27, 2007.
- LANGLOIS, Olivia. *A contribution to the history of postal public service from the Revolution to the liberal trend of the Second Empire*. Tese de Doutorado. Estrasburgo:Université Strasbourg 3, 2003, p. 544.
- LAVENIR, Catherine Bertho. Le facteur national: la politique des réseaux postaux. In: *Les cahiers de médiologie*, v. 1, n° 3, pp. 31 - 41, 1997.
- LEPETIT, Bernard. L'impensable réseau. Les routes françaises avant les chemins de fer. In : *Cahier/ Groupe Réseaux*, n° 5, pp. 11 – 29, 1986.
- MARGUERIT, Mathilde. La mise en place du réseau postal dans les campagnes du XIXe siècle. Une étude de cas: le département du Nord. In *Flux*, n° 42, pp. 48 – 59, 2000.
- MARSHALL, Lynn L. The Strange Stillbirth of the Whig Party. In *American Historical Review*, v. 72, pp. 445 – 468, 1967.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo:Hucitec, 2004.
- OGER, Benoît. Les mutations de la Poste de 1792 à 1990, entre ruptures et continuités. In *Flux*, n° 42, pp. 7 - 21, 2000.
- PRED, Allan R. *Urban Growth and the Circulation of Information: The United States System of Cities, 1790 – 1840*. Cambridge:Harvard University Press, 1973.
- RICHEZ, Sébastien. L'essor postal dans le Calvados au cours de la seconde moitié du XIX siècle. In *Annales de Normandie*, v. 50, n° 4, pp. 523 – 545, 2000.
- ROCHE, Daniel. Conclusion. In: LE ROUX, Muriel (dir.). *Histoire de la Poste: de l'administration à l'entreprise*. Paris:Éditions rue d'Ulm, pp. 178 - 184, 2002.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte:CEDEPLAR, UFMG, 1999, p.79.
- RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília:Centro Gráfico do Senado Federal, 1978.
- ROTHSCHILD, Arthur de. *Histoire de la Poste aux Lettres*. Paris:Librairie Nouvelle, 1873.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa – recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa:Tipografia Lacerdina, vls. 1 e 2, 1813.
- TUTOY, Raphaël. *Les maîtres de poste dans le Calvados entre 1750 et 1830. Ascension sociale et innovation agricole*. Dissertação de Mestrado. Caen:Université de Basse-Normandie, 2001, p. 168.
- VAILLÉ, Eugène. *Histoire Générale des Postes Françaises*, 7 vls. Paris:Presses Universitaires de France, 1947.
- WILLIS, John. L'importance sociale du bureau de poste en milieu rural au Canada, 1880 – 1945. In *Histoire Sociale/ Social History*, v. XXX, n° 59, pp. 143 – 168, 1997.
- ZACCONE, Pierre. *La Poste anecdotique et pittoresque*. 2° ed. Paris:Librairie Achille Faure, 1867.

ENTRE A VOCAÇÃO E A INTERPRETAÇÃO: o ensaio e a experiência intelectual latino-americana século XIX

Maro Lara Martins*

Este texto é composto por dois movimentos interdependentes. O primeiro é a busca por uma definição geral do estilo de escrita ensaio. O segundo diz respeito a formas de apropriação e reinserção desse estilo em um contexto diverso do europeu. Na primeira parte, se realiza uma breve exposição das principais características do ensaio enquanto forma de escrita e de exposição das ideias. Apesar da crítica literária ter se dedicado e estabelecido certos parâmetros, se recorreu a algumas proposições de Georg Lukács e Theodor Adorno sobre o ensaio para se estabelecer algumas referências para a discussão do alcance do ensaio como forma adequada de conhecimento da realidade. Ademais, indica-se, mesmo que superficialmente, as trajetórias do ensaio como tradições nacionais de interpretação que paulatinamente ganharam expressão através de certos temas e debates.

Nas origens, se o texto de Montaigne se tornou fundamental para o estabelecimento deste suporte de escrita, o ensaio conheceu diversas trajetórias na Europa central, sendo apropriado pela filosofia alemã, pelo debate cultural inglês e pela crítica francesa. Seguindo este raciocínio, considera-se que os elementos distintivos do ensaio, enquanto proposição de uma teoria geral como a concebida por Lukács e Adorno, não são suficientes para a exaustão analítica sobre os modos pelos quais estão disponíveis certos estilos aos autores e os usos pelos quais se constrói a argumentação proposta pelos mesmos.

No segundo tópico do texto, se estabelece uma reflexão sobre o ensaio latino-americano, sua vocação para a participação na vida pública da região e a experiência intelectual latino-americana. Inicialmente, são localizadas duas tradições de interpretação sobre ensaio no território, uma que se utiliza de uma metáfora da América enquanto ensaio civilizatório e outra que

localizou o ensaio e a vocação ensaística latino-americana conectada aos movimentos de autonomia política-institucional do continente. Em seguida, pondera-se que a proliferação do ensaio nesta região periférica ajudou a configurar um pensamento que tenderia a expressar-se através de uma relação com sua sociedade e seu território, a partir de sua posição e de sua experiência intelectual. Nestes termos, indica-se a persistência de práticas cognitivas do mundo em territórios fora do eixo europeu e sua imbricação com a forma como as ideias são apresentadas. Em seguida, se relaciona essa forma periférica de apresentação das ideias com a característica típica desses territórios, na confluência para a inventividade, em seu aspecto construtivo, o inacabamento e a concepção desses territórios como um campo de experimentação da modernidade. Assim, a América Latina, na visão de seus intérpretes emergiria como um espaço de projetos.

Os Contornos da Escrita: as formas do ensaio

Não é intenção deste texto propor uma revisão da teoria do ensaio a partir da ótica da teoria literária. Entretanto, torna-se fundamental uma caracterização geral do ensaio como forma de escrita, para posteriormente se estabelecer alguns parâmetros sobre os quais repousam o objeto de estudo dessa tese. Assim, o caminho proposto é o de ir além da relação estética e da experiência formal contidos nesse objeto de estudo.

As posições de Georg Lukács (2009, 1985) e Theodor Adorno (2003) tornaram-se referência para a discussão do alcance do ensaio como forma adequada de conhecimento da realidade. Para Lukács, o ensaio como forma partiria da renúncia ao direito absoluto do método e da ilusão de poder resolver pela forma o sistema de contradições e tensões da vida. O ensaio não obedeceria a regras da ciência, tampouco da teoria, para as quais a ordem das coisas seria o mesmo que a ordem das ideias. Pelo contrário, o ensaio, partindo da

* Doutor em Sociologia pelo Iesp/Uerj, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Contato: marolara@gmail.com.

consciência da não identificação seria radical em seu não radicalismo, na abstenção de reduzir o todo a um princípio, na acentuação do parcial frente ao total, em seu caráter fragmentário. O ensaio, nesta concepção, seria a forma de decomposição da unidade e da reunificação hipotética das partes, no sentido que daria movimento ao imaginar a dinâmica da vida, reunindo estruturas provisórias do que estaria dividido, e distingui-lo do todo que se apresentaria como unidade.

Esse movimento, instante fugaz, deveria propiciar ao ensaio uma distinção central na filosofia de Lukács: a oposição entre vida cotidiana e vida autêntica. A existência autêntica seria a única capaz de permitir ao homem deixar de conceber a morte como um limite que apaga sua existência e ilude seu sentido. Nestes termos, a busca lukácsiana da forma para dotar a vida de sentido encontraria no ensaio uma expressão que dotaria de sentido a vida autêntica como gesto reflexivo. De modo que nos seus escritos sobre a forma e alma, o que pareceria ser dois discursos separados, o fictício e o teórico,¹ constituem a mesma resposta para a tragicidade da vida.

No fundo, para Lukács, o ensaio expressaria uma síntese da vida, que buscasse a dinâmica efetiva dos elementos dela. Entretanto, a impossibilidade de se dar uma forma à vida, de resolver sua antítese na dimensão afirmativa de uma cultura, obrigaria o ensaio a se auto interpretar como representação provisória e como ponto de partida de outras formas, de outras possibilidades. Daí seu caráter errante entre a forma e sua superação irônica, entre a forma como destino e a aforia de uma forma como totalidade independente. Dito de outro modo, essa irrupção irônica que se alimentaria da surpresa de se observar a suspensão da ideia de absoluto, através da irrupção de coisas fragmentárias da vida, assinalaria que através do jogo e das variações e configurações da vida se renunciaria as formas de evidência do real, e impõem ao ensaio um procedimento abstrato, que determinaria tanto sua estratégia discursiva como a forma de conhecimento que seria própria.

A diferenciação do ensaio de outras formas como a poesia, seria que a poesia receberia o destino em seu perfil, em sua forma, enquanto no ensaio, a forma se faria destino, ou ao mesmo o princípio do destino, uma vez que decidiria a resolução particular dos possíveis. O ensaio necessitaria da forma enquanto vivência, para

realizar-se na consciência da vida através do desacordo entre a vida e suas instâncias de representação e explicação. Estas postulações de Lukács seriam retomadas por Adorno que encaminharia a discussão sobre o modo de escritura do ensaio a outro ponto.

Para Adorno, a forma ensaística é pensada como o estilo ou a maneira de se fazer filosofia, que de uma maneira geral, não só eximiria o texto de cair na armadilha das tradições acadêmicas e científicas, portadoras de uma tradição de pensamento conservador, mas sobretudo, permitiria uma maior precisão filosófica do que outros suportes literários. Ciência e filosofia se valeriam de uma interpretação conceitual da realidade, de um amálgama entre a ordem das coisas e a ordem dos conceitos.

Para percorrer esse denso traçado que a revolta do estilo sobrepujaria, implicaria compreender as tensões entre história e filosofia, ideologia e pensamento. Adorno buscou as matrizes de onde o problema teria emergido: a separação incondicional entre ciência e arte e a consequente fragmentação da unidade do saber, em saberes científico e artístico.

A entidade constitutiva desta forma de apreensão, somente seria definível mediante a habilitação de uma operação reflexiva que oscilaria entre a sensação e a impressão, a opinião e o juízo lógico. É fundamentalmente o discurso sintético da pluralidade discursiva unificada pela consideração crítica do indivíduo. Por outro lado, o ensaio tenderia a possibilitar o tratamento de tudo o que lhe fosse suscetível de ser tomado como objeto conveniente ou interessante para a reflexão. A liberdade do ensaio adviria tanto de sua organização discursiva e textual como de seu horizonte de eleição temática. Para Adorno, o ensaio seria um acoplamento entre arte e ciência, e conviveria com especial propensão integradora, ao tempo em que necessariamente imperfeita e inacabada, uma síntese cambiante com uma forma poliédrica.

Essa insinuação de não acabamento do ensaio seria o movimento que perpetuaria o seu voo ao infinito. Os objetos, as premissas, os conceitos e os fins, não poderiam ser omitidos, mas também não poderiam ser sistematicamente determinados por uma linguagem tradicional.

A postura crítica do ensaio, a sua cor própria, estaria presente em seu conteúdo e sua forma. Primeiro, transpareceria em seu conteúdo na medida em que um dos temas examinados seria a própria forma de apresentação da filosofia e dos seus conceitos. Segundo, o

1. Cabe lembrar, a invenção de Leo Popper, amigo imaginário a quem Lukács discorre sobre o ensaio.

próprio ensaio seria, em sua forma, uma resposta possível ao problema elaborado no conteúdo do texto. O que resguardaria o ensaio de fracassar como a tentativa de meta-arte, por exemplo.

O ensaio trabalharia em cima de conceitos, “ele necessariamente se aproxima da teoria, em razão dos conceitos que nele aparecem trazendo de fora não só seus significados, mas também seus referenciais teóricos” (ADORNO, 2003, p. 37). Ele transitaria entre esferas aparentemente desconexas, e estabeleceria à sua vontade as ligações necessárias para usufruir da própria tensão entre forma e conteúdo, entre exposto e exposição, para criar seu próprio caminho (NOYAMA, 2009). Porém, independente do caminho percorrido, cada um à sua maneira, a forma de apresentação de ideias permaneceria determinada pelos princípios, regras, limites e por todo corpo metodológico do perfil de pensamento que se estabeleceria.

Outra característica fundamental do ensaio, seguindo os passos de Adorno, é que no ensaio se apresentaria o calor do momento, a contemporaneidade explícita do pensamento e do diálogo que o ensaísta necessita efetuar. Assim, “a atualidade do ensaio é anacrônica. A hora lhe é mais desfavorável do que nunca” (ADORNO, 2003, p. 44).

O ensaio seria um protótipo moderno, uma criação estilística da modernidade, especificamente assinalaria uma perspectiva histórica-intelectual do Ocidente e sua cultura de reflexão especulativa e crítica (WEINBERG, 2002). Naturalizado e privilegiado pela cultura da modernidade europeia, o ensaio seria o centro de um espaço que abarcaria o conjunto de textos destinados a resolver as necessidades de expressão e comunicação do pensamento. Assim, o ensaísmo enquanto criação literária, ao reconstruir no interior de sua narrativa um espaço e um tempo próprios, com palavras que em si condensam os sentidos acumulados em seu próprio curso, revelaria os modos peculiares de interpretação advindos da tradição e da experiência intelectual do seu autor (ROLLAND, 1997).

Dentre os analistas que se aventuraram em traçar a linhagem do ensaio, parece consenso apontar os *Ensaio*s de Michel Montaigne, como texto fundante deste estilo de escrita. Apontaram que Montaigne construiu a primeira poética do ensaio ao estabelecer quatro características dessa atitude literária: o juízo individual ou subjetivo, o caráter dialógico, a vontade de estilo e a interpretação da realidade.

Os *Ensaio*s resumiriam pensamentos, máximas, conselhos, cujo núcleo temático se encontraria na dispersão das questões que afligiriam seu autor, mediado pela sensação de um indivíduo dramaticamente cindido, desarraigado do mundo, avaliando-o como a si mesmo. Nestes termos, o ensaio nasceu porque em seu contexto de origem, a Renascença, se deu relevância ao indivíduo dentro do mundo das letras e das artes, aumentando os graus de representação da subjetividade do conhecimento. Esta variação trouxera consigo certa consciência da individualidade, que por sua vez, implicaria em uma nova maneira de assumir a inteligibilidade da realidade.

De outro lado, se pensarmos como Costa Lima (1995), até a época de Montaigne, pontificava a ordem da mimesis, em que a literatura se confundia com a retórica, enquadrava-se nas belas letras, não se opondo de forma acentuada a um pensamento que associava a racionalidade à teologia e que, muitas vezes, se expressava de forma alegórica. Nestes termos, a obra de Montaigne anunciaria a ordem do método e abriria para o sujeito recém descoberto um horizonte vazio pois ainda não existiria uma lei que substituisse a visão em ruínas da ordem da mimesis. A ordem do método, na ficção, seguindo os passos de Costa Lima, organizaria um controle do imaginário, o processo pelo qual a literatura se autonomizaria enquanto discurso, como um espaço circunscrito e limitado do imaginário individual e social, de modo a minimizar os efeitos que a ficção engendraria nos discursos estabilizados e dominantes da religião, da filosofia ou da ciência.

Nestes termos, o ensaísmo na França, se associaria a ideia de crítica e de passagem da ordem da mimesis para a ordem do método, e se articularia “a leituras pessoais de textos literários (um subproduto da teoria literária), ou escritos esparsos (um subproduto da filosofia), ou ainda divagações sobre eventos cotidianos e políticos (caso em que o ensaio, abastardo, se aproximaria da crônica)” (PINTO, 1998, p. 76). Desta forma, a tradição francesa do ensaio teria como característica a hesitação entre uma demanda filosófica que seria referencial e um horizonte de representações que tangeria o ficcional.

Se a obra capital de Montaigne fora escrita em 1589 e traduzida para o inglês em 1598, foi em Francis Bacon e David Hume que o ensaio se destacaria na produção intelectual inglesa. Na Inglaterra, o ensaio floresceria e permaneceria por duas razões: “em primeiro lugar, a fonte do ensaísmo inglês é Bacon, ou seja,

um empirista, que de saída, afasta qualquer pretensão sistemática à qual o ensaio se contrapusesse” (PINTO, 1998, p. 76), em segundo lugar, o ensaio inglês não tem grande proximidade com o ficcional e sua característica marcante é a pluralidade de motivos. Tendo como subsolo uma filosofia empirista e pragmática, o ensaio inglês descreveria o fenômeno da cultura em sua variedade, enquanto no caso francês, existiria a busca de uma identidade à qual fosse redutível toda a experiência humana.

No caso inglês, o ensaio serviria de suporte ao debate sobre a relação entre o homem e a cultura e se difundiria em diversas publicações, mas manteria seu substrato empirista e pragmático. Na França de Montaigne, o estilo seria usado para tecer comentários relacionados à crítica literária, estética, filosófica, com propensões de individualidade, e sempre em busca do desvelamento da identidade íntima das coisas. No caso alemão, do qual Adorno se enquadra, o ensaio se associaria a um modo de se fazer filosofia em que se concatenava a sua posição entre a arte e a ciência.

Além de suas características formais enquanto suporte literário, ao se pretender uma análise sobre o ensaio, há que se atentar para as transformações eventuais que ocorrem dentro de certos limites impostos pela tradição nacional. Não há dúvida da pertinência das proposições de Lukács e Adorno acerca do ensaio, buscando uma teoria geral que mobilizaria elementos fundamentais para esse suporte de escrita. Entretanto, por si só, esses elementos constitutivos não são suficientes para o esgotamento analítico que se propõe a abordar os modos pelos quais estão disponíveis certos estilos aos autores e os usos pelos quais se engendra a argumentação proposta pelos mesmos. O ensaio na América adquiriu outros contornos, diferentes do contexto europeu. É o tema que se passa a tratar.

O Ensaio como Vocação: o Ensaísmo Latino-americano

De todo o debate sobre a natureza do ensaio e as tentativas de elaboração de uma teoria geral do ensaio, salta aos olhos a insuficiência de uma possível transposição desse modelo de interpretação aos estilos de escritas realizados fora do eixo europeu sem alguns retoques. Não há dúvida de que a tradição ensaística remonta ao contexto europeu, sofrendo lá, diversas mutações relacionadas à inscrição em tradições nacionais

específicas. Associado a isso, o núcleo temático do qual os ensaístas aderiram possui como marca fundamental as variações de tempo e espaço.²

Se em Montaigne chamava a atenção a ausência de uma afeição concentrada, uma causa definida em torno de um tema ou núcleo temático, a não ser o exercício radical da liberdade de viver e escrever e de poder apresentar seu livro como a si mesmo (OBALDIA, 1995), a recepção e recriação desse estilo ao longo do tempo e espaço se alterará consubstancialmente.³

O debate sobre as origens do ensaio no continente latino-americano apresenta duas postulações. A primeira apontou o surgimento do ensaio a partir das interpretações realizadas pelos europeus no Novo Mundo, sua necessidade de descrever a paisagem e os seus habitantes. A segunda perspectiva localizou o ensaio dentro do movimento emancipacionista do século XIX, que culminou com as Independências e construções dos Estados nacionais.

Dentro do primeiro ponto de vista, German Arciniegas (1983) apontou que a tradição ensaística no continente remontaria ao século XVI, ainda que a palavra ensaio, que nomeará o gênero mais adiante não existisse. O ensaio revelaria uma vontade interpretativa ante o Novo Mundo, ignoto, estranho, distante, que conquistadores e colonizadores intentaram apreender através do poema épico e das crônicas. Arciniegas afirmou que o ensaio esteve presente “desde os primeiros encontros do branco e do índio, em pleno século XVI” (ARCINIEGAS, 1983, p. 95). Por metáfora, a América encarnaria ela mesma um próprio ensaio. Essa metáfora que definiu a América como um ensaio se explicaria pela eclosão do grande debate que suscitou a aparição de um novo continente na geografia e no imaginário europeu.

Conquistadores, colonizadores, clérigos e mestiços estariam imersos em especulações religiosas e espirituais que postulariam que a experiência americana, sua natureza e seu homem possuiriam outro significado diferente do europeu, pois a América seria o ensaio civilizatório a aguçar as interpretações.

2. Neste sentido é preciso historicizar o ensaio. WEINBERG, 2002.

3. “Simplificando, podemos distinguir dois tipos de ensaística. Uma tradicional, de temática variada, que cumpre uma função basicamente intelectual e que floresceu na Europa dos séculos XVI a XVIII e outro, americanizado, que se caracteriza por uma unidade temática centrada na própria identidade e por uma ativa função política, e que conheceu seu auge nos séculos XIX e XX.” HOUVENAGHEL, 2002:25.

Seguindo essas ponderações, Arciniegas apontou que Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio já continham elementos ensaísticos em suas reflexões. Para ele, Colombo discutiu o problema do paraíso terreal e sua correspondência nas terras que tinha em vista, retirando o debate de textos bíblicos, do catolicismo de sua época e dos geógrafos mais antigos. Américo Vespúcio provocava o debate com os humanistas de Florença acerca da cor dos homens em relação ao clima e a possibilidade de que as terras abaixo da linha do Equador fossem habitadas por seres humanos. Para Arciniegas, teriam sido estes os primeiros ensaios da literatura latino-americana.

Esta intuição de Arciniegas ganhou mais força com Héctor Orjuela (2002), que remontaria às origens do ensaio no Novo Mundo lendo de uma maneira inovadora os discursos dos sacerdotes e conquistadores que possibilitaram a emergência da cultura letrada na América. Para ele, os séculos XVII e XVIII implicaram não somente a aparição do barroco nestas latitudes, mas também a diversificação das manifestações ensaísticas. O ensaio teria ganhado primazia graças ao estilo cultivado pelos escritores mais destacados da época, como Hernando Domingos Camargo, com sua *Inventiva Apologética*, Juan de Cueto y Mena com o *Discurso del Amor y la Muerte* e Madre Francisca Josefa de la Concepción del Castillo, autora de *Afetos Espirituales*.

Com a inflexão sobre a natureza, o ambiente e as riquezas materiais e simbólicas do Novo Mundo, estes religiosos e cronistas, cujo interesse e curiosidade científica anunciavam a influência da Ilustração, compartilhavam um traço geracional baseado no assombro e na inovação que em seus horizontes de sentido se fixou a América. Para Orjuela, “os escritores sentiam a necessidade de inventariar os produtos da terra e o habitat dos aborígenes nas diferentes regiões do país e incorporavam a informação da história natural em crônica, tratados e ensaios com temas muito diversos” (ORJUELA, 2002, p. 83).

No fundo, seriam hermenêutas que começaram a decodificar a fauna, a flora e os matizes do Novo Mundo, para construir mediante o exercício da escrita uma nova identidade a partir da alteridade americana, lugar onde todos os opostos se encontrariam, não para eliminarem-se senão para viverem na diferença em relação ao conhecido continente europeu. Estariam preocupados em direcionar seus escritos ao público que se encontrava do outro lado do Atlântico, no esforço de apresentar o Novo Mundo e suas particularidades

a partir das diferenças que se encontravam nesses territórios. Ganharia expressões e sentidos diversos, essa ambiência. Para uns, a comprovação do paraíso terreal, de um mundo idílico, e para outros, a fúria da natureza e a decadência selvagem.⁴

O importante é que se nota como uma nova aproximação dos textos produzidos nas circunstâncias histórico-culturais advindas da Conquista e da experiência colonial, poderia apoiar a discussão sobre a presença da inflexão ensaística nestas terras antes do surgimento de Montaigne. Entretanto, resulta válida a ponderação de Claudio Maíz (2003) e de Leopold Zea (1972) que o ensaio é a forma de expressão de conteúdos críticos em períodos específicos. E na América Latina, adquiriu força e constância no século XIX, quando apareceram os “desbravadores da selva e os pais do alfabeto”, como os chamou Alfonso Reyes em *Passado Inmediato*.⁵ Assim, a partir do século XIX, surgiu uma tradição de pensamento sentenciado pelo ensaio para estabelecer um diálogo com o centro assim como para gerar aquilo que Leopold Zea chamou de “consciência intelectual da América”.

Nesta perspectiva, na América Latina, o ensaio dialogaria em suas origens com as inquietudes próprias dos letrados e polígrafos do século XIX e com os ecos do pensamento ilustrado herdado da Revolução Francesa e do Enciclopedismo,⁶ com o liberalismo nascente, com os próceres da Revolução Americana, com o exemplo da Revolução do Haiti, assim como com a própria tradição ibérica,⁷ definitivos na busca pela expressão ensaística.⁸

4. Sobre as concepções de natureza nas Américas e sua genealogia ver: GREENBLATT, 1996; PRATT, 1999.

5. Alfonso Reyes se referia especialmente a Andrés Bello, Domingo Faustino Sarmiento, Eugenio María de Hostos, Justo Sierra, Jose Enrique Rodó e Jose Martí.

6. Fato que levou a primazia da “Razão política” no século XIX (CARVALHO, 1980; WERNECK VIANNA, 1997).

7. Como apontou Barboza filho (2000), Os principais elementos que particularizaram a Ibéria em relação ao restante da Europa e que incorporaram-se à tradição americana foram: o territorialismo e sua capacidade de controle sobre espaços cada vez mais amplos, a religiosidade simples e de fronteira que transformou seu movimento territorialista em cruzada, a fixidez da estrutura social, preservada pela capacidade de drenar os conflitos internos para as zonas de expansão, conquistando-as para a reprodução da mesma morfologia social, a centralidade política da Coroa responsável pela ordem jurisdicional e corporativa.

8. Observando a língua como instrumento da independência, a partir e na literatura latino-americana, Angel Rama colocou em questão a dialética entre *originalidade e representatividade*, sob um eixo histórico. Rama afirmou que as letras latino-americanas jamais se resignaram com suas origens, tampouco se reconciliaram com o

Temos assim, que são duas as inquietudes filosóficas dos pioneiros do ensaio na América Latina: a independência e a formação do Estado. Estas questões motivaram uma forte produção ensaística na literatura latino-americana que neste sentido assinala nomes fundamentais como José Joaquín Fernández de Lizardi, Simón Bolívar, Andrés Bello, Juan Montalvo, José Bonifácio, Frei Caneca, Visconde do Uruguai, Tavares Bastos, entre outros. Depois, viriam aqueles que fariam do ensaio o âmbito literário propício para a definição de um continente que oferecia a discussão sobre o passado colonial, a análise dos traços étnicos, a constituição dos Estados nacionais, a crítica aos regimes políticos, a produção intelectual e a ontologia do ser latino-americano como temas dominantes desta nascente tradição ensaística.

Na linha divisória do passado colonial e da independência frente ao centro político ibérico podemos conferir a vocação do ensaio como construtor dos Estados nacionais latino-americanos em oposição ao contexto anterior, no qual se inseria esta região em um sentido mais amplo de pertencimento ao Império Transatlântico Português e ao Império Transatlântico Espanhol. Uma nova modalidade política se insurgiria contra as antigas valorações de pertencimento, uma nova forma de escrita se insurrecionava contra o que consideravam antigos hábitos de pensamento.⁹ São políticos-intelectuais que entendiam o ensaio como tribuna para inocular mensagens com maior impacto imediato do que poderiam alcançar com a poesia, o romance, obras de ficção ou tratados.

Os primeiros polígrafos e ensaístas são figuras representativas de um processo de interpretação do território para a construção do Estado (BARBOZA FILHO, 2000). Em certa medida, a independência política do espaço não trouxe consigo a criação de um centro que o contextualizara e como os sucessivos intentos de criá-lo partiam, em geral, do artifício sobre a tábula rasa, tais propósitos parecem se converter em projetos individuais, que situados de novo em um centro externo ao próprio território, conceberam que o Novo Mundo começaria por eles. Esses projetos são mediatizados pela

reconfiguração do centro político e pelo modo como se construiu cada Estado-nação no continente. Por esse viés, é o projeto expansionista do centro político e sua penetração no ideário de cada particularidade histórica que definiu a intensidade e ampliação de cada projeto sobre determinado território.

O resultado é que se vai fomentando um permanente estado de expectativa sob a experiência intelectual. Na realidade, esse estado de expectativa era o essencial do antigo conceito de território, quando a fronteira se estendia na linha de encontro ou na confrontação com o outro. Essa permanência da expectativa como contextualização do novo espaço criado, deu lugar a um modo peculiar de se conceber a criação do Estado.¹⁰

Uma breve reflexão sobre os conceitos-chaves presentes no contexto latino-americano nos dá um quadro geral das proposições levantadas neste contexto. Se no período colonial o conceito de América possuía um significado geográfico com implicações geopolíticas que indicavam a posse desta região como parte das monarquias ibéricas, no final do século XVIII e início do XIX, o termo se converteu em bandeira de mobilização política, “acabando inclusive por integrar o nome de algumas comunidades políticas recentemente liberadas do vulgo colonial” (FEREZ JUNIOR, 2009, p. 59). Associado a isso, o termo americano passara a ser uma identidade política que diferenciava os europeus dos nascidos na região. “Este deslocamento semântico redundou inclusive na perda de importância relativa do termo crioulo como identidade política principal. Esse exemplo histórico nos leva a uma questão teórica importante: a capacidade das instituições para mudar a cultura política, redefinido seus conceitos básicos” (FEREZ JUNIOR, 2009, p. 60).

Redefinição observada no conceito de povo, como instância legitimadora do processo de refundação política, que de vocábulo marginal, se tornou referência constante no pensamento latino-americano. Neste sentido, “é inegável que o movimento de semantização do vocábulo povo – levado para o centro do discurso político – esteve indissociavelmente ligado a necessidade de dotar de legitimidade a ruptura com

seu passado ibérico, gerando uma tentativa forçada de *originalidade* em relação às fontes. Tal empreendimento se refere ao esforço insurgente de construção de linguagens particulares.

9. Segundo Angel Rama, essa atitude multitudinal compilou um esforço de “descolonização do espírito” e uma superação do “folclorismo autárquico”. Isso denota que a plasticidade contida no ensaio não é mera invenção combinada com vistas a uma dissensão sem substância.

10. No caso brasileiro do século XIX, Werneck Vianna (1997), apontou a singularidade do Estado como administrador metafísico do tempo e a formação de uma teoria política que se submete aos fatos, aportando assim em uma dialética que se expressa em “tranquila teoria”. Quanto aos intelectuais, o mesmo Werneck Vianna (2001), é taxativo sobre a separação entre o *pensar* e o *agir*.

o Antigo Regime e com sua respectiva concepção de soberania” (WASSERMAN, 2009, p. 118). O conceito de cidadão, vinculado necessariamente a uma comunidade, também se alterou no período (LOSADA, 2009). Se durante a vigência dos Impérios Ibéricos o termo cidadão estava intimamente ligado a seu par, vizinho, e indicava o pertencimento a uma cidade ou uma vila, durante o processo emancipatório passou a designar o termo cidadão a uma comunidade imaginada, nos termos de Benedict Anderson. Antes, indicava um indivíduo com certos privilégios e obrigações no mundo local, para depois se ampliar a uma esfera mais ampla, conquanto o novo centro fosse ampliando e garantindo soberania sobre território.

Em geral, as disputas por soberania dos novos centros políticos, incluindo a experimentação de Bolívar, a fragmentação da América Central, e a incursão brasileira às margens do Prata, lograram diversos movimentos sociais e políticos, arrastaram regiões e suas populações ao seu movimento centrípeto e passaram lentamente a se definirem enquanto Estado-nação. Libertados do jugo imperial, estabeleceriam a criatividade para dar plástica às instituições, e conceberiam uma nova experiência e uma nova sensibilidade temporal. Seguindo este raciocínio, uma nova concepção de história e experimentação do tempo se constituiu nas primeiras décadas do século XIX, originários da desarticulação dos Impérios Ibéricos. Assim, foram as mudanças políticas que sustentaram a transformação semântica da história, sem que existisse uma elaboração intelectual prévia (PADILHA, 2009, p. 571).

Excetuando-se o caso do Haiti, modularmente representado pela violência revolucionária e sua extremada aceleração temporal, a região passaria a gestar um novo espaço de experiência com relação ao tempo histórico, em termos de uma linguagem que associaria a contemporaneidade e a filosofia da história. O conceito de história, deixaria de expressar-se através da concepção circular e pedagógica da *historia magister vitae* para a concepção moderna de história, cindindo, em linguagem koseleckeana, o espaço de experiência do horizonte de expectativa. Redesenhando as modalidades políticas e se insurgindo contra as antigas valorações de pertencimento, o presente se abriria em sua diversidade de opções. Essa abertura se fecharia no momento em que cada região começou a fabricar seu próprio espelho a partir do passado que se separavam e negavam. Desta maneira, a flecha direcionada ao futuro, teria que colocar seu arco no passado.

Se até meados do século XIX, essa primeira geração de polígrafos ensaístas se voltou para as instituições e para o território, foi nas últimas décadas do século XIX que os aspectos conceituais da sociologia adquiriram notoriedade. Uma geração de ensaístas, como Rodó, Martí, Eugenio Maria de Hostos, Sívlio Romero e Euclides da Cunha, assinalariam a importância de uma reflexão centrada na sociologia deste território. No fim do século XIX e início do XX, a ação desta geração de polígrafos passou a se destacar tendo como uma de suas principais preocupações a busca pela definição de uma ontologia social que diferenciava o tempo-espaço do continente em relação a outras regiões do Ocidente. A partir dos diagnósticos, diferentes entre si, se observaria como substrato comum, a perspectiva de uma separação nítida entre o Estado e a sociedade civil. Esse diagnóstico da fratura entre a sociologia e a política, no tempo-espaço da região, se tornaria o argumento central para a busca de soluções e empreendimentos originais e criativos. Surgiria nessa geração, um profundo desconforto na aplicabilidade de modelos e respostas exógenas aos diagnósticos efetuados.

Para estes escritores, o ensaio funcionou como essa forma própria de expressão nas reflexões em torno de uma identidade ibero-americana, a qual pode se entender como a busca por uma americanidade, que definiria em forma e conteúdo grande parte da tradição ensaística continental. A proliferação do ensaio na América Latina ajudou a configurar um pensamento que tenderia a expressar-se através de uma relação com sua sociedade e sua natureza, adquirindo uma função de impacto no mundo público, impacto que consistiria em sugerir, meditar, estimular e construir determinada realidade (GOMEZ-MARTINEZ, 1992, pp.19-26; RAMOS, 2008). A partir de sua posição e de sua experiência intelectual, os pensadores latino-americanos tiveram que desenvolver estratégias e aceitar o axioma excludente da modernidade central do sistema-mundo, afirmação e negação, ser o mesmo e o outro, contudo sabotaram-na com as técnicas do ensaio: uma maneira de raciocinar e de pensar que exporia as ideias em forma de opiniões pessoais e provisórias.

Um bom exemplo dessa característica peculiar da tradição latino-americana seria que a construção do Estado e a ideia de nação no subcontinente não poderiam se pautar pelos desejos de homogeneidade cultural. A heterogeneidade deveria ser expressa através de um tipo de texto que fosse capaz de capturar a adversidade de um território híbrido. A construção de imagens,

através das interpretações realizadas e possibilitadas pela forma escolhida de apresentação das ideias, deveria constituir-se sob um suporte de escrita que fosse possível captar a originalidade do tempo-espaco nos quais estavam inseridos. A abertura e flexibilidade do ensaio se associariam à própria plasticidade do conteúdo tratado.

A partir das características do ensaio como forma, e seu dinamismo na escrita, fora possível capturar o movimento de construir-se pela proposição de algo novo, de uma nova experiência da modernidade que apesar dos seus contratempos, se realizava fora do contexto europeu.¹¹ O conteúdo criativo e inerente deste movimento de construção não poderia ser mediatizado pelas formas convencionais operadas em outros locais. A hipótese que se levanta é que esta experiência que se relaciona à posição do ensaísta enquanto local em que se expressa, é transposta ao texto.¹²

Esse ponto se relaciona a três questões. A primeira diz respeito a persistência de práticas cognitivas do mundo em territórios fora do eixo europeu e sua imbricação com a forma como as ideias são apresentadas. A segunda aponta para uma característica típica desses territórios, nos quais existiria uma confluência para a inventividade, em seu aspecto construtivo, e o inacabamento, se comparado, como fazem os ensaístas, a outros andamentos modernos. Outra hipótese que se levanta a partir dessas considerações, é a concepção desses territórios como um campo de experimentação da modernidade. Assim, a América Latina, na visão de seus intérpretes emergiria como um espaço de projetos.¹³ Não obstante, apresentariam como fundamento um caráter dialógico das análises, fazendo emergir comparações com outras experiências, como a inglesa, a norte-americana e a francesa. Emergindo com maior clareza as diferenças no andamento moderno, as singularidades do próprio território e sua natureza e a pluralidade de sua constituição societal.

11. Como observou Houvenaghel existe uma tendência geral em analisar o ensaio americano a partir do conteúdo, esquecendo-se da forma. “A crítica tende, claramente, a inclinar-se em favor dos conteúdos ideológicos do ensaio, em detrimento dos valores expressivos do mesmo, e por geral, recusam ademais, vincular os aspectos formais do texto ensaístico com sua mensagem ideológica” (HOUVENAGHEL, 2002, p. 13).

12. Sobre este ponto inspiro-me em Maia (2009) e Mignolo (2013). Associado a essa perspectiva inclui a noção de posição e local de enunciação, como proposto por Maingueneau (1995).

13. Sobre esta concepção de projetos, que incluem em suas formulações o dualismo entre inventividade e pragmatismo, inspiro-me sobretudo em Barboza Filho (2000) e Werneck Vianna (1997).

Desta experiência do confronto insurgia diferentes tempos históricos que coexistiam e conferiam especial densidade à realidade que interpretaram, em um esforço de compor o mapa da cultura, revelando sua capacidade de mediador entre mundos e articulador de experiências (WEINBERG, 2002). A comparação seria um poderoso recurso não só ao cotejar semelhanças e diferenças que se produziriam em espaços geográficos e sociais distintos, mas também entre as culturas presentes nesse espaço. Em outras palavras, a contrastividade interna presente na sociedade informaria também a contrastividade em relação ao resto do mundo, esboçando uma peculiar cartografia semântica a partir dessas relações entre tempos-espacos distintos.

No fundo, a argumentação proposta ao ensaio perpassaria a consideração de entendê-lo como uma forma, dentre outras, de teorização produzida nas margens do Ocidente brotado pela colonização europeia, e não apenas como a expressão exógena que invadiria uma tradição nacional ou regional, explicitando o engajamento pela posição geográfica na configuração do mundo ocidental. Traria em seu bojo a presença constante do outro, que produziria a estranheza da falta ou do excesso, e que muitas vezes faria transbordar nas narrativas o sentimento de desterro, traço comum a diversos intelectuais latino-americanos.

Outro aspecto fundamental do ensaio latino-americano seria a temporalidade que o encerra. A sua imediatez revelaria a ânsia intelectual pela construção de uma modernidade americana, essa temporalidade imediata do ensaio e sua relação direta com o pragmatismo e a inventividade oriundos da necessidade imposta pela tábula rasa em que fora posta a situação americana e periférica do século XIX. Em um primeiro momento, imperiosa necessidade de construção de seu Estado, e depois, de uma interpretação de seu território e sua população. Um movimento que oscilaria de uma proposição individual, efetuado através do ensaio, a uma concepção de palavra pública,¹⁴ e sua entrada no universo de publicização das ideias.

Palavras Finais

Durante o século XX, o ensaísmo latino-americano cresceu em autores, temas e formulações diversas sobre o progresso, a história, a política, a sociologia e

14. Aproprio-me livremente desta concepção de palavra pública a partir de Leclerc (2004) e POCOCK (2003).

a crítica da cultura latino-americana, a cidade, a des-territorialização, a função do escritor na sociedade, a crítica literária frente à poética europeia. Com o passar do tempo, o ensaio adquiriu novas feições e se abriu cada vez mais.

Um simples olhar sobre a produção ensaística do século XX pode apontar sua vasta diversidade de temas e estilos, formas e sentidos que põem em relevo um significativo leque destas identidades múltiplas do ensaio. Octavio Paz, com seu perfil filosófico poético, se abeirou de sua cultura através da psicologia da mexicanidade que se traduziu no “labirinto da solidão”, enquanto os “sete ensaios” de Mariátegui, de forte viés marxista, recuperariam o comunismo incaico ancestral como modelo de uma sociedade mais justa a ser construída. E os ensaios de conjuntura do marxismo acadêmico, como os de Ruy Mauro Marini, a desvelar o processo de espólio, subdesenvolvimento e dependência do continente latino-americano.

O pessimismo de Martinez Estrada que refletiu sobre a psique social dos grupos rurais e urbanos da Argentina, enquanto o espirituoso Fernando Ortiz definiu a cultura cubana a partir do contraponto entre o açúcar e o tabaco, dois elementos importantes na cultura cubana, base de seu desenvolvimento econômico e cultural, que ajudariam a definir as questões antropológicas da identidade cubana, construída a partir dos processos de transculturação.

José de Vasconcelos acreditou na possibilidade, ainda que utópica, de uma nova raça cósmica que surgiria dos processos de mestiçagem do subcontinente. Carlos Fuentes concentrou na metáfora do espelho enterrado a complexidade de um continente que foi resultado da exploração colonial e ao mesmo tempo herdeira de tradições transplantadas. Alfonso Reyes, com habitual erudição e estilo, concebeu imagens, muitas vezes utópicas sobre a inteligência americana, enquanto Ángel Rama, em sua reflexão, remontou a vida cultural das cidades coloniais como células originais da cultura letrada nas Américas. Cidades letradas que são elas próprias espaços privilegiados de uma nova cultura que produziu uma literatura transcultural.

Nessa literatura de autoexame e de diagnóstico, que começou muito cedo no discurso latino-americano, a busca conduziu à indagação sobre o passado. A emergência da preocupação sociológica, que em um lento processo subsume a teoria política, condensará no ensaísmo sociológico as interpretações sobre o

continente. Não há dúvida de que o ensaio enquanto forma de escrita se associou ao conteúdo e ao contexto em que foi produzido.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Notas de Literatura I*. São Paulo:Edit. 34, 2003.
- AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra (Orgs.) *Ángel Rama- Literatura e Cultura na América Latina*, São Paulo:Edusp, 2001
- ARCINIEGAS, Germán. Nuestra América es un ensayo. In LARROYO, Francisco et al. *Filosofía de la historia latinoamericana*. Bogotá:El Búho, 1983.
- BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificio: Iberismo e Barroco na Formação Americana*. Belo Horizonte:Edit. UFMG, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro:Campus, 1980.
- CURIEL, Carole. De los muchos, uno: El federalismo en el espacio iberoamericano. In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.
- EARLE, Peter G. El ensayo hispanoamericano, del modernismo a la modernidad. *Revista Iberoamericana*, n°s 118-119, pp. 46-57, 1982.
- FERES JÚNIOR, João. El concepto de América en el mundo atlántico (1750-1850): Perspectivas teóricas y reflexiones sustantivas a partir de una comparación de múltiples casos. In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.
- FERREIRA, Fatima. Entre viejos y nuevos sentidos: «Pueblo» y «pueblos» en el mundo iberoamericano, 1750-1850. In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.
- GOLDMAN, Noemi. Legitimidad y deliberación. El concepto de opinión pública en Iberoamérica, 1750-1850. In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.

- GÓMES-MARTÍNEZ, José Luis. *Teoría del Ensayo*. México:UNAM, 1992.
- GREENBLATT, S. *Possessões maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo:EDUSP, 1996.
- HAMILTON, Carlos. *El Ensayo Hispanoamericano*. Madrid:Edic. Iberoamericanas, 1972.
- HARO, Pedro Haullón de. *Teoría del Ensayo*. Madrid:Verbum, 1992.
- ELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa:Presença, 1982.
- HOUVENAGHEL, Eugenia. *Reivindicacion de una vocacion americanista: Alfonso Reyes – América como obra educativa*. Ginebra:Livraria Droz, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro:Contraponto/Puc-Rio, 2006.
- LECLERC, Gérard. *Sociologia dos Intelectuais*. São Leopoldo:Edit. Unisinos, 2004.
- LIMA, Luiz Costa. *Vida e Mimeses*. São Paulo:Edit. 34, 1995.
- _____. *Limites da Voz: Montaigne, Schlegel*. Rio de Janeiro:Rocco, 1993.
- LOMMÉ, Georges. De la República y otras repúblicas: La regeneración de un concepto. In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier Fernández. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.
- LOSADA, Cristobal. Ciudadano y vecino en Iberoamérica, 1750-1850: Monarquía o República. In _____ y SEBASTIAN, Javier Fernández (Direc.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.
- LOVELUCK, Juan. El ensayo hispanoamericano y su naturaleza. *Los Ensayistas*. I (1), pp. 7-13, 1976.
- LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande época*. São Paulo:Editora 34, 2009.
- _____. Sobre la esencia y forma del ensayo (Carta a Leo Popper). In _____. *El alma y las formas y Teoría de la novela*, Barcelona:Grijalbo, pp. 15-39, 1985.
- MAIA, João Marcelo. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro:Zahar, 2008.
- _____. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 24, nº 71, out., pp.155-168, 2009.
- _____. Ao Sul da Teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, nº 2, mai/ago.. pp. 71-94, 2011.
- MAÍZ, Claudio. Problemas gnoseológicos del discurso ensayístico: origen y configuración de un género, *Acta Literaria*, nº 28, pp. 79-105, 2003. <http://www.scielo.cl/pdf/aclit/n28/art07.pdf>
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 2013.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. São Paulo:Martins Fontes, 2000.
- MONTIEL, Edgar. El ensayo americano, centauro de los géneros. In _____. *El humanismo americano. Filosofía de una comunidad de naciones*. Perú:Fondo de Cultura Económica, pp. 169-177, 2000.
- NOYAMA, Samon. Adorno e o 'ensaio como forma'. *Revista Ítaca*. Ouro Preto:UFOP, nº 14, pp. 135-147, 2009.
- OBALDIA, Claire de. *The Essayistic Spirit: literature, modern criticism and the essay*. Clarendon:Oxford University Press, 1995.
- ORJUELA, Héctor. *Primicias del ensayo em Colombia: el discurso ensayístico colonial*. Bogotá:Edit. Guadalupe, 2002.
- OVIDIO, José Miguel. *Breve História del Ensayo Hispanoamericano*. Madrid:Alianza, 1992.
- PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750-1850. In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.
- PINTO, Manuel da Costa. *Albert Camus: um elogio do ensaio*. São Paulo:Ateliê Edit., 1998.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo:Edusp, 2003.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru:Edusc, 1999.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo:Brasiliense, 1985.
- RAMOS, Julio. *Desencontros da Modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte:Edit. UFMG, 2008.
- ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da Palavra, Fronteiras da História*. Brasília:Edit. da Unb, 1997.
- VALDES, José. *Ex unum, pluribus: revoluciones constitucionales y disgregación de las monarquías iberoamericanas*. In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.

- WASSERMAN, Fabio. El concepto de nación y las transformaciones del orden político en Iberoamérica (1750-1850). In LOSADA, Cristobal. SEBASTIAN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid:Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, 2009.
- WEINBERG, Liliana. *El ensayo, entre el paraíso y el infierno*. México:UNAM/Fondo de Cultura Económica, 2001.
- _____. *Pensar el ensayo*. México:Edit. Siglo XXI, 2006.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro:Revan, 1997.
- _____. O Pensar e o Agir. Lua Nova. *Revista de Cultura e Política*. São Paulo, nº 54, CEDEC, 2001.
- ZEA, Leopoldo (org.). *Fuentes de la Cultura Latinoamericana*. México:F.C.E., 2 vols., 1995.
- _____. *América como conciencia*. México:UNAM, 1972.

ESTEBAN ECHEVERRÍA Y EL PUEBLO COMO SUJETO SOCIAL DE LAS TRANSFORMACIONES

Cristina Mateu*

Esteban Echeverría, integrante de la llamada Generación del 37 y autor entre otras obras del poema *La Cautiva*, el relato *El matadero* y el ensayo *Dogma Socialista*, difundió y encarnó el movimiento romántico en el período posindependentista. Su posicionamiento liberal es asumido por él en una etapa en la que se consolidaba una estructura económica y social en beneficio de la clase terrateniente criolla que durante el gobierno de Juan Manuel de Rosas buscaba restaurar viejos formatos coloniales del orden social y cultural. Al mismo tiempo, el pensamiento de Echeverría sometió a crítica al liberalismo aristocrático del partido unitario, recientemente derrotado por los federales. Mientras la vertiente democrática del romanticismo europeo se desplegaba con el avance del liberalismo a partir de las revoluciones burguesas, en beneficio de las formaciones nacionales y la expansión interna del capitalismo; el romanticismo rioplatense enarboló una concepción liberal y nacionalizante que chocó, sin embargo, con las condiciones político-económicas de recreación y reforzamiento de relaciones sociales compulsivas, luego del trastocamiento operado con las guerras de la independencia.

Este trabajo se propone analizar las características, alcances y límites del romanticismo rioplatense en el plano sociopolítico siguiendo el caso de Esteban Echeverría y la Generación del 37, en interacción con sus condiciones históricas sociales específicas, y en contraste con el proceso europeo.

Revolución y Restauración en el Río de la Plata

El Congreso de Viena y la restauración monárquica europea tuvieron en el Río de la Plata derivaciones

específicas, acelerando los procesos independentistas en la Banda Oriental (1815) y las Provincias Unidas (1816), en tanto el Paraguay ya en 1811 había proclamado su independencia. La guerra contra el colonialismo español continuó desde Chile a Venezuela hasta 1824.

Como señala Kossok (1973), las revoluciones de independencia americanas se insertaron en el proceso de las revoluciones burguesas europeas. En América latina la guerra por la independencia de la dominación española aunó la lucha contra la dominación de una metrópoli, es decir, el componente anticolonial, con el componente del cambio social impulsado por la corriente revolucionaria criolla que adoptó los términos “libertad, igualdad y fraternidad”, difundidos por el iluminismo burgués durante la revolución francesa de 1789, en contradicción y disputa con la corriente conservadora. La lucha anticolonial unía a estos dos sectores, pero se enfrentaban sobre los alcances del proceso revolucionario y en torno al rumbo a seguir en la etapa independiente. En el Río de la Plata, las corrientes políticas ideológicas de orientación “jacobina” impulsaron y avanzaron en efectivizar esos postulados –como José G. Artigas en la Banda Oriental– que buscaban transformaciones esenciales de la estructura económico-social como la distribución de la tierra, eliminar la coerción extraeconómica y el desarrollo de las artesanías y manufacturas locales. Esta corriente se enfrentó a la vertiente conservadora de la elite criolla de terratenientes y de grandes comerciantes portuarios cuyo proyecto, por el contrario, era perpetuar y aumentar la propiedad latifundista, las relaciones compulsivas e insertarse a través del librecambio abrirse al comercio exterior, corriente que finalmente hegemonizó procesos abiertos, a excepción del Paraguay francista.¹

La corriente revolucionaria no pudo llevar a cabo la transformación democrática, en el sentido

* Magister en Historia Económica y de las Políticas Económicas, Universidad de Buenos Aires. Profesora Adjunta en Historia Económica y Social Mundial y Argentina (FCE-UBA). Profesora de Historia Social General (FyL-UBA). Integrante de ADHILAC-Argentina.

Contacto: cristinamateu@yahoo.com.ar.

1. AZCUY AMEGHINO, E. *Historia de Artigas y la independencia argentina*. Montevideo: Edic. de la Banda Oriental, 1993.

antiterrateniente y antiservil de la estructura social, que potenciara la formación de un capitalismo endógeno. Ciertas formulaciones historiográficas plantean que una de las causas de la derrota de esas corrientes estribó en la ausencia del embrión capitalista o de una burguesía capitalista en ciernes que pudiera enarbolar ese proyecto.² Ciertamente, es un aspecto esencial a tener en cuenta, a la vez que es necesario considerar que estas expresiones políticas e ideológicas existieron y, en distinto grado y medida, buscaron y en ciertas ocasiones lograron el apoyo popular (como lo fue la experiencia artiguista y paraguaya), aunque ese apoyo se frustrara, ya sea porque esta corriente “jacobina” establecía alianzas con los sectores terratenientes o porque, especialmente el sector de la elite ilustrada, desconfiaba de las masas populares, mayormente indígenas y mestizas. Esa alianza tenía como sustrato común la herencia colonial racista de la sociedad de castas del colonialismo español. Esa herencia llevó a que los integrantes de la corriente democrática-popular –que postulaba el protagonismo del pueblo– desconocieran a la masa autóctona como sujeto motor de las transformaciones; entre los sectores liberales aristocráticos –que preconizaban que el progreso solo podría concretarlo la elite ilustrada– se expresó en desprecio y subestimación de esa masa, mientras que los sectores terratenientes y comerciantes portuarios sentía temor de ser expropiados por la horda “bárbara”.

En el territorio del Río de la Plata las condiciones económico-sociales precapitalistas que prevalecieron y la lucha de intereses de pugna demoraron la constitución de un estado nacional, que contribuyera como en las naciones europeas capitalista a la estructuración de un mercado interno, ni favorecieron relaciones asalariadas, con leyes que garantizaran la libertad individual, la propiedad y un sistema representativo democrático. Por el contrario, la imposibilidad de lograr la unidad nacional y el fracaso de distintos intentos constitucionalistas (en 1819 y 1826) abrieron el período de las autonomías provinciales y a la disgregación política. Así se sucedieron, primero, los sectores liberales

aristocráticos nucleados en el unitarismo, cuyo principal dirigente en el poder fue Bernardino Rivadavia de perfil e ideología progresista, quien –sin socavar en nada el poder de los sectores terratenientes herederos de la estructura colonial– concebía las posibilidades de desarrollo en alianza con Inglaterra y en la imposición de leyes modernizantes que no eran producto de condiciones político-económicas propias de la sociedad, introduciendo aquellos aspectos de la jurisprudencia liberal-burguesa que le convenía a la clase terrateniente, implementando tenues reformas que finalmente condujeron al desprestigio y al fracaso de su gobierno.³

Como reacción a esa modernización “formal” del aparato estatal, le siguió una línea de reforzamiento de las relaciones sociales precapitalistas y de restauración el orden social anterior ahora bajo el mando criollo. Mientras que en Europa las fuerzas restauradoras y reaccionarias enfrentaban un nuevo embate durante la segunda oleada revolucionaria de la burguesía en 1830. En un sentido inverso, en el territorio de la futura Argentina Juan Manuel Rosas –hacendado terrateniente saladerista– había accedido al gobierno provincial más influyente, Buenos Aires. Su acceso al poder fue producto de la crisis política que se había desatado con la guerra con el Brasil, el endeudamiento con la casa Baring Brothers de Londres, el desquicio dejado por la reformulación política unitaria, la guerra civil y el asesinato del caudillo federal Dorrego, que desató un gran descontento popular. Rosas, gobernador de Buenos Aires entre 1829-1832 y entre 1835-1852, ejerciendo a su vez un poder virtual sobre buena parte del espacio del antiguo Virreinato del Río de la Plata, mantuvo a lo largo de su prolongado mandato un “status quo”, que favoreció la consolidación del sector terrateniente y de comerciantes intermediarios, acentuando el exclusivismo ganadero, menoscabando las posibilidades de desarrollo de las provincias, limitando la circulación y navegación de los ríos interiores, impidiendo la existencia de puertos competitivos con el de Buenos Aires,

2. El historiador José C. Chiaramonte sostiene que: “...que el desarrollo capitalista de estos países [América latina] habría de estar condicionado –es decir trabado– por las características de las relaciones entre las metrópolis europeas, así también la historia cultural de países como Argentina reclaman una mayor comprensión histórica”. En CHIARAMONTE, José C. *La crítica ilustrada de la realidad. Economía y sociedad en el pensamiento argentino e iberoamericano del siglo XVIII.*, Capítulo. Buenos Aires:CEAL, 1982, p.12.

3. En 1816, las Provincias Unidas del Río de la Plata había declarado la independencia, pero no lograron acordar un sistema de gobierno ni establecer una constitución nacional. A partir de entonces se consolidaron dos tendencias políticas enfrentadas política y militarmente entre 1820 y hasta 1853. Por un lado, los unitarios que abogaban por un gobierno centralista que decidiera sobre los recursos nacionales por encima de la soberanía y necesidades de las provincias, manteniendo el monopolio de las rentas aduaneras y se alineaban con la política librecambista inglesa. Por otro, los federales que pretendían la unidad bajo un gobierno nacional limitado sobre la base de conservar las autonomías provinciales y de proteger las economías regionales.

haciendo retroceder la frontera indígena, ampliando los latifundios y sometiendo al gaucho a formas de coerción extraeconómica a través de mecanismos de autoridad y protección paternalistas.

Tanto la fracasada experiencia unitaria de Bernardino Rivadavia como el deslucido y cuestionado federalismo de J. M. de Rosas contribuyeron a mantener y acrecentar, a través del despojo y desplazamiento de las poblaciones indígenas y mestizas, la expansión de la gran propiedad ganadera, la reafirmación de la servidumbre, la imposición del libre cambio, impulsado por Inglaterra, y el ingreso de manufacturas extranjeras que anularon los gérmenes de una producción local artesanal y manufactura.

Pertinencias y disonancias del romanticismo de Echeverría

En el marco de los rumbos divergentes en los que se desplegaban las fuerzas económicas, sociales y políticas en Europa y en el Río de la Plata, el joven intelectual porteño instaló el romanticismo en las costas de América del Sur. Así, abrevando en un lado del Atlántico el clima europeo que estallaba en nuevas barricadas populares –garantía de triunfo para la burguesía y el capitalismo, asegurado desde antes en Inglaterra y Francia–, contra las fuerzas reaccionarias. Impulsado por aquellos aires europeos, en estos lares americanos donde se refuerzan relaciones precapitalistas que retrotraían al país al viejo esquema social español, Echeverría difundió un estilo literario renovado, introdujo los textos literarios que circulaban en Europa y promovió una crítica política de la situación local.

La figura de Esteban Echeverría tiene su interés no sólo por ser considerado el primer poeta e introductor del romanticismo en Argentina y América latina – como lo indican todas las biografías y la historia literaria argentina y latinoamericana. También porque como intelectual radical encarnó una matriz contradictoria, que perdurará como estigma entre los intelectuales argentinos, con respecto a la valoración de las distintas clases y etnias que conforman los afluentes de los sectores populares de Argentina y América latina. La generación de intelectuales que lo siguieron, así como los primeros socialistas y comunistas argentinos, rescataron en su figura el ejemplo de intelectual libre, crítico y democrático, sin advertir hasta qué punto la concreción de su pensamiento había quedado ahogada por la falta

de acercamiento y reconocimiento del sujeto del que se proclamaba tributario su proyecto. Por ello, comprender esta figura, en su propia época, resulta también una llave para entender ciertas particularidades culturales argentinas.

Interesa detectar los elementos que no cuajaron en el movimiento político de aquel ideario romántico, en este territorio convulsionado por intensas luchas sociales y políticas, que intentaba difundir Echeverría, basándose en los principios de libertad, igualdad y fraternidad largamente anhelados y con los que finalmente buscaba eliminar las trabas económicas, sociales y políticas que impedían el progreso de país. Nuestro objetivo será pues focalizar a Esteban Echeverría como manifestación del proceso político y cultural argentino para dar cuenta de las pertinencias y disonancias de su romanticismo, a la vez que comprender las contradicciones que limitaron la acción y pensamiento de esta corriente liberal democrática.

La vida y obra de Esteban Antonio Echeverría está marcada por las vicisitudes y conflictos abiertos en la Argentina pos-independentista. Nació en Buenos Aires en 1805, su niñez la vivió en aquellos años en los que acontecimientos vertiginosos trastocaron la aparente tranquilidad del Río de la Plata. Las dos invasiones inglesas al Río de la Plata (en 1806 y en 1807), el levantamiento de Chuquisaca y la Paz en 1809 y la Revolución de Mayo de 1810, el despliegue de la guerra, la Declaración de la Independencia, la derrota del artiguismo, el fin del centralismo y la emergencia de los caudillos federales, y el ascenso en los años 20 del gobierno Unitario de Bernardino Rivadavia en la provincia de Buenos Aires, situaciones acaecidas antes de su partida a Europa.⁴

A través del gobierno rivadaviano, precisamente, fue que Echeverría y otros jóvenes viajaron comisionados a Londres y París para completar sus estudios.⁵

4. Ricardo Rojas, primer historiador de la literatura argentina escribe sobre su origen: “Hijo de un almacenero vasco, dado a parandas del suburbio porteño en su primera juventud, enamorado y melancólico, nacido en una pequeña aldea de mercaderes contrabandistas y tímidos burgueses, vivió entre clérigos mestizos y soldados gauchos, hasta que partió de Buenos Aires para educarse en Europa”. ROJAS, Ricardo. *Historia de la literatura argentina*. Toma V y VI, Buenos Aires:Edit. Kraft., v. V, 1960, p. 188.

5. Altamirano y Sarlo sostienen que “el oriente de un americano se ubica en Francia, adonde tarde o temprano, después de Echeverría, bajaron todos los hombres de la generación del 37”. Para ellos, Francia era una necesidad y un descubrimiento funcional al programa de la independencia cultural respecto a España. En ALTAMIRANO, Carlos y Sarlo, Beatriz. *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires:Ed. Ariel, 1997, p. 19.

En octubre de 1825, llegó a París, donde estudió hasta 1830, volviendo a la Argentina luego de pasar por Londres en junio de ese año. En París tomó cursos con distintos profesores y estudió diferentes materias, tanto en el Ateneo como en la Sorbona. En una época en la que las reuniones de intelectuales y los salones literarios en la capital francesa estaban atravesados por los debates políticos y promovían una lectura intensa de Shakespeare, Schiller, Goethe, Byron, entre otros. En ese epicentro del romanticismo en el que bullían cambios radicales, en la cultura en general y específicamente en los conceptos estéticos, el prefacio de Víctor Hugo a *Cromwell* (1827) será un texto inevitable. En esa juventud que transitaba la Soborna había una influencia, ilimitada y esperable en esos tiempos de grandes tensiones, de aquellos considerados los maestros de la época, como Cousin, Jouffroy, Guizot, por el carácter crítico y renovador de sus propuestas.

Estaba en el aire de París el nuevo culto del sentimiento estético apoyado en la también novedosa legitimidad absoluta de la función intelectual y la aceptación del principado del escritor sobre la vida de las sociedades afectadas por las olas de la revolución primero y del romanticismo después.⁶

En los escritos de Echeverría se advierte la integración de esas ideas y nociones. El romanticismo era el nuevo ropaje con el que retornó a Buenos Aires: convertido en ideólogo, poeta y promotor del nucleamiento de los jóvenes rioplatenses, ha sido considerado el introductor de la estética romántica en la literatura del Río de la Plata. Sostiene Rafael Alberto Arrieta que Esteban Echeverría “residente en París desde la aparición de *Cinq-Mars* hasta el estreno de *Hernani*, volvió al Plata con los fermentos literarios y filosóficos de aquel cuatrienio parisiense, y esa aportación señala en nuestras letras el movimiento emancipador de la tutela española, complementario de la liberación política”.⁷

Juan María Gutiérrez, amigo del poeta, en su biografía da cuenta de las lecturas consignadas en los cuadernos de viaje: “en filosofía y política, extractando aquello que le ha parecido más vigoroso o más notable de los escritores franceses, desde Pascal y Montesquieu, hasta Leroux y Guizot”. Echeverría testimonia: “Como

desahogo a estudios más serios me dediqué a leer algunos libros de literatura. Shakespeare, Schiller, Goethe, y especialmente Byron me conmovieron profundamente y me revelaron un nuevo mundo...”⁸

El joven intelectual porteño regresó a su ciudad natal el 28 de junio de 1830, en momentos en que la Junta de Representantes suspendía las garantías individuales y el gobernador Juan Manuel de Rosas, fidedigno representante de los terratenientes bonaerenses, reclamaba la prolongación indefinida de las “facultades extraordinarias” para afirmar su poder. La situación política local le impactó de tal modo que en su biografía decía: “El retroceso degradante en que hallé a mi país, mis esperanzas burladas produjeron en mí una melancolía profunda. Me encerré en mí mismo y de ahí nacieron infinitas producciones”. Unos versos de su poema *El ángel caído*, de claro contenido autobiográfico, declara su desilusión por la situación que encuentra en Buenos Aires: “La patria de su amor ya no existía / y encontró en lugar suyo horrenda orgía / de feroces y estúpidas pasiones”.

Cuatro momentos marcan la acción y el pensamiento del precursor del romanticismo rioplatense: una primera etapa de difusión de los principios románticos, estudio, intercambio y vinculación con el grupo de jóvenes desilusionados y disconformes de Buenos Aires entre 1830 y 1837. Otra con la proclamación de los principios que servirán para constituir la Asociación de la Joven Argentina entre 1837 y 1839. Posteriormente, el año del fracasado levantamiento contra el gobierno rosista entre 1839 y 1840. Finalmente, entre 1840 y su muerte en 1851 la decepción y la melancolía en el exilio montevidiano, con la conciencia de la soledad en la acción y pensamiento.

En la primera etapa iniciada a su regreso de Europa, Echeverría comenzó a publicar en periódicos porteños. *Elvira o la novia del Plata* sería considerada el primer poema romántico en lengua castellana publicado en 1832, cuya “forma exótica y complicada da cuenta de algo tan sencillo como del amor desgraciado de dos seres”, dirá J. M. Gutiérrez.⁹

6. *Ibidem*, op. cit., p. 21.

7. ARRIETA, Rafael Alberto. *Esteban Echeverría y el romanticismo en el Plata*. Buenos Aires:Peuser, 1958.

8. Juan María Gutiérrez (1809-1878). Estadista, jurisconsulto, agrimensor, historiador, crítico y poeta argentino. Fue, junto con E. Echeverría, uno de los fundadores de la Asociación de Mayo. Fue rector de la Universidad de Buenos Aires y con Hermann Burmeister impulsó el estudio de las ciencias naturales en la Argentina. De 1854 a 1856 fue Ministro de Relaciones Exteriores de la Confederación Argentina.

9. PRIETO, Martín. *Breve historia de la literatura argentina*. Buenos Aires:Taurus, 2006, p. 80.

Además de introducir un nuevo estilo literario, impregnado de los tópicos románticos absorbidos en Francia, Echeverría compartiría sus lecturas y formaría a jóvenes inquietos y disconformes con los textos que circulaban hasta ese momento en estas márgenes rioplatenses. Juan Bautista Alberdi dirá: «Por Echeverría, que se había educado en Francia, durante la Restauración, tuve las primeras noticias de Lermínier, de Villemain, de Víctor Hugo, de Alejandro Dumas, de Lamartine, de Byron y de todo lo que entonces se llamó el romanticismo, en oposición a la vieja escuela clásica. Yo había estudiado filosofía en la Universidad por Condillac y Locke. Me habían absorbido por años las lecturas libres de Helvecio, Cabanis, de Holbach, de Bentham, de Rousseau. A Echeverría debí la evolución que se operó en mi espíritu con las lecturas de Víctor Cousin, Villemain, Chateaubriand, Jouffroy y todos los eclécticos procedentes de Alemania, en favor de lo que se llamó el espiritualismo» ...¹⁰

Ricardo Rojas en su enjundioso estudio *Historia de la literatura argentina* sostiene que: “Encontramos, pues, lógico el considerar a Echeverría como el promotor del romanticismo en América, según lo han considerado hasta hoy sus biógrafos y comentaristas”. Asegura este autor que el romanticismo echeverriano llegó directamente de Francia al Plata sin mediación de España, y que “vulgarizó entre sus amigos de la ‘Asociación de Mayo’, la bibliografía de eclécticos y románticos: Lamennais, Lermínier, Leroux, le eran familiares. Conocía a Vico, a Kant, a Schlegel...”. Para concluir: “Si ha sido fácil clasificarlo, en letras, dentro del romanticismo de Hugo, no sería difícil clasificarlo en estética dentro del eclecticismo de Cousin... hay en Esteban Echeverría el caso raro de un autodidacto que asimiló las más variadas ideas, y que pensó después por cuenta propia para su arte, para su tiempo, para su país”.¹¹

En su discurso de introducción a una serie de lecturas, pronunciado en el Salón literario en septiembre de 1837, Echeverría sostuvo la necesidad de una ciencia política y de un ideario político argentinos. Condenaba la imitación, tanto la literaria como la científica y la

política: a su juicio, “habían faltado capacidad e ideas orgánicas para que la Revolución no perdiera su rumbo: Nuestros sabios, señores, han estudiado mucho, pero yo busco en vano un sistema filosófico, parto de la razón argentina, y no lo encuentro; busco una doctrina política conforme con nuestras costumbres y condiciones que sirva de fundamento al Estado.”

Giusti lo considera “el artífice solitario de la materia por él introducida, el arquitecto de una ideología militante y el iniciador de una generación singularmente memorable. A esas tres fases de la acción echeverriana corresponden, además, correlativamente, el nacimiento de nuestra crítica bibliográfica, el descubrimiento literario de nuestro medio geográfico y la cohesión espiritual de una pléyade dispersa por el destierro”.¹²

La labor de Echeverría en estos primeros años de encuentro y discusión con quienes luego constituirían la Asociación de Mayo será la revalorización de los ideales de la Revolución de Mayo de 1810, que desde Buenos Aires inauguró la guerra de independencia, y su entrelazamiento con el romanticismo literario y el proceso social vigente en el Río de la Plata, introduciendo una mirada sobre lo autóctono, describiendo el campo, la naturaleza del desierto, lo fatalista y misterioso de sus escenarios y sus habitantes (los indios, mestizos criollos blancos), conocimiento adquirido seguramente por sus estadías en la estancia de Los Talas, lugar que frecuentaba por problemas de su salud.

Entre 1837 y 1839, sería una nueva etapa de organización de un grupo político. Echeverría fundó el Salón literario junto con Marcos Sastre y Juan Bautista Alberdi. Inaugurado en 1837 y clausurado en 1838, constituyó un espacio de discusión, disertación e intercambio de jóvenes argentinos que debía funcionar en forma clandestina a causa de la censura rosista. Allí fue consagrado por sus pares. Allí fundó y presidió la *Asociación de la Joven Generación Argentina*, luego la *Asociación de Mayo*, inspirada en las agrupaciones carbonarias italianas, como la *Joven Italia* de Giuseppe Mazzini. Allí, también, expuso, resumidos en quince conceptos en *Palabras Simbólicas*, los principios básicos de la Asociación y que le servirían de base para la redacción de *El Dogma Socialista* en 1846. Esta sería la etapa de la organización y conformación de un programa de ese nucleamiento que se presentaba tan distante del partido de los unitarios derrotados como de los

10. Juan Bautista Alberdi (1810-1884), abogado, jurista, escritor y músico, fue, luego de la caída de Rosas, destacado integrante de la generación liberal que finalmente diseñó la consolidación del Estado nacional. Sentó las bases de la Constitución Argentina de 1853, que es la que con modificaciones posteriores sigue rigiendo en Argentina.

11. ROJAS, Ricardo. *Historia de la literatura argentina*. Toma V y VI, Buenos Aires:Edit. Kraft., 1960, pp. 187 a 190.

12. GIUSTI, Roberto F. Esteban Echeverría, poeta. En *Poetas de América y otros ensayos*. Buenos Aires:Losada, 1956, pp. 62-70.

federales, buscaba su cauce y origen en la Revolución de Mayo, en las emociones y el espíritu de unidad forjada en lucha por la independencia. Ricardo Rojas sostiene que “guiados por Echeverría, los jóvenes de 1837 intentaron, en visión retrospectiva, comprender la Revolución de Mayo, y adoptaron ese nombre ‘Mayo’ como divisa de sus nuevos ideales, que no eran sino el renacimiento de los antiguos transitoriamente eclipsados por la demagogia y el terror. Ellos veían, en torno suyo, malograrse la revolución en una continua guerra civil. Veían sucederse, desde 1810, motines, destierros, asesinatos, despotismos brutales y montoneras rebeldes... Resurgían formas regresivas del indio y del soldado, con sus violencias medievales y bárbaras, haciendo peligrar la patria, la libertad, la civilización”.¹³

En el *Dogma Socialista* Echeverría definía: “Dos ideas aparecen siempre en el teatro de las revoluciones: la idea estacionaria que quiere el *statu quo*, y se atiene a las tradiciones del pasado y la idea reformadora y progresiva; el régimen antiguo y el espíritu moderno. Cada una de estas dos ideas tiene sus representantes y sectarios, y de la antipatía y lucha de ellos, nacen la guerra y los desastres de una revolución. El triunfo de la revolución es para nosotros el de la idea nueva y progresiva: es el triunfo de la causa santa de la libertad del hombre y de los pueblos. Pero ese triunfo no ha sido completo, porque las dos ideas se hostilizan sordamente todavía; y porque el espíritu nuevo no ha aniquilado completamente al espíritu de las tinieblas”. En nota al pie se aclaraba que revolución no debía ser para ellos una asonada, como la que se intentó en 1839, sino “el desquicio completo de un orden social antiguo, o el cambio absoluto, tanto en el régimen interior como exterior de una sociedad”.

El ideario político que instaló la *Generación del 37*, presidida por Echeverría, partía de diferenciarse tanto del liberalismo aristocrático unitario encarnado en Rivadavia como del federalismo despótico y retrógrado de Rosas. Echeverría criticaba y cuestionaba las condiciones económicas y sociales en esta parte de América del Sur, bastante diferentes a la Europa de la restauración y el romanticismo que él había vivido, proponiendo una “doctrina social diferente de las anteriores” que se basara en el verdadero conocimiento de las condiciones sociales existentes.

Uno de los planteos que nos interesa destacar en este trabajo, en torno a las diferencias que se establecen

en sus escritos con las tendencias dominantes en la elite, es el referido al componente democrático y popular del proceso rioplatense, y la problemática de su potencialidad para llevar a cabo las propuestas de igualdad y libertad no alcanzadas por la Revolución de 1810. Por un lado, cuestionaba la política unitaria porque gobernó para los “sectores urbanos”, olvidando y desconociendo a las masas rurales, copiando modelos constitucionales de Europa sin conocer la realidad socio-económica de estos territorios; por ejemplo, introduciendo el sufragio universal de 1821, cuando los alcances de esas medidas no eran conocidos ni comprendidos por las fuerzas populares. Sostenía que esto favoreció y benefició el triunfo y cooptación rosista de la población rural, aprovechando sus particularidades locales, conociendo sus inclinaciones religiosas para encausarlas en beneficio de su proyecto conservador y despótico.

Precisamente, Echeverría captó profundamente el trasfondo de las concepciones de Rosas diferenciándolas de las de otras vertientes federales. Es necesario tener en cuenta que el propio Rosas le confesaría en diciembre de 1829 a Santiago Vázquez: “he tenido siempre mi sistema particular (...) conozco y respeto mucho los talentos de muchos de los señores que han gobernado el país, y especialmente de los señores Rivadavia, Agüero y otros de su tiempo; pero, a mi parecer, todos cometían un grande error, porque yo considero en los hombres de este país, dos cosas, lo físico y lo moral; los gobiernos cuidaban mucho de esto, pero descuidaban aquello, quiero decir, que se conducían muy bien para la gente ilustrada, que es lo que yo llamo moral, pero despreciaban lo físico, pues, los hombres de las clases bajas, los de la campaña, que son la gente de acción. Yo noté esto desde el principio, y me pareció que en los lances de la revolución, los mismos partidos habían de dar lugar a que esa clase se sobrepusiese y causase los mayores males, porque usted sabe la disposición que hay siempre en el que no tiene contra los ricos y superiores: me pareció, pues, desde entonces muy importante conseguir una influencia grande sobre esa clase para contenerla, o para dirigirla; y me propuse adquirir esa influencia a toda cosa; para esto me fue preciso trabajar con mucha constancia, con muchos sacrificios de comodidades y de dinero, hacerme gaucho como ellos, hablar como ellos y hacer cuanto ellos hacían, protegerlos, hacerme su apoderado, cuidar de sus intereses, en fin, no ahorrar trabajo ni medios para adquirir más su concepto. Esta conducta me trajo los celos y las

13. ROJAS, Ricardo. Op. Cit, p. 222.

persecuciones de los gobiernos, en lo que no sabían lo que se hacían, porque mis principios han sido siempre, obediencia a las autoridades y a las leyes”.¹⁴

Echeverría cuestionaba a los unitarios, a cuyos talentos aludía Rosas (Rivadavia, Agüero, etc.) porque no incorporaban a las masas rurales a la acción política, y al gobernador bonaerense porque las utilizaba en beneficio de sus intereses personales. Sin embargo, aunque nuestro romántico identificaba esa necesidad de incorporar a los sectores sociales más relegados, no definía ni proponía una perspectiva de organización política revolucionaria para ellos, una vía de rebelión plebeya conducente a destrabar y romper las condiciones políticas y estructurales, como estaba sucediendo en Europa. En sus escritos la apelación a la Revolución de Mayo aparece como un ideal abstracto sin el rescate de los componentes populares que habían tenido aquellos acontecimientos revulsivos de veinte años antes. Su práctica personal y su orientación general era la de un educador, de publicista difusor de ideas. Más tarde, envuelto en el alzamiento contra Rosas de 1839/40 reforzará esta perspectiva. Su decepción reforzará las concepciones de que solo la educación impulsaría la acción de las masas más oprimidas.

Precisamente, esta ausencia o impotencia en torno al papel motriz de las masas populares en un proceso revolucionario es el que frecuentemente se desdibuja o desvirtúa entre sus biógrafos. Incluso entre aquellos intelectuales de izquierda, como Héctor P. Agosti, quien pone en cuestión precisamente los planteos críticos de Echeverría sobre la política unitaria. Según este autor, aunque “tan preocupado por examinar en otros terrenos la política unitaria” Echeverría habría desconocido la política rural rivadaviana. Agosti caracteriza en realidad a Rivadavia, como expresión de la burguesía comercial local, y como mentor de una tendencia anti-terrateniente y progresista cuando en realidad el sector mercantil porteño —que el liberalismo rivadaviano expresa— estaba asociado desde el comercio intermediario a la producción precapitalista, así como al trabajo compulsivo que definía la renta de los terratenientes. Así ese comercio resultaba funcional a la reproducción del viejo orden social mientras, lejos de revolucionar las relaciones de producción, operaba expresando una asociación subordinada a la expansión mercantil de

los capitalistas británicos y franceses. Por otra parte, la ideología del liberalismo burgués que adoptan los rivadavianos y los principios de Bentham, que en Europa expresaban al capitalismo triunfante —y ya partidario del nuevo orden establecido—, aquí son enarbolados para transformaciones superestructurales de adaptación al mercado mundial sin transformar la base económica ni mucho menos apelar a la revolución de las masas. De allí, la conjunción entre liberalismo y aristocratismos del partido unitario. Por eso, lejos de agrarismo que Agosti cree encontrar en Rivadavia, la política agraria del dirigente unitario contribuyó en realidad a la ampliación de los latifundios en desmedro de la población indígena y de los criollos pobres, como ha comprobado toda la historiografía. Por esta adopción sin crítica del liberalismo aristocrático de los unitarios, es que Agosti y otros biógrafos no avanzan en indagar la interesante búsqueda echeverriana de un tercer camino democrático popular ni problematizar su impotencia para encontrarlo.¹⁵

El bloqueo francés de 1838-1840 —durante el cual la escuadra francesa cerró el acceso a los puertos fluviales de Buenos Aires como respuesta a las obligaciones de servicio militar que el gobierno porteño le exigía a los residentes franceses, a la vez que demandaba un tratamiento equitativo igual al que recibían los residentes ingleses— puso a prueba los alcances de la patria para los románticos. La acción militar francesa aglutinó a la oposición a Rosas, y los unitarios organizaron la Insurrección del Sur. El levantamiento contra Rosas, al que adhieren miembros de *La Asociación de la Joven Generación Argentina*, acabó fracasando y todos sus integrantes emigraron a países vecinos, Chile y Uruguay, fundamentalmente. Las expectativas de esta Generación del 37, era que la unidad antirrosista aglutinada a partir de la intervención de las fuerzas navales francesas alumbraría cambios significativos. Más tarde, Echeverría en carta dirigida a Gutiérrez le escribirá: “Uno de nuestros grandes errores políticos y también de todos los patriotas ha sido aceptar la responsabilidad de los actos del partido unitario y hacer solidaria su causa con la nuestra. Ellos no han pensado nunca sino en una restauración: nosotros queremos una regeneración. Ellos no tienen doctrina alguna; nosotros pretendemos tener una; un abismo nos separa”.

14. Vázquez recuerda las confesiones de Rosas, cuando lo entrevistó el día en que asumía como gobernador para darle a conocer los preparativos unitarios en Montevideo. En ROJAS, R. Op. cit., pp. 282 y 283.

15. AGOSTI, Héctor P. *Echeverría*. Buenos Aires:Edit. Futuro., 1951, pp. 44 a 48.

Con respecto a las expectativas que Echeverría y sus jóvenes amigos de la Asociación de Mayo habían puesto en este levantamiento, resultó un abismo entre esos deseos y los resultados finales del mismo. Pero esos hechos también definieron los límites político-ideológicos que tenía la reivindicación de afirmación de la nacionalidad en el pensamiento del mentor de la Generación del 37. Pues se hace evidente la ceguera respecto del carácter y los objetivos militares y económicos de la intervención naval y el bloqueo francés al Río de la Plata. Precisamente, fue la colusión de los unitarios y de federales del litoral con dicha intervención la que los desprestigió a los ojos de la opinión popular que enfrentó esa intromisión colonialista francesa. También contribuyó al prestigio de un “nacionalismo” localista de carácter terrateniente que defendía los privilegios latifundistas y de su puerto de exportación e importación, lejos de una concepción nacional integral. Pero Echeverría balanceaba una década después en *Ojeada retrospectiva* que había que ser “aliados naturales de la Francia o de cualquier otro pueblo que quisiera unirse a ellos para combatir al despotismo bárbaro dominante en su parte; que había, además, comunidad de intereses entre Francia y los patriotas argentinos, representantes legítimos de los verdaderos intereses del pueblo argentino oprimido; que Mayo echó por tierra la barrera que nos separaba de la comunión de los pueblos cultos, y nos puso en camino de fraternizar con todos...”. Cuestionaba la actitud inicial de unitarios –que habían visto en el bloqueo francés un abuso y un atentado contra la independencia nacional–, actitud que finalmente abandonaron por la prédica insistente de los jóvenes redactores del *Nacional* en Montevideo. Estos influyeron sobre los emigrados unitarios y lograron se unieran con los franceses y a las fuerzas que enfrentarían a Rosas.¹⁶

En realidad, la inclinación que llevó a los jóvenes de la Asociación a participar de ese levantamiento era profundamente contradictoria con la propia afirmación echeverriana de la necesidad de promover el progreso bajo una ideología propia, en contra de “esa candorosa y febril impaciencia con que nos imaginamos llegar como de un salto y sin trabajo ni rodeos al fin que nos proponemos”, de “la versatilidad de nuestro carácter, que nos lleva siempre a buscar lo nuevo y extasiarnos en su admiración, olvidando lo conocido. La Europa,

sin querer, fomenta y extravía a menudo esta última disposición, excelente para la educabilidad, cuando es bien dirigida. En cuanto a modas, comercio, y en general a todo lo que tienda a la mejora de nuestro bienestar, nada hay que decir; pero sus libros, sus teorías especulativas, contribuyen muchas veces a que no tome arraigo la buena semilla y a la confusión de las ideas”.¹⁷

La derrota de las fuerzas unitarias dirigidas por Lavalle en 1840 obligó a los integrantes de la Asociación de Mayo a exiliarse y Echeverría emigró al Uruguay. Fue uno de “Los Proscriptos”, según la historia de la literatura argentina, junto a José Mármol, Juan Bautista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento y Juan María Gutiérrez. En Montevideo, donde consagró su vida al estudio y a las letras, escribió: *Avellaneda*, el *Dogma*, un *Manual de Enseñanza Moral*, el *Ángel Caído*. También respondería desde Montevideo irónicamente a las acusaciones y cuestionamientos, de carácter conservador, de Pedro de Angelis contra sus inclinaciones sansimonianas.¹⁸ Echeverría defendió los principios sociales tomados de Fourier y Saint Simon, que parece interpretar en un sentido democrático propio de un republicanismo socializante, aunque reduciendo su aplicación en el medio local a una escala municipal.

La doctrina echeverriana quedó expresada en tres textos fundamentales: en 1837, *Palabras simbólicas*; luego, *El Dogma Socialista*, publicado por primera vez el 10 de enero de 1839, con el título de Códigos o Declaración de los principios en el diario *El Iniciador* que dirigían Andrés Lamas y Miguel Cané (padre) en Montevideo. Del mismo circularía meses después una versión anónima. Finalmente, en 1846 una segunda edición de *El Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* incluía un texto nuevo, *Ojeada Retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el Plata desde el año 37*, en el que hacía el balance crítico del accionar político de la Asociación y explicitaba sus diferencias respecto de los unitarios y de los federales.

Rojas encuentra que Echeverría en cada uno de esos textos le imprimió una entonación acorde a los acontecimientos políticos vividos: “El comentario de las *Palabras simbólicas*, o sea el *Dogma* propiamente

16. Al respecto ver: LYNCH, J. *Juan Manuel de Rosas*, Emecé, Buenos Aires, 1996 y GASTIAZORO, Eugenio. *Historia Argentina. Introducción al análisis económico/social, 1820-1880*, Tomo II. Buenos Aires:Ágora, 1986.

17. ECHEVERRÍA, E. *Ojeada Retrospectiva...* Op. cit., p. 131.

18. Pedro de Angelis, uno de los primeros en recopilar documentos históricos, fue contratado por el gobernador J. M. de Rosas para difundir y organizar los proyectos culturales de su gobierno, como el *Archivo Americano* y *Espíritu de la Prensa del Mundo*. Inicialmente, elogio las primeras obras publicaciones de Esteban Echeverría pero luego del conflicto con Francia y de la Insurrección del Sur fue uno de sus principales críticos.

dicho, se caracteriza por el estilo sentencioso, enfático, que había puesto por entonces de moda la influencia literaria de los románticos, con Hugo y Lamennais principalmente; se advierte asimismo el aparato de las logias civiles que a la sazón pululaban en la Europa republicana de Mazzini, de donde él venía: y casi todo su fraseo se mueve en una atmósfera de emoción juvenil, de fantasía desbordante, de fe ingenua, de suerte que si la obra es endeble como filosofía política, nadie podrá negar la elevación de su ideal cívico, generoso y romántico en extremo. Las otras dos partes, en cambio, difieren en su tema y en su tono: la Ojeada es melancólica, puesto que recuerda tentativas fracasadas y camaradas muertos en aras del Dogma; mientras las *Cartas* son viriles, con la áspera virilidad del que siente su hombría y su ideal escarnecidos por adversarios a quien personalmente desdeña, pero a quien reconoce venal y procaz vocero de la misma fatalidad que su libro combate”.¹⁹

Echeverría murió en Montevideo en 1851, un año antes de la derrota de Rosas a manos de una coalición de los terratenientes litoraleños liderados por el federal Urquiza, los antiguos emigrados unitarios y la nueva generación liberal que se proponía superar la vieja antinomia, con el apoyo del Imperio Brasileño, interesado en debilitar el poder de Buenos Aires. Más tarde, se dictaría la constitución y se sucederían nuevas guerras civiles. Aún en el terreno jurídico de una organización federal, el Estado Nacional fue construido en beneficio de la clase terrateniente porteña en alianza con sectores del interior y los intereses comerciales portuarios, en desmedro de las provincias marginales, de los pueblos indígenas y de la población criolla y mestiza subordinada. Una parodia de constitucionalismo burgués liberal que envolvía un poder oligárquico que fue condición de la estructura latifundista asociada al comercio y los capitales europeos en la segunda mitad del siglo XIX.

Echeverría es considerado una primera expresión fundadora de la búsqueda de una literatura nacional. En otro sentido, la búsqueda política de Echeverría quedó inconclusa y sus herederos se incorporaron a la acción olvidando los planteos democráticos de la generación de la que fueron parte y apostando a la civilización y el progreso de la mano de uno u otro sector ilustrado de las elites.

El romanticismo que Echeverría abrevó en el París en el que se incubaban las barricadas de 1830, resultó operativo para impulsar una renovación en la estética literaria y la libertad creativa contra el despotismo y en pos de introducir los contenidos locales de su patria en gestación en aquella etapa poscolonial. También ese movimiento cultural, en su vertiente democrático-popular y partidaria de los principios de la nacionalidad contra la restauración absolutista y la reacción feudal, le permitió ahondar en el conocimiento de la historia y la realidad concreta de los pueblos intentando superar las concepciones aristocráticas del liberalismo vernáculo de los dirigentes unitarios de la elite criolla. En ese sentido, indagó sobre las tradiciones populares rurales. También lo orientaba a la búsqueda de una tendencia democrática superadora de la antinomia entre unitarios y federales que había entronizado al localismo tradicionalista de Rosas. Buscaba retomar un sendero abierto con la Revolución de Mayo y perdido posteriormente, lo que lo emparentaba con la desilusión de la nueva intelectualidad y la pequeña burguesía democrática europea frente a las promesas incumplidas de la Revolución Francesa y la ofensiva reaccionaria de la restauración que Echeverría identificaría con la coyuntura del régimen rosista y su restauración del orden social.

Sin embargo, esa búsqueda de un tercer camino democrático-popular, de retorno a Mayo en la construcción de la nacionalidad, llegó a un punto muerto. Echeverría se encontró limitado personalmente por la imposibilidad de una participación política más amplia y consecuente. También por elementos inherentes a sus propias concepciones y al medio social destinatario de su prédica. A su eclecticismo filosófico y político en el que se fusionan elementos iluministas y románticos se suma su concepción sobre el atraso e ignorancia de las masas. En contradicción con su crítica al elitismo unitario, su ajenidad, que algunos críticos han rastreado también en su producción literaria como *El Matadero*, con respecto a las masas populares indígenas, afroamericanas, mestizas y de criollos rurales, sometidos a la compulsión o el paternalismo de los terratenientes le impide encontrar en ellas la fuerza motriz concreta para los cambios que buscaba.

Paralelamente, pero no sin relación con la ajenidad respecto de las masas concretas, su voluntad de impulsar la afirmación de la nacionalidad se contradecía con su posición político-ideológica que veía en la intromisión de la civilizada Francia un factor progresivo

19. ROJAS, R. Op. cit., p. 229.

frente al rosismo, absolutizando el problema democrático, pero negando la contradicción entre un Estado en formación y la expansión mercantil y colonial de las potencias europeas. Sin apercibirse tampoco que esa expansión mercantil no se desarrollaba al servicio del progreso capitalista del país, sino que, por el contrario, contribuía a afianzar precisamente la estructura latifundista y del comercio intermediario personificado en Rosas.

A la vez, su drama, que lo confinó a una soledad intelectual, que también lo define como romántico argentino, fue la falta de una fuerza social capaz de convertirse en dirigente y promotora de esa afirmación nacional. El carácter embrionario de las tendencias burguesas, en un medio social en el que luego del trastocamiento de la revolución se reforzaron las relaciones precapitalistas viejas y nuevas, inclinó a los intelectuales a buscar uno u otro sector de las clases dominante locales que pudieran encarnar los impulsos revolucionarios burgueses que conocieron Europa. Esa fue la raíz de su impotencia, heredada por toda una corriente de la intelectualidad progresista argentina en el siglo XIX.

Referencias

- AGOSTI, Héctor P. *Echeverría*. Buenos Aires:Edit. Futuro, 1951.
- ALBERDI, Juan Bautista. *La revolución de Mayo. Crónica dramática*. Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 1960.
- ALTAMIRANO, Carlos y Sarlo, Beatriz. *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires:Ariel, 1997.
- ARNALDO, Javier. El movimiento romántico. En Bozal, Valeriano (ed.) *Historia de las teorías estéticas y de las teorías estéticas contemporáneas*. Madrid:La Balsa de la Medusa, 2004.
- ARRIETA, Rafael Alberto. *Esteban Echeverría y el romanticismo en el Plata*. Buenos Aires:Peuser, 1958.
- AZCUY Ameghino, E. *Historia de Artigas y la independencia argentina*. Montevideo:Edic. de la Banda Oriental, 1993.
- BEAUD, Michel. *Historia del capitalismo de 1500 a nuestros días*. Barcelona:Edit. Ariel, 1984.
- CHIARAMONTE, José C. *La crítica ilustrada de la realidad. Economía y sociedad en el pensamiento argentino e iberoamericano del siglo XVIII*. Buenos Aires:CEAL, 1982.
- DROZ, Jacques. *Europa: restauración y revolución*. Buenos Aires:Siglo XXI, 1974.
- ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma Socialista*. Precedido de una ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el Plata desde el año 1837; *La Cautiva y El Matadero y Notas biográficas de D. Juan María Gutiérrez*. En GUTIÉRREZ, Juan M. *Obras Completas de Esteban Echeverría*. Buenos Aires:La Cultura Argentina, 1915.
- GASTIAZORO, Eugenio. *Historia Argentina. Introducción al análisis económico/social, 1820-1880*, Tomo II. Buenos Aires:Ágora, 1986.
- GARELIK, Mario. Ojeada restrospectiva... (1846), un texto poco conocido de Esteban Echeverría. En *Política y Teoría*, n° 75, Buenos Aires, Sept./dic. de 2012.
- GIUSTI, Roberto F. Esteban Echeverría, poeta. En *Poetas de América y otros ensayos*. Buenos Aires:Losada, 1956.
- HALPERIN Donghi, Tulio. *Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)*. Buenos Aires:Emecé, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. J. *Las revoluciones burguesas (I y II)*. Guadarrama. Barcelona:Punto Omega, 1979.
- KOSSOK, Manfred. Karl Marx y el ciclo revolucionario español del siglo XIX, *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad del País Vasco (EHU), n° 2, 1989.
- KOSSOK, Manfred. El contenido burgués de las revoluciones de independencia en América Latina, *HISTORIA y Sociedad*, n° 4, México:Segunda Epoca, 1973.
- LAFFORGUE, Jorge. *Explicar la Argentina. Ensayos fundamentales*. Buenos Aires:Taurus, 2009.
- LYNCH, J. *Juan Manuel de Rosas*, Buenos Aires:Emecé, 1996.
- ORTIZ, Ricardo M. *El pensamiento económico de Echeverría. Trayectoria y actualidad*. Buenos Aires:Edit. Raigal, 1953.
- PAS, Hernán. *El romanticismo en la prensa periódica rioplatense y chilena. Ensayos, críticas, polémicas (1828-1864)*. 1° edic. Biblioteca Orbis Tertius. La Plata:Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales, 2013.
- PRIETO, Adolfo. *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina, 1820-1850*. Buenos Aires:Edit. Sudamericana, 1996.
- PRIETO, Martín. *Breve historia de la literatura argentina*. Buenos Aires:Taurus, 2006.
- RAMA, Angel. *Los gauchipolíticos rioplatenses*. Buenos Aires:CEAL, 1982.
- ROJAS, Ricardo. *Historia de la literatura argentina*. Toma V y VI, Buenos Aires:Edit. Kraft, 1960.
- RUDÉ, George. *La Europa revolucionaria, 1783-1815*. Buenos Aires:Siglo XXI, 1974.
- SCHVARTZMAN, Julio. *La lucha de los lenguajes. En Historia crítica de la Literatura Argentina*, dirigida por Noé Jitrik. Buenos Aires:Emecé Edit., 2003.
- SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino. Civilización o Barbarie*. Buenos Aires:Taurus, 2006.
- VIÑAS, David. *Literatura argentina y política. De los jacobinos porteños a la bohemia anarquista*. Buenos Aires:Edit. Sudamericana, 1995.
- WEINBERG, Félix. *El salón literario de 1837*. Buenos Aires:Hachete, 1977.

UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO IMPERIAL (1808-1889)

Augusto Zanetti*

Os estudos envolvendo a Política Externa (PE) de um Estado-Nação são uma subdisciplina do campo do saber das Relações Internacionais (RI) que só recentemente adquiriram relevância nas agendas das pesquisas na área. Tais análises partem do pressuposto que não é apenas a estrutura internacional que determina atuação diplomática, mas a PE é resultado da dinâmica interativa entre ambientes doméstico (endógeno) e internacional (exógeno). Reúne, portanto, as necessidades internas e as possibilidades externas, a avaliação da conjuntura nacional e aquela estrangeira e, ainda, a estrutura do sistema de poder internacional, bem como o processo decisório no qual assume importância central a organização burocrática do Estado. No exame da PE, deve-se levar em conta os atores, as instituições, as preferências, as idiossincrasias ideológicas, as características das lideranças, as regras decisórias entre outras temáticas correlatas; assim como as tendências de um contexto mundial em constante transformação que contempla cada vez mais o fenômeno da transnacionalidade. (PINHEIRO, 2010, p. 7).

Henrique Altemani Oliveira (2011) sublinha que, até o presente momento, apesar da existência de outros atores (como as Organizações não Governamentais (ONGs), as Organizações Internacionais (OIs), empresas Multinacionais e Transnacionais, Federações Internacionais de Trabalhadores e Igrejas, são os Estados que assumem um papel fundamental no âmbito das Relações Internacionais, assim como na PE, visto que são estes que continuam representando empresas, federações sindicais e grupos organizados

da sociedade civil internacional, nas instituições multilaterais tal como a Organização Mundial do Comércio (OMC). São os Estados que conduzem suas relações com outros congêneres, projetando-se para o Exterior e é a partir deles que são formuladas, implementadas e avaliadas as opções externas configuradas no interior das formações sociais nacionais. Assim sendo, a PE é uma subárea das RIs, na qual os Estados ainda mantêm um papel central, não obstante a convivência, na atualidade, com Estados Regiões (a exemplo do Vale do Silício, cinco cidades na China, Hong Kong, Amoy Zhuhai Guangzhou e Shenzhen e a grande São Paulo) (OHMAE, 1999),¹ da delegação da soberania nos quadros dos acordos de integração regional e da concomitante adoção de normas supranacionais e do direito comunitário à exemplo da União Europeia (UE), bem como com o fenômeno contemporâneo da falência e do colapso de muitos Estados, tais como o Afeganistão Líbia, Síria e Iraque.

Assim sendo, é na esfera de atuação da PE que o Estado, embora seja predicado e não sujeito, portanto, produto da ação social, assume uma posição destacada e os conflitos interestatais, na atualidade predominantemente econômicos condicionam sua ação. Embora possa ser mencionada a cooperação no que respeito aos direitos humanos constituindo o paradigma neorrealista e ganhe densidade o propósito do empoderamento das mulheres SYLVESTER, 2002), são ainda os Estados os principais atores das Relações Internacionais e dos estudos desenvolvidos pela PE. Cabe a ele, em caso de um conflito entre empresas como a Embraer brasileira e a Bombardier canadense,

* Professor Assistente de Doutor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita” UNESP. Campus Franca e da Universidades Metropolitanas Unidas UNIFMU.
Contato: augustozanetti@ig.com.br.

1. Ohmae define nesse texto a formação de Estados Regiões nas fronteiras dos Estados-Nações portões de entrada à economia global.

representá-las nos fóruns multilaterais, como na OMC, elaborando painéis nessa OI, responsável pela resolução de conflitos.

A compreensão que os Estados são os principais atores da PE deve ser acompanhada pelo exame atento da configuração específica do sistema internacional percebido enquanto aspecto estrutural de uma análise conjuntural. Dessa forma, além dos fatores domésticos, endógenos, interligados com aqueles externos, exógenos; os aspectos interdomésticos e a apreensão das instituições, devemos levar em conta, na análise da PE, de uma formação nacional específica, os procedimentos, sua natureza social e a estrutura burocrática responsável pelo processo de tomada de decisões.

A PE de um Estado-Nação, por outro lado, possui etapas e uma temporalidade que, ao ser reconstituída, evidencia a dimensão própria de uma narrativa, uma lógica que ajuda a entender o presente. Amado Luís Cervo (2003, p. 8) atesta as fases que marcaram a PE brasileira: a unilateralidade e subordinação às políticas liberais europeias, o paradigma agro exportador oligárquico liberal e conservador (1808-1930), a busca de autonomia decisória, a promoção do nacional desenvolvimentismo via industrialização enquanto variável dependente (1930-1990); a subordinação à política neoliberal (1990-1992) e a procura da recuperação da autonomia decisória que implicaria na conciliação entre liberalismo e desenvolvimento autóctone (a partir de 1992 até o presente momento - 2016). Esta última fase corresponderia à chegada ao poder das novas lideranças tais como Hugo Chávez, Carlos Mauricio Funes Cartagena, Nestor e Cristina Kirchner, Luiz Inácio Lula da Silva, Evo Morales, Rafael Correa, Tabaré Vasquez e José Mujica (AYERBE, 2008).

Neste artigo, procuraremos compreender a primeira fase da Política Externa Brasileira, no período em que viveu o paradigma oligárquico agro exportador liberal conservador de 1808 a 1889, no hiato temporal no qual ela é operada pela assim denominada estrutura burocrática “patrimonialista” do Ministério de Assuntos Estrangeiros (FAORO, 2001), dirigido pelos filhos de magnatas rurais que haviam estudado ou estudavam fora do Brasil, moradores das cidades. No entender de Sergio Buarque de Holanda, a burguesia urbana nobiliárquica (Maria Odília Dias, entrevista 2011).²

Nosso estudo, portanto, abarca o Período do Primeiro Império (1822-1831), o Regencial (1831-1840) e o Segundo Império (1840-1889), visando apreender as características centrais da Política Externa do Estado brasileiro, ou seja, seu comportamento e suas ações no sistema internacional, no transcurso do intervalo temporal no qual o paradigma agroexportador oligárquico liberal e conservador perdurou.

Da formação do Estado Nacional ao Primeiro Reinado (1808-1822)

Durante a época da colonização portuguesa, com o interlúdio da União Ibérica (1580-1640), na qual o Brasil esteve unido ao império espanhol, não havia um Estado Nacional, premissa central para que de fato possa se desenvolver uma PE; mormente porque o Brasil estava submetido aos interesses de sua metrópole. Tal inserção subordinada a Portugal não proporcionou um desenvolvimento nos moldes dos países da Europa Ocidental, enquanto autoridade soberana em seu próprio território e o respeito e reconhecimento de estruturas domésticas autônomas e vocações religiosas diferenciadas. Um dos marcos da PE desta época foi a disputa pela Bacia do Prata, já que essa região era tida como um objeto de intensa disputa entre as duas monarquias Ibéricas, assim como de grandes interesses para as demais potências comerciais.

Além dos vínculos com a Europa, a América portuguesa também manteve relações expressivas com a África, onde eram apresados os escravos que constituíam a mão-de-obra das plantations. Assim, a História Econômica elaborou o conceito de triângulo comercial Atlântico. De outra parte, durante a fase colonial os conflitos europeus repercutiam diretamente no Brasil, especialmente no tocante às guerras platinas (VIZENTINI, 1999, p. 137).

A PE “Brasileira” portuguesa do Período Colonial se manifesta mediante os navegantes, no que respeita às fronteiras marítimas. Nesse sentido, são negociados entre a Espanha e Portugal com

2. A noção Patrimonialismo emerge nas pesquisas de Sergio Buarque de Holanda (2014), assim como naquelas de Roberto Da

Matta (1994). DAMATTA propõe a definição: “jeitinho brasileiro”. Ela é retomada na atualidade na oposição maniqueísta Estado Patrimonial e Mercado, no interior da qual a Sociedade enquanto variável que incide sobre um e outro é excluída. Ver sob esse aspecto Jessé Souza (2015). O Patrimonialismo mostra a que veio. Ver também André Grillo (2009).

mediação do Vaticano, na figura de Alexandre VI, os Tratados de Tordesilhas (1492 e 1494), em seguida os limites terrestres são o principal foco, impulsionados pelos Bandeirantes em sua busca de aprisionamento de índios, ouro e pedras preciosas e, finalmente, os acordos visando a demarcação de terras definidos por diplomatas como Alexandre de Gusmão: o Tratado de Madrid (1750), El Pardo (1778), Santo Ildefonso (1777), Badajoz (1801) e antes de todos estes o de Utrecht (1713-1715) (GOES, 1991, pp. 143-175).

Durante o Período Colonial, somente 15% dessas fronteiras foram, de fato, estabelecidas. Foi preciso aguardar a emancipação nacional, no transcurso do primeiro reinado, na fase regencial e no Segundo Império (1822-1889), para que, mais de 50% dos limites territoriais nacionais pudessem ser estabelecidos e o restante no início da República Velha, durante a chancelaria do Barão de Rio Branco (1902-1912) (MAGNOLI, 1997).

O Estado herdado de Portugal, com a vinda da família Real portuguesa no início do século XIX e a adoção de um governo monárquico, aproximou o Brasil da Europa, posto que após a Revolução Francesa e o Período Napoleônico a concepção estatal que predominava no velho continente expande-se para América. A arquitetura institucional específica, que emanava de orientações político-culturais europeias, afastou o Brasil dos países latino-americanos que, tornando-se independentes, haviam criado novos Estados onde antes nada existia, preferindo assim, optar pela forma republicana de governo. Nesses Estados prevaleceu o projeto político apoiado por Simón Bolívar (1783-1830), em lugar daquele proposto por San Martín (1778-1850) que consistia em convidar para assumir os governos dos Estados-Nações recém-criados os herdeiros dos tronos europeus. Sobre estes países vizinhos, na maioria (exceção do Chile e do Equador) dos que faziam fronteiras com o Império, incidia a desconfiança brasileira em relação às suas lideranças constituídas predominantemente por caudilhos, cuja atuação política resultava em revoltas, revoluções e o caos social. O Brasil se sentia mais próximo da Europa, porque seu monarca era europeu, do que dos países latino-americanos emancipados do domínio espanhol e propugnadores de formas republicanas de governo. Em função disso, a PE do Primeiro Império (1822-1831)

foi, essencialmente, europeia-portuguesa, uma vez que D. Pedro I não era apenas Imperador do Brasil, mas herdeiro do trono português e daquele grego, detendo assim a tríplice coroa. A mentalidade do Congresso de Viena, legitimista e defensora da restauração, ainda que nuançada sob a rubrica de monarquias representativas e constitucionais, encontrava acolhida junto ao soberano brasileiro no que tange o regime monárquico que devia ser estendido a todos os Estados vizinhos ao Império brasileiro. Tal orientação se evidencia nas instruções secretas a José Egídio Alvares de Almeida, Marquês de Santo Amaro, dadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon du Pin e Almeida, em 21 de abril de 1830 (GARCIA, 2008, p. 184). Ele devia contatar os soberanos da França e da Grã-Bretanha com o objetivo de:

[...] demonstrar, e fazer sentir aos soberanos que hou- verem de tomar parte nesta negociação, que o meio senão o único pelo menos o mais eficaz, de pacificar e constituir as antigas colônias espanholas é o de es- tabelecer monarquias constitucionais ou representati- vas nos diferentes Estados que se acham independen- tes. As idéias propaladas, e os princípios adquiridos no curso de 20 anos de revolução, obstam aqui a ge- ração presente se submeta de bom grado à forma do Governo absoluto.

Essas instruções se inseriam no contex- to da derrota da expedição militar espanhola, em Tampico, contra o México e visavam encontrar al- gum arranjo para pôr fim à pacificação da América. Era mencionado nesse sentido que:

[...] não era possível que o mundo civilizado conti- nuasse por mais tempo a observar com fria indife- rença o quadro lastimoso, imoral e perigoso em que figuravam tantos povos abrasados pelo vulcão da anarquia e quase próximos de uma completa aniqui- lação (Ibid., 184).

Rubens Ricupero afirma:

Esqueceu-se em nossos dias, de que, exceto na libe- ral Grã-Bretanha, as independências americanas fo- ram por longo tempo encaradas como um esbulho. Metternich, alma da reação ao espírito revolucioná- rio, chegou a observar que, de todas as independên- cias, só a do Brasil era, a rigor, legítima, uma vez que Pedro, príncipe de sangue e herdeiro dinástico, era, no fundo, apenas culpado de uma “antecipação da

herança”. É verdade que o chanceler da Áustria tinha interesse em mostrar-se indulgente com o consorte da imperatriz Maria Leopoldina, filha do imperador a quem servia. Já o czar Alexandre, mais intransigente no reacionarismo e sem interesses pessoais no caso, descrevia Pedro de forma exagerada como rebelde e parricida! Tanto para o grande ministro do Sacro Império quanto para o czar de Todas as Rússias, não havia nenhuma dúvida sobre os outros dirigentes e libertadores da Américas: não passavam de usurpadores (RECUPERO, 2004, pp. 14-15).

O Estado brasileiro, dinástico e cercado de república, como reitera Villafoñe:

[...] encontrava imensas dificuldades para aderir a iniciativas [das repúblicas latino americanas] pois [estas] poderiam contribuir para solapar as bases de sua legitimidade. O Império via-se civilizado e europeu, e assim de uma natureza distinta daquela de seus anárquicos vizinhos. Integrar-se a eles seria pôr em risco a própria essência de sua identidade (2004, p. 28v).

O Estado brasileiro era a única monarquia americana, à exceção, por um breve espaço de tempo, da mexicana e da haitiana, e o liberalismo que incorporou plenamente, não se encontrava “fora de lugar”, como reconhece Maria Sylvia de Carvalho Franco. Ele era compatível com a escravidão, pois legitimava a propriedade, a exclusão da maioria da população do corpo político, na medida em que repelia a inclusão, condescendia com a política de favores e o clientelismo, mesmo porque permitia a privatização do espaço público, uma vez que, desde o século XVIII, a dimensão política (esfera da liberdade na antiga Grécia) se funde com a economia (esfera da necessidade para os gregos), gerando o entrelaçamento da *polis* com o *oikos* que resultou no campo do saber denominado política econômica: a anatomia da sociedade burguesa (FRANCO, 1993 e ARENDT, 2007). Cecília de Oliveira assevera no que tange à formação nacional brasileira:

[...] à constatação de que a concomitância de múltiplos projetos políticos na América portuguesa, nas décadas iniciais do século XIX a presença de especificidades, particularismos e incongruências no interior da sociedade àquela época não impediam que os protagonistas da independência e da construção do estado Imperial reconhecessem a tangibilidade da *nação* quer entendida em primeiro momento, como “*nação portuguesa*”, quer referida a uma *nova comunidade nacional emergente* (OLIVEIRA, 2009, p. 250).

Segundo Ron Seckinger, unindo-se aos autores que definem o Estado Imperial na ótica do conceito weberiano de Patrimonialismo

O Rio de Janeiro havia sido sede de uma monarquia europeia de 1808 a 1821 e em seguida à independência D Pedro procurou preservar o estilo monárquico familiar em todos os aspectos de seu regime, inclusive a diplomacia. O imperador emulava as cortes europeias e proclamava a importância do Brasil mantendo um corpo diplomático numerosos (SECKINGER, p. 128).

E nesse sentido, como propõe Santiago Hechen, no concernente à diplomacia imperial brasileira:

[...] de acordo com os traços dominantes desse tipo de diplomacia, o soberano chefe de Estado ou chefe do serviço exterior, conduz sem restrições os negócios das relações exteriores [...]. Seleciona o pessoal diplomático livremente, levando em conta que deverão representá-lo ante os demais poderes do mundo. Ainda que o sistema admita a livre escolha dos funcionários do serviço exterior sem limitações, na prática impôs-se o costume de selecioná-los entre os membros das famílias mais chegadas aos negócios do Estado, em idades muito tenras, para iniciá-los nas práticas diplomáticas na qualidade de amanuenses, familiarizando-os desta forma com as exigências do serviço [...] (HECHEN, 1964, p. 3).

No processo de Independência Brasileira a lógica da ruptura política com Portugal manteve intocada a estrutura social e econômica engendrada no Período Colonial. No episódio da Proclamação da Independência prevaleceu a prática política exercida quase 50 anos depois no processo de Unificação Italiana (1870) que possibilitou a reunião do Norte com o Sul no contexto da península, qual seja o “Gatopardismo”. Procedimento plenamente explicitado em seus aspectos essenciais no romance o “Gatopardo” de autoria do escritor italiano Tomasi di Lampedusa, quando o príncipe falido Trancredi, personagem central do enredo lampedusiano, ao externar a orientação básica da estratégia política que devia ser perseguida capaz de unificar a Itália propõe que: “*Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude*” (LAMPEDUSA (1957), 1993, s/p).

Assim sendo, a Independência brasileira, proclamada em 1822 à semelhança da Unificação italiana em

1870, foi uma ação política resultante de um acordo selado entre os setores dominantes que manteve intacta em larga medida a estrutura social, política, econômica, anterior à Independência que, por sua vez, herdou um Estado-Nação edificado com a vinda da família real portuguesa (1808). Embora, como reconhece Celso Furtado (FURTADO, 2008) tenha sido possível, no caso brasileiro, com certas restrições, dar início a uma acumulação capitalista em âmbito nacional, rompendo com os óbices impostos pelo exclusivo colonial que impunham um entesouramento de recursos voltados para o exterior, através de inúmeras transgressões, a exemplo dos traficantes de escravos que, vivendo no Rio de Janeiro, acumulavam os recursos, em teoria, destinados à Metrópole (FLORENTINO, 1997).

Nesse contexto, a PEB inaugurada conjuntamente com a constituição do Estado Nacional, representou uma ação política orientada segundo a lógica da continuidade travestida de ruptura que se materializa plenamente com o advento da proclamação da Independência em 1822. No entender de Villafañe:

A singularidade brasileira começaria a manifestar-se [no momento da emancipação], com a construção de uma identidade que, de certo modo, reafirmava as relações internas de um poder colonial. Ao contrário do que houve em seus vizinhos, no Brasil, pela continuidade da monarquia, a independência não se traduziu em ruptura nos laços com a ordem ideológica e social do período colonial, sua substituição pelas ideias de soberania popular e nacionalidade e na reformulação, pelo menos parcial, das relações sociais herdadas da colônia como no resto do continente (VILLAFÑE, 2004, p. 25).

O conflituoso processo de independência política se constituiu na afirmação política das elites criollas da América espanhola, que puderam dispor de um elemento ideológico adicional no esforço de construção de uma identidade distinta da vivida no contexto colonial e pré-nacional. A definição de América enquanto ideia e, mais tarde, de América Latina, na vertente interna explicitada pelo ensaísta colombiano José María Caicedo em um poema de 1857 intitulado *As duas Américas*, pressupunha uma diferença entre esse Novo Mundo e suas antigas Metrópoles, distinção essa que tinha por base uma noção de ruptura do republicanismo americano com relação à Europa dos soberanos (PRADO, 2014, p. 9).

Por outro lado, o reconhecimento da independência do Brasil pelos EUA, ainda em formação em 1824, durante a presidência de James Monroe (1817-1825), demonstra que: “apesar do republicanismo qualquer que possa ser afinal a forma de governo estabelecida no continente, a política norte-americana estaria em harmonia com ela” (MENDONÇA, 2013, p. 140). Segundo Mendonça

A doutrina Monroe [1823] resultou de um pacto com a Inglaterra, cujo interesse comercial pelas nações latino-americanas se chocava com os pontos de vistas retrógrados da Santa Aliança (Ibid., p. 138).

O Brasil, enquanto Nação Estado, nasceu no contexto do Antigo Regime agonizante, nos quadros da passagem do capitalismo mercantil para o fabril, após a dupla Revolução Industrial (1750) e Americana (1776), durante as guerras da Revolução Francesa e Napoleônicas que cedem lugar à Nova Ordem representada pelo concerto europeu instituído pelo Congresso de Viena (1815-1816). O príncipe regente D. João VI, fugindo de Portugal a fim de não cair prisioneiro de Napoleão Bonaparte chega ao Brasil em 1808 e abre os portos as Nações amigas.

A transferência da Corte portuguesa deu-se sob proteção inglesa. Era inevitável que o Brasil passasse para a esfera de influência do Reino Unido. Em 1810, três tratados foram assinados entre Portugal e a Inglaterra: um de amizade, outro de comércio e navegação e o último regulamentou as relações postais entre os dois países. O segundo foi o mais sugestivo, pois, além de conceder o direito à extraterritorialidade aos ingleses (não ficariam sujeitos às leis portuguesas) assegurou um privilégio escandaloso: o direito das mercadorias inglesas de entrarem no Brasil mediante a taxa de 15% *ad valorem*, enquanto os produtos portugueses pagavam 16% e os demais países 24%.

Para Caio de Freitas, em sua leitura das fontes documentais, empreendida nos arquivos ingleses, objetivando resgatar a atuação do ministro das Relações Exteriores britânico, George Canning, durante a invasão napoleônica de Portugal, no que tange à ruptura do monopólio português, o fim formal do exclusivo colonial está explicitado a seguir:

A Convenção Secreta de 22 de outubro de 1807, assinada em Londres, foi mais uma tentativa de absorção do mercado brasileiro do que propriamente uma providência de salvação da dinastia portuguesa. Canning com sua sagacidade que lhe era característica

interligou os dois assuntos, criou uma relação de interdependência entre os dois objetivos e essa manobra de envolvimento deu resultados que ambicionava. D. João [regente do trono português] cumpriu fielmente o que havia prometido à Inglaterra os portos do Brasil estavam, finalmente, abertos ao comércio universal, o que em realidade significava que estavam abertos exclusivamente ao comércio da Grã-Bretanha, pois, na época, com exceção dos Estados Unidos, que a si mesmo se excluíram da concorrência, nenhuma outra nação estava em condições ou dispunha de meios para manter uma frota mercante em atividade permanente no Atlântico Sul (FREITAS, 1958, p. 167).

O monarca português não somente abre os portos brasileiros abolindo o monopólio colonial, mas celebra acordos divididos em duas partes: uma relativa à assinatura de um Tratado de Amizade e Aliança com a Grã-Bretanha e a outra instaurando um Tratado de Comércio, Livre Comércio ou Livre Cambistas que permitia a redução de tarifas alfandegárias sobre mercadorias inglesas (Ibid., p. 167). Como reitera Sérgio Danese:

Transmigração da família real portuguesa, abertura dos portos, os A chamados “Tratados desiguais” com a Grã-Bretanha, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido (por inspiração de Talleyrand em vinculação direta com as Tratativas em Viena), as negociações ligadas ao retorno de D. João VI a Portugal em 1821, o “Manifesto aos Governos e Nações Amigas de 22 de agosto de 1822 e a própria declaração de Independência entre outros, são atos típicos da diplomacia. Eles criam as condições objetivas para a autonomia política do país e balizaram o nascimento da diplomacia imperial (DANESE, 1999, p. 332).

Com a Independência, o Estado brasileiro tendia a ser uma cópia de Estado do Antigo Regime, embora fosse regido por uma Constituição que estabelecia, além dos três poderes fruto de uma adequação da monarquia inglesa, a inserção de um quarto denominado Moderador. Este permitia ao monarca interferir, quando lhe aprouvesse, nos outros, dissolvendo a Câmara, uma parte do Senado - com exceção dos senadores vitalícios (diretamente nomeados pelo Imperador)-, ministros e convocando novas eleições em períodos de crise, bem como lhe facultava o acompanhamento minucioso de todos os negócios de Estado. A primeira Constituição Brasileira de 1824 que regulamentou a existência do poder Moderador não foi promulgada, mas sim outorgada por D. Pedro I que ordenou o cerco e a dissolução

da Assembleia Constituinte indicando juristas, homens de sua inteira confiança, a fim de que estes pudessem elaborá-la e isso resultou no fato da escravidão não ter sido praticamente referida nela. A alusão foi feita apenas de forma indireta: em seu art. 6º, pelo qual os libertos eram considerados “cidadãos brasileiros”, e no art. 94, revogado posteriormente, o qual estipulava estarem os mesmos impedidos do votar nas eleições para deputado (PRADO, 2001, pp. 163-189). A tensão numa espiral crescente entre o poder pessoal do primeiro monarca brasileiro e as elites das províncias de São Paulo e Minas, além da sucessão ao trono de Portugal, para o qual havia indicado sua filha Maria da Glória, usurpado por seu irmão D. Miguel, explica o episódio da abdicação, em 1831.

Nesse contexto, o Estado Nação brasileiro herdado de Portugal assume as feições, segundo alguns autores, de um Estado Patrimonialista que abriga as camadas dominantes e orienta a PE. A definição de Estado Patrimonialista, que molda a estrutura burocrática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual o processo decisório em parte ocorria, se encontra claramente indicado por Zairo Borges Cheibub:

O patrimonialismo [do período do Brasil Império], não se limita a política de recrutamento em que está presente a noção do tratamento da administração pública como propriedade senhorial. Outra característica é a distinção pouco clara entre interesses, os interesses pessoais do administrador e os interesses públicos ligados ao cargo que ele ocupava: os cargos eram tratados como uma espécie de prebenda que cabia ao Estado distribuir (CHEIBUD, 1985, p. 117).

Nesses termos, comenta Cheibub:

[...] os cônsules recebiam parte da renda do consulado ao invés de perceberem um salário fixo; e os chefes de missão podiam, em alguns casos, nomear seus próprios auxiliares e muitas vezes o faziam nomeando seus parentes e, até bem mais recentemente, não havia uma separação entre os “meios de representação” e as posses privadas dos representantes. Como contrapartida da distribuição das prebendas, o Estado podia contar com o devido preenchimento das funções que, por insuficiência financeira, não podiam ser desempenhadas por um quadro de funcionários assalariados (Ibid., p. 117).

Somente a elite rica, com prestígio social e poder político, tinha condições de preencher os mais elevados

postos da administração pública, condizentes com as funções reservadas ao corpo diplomático. O exemplo do Barão de Penedo ilustra a natureza específica do Estado Patrimonialista brasileiro no que tange à privatização do espaço público, a indistinção entre a formação de um aparato burocrático profissional e o segmento social no qual se insere a camada dominante: a oligarquia rica, que tinha o direito de ser eleita e eleger, no âmbito de consultas populares censitárias instituídas no Brasil monárquico. O Barão de Penedo foi representante brasileiro na Corte inglesa durante mais de 30 anos:

[...]. Esta atividade social permanente era bastante dispendiosa com vista a manter em bom nível a imagem do Império Brasileiro. O alto custo da representação provinha da grande fortuna pessoal de Penedo, além das gratificações que recebia pelos empréstimos brasileiros feitos em Londres (Ibid., p. 117).

Os gastos com as Legações, reconhece Cheibub, excediam qualquer gratificação proveniente do exercício do cargo. Assim sendo, não se pode subestimar a necessidade de possuir fortuna pessoal para representar o país no exterior. Além do prestígio, das gratificações pecuniárias, acomodar membros da família, enquanto moeda de troca, era preciso ser membro das elites dotadas de fortuna pessoal para poder desempenhar as funções diplomáticas mais proeminentes. Predominavam, nesse sentido, o baixo grau de profissionalização do serviço exterior, o “filhotismo” (oferecer um cargo em uma legação diplomática, onde um filho de um membro das elites desenvolvia seus estudos universitários), o empreguismo e o clientelismo, como indica Seckinger (SECKINGER, 1978, p. 116).

Apesar da privatização do espaço público, reiterado por Cheibub e Seckinger que atravessa toda a história do Brasil e chega até nossos dias (CHAUI, 1986), bem como da presença do caudilhismo no sul do país e do coronelismo no nordeste brasileiro, a elite que conduzia os negócios internos e externos tinha o grau de homogeneidade, coesão e estabilidade necessária (não obstante o interlúdio regencial 1831-1840), para levar adiante a formação do Estado Nacional. O Império, segundo Manuel de Oliveira Lima (LIMA, 2006), impediu a fragmentação que atingiu a América espanhola como um todo, tornando impossível a unidade territorial e a efetivação do projeto de Simón Bolívar objetivando uma PE, bem como a constituição

de um exército comum, que permitiria a formação de uma Confederação de Estados Latino Americanos (VICENTE, 1993).

Não obstante, o MNE inchado, balofo e ineficiente sob o ponto de vista da abertura de legações diplomáticas nas principais capitais do mundo (quando comparada com a atuação das novas Repúblicas latino americanas), em localidades dispensáveis, nas quais assumiam funções relevantes os filhos de magnatas que para lá se deslocavam a fim de realizarem seus estudos, alguns setores da administração pública já haviam começado a se organizar em moldes mais profissionais. Esta mudança se evidencia, segundo Cheibub, quando o Barão do Rio Branco (1902-1912), no início da República Velha (1889-1930) assume funções de chanceler, pois temos, a partir desse momento, a passagem de uma estrutura patrimonialista do MNE para a carismática do Ministério das Relações Exteriores (MRE) (CHEIBUB, 1985, p. 119).

Participavam do processo decisório no que concerne a PE, no Período Imperial, além do *staff* do MNE, grandes estadistas do Império membros do Conselho de Estado, órgão do Poder Moderador que contava com a presença do Imperador. Tais renomados membros da comunidade epistêmica, uma vertente atual de assessores especiais de PE, não eram membros do corpo diplomático do Ministério. São eles juntamente com o imperador, o Conselho de Ministros, composto por todos os ministros de Estado e, portanto, contando com a presença do chefe do MNE, que emitia as decisões, configurando a estrutura do poder imperial. No Conselho de Estado tomava assento a elite pensante, os *experts* em Política Externa do Império tais como o Visconde do Rio Branco, o Visconde do Uruguai e Marquês de São Vicente. Foi este órgão do governo imperial que garantiu a supremacia nacional no âmbito da definição de fronteiras, principalmente na região do Prata, mas também amazônica incluindo a Andina que a elite imperial se une em torno de objetivos comuns. Nas atas da Seção de Justiça é revelado que o C.E. reunia juristas políticos realmente preocupados com a organização do Estado de novo tipo. Nesse órgão de Estado debatia-se como sair do direito antigo de vertente colonial para um direito liberal de cunho moderno, entabulavam-se discussões visando sair de uma situação marcada pelo municipalismo, para um novo sistema legislativo orientado pelos princípios da representação nacional (LOPES, 2010v).

O MNE, o C. M. e o C. E., este último vinculado ao poder Moderador, no interior do qual o Imperador assumia uma posição proeminente, eram órgãos de governo do poder executivo e tomavam parte nas decisões no âmbito da PE, buscando alcançar o consenso e a implementação de tudo o que era acordado. Esses órgãos eram partes integrantes do aparelho de Estado, assim sendo, no resgate da temporalidade da PEB faz-se necessário lembrar que essa só teve início com a constituição do Estado Nacional com a vinda da família real (1810) e a proclamação da Independência (1822) e o reconhecimento internacional liderado pelo Reino Unido. O apoio a esta resolução implicou na renovação dos Tratados de Livre Comércio, assinados em 1808 por D João VI, quando este chegou ao Brasil, representando a reiteration do paradigma da dependência e a submissão da ex-colônia portuguesa aos interesses da potência marítima europeia hegemônica à época, aliada de Portugal. Como salientam José Honório Rodrigues e Seitenfus, no que respeita à dependência brasileira *vis a vis* com a Grã-Bretanha:

O Tratado [comercial pelo qual o Brasil pagava a dívida relativa aos serviços ingleses em prol do nosso] reconhecimento pela Europa] de 17 de agosto de 1827 reflete a influência avassaladora da Grã-Bretanha nos nossos negócios políticos e econômicos, mantendo privilégios especiais obtidos nas horas difíceis de 1810 (os 15% de tarifa, a conservatória inglesa [...]) O virtual monopólio do comércio brasileiro pela Grã-Bretanha foi prolongado por meio da tarifa preferencial estabelecida a partir de 1810, dando lugar a um verdadeiro protetorado sobre o Império. Em 1827, a supremacia econômica e política inglesa estava definitivamente firmada [...] (RODRIGUES e SEITENFUS. Apud RODRIGUES, 1995, pp. 145-146v).

A constatação dos privilégios concedidos à Grã-Bretanha é evidenciada nos registros documentais. O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre D. Pedro I Imperador do Brasil e Jorge IV, Rei da Grã-Bretanha, assinado no Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1827, estabelece que:

Sua Majestade o Imperador do Brasil se obriga a não permitir que qualquer artigo de origem, produção ou manufatura de qualquer país estrangeiro, seja admitido em parte alguma dos seus domínios pagando direitos menores do que os estabelecidos no artigo precedente, sem que tal diminuição de direitos seja concedida aos gêneros da mesma natureza

de origem, produção ou manufatura dos territórios britânicos; excetuando-se só os gêneros, artigos e mercadorias quaisquer de produção ou manufatura de Portugal, que vierem em direitura de Portugal ao Brasil em navios pertencentes a uma ou outra dessas nações; consentindo Sua Majestade Britânica especialmente nesta execução em favor de Portugal, em consideração da parte que tomou, como mediador, na negociação que felizmente terminou com o Tratado de Reconciliação e Independência de 29 de agosto de 1825, e das íntimas relações de amizade que Sua Majestade Britânica tanto deseja ver subsistir entre Brasil e Portugal (GARCIA, 2008, pp. 164-166).

Por outro lado, no âmbito do eixo horizontal Sul-Sul, que compreende as relações com os Países vizinhos, fundamentalmente, do rio da Prata, a PEB do primeiro reinado estava identificada com o projeto inglês de manter a fragmentação territorial com vistas a dividir para reinar, associando-se à estratégia política sustentada mediante esse adágio por Nicolau Maquiavel. Era preciso garantir a livre navegação do Rio da Prata, lembrando que nessa época quem dominava a foz do rio tinha o controle sobre ele. Nesses termos, competia manter a divisão territorial do Cone Sul de forma a impedir uniões ou anexações. Tal orientação política ganha sentido em 1828, no transcurso do Primeiro Império, em decorrência da Independência da Banda Oriental do Uruguai que, contando com o apoio da Província Unidas do rio da Prata, atual Argentina, se separa do Brasil. O aval da emancipação foi dado pela Inglaterra, posto que a foz do rio da Prata não podia permanecer sob domínio apenas do Brasil ou das Províncias Unidas do Prata. Assim sendo, surgiu um novo Estado, o Uruguai, na região: um algodão entre dois cristais, Brasil e Argentina.

A independência uruguaia representou um revés para o Império brasileiro. E as tropas que participaram da Primeira Guerra Cisplatina (1825-1828) se insurgiram, quase provocando a deposição do Imperador.

Vale lembrar que o Brasil não contava com um exército profissional organizado e na volta do corpo militar enviado à região platina, formado por mercenários alemães e irlandeses o Rio de Janeiro foi cercado e o Imperador teve sua integridade física ameaçada. Sérgio Correa da Costa relata esse acontecimento:

A 9 de junho de 1828, revoltaram-se os regimentos alemães e irlandeses da guarnição do Rio de Janeiro. Durante três dias, a cidade foi transformada em verdadeiro campo de batalha. Somente no dia 11, puderam

as forças imperiais submeter os amotinados, depois de um combate em que tomaram parte ativa, além das tropas regulares, cerca de cem mil paisanos armados, entre os quais cinquenta frades de diversas congregações e mais de cem padres e estudantes (COSTA, 1995, p. 121v).

Ainda a propósito da independência da Banda Oriental do Uruguai e a estabilidade do governo brasileiro, Rodrigues e Seitenfus afirmam:

G. Canning [Secretário do Foreign Office a partir de 1822] insistia para o Brasil aceitar [a criação de Estado independente] ou a indenização pela entrega do território. O essencial era o cessar as hostilidades, pois acreditava estar o Brasil ameaçado pela união dos povos hispânicos. Também a estabilidade do governo brasileiro era muito importante, desde que formava “o mais forte anel de ligação entre o Velho e o Novo Mundo” (RODRIGUES e SEITENFUS. Apud RODRIGUES, 1995, pp. 142-143).

A despeito da importância que possuía a região do Prata, em virtude de sua bacia hidrográfica e das regras para a navegação internacional fundamentadas no livre comércio defendido pela Grã-Bretanha e pela França, a região andina também recebeu a atenção do primeiro reinado no episódio de Chiquitos. Esse conflito entre Brasil e Bolívia foi causado devido ao interesse da Província de Mato Grosso em anexar a região de Chiquitos que se encontrava em território Boliviano. Este espaço foi um dos últimos redutos espanhóis antes da total libertação da América do poder europeu e foi nesse contexto que Sebastián Ramos, Governador de Chiquitos, ofereceu ao Mato Grosso a posse dessa região até que os revoltosos, que buscavam a independência, fossem derrotados. Com a queda do domínio espanhol nas Américas, a região passou a gerar um impasse entre os revolucionários e a província do Mato Grosso. Impasse que apenas foi resolvido quando o Império do Brasil deixou claro que não tinha nenhuma intenção na região, a qual passou a integrar, definitivamente, a Bolívia.

No comunicado do Ministro dos Negócios do Império ao Presidente da Província do Mato Grosso, expedido em 15 de dezembro de 1825, sobre os danos causados à Província boliviana de Chiquitos pelas tropas brasileiras, é reportado:

[...] que devem ser imediatamente restituídos todos os objetos que se mostrem pertencentes àqueles

povos, procurando-se satisfazer do melhor modo possível as suas reclamações, pois a agressão foi nossa (GARCIA, 2008, p. 154).

Ao analisar a construção da PEB desde a emancipação política com Portugal em 1822, observam-se relações próximas com as grandes potências (em especial, Reino Unido e França durante o Período Imperial e, posteriormente, Estados Unidos durante a República), o conflito e a consolidação das relações com os vizinhos platinos e sul-americanos e o empenho por novos mercados na Europa, África e Ásia os quais sofreram inflexões enquanto prioridades dos diplomatas brasileiros. Vale lembrar, todavia, o caráter de subordinação e certa autonomia que caracterizou a entrada do Brasil no cenário internacional. Esta mescla paradoxal de aspectos contraditórios foi responsável por moldar o perfil da PEB, uma vez que o país sempre foi altamente dependente de recursos externos para desenvolver-se e superar seu atraso, decorrente de séculos de exploração colonial.

A política externa do Período Regencial (1831-1840) e o Segundo Império (1840-1889)

O retorno de D. Pedro I a Portugal (1831) desencadeia uma fase de crise institucional que ecoa na diplomacia brasileira. O Período Regencial (1831-1840), a Regência Trina Provisória, Permanente, a Una do Padre Antonio Feijó e Araújo Lima, desencadearam a eclosão de revoltas internas como a Balaiada (Maranhão), a Cabanagem (Grão-Pará), a Sabinada (Bahia), a Farroupilha (Rio Grande do Sul), fomentadas pelo descontentamento com o poder central e as tensões sociais latentes no interior da nação recém-independente.

O período regencial posterior à abdicação de D. Pedro I é chamado de Regência porque nele o país foi regido por figuras políticas em nome do Imperador até a maioria antecipada deste [na verdade um golpe porque ele só contava com catorze anos], em 1840. A princípio os regentes eram três, passando a existir um único regente a partir de 1834.

O período regencial foi um dos mais agitados da história política do Brasil. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do país, e os temas da centralização e da descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias, da organização das forças armadas assumiram o centro do debate político. As reformas realizadas pelos regentes são também

um bom exemplo das dificuldades de se adotar uma prática liberal que fugisse aos males do absolutismo (FAUSTO, 2001, p. 86).

Nenhuma dessas revoltas articuladas pelos segmentos dominantes liberais e conservadores que cooptaram os setores populares, propuseram projetos separatistas, colocando em perigo a integridade territorial brasileira, mesmo porque tal iniciativa significaria enfrentar isoladamente sem o amparo do Estado Nacional, a pressão britânica para acabar com o Tráfico Negreiro e com a escravidão. Talvez a única exceção tenha sido a província do Rio Grande do Sul, na qual o número de escravos era muito reduzido e foi proclamada a República de Piratini em 1836, fruto da Revolução Farroupilha (1835-1845).

A República Rio Grandense, de Piratini, não reconhecida pelo Império do Brasil, concluiu um acordo com a República Oriental do Uruguai, em junho de 1838. Este pacto propunha não permitir:

[...] em seus territórios nenhuma força armada que seja hostil a outra, procedendo a desarmá-la e a entregar à outra Parte o armamento e munições de guerra e cavalos apreendidos em consequência do referido desarmamento (GARCIA, 2008, p. 188v).

Durante o Período Regencial a PEB permaneceu em compasso de espera. Era preciso em primeiro lugar colocar a casa em ordem e apaziguar os movimentos revoltosos antes de projetar-se no cenário externo, muito embora houvesse a percepção que no extremo sul do país havia um inimigo que devia ser enfrentado: o ditador argentino Juan Manuel Rosas (1832-1852), que apoiara os farrapos, impedia a livre navegação do rio da Prata e acalentava reunir sob o domínio argentino o antigo Vice-Reino do Prata. Nesses termos, a PEB no transcurso do Período Regencial, optou pela resolução pacífica dos conflitos, privilegiando, portanto, a via diplomática. Tal atuação brasileira no campo da PE foi denominada “neutralidade paciente”, que exemplifica a influência de fatores internos na tomada de decisões externas.

Com a declaração da maioria de D. Pedro II (1840) inicia-se o Segundo Reinado. Logo que esse período da história do Brasil se iniciou foi instaurado um segundo Conselho de Estado (1842) encarregado de delinear a PE nacional. Para José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2010, pp. 249-289), as decisões que ele tomava eram seguidas pelo Poder Executivo, sendo

o Conselho de Estado a “cabeça do governo”. Maria Fernanda Viera Martins critica essa visão de Carvalho, pois analisando outro corpus documental do Conselho de Estado, suas Atas, percebe que não havia consenso entre os conselheiros. Em determinados temas, debates são possíveis de comprovar que havia diferentes posicionamentos entre os participantes do Conselho. Segundo Martins, o ato de consulta e os debates são mais significativos para a compreensão do papel da instituição do que a decisão final do monarca (MARTINS, 2006, p. 196).

A PE do Segundo Império abandona a neutralidade paciente do Período Regencial, assumindo, no início da década de 50 do século XIX, uma feição expansionista que se manifesta nas três intervenções no Cone Sul, na região do rio da Prata.

Desde a década de 30, do século XIX, era urgente enfrentar o ditador Juan Manuel Rosas que havia chegado ao poder nas Províncias Unidas do Prata e que, unindo-se ao partido Blanco uruguaio, ameaçava anexar a antiga província brasileira. Rosas restringia a livre navegação do Rio da Prata, entrando em conflito com ingleses e franceses que chegaram a sitiá-la cidade de Buenos Aires, bem como impunha uma agenda que privilegiava a cidade portenha, defendendo a centralização do poder, embora fosse federalista. Esta posição feria os interesses do general Justo José Urquiza governador das províncias de Entre Rios e Corrientes.

Após pôr fim às revoltas internas, o Império brasileiro, alia-se ao uruguaio Fructuoso Rivera Colorado (que tinha apoiado os Farrapos em 1838), ao general Urquiza, derrotado em 1852, ao ditador argentino Juan Manuel Rosas que havia apoiado o Império contra a Farroupilha em 1843 e ao presidente blanco uruguaio Manuel Oribe. A capitulação resultou na imposição dos Tratados Malignos que, entre outras medidas, estabeleciam a hipoteca da alfândega uruguaia, a fim de reparações de guerra, a devolução de escravos fugitivos e a liberdade do gado brasileiro atravessar as fronteiras do país vizinho.

A segunda Guerra Cisplatina (1864-1865) repete as mesmas alianças. O Brasil perfilando-se ao lado dos colorados uruguaios de Venâncio Flores contra os blancos de Atanásio Cruz Aguirre. Em 1864, durante o governo de Aguirre, chefe blanco, aconteceram incidentes graves: represálias contra brasileiros residentes no Uruguai, violações das fronteiras brasileiras e ataques às estâncias gaúchas. O Brasil protestou exigindo indenização. A indiferença de Aguirre levou o governo

brasileiro a declarar guerra ao Uruguai. Em 1865, com ajuda dos colorados de Venâncio Flores, Montevideu foi sitiada e Aguirre acabou renunciando.

A terceira guerra foi a do Paraguai (1865-1870) cujos fatores ainda são objeto de debate historiográfico. Segundo Júlio José Chiavenato (1979) para tal contenda contribuiu em muito a Inglaterra que teria insuflado o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra Francisco Solano Lopez, ditador paraguaio, posto que o nacional desenvolvimentismo paraguaio representava um perigo, podendo servir de exemplo para outros países da América do Sul. No entanto, como atesta Francisco Doratioto (2002), em sua exaustiva e rigorosa pesquisa, de fato foram três motivos primordiais que provocaram o conflito: a instabilidade uruguaia (a divisão entre os partidos blanco e colorado e o temor que o Uruguai fosse anexado pelo Brasil, depois de 1864, impedindo o escoamento de mercadorias paraguaias pelo porto de Montevideu); as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai ainda não haviam sido completamente definidas (fato que explica, além da falta de uma noção estratégica consistente paraguaia, a invasão do território do centro oeste brasileiro) e, por último, a edificação da nação argentina não havia sido plenamente completada (persistiam os conflitos entre as províncias do interior e Buenos Aires, por esse motivo Solano López, quando deflagrou o conflito contava com o apoio das províncias do interior lideradas pelo general Urquiza o que, no entanto, não ocorreu). Ademais, salienta Doratioto, a economia paraguaia era predominantemente agroextrativista, prevalecendo o plantio da erva mate, madeira, o quebracho e a criação do gado. A industrialização estava longe de ser o modelo econômico trilhado pelo Paraguai na segunda metade do século XIX. A confusão entre o modelo paraguaio instaurado pela família Solano Lopes com o paradigma forjado, a partir dos anos 30 do século passado e implementado em toda América do Sul somente nos anos 50 representa, no mínimo, um anacronismo. Não é por outro motivo que a guerra do Paraguai foi, no entender de Doratioto (Ibid., pp. 25), apreendida sob a ótica do ideário da segunda metade do século passado, no contexto de leitura descompassada do paradigma nacional desenvolvimentista. Os registros documentais comprovam, segundo Doratioto, que o Reino Unido em nenhum momento insuflou a guerra ou incentivou as hostilidades contra o Paraguai.

A PEB do Segundo Império não foi apenas expansionista, visto que ganhou também uma

configuração brasileira em virtude de D. Pedro II ter nascido no Brasil e de ter sido deixado nesse país após a abdicação, com a idade de cinco anos. Sua educação foi brasileira, mantida sob os cuidados de um preceptor brasileiro, José Bonifácio de Andrade e Silva. A orientação brasileira da PE do segundo reinado se evidencia na não renovação dos Tratados de Livre Comércio com a Grã-Bretanha, assumindo uma posição autonomista. A classe dominante brasileira quis adotar o protecionismo com o escopo de proteger uma embrionária indústria nacional. Por esse motivo, apoia a adoção das tarifas Alves Branco (1844) e, em 1850, a lei Euzébio de Queiroz abole o tráfico.

Pode-se concluir que a cristalização das doutrinas e políticas do Império brasileiro ocorrem a partir de 1850, na passagem do predomínio da produção açucareira para cafeeira do Vale do Ribeira, quando as revoltas internas foram pacificadas e havia a ameaça representada por Rosas, bem como mais por Solano Lopes e a reivindicação norte americana concernente à livre navegação do rio Amazonas. É nesse contexto que a diplomacia do Segundo Império se transformou, adquirindo uma consistência e agressividade que lhe permite equacionar questões de limites e navegação fluvial com seus vizinhos, até então adiadas. A *Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico* (Chile, Peru, Bolívia, Nova Granada, Equador e Venezuela) é, portanto, um marco importante desse processo de consolidação na busca da firmação das fronteiras brasileiras, obra que será continuada e concluída nos primeiros da República pelo Barão do Rio Branco.

Com a deposição de Rosas, os objetivos de definir as fronteiras e limitar a navegação fluvial da Bacia Amazônica aos países ribeirinhos assumiram o papel principal nas relações do Brasil com as repúblicas do Pacífico. Havendo sido firmados, de acordo com as expectativas do governo imperial, os tratados com o Peru, e prevendo-se a demora e a delicadeza das negociações com a Bolívia, a Missão de Ponte Ribeiro foi desmembrada por força de um decreto datado de 10 de março de 1852, sendo a parte relativa às repúblicas da Venezuela, de Nova Granada [Colômbia] e do Equador confiada a Miguel Maria Lisboa (VILLAFANE, 2002, p. 142).

Outro episódio que assinala o perfil brasileiro da PE do Segundo Império foi a Questão Christie, cujos desdobramentos acabaram por provocar a ruptura de relações diplomáticas com o Reino Unido (1862-1865).

Tal episódio decorre da intenção de forçar o Império brasileiro a rever sua posição contrária à renovação do Tratado Livre Cambistas. Os incidentes que acabaram por provocá-la foram três: o naufrágio do Príncipe of Wales (1861) em águas territoriais consideradas internacionais pelo governo imperial e brasileiras para as autoridades inglesas, além das disputas entre as autoridades inglesas e o governo brasileiro para definir quem investigaria o roubo de carga e os possíveis assassinatos de marinheiros. Para os britânicos os Tribunais nacionais não eram merecedores da confiança das «nações civilizadas», por isso foi enviado o capitão-almirante Thomas Saumarez, em 1862, como observador do inquérito, fato que criou um mal-estar com o Império. Por último, o fato que desencadeou a ruptura de relações foram os atos de vandalismo provocados por oficiais ingleses alcoolizados à paisana que são presos nas montanhas da Tijuca. Para libertá-los, a Estação naval inglesa na Baía da Guanabara aprisiona barcos brasileiros, fato que, comprovadamente atentou contra a soberania nacional. Esses três acontecimentos demonstram o grau de insatisfação inglesa com a não renovação dos Tratados de Livre Comércio, assim como a arrogância e o ímpeto imperialista inglês no contexto da Era dos Impérios (HOBBSAWM, 1998).

Esses episódios levam o Brasil a romper relações diplomáticas com o Reino Unido (1862-1865), reatadas em concomitância com a eclosão da Guerra do Paraguai, fato que não implica, como comprova Doratioto, numa manobra inglesa visando instigar o Império brasileiro contra o Paraguai. Tais acontecimentos atestam que a dependência, ao contrário do que se pensa, permite certo grau de autonomia para se afirmar. Ela, portanto, não é total e absoluta como assinalam José Luiz Werneck e Williams Gonçalves (WERNECK, 2009).

Considerações finais

A PEB acolhe persistências e raras rupturas que constituem, em verdade, nuances e matizes das continuidades. Ela teve origem na vinda da Família Real, no âmbito do projeto de criar um Império e transplantar o Estado português na Colônia. O Brasil, quando se tornou independente, herdou o Estado burocrático ibérico que alguns analistas denominaram de patrimonialista. Uma instituição marcada pelo inchaço, o filhotismo, a compra de cargos e a troca de favores. O Ministério

dos Negócios Estrangeiros, antecessor do Ministério das Relações Externas, não foge a essa orientação: ele é ineficiente, abrigando os filhos de magnatas que vão estudar no exterior, os quais sem nenhum preparo, desenvolvem atividades em legações diplomáticas abertas especialmente para acolhe-los.

O Estado Patrimonialista resulta de uma organização social em moldes feudais que não condiz com a estrutura social brasileira edificada no contexto de uma produção material capitalista, na qual a nobreza se aburguesa. Nesses termos, o conceito de Patrimonialismo associa-se com o Liberalismo que não se encontra fora de lugar, pois legitima a propriedade privada, incluindo aí até mesmo o escravo negro.

Por conseguinte, a definição de Estado, ator central das RI e da PE até os nossos dias, suscita na historiografia uma intensa polêmica, mesmo porque a privatização do espaço público é uma temática que emerge com muita intensidade no debate do Brasil contemporâneo e na América Latina. A PEB, no que respeita às suas características essenciais, apresenta no Primeiro Império um perfil nitidamente português, europeu e certa mentalidade do Congresso de Viena. No Período Regencial, em virtude das revoltas internas, ela assume a dimensão da neutralidade paciente que revela a ligação entre fatores endógenos e exógenos. No lapso temporal do Segundo Império, a PEB é essencialmente intervencionista e brasileira.

Quando comparada com a agenda internacional do Brasil atual, a gama de temas abarcados pela diplomacia imperial mostra-se relativamente reduzida. Em primeiro lugar a delimitação de fronteiras, em virtude do temor do transbordamento da população da América Espanhola em territórios reivindicados pelo Império, o instrumento legal do “*uti possidetis*” (a posse) interligado aos tratados e acidentes geográficos. A abolição do tráfico e da escravidão, envolvendo pressões internas abolicionistas (ALONSO, 2015), altos custos da mão de obra escrava e a legislação (lei Euzébio de Queiroz) e, pressões externas: o conflito entre a *Green England*, (setor agropecuário) a favor da escravidão e a *Black England*, (setor do carvão e industrial) contrária e a instituição do *Bill Aberdeen*, em 1845, que estabelecia o fim do tráfico negreiro. A regulamentação do Comércio, a renovação dos Tratados Livre Cambistas com a Grã-Bretanha (1827) e a ruptura destes, representada pela tarifa Alves Branco em 1844. Por fim, a definição das normas de livre navegação que, como

vimos não se restringia à bacia do rio do Prata, mas abrangia as Repúblicas Andinas e, portanto, sistema hidrográfico amazônico.

Quase duzentos anos depois muitas dessas questões permanecem atuais, como a definição das fronteiras, em virtude de sua extensão e porosidade que permitem: o tráfico de drogas, pessoas, armas, contrabando, desmatamento e conflitos armados. O fim da escravidão resultou na marginalização dos ex-escravos e na falta de oportunidades, tema que hoje em dia assume a dimensão do combate à pobreza e a inclusão social em grande parte da América Latina. A regulação do comércio internacional nos remete à formação do MERCOSUL, a entrada da Venezuela e da Bolívia, repúblicas andinas. A formação da *Aliança do Pacífico* (área de livre comércio) e o *Trans Pacífico Partnership*, sob a liderança dos EUA (integrado por Peru e Chile, a parte andina do acordo). Nestes últimos o Equador não se faz presente, quiçá seja o próximo país a ingressar no MERCOSUL. Ao mesmo tempo em que assistimos à dissolução da CAN, vemos o eixo das atividades comerciais se deslocar do Atlântico para o Pacífico. A livre navegação dos rios suscita o debate em torno da difusão de hidrovias nas duas Bacias, vias de transporte e comunicação mais baratas e não poluidoras, cuja implementação esbarra numa legislação complicadíssima e muito restritiva.

A reconstituição histórica da PEB nos faculta compreender melhor como o Brasil chegou onde se encontra, bem como o relacionamento com os Estados vizinhos, a ausência de conflitos de fronteiras, a urgência de políticas visando à justiça social, a implementação de acordos comerciais expurgados de assimetrias, a regulação da livre navegação das duas bacias, a Platina e a Amazônica e, por fim, a consolidação das relações com as Repúblicas andinas.

Referências

- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AYERBE, Luiz Fernando. *Novas lideranças políticas e alternativas de governos na América do Sul*. São Paulo: Edit. UNESP, 2008.

- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 249-289, 2010.
- CERVO, Luiz Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista brasileira de Política Internacional*, 2003.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da Cultura popular no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Edit. Brasiliense, 1986.
- CHEIBUD, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 28, nº 1, 1985.
- CHIVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Edit. Brasiliense, 1979.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *As quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Edit. Rocco, 1994.
- DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: História e Crítica*. Rio de Janeiro: Edit. Topbooks, 1999.
- DIAS, Maria Odília. Seminário organizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB-USP), em 2011, sob o título de *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda: O Poder no Império*. <https://www.youtube.com/watch?v=CuWy99rU934>.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edit. Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*. São Paulo: Brasiliense, nº 1, 1976.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. All the world was America. John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista da Universidade de São Paulo*. São Paulo, nº 17, 1993.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Edit. UNESP, 1997.
- FREITAS, Caio. *George Canning e o Brasil*. São Paulo: Edit. Nacional, 1958.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GARCIA, Eugênio Vargas (Org.). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

- GOES, Synesio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília:IPRI, pp. 143-175, 1991.
- GRILLO, André (Org.) *Ralé Brasileira: como vive*. Belo Horizonte:Edit. UFMG, 2009.
- HECHEN, Santiago. *Proyección Internacional de Brasil*. Santa Fé, Argentina:Libreria y Editorial Castelli, 1964.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era Dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo:Paz e Terra, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções e capítulos de expansão Paulista*. São Paulo:Companhia das Letras, 2014.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *Il Gattopardo*. Edizione [conforme] il manoscritto del 1957. Milano:Feltrinelli, 1993.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI No Brasil*. Rio De Janeiro:Edit. Topbooks, 2006.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Oráculo de Delfos O Conselho de Estado no Brasil Império*. São Paulo:Edit. Saraiva, 2010.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*, São Paulo:Edit. Unesp, 1997.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. O Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Revista Topoi*, v. 7, nº 12, 2006.
- MAYER, Arno. *A persistência do Antigo Regime 1848-1914*. São Paulo:Companhia das Letras, 1987.
- MENDONÇA, Renato. *História da Política Exterior do Brasil do Período Colonial ao reconhecimento do Império 1500-1825*. Brasília:FUNAG, 2013.
- OHMAE, Kinichi. *O fim do Estado-Nação*. Rio de Janeiro:Campus São Paulo Publifolha, 1999.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política externa brasileira*. São Paulo:Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Salles de. *Estado, nação e escrita da história: propostas para o debate*. In José Murilo Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Orgs). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2009.
- PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira 1889-2002*. Rio de Janeiro:Zahar, 2010.
- PRADO Jr., Caio. *A Revolução Brasileira. A questão Agrária Brasileira*. São Paulo:Companhia das Letras, 2014.
- PRADO, Maria Emília. *Ordem Liberal, Escravidão e Patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil*. In *O Liberalismo no Brasil imperial Origens, Conceitos e Prática*. Rio de Janeiro:Revan, UERJ, pp. 163-189, 2001.
- PRADO, Maria Ligia, PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo:Contexto, 2014, p. 9.
- RECUPERO, Rubens. Apresentação in Luís Claudio Villafane Gomes Santos. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo:Ed. Unesp, 2004.
- RODRIGUES, José Honório, SEITENFUS, Ricardo (Org.). *Uma História diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1995.
- SECKINGER, Ron. O Estado Brasileiro e a Política Externa no Século XIX. *Revista Dados*, nº 19. Rio de Janeiro, 1978.
- SOUZA, Jessé. *A Tolice da Inteligência Brasileira*. São Paulo:LeYa, 2015.
- SYLVESTER, Cristine. *Feminist International Relations an Unfnished Journey*. Cambridge University Press:Cambridge Studie International Relation, 2002.
- VICENTE, António Pedro Vicente. Política exterior de D. João VI no Brasil. *Estudos avançados*, v. 7, nº 19, pp. 193-214, 1993.
- VILLAFANE, Luís Cláudio. *O Brasil entre a América e a Europa. O império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo:Edit. Unesp, 2004.
- VILLAFANE, Luís Cláudio. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Equador e Colômbia – 1822/1889*. Curitiba:Edit. da UFPR, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases. *Ensaio Fee*, v. 20, nº 1, Porto Alegre, 1999.
- WERNECK, José Luís, GONÇALVES, Williams. *Relações exteriores do Brasil (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador*. Petrópolis:Vozes, pp. 101-111, 2009.

MACHADO DE ASSIS E A ABOLIÇÃO

Alberto Luiz Schneider*

A partir da década de 1870 outro Brasil começava a despontar. O fim do tráfico negreiro (1850) e o lento declínio do consenso escravocrata, bem como a traumática experiência da Guerra do Paraguai afetaram a estabilidade imperial. Nas letras, a “geração de 1870” – na sua diversidade e multiplicidade –, assumiu discursos modernizadores. Na definição de Sílvia Romero, um “bando de ideias novas” povoou as cabeças intelectualizadas que então despontavam. Viviam-se um fascínio pelas últimas conquistas da civilização moderna, em que as ideias e as sensibilidades identificadas com a Segunda Revolução Industrial – em particular, a Ciência – emergiram como um instrumento explicativo da vida.

Não se trata aqui de aprofundar os meandros da “geração de 1870”, mas de reconhecer a “desagregação” das estruturas políticas e mentais herdadas do Império, num momento de laicização, modernização e urbanização da vida brasileira em que as noções de centro e periferia, ou de atraso e modernidade, entraram na agenda nacional. A crise culminaria no fim da Escravidão e da Monarquia. Os novos repertórios – republicanos, abolicionistas, imigrantistas, realistas e naturalistas, nacionalistas e cientificistas – geraram a necessidade de expurgar, seletivamente, determinadas ideias europeias, como a Monarquia e o Romantismo, em troca de outras, não menos europeias, como as Ciências, o Realismo e o Naturalismo, ou o Positivismo. Certamente diverso e mesmo conflitante, pode-se afirmar, de acordo com Angela Alonso, que o movimento “intelectual” da geração de 1870 representa uma contestação à ordem imperial levada a cabo por

grupos em maior ou menor grau marginalizados pelas instituições monárquicas. O movimento aproveitou-se do repertório europeu da segunda metade do Século XIX, apresentado como modernizador, a fim de ensejar reformas, o que implicou na contestação da ordem imperial.

No Machado de Assis da segunda fase – de textos como *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *O Alienista* (1882), *Quincas Borba* (1891) ou *Dom Casmurro* (1899) – se pode observar um romancista já claramente pós-romântico, pois profundamente diferente de José de Alencar, até àquele momento aclamado pelos leitores e pela crítica como o grande escritor brasileiro. Um Machado que foge do Nacionalismo por um lado e do Naturalismo e do Realismo por outro; que faz pouco caso dos progressos de seu tempo, como a Ciência; que se recusa ao engajamento em causas públicas, como a Abolição e a República.

Antonio Candido – em *Esquema de Machado de Assis* – nota que o escritor fluminense, na feição que assumiu na década de 1880, teve na boa linguagem, na ironia fina, na urbanidade amena e no tom refinado, sua marca inconfundível. A “discrição” – permeados de subentendidos, alusões e eufemismos – emprestava aos seus contos e romances a capacidade de não chocar “as exigências da moral familiar”, ao contrário do Naturalismo, com “descrição minuciosa da vida fisiológica”. O humor e o pessimismo elegante, as referências a filósofos do Século XVIII e a Bíblia faziam da “leitura uma experiência agradável” (CANDIDO, 1995, p. 22), o que acabava por lisonjear “o público mediano, inclusive os críticos, dando-lhes o sentimento de que eram inteligentes a preço módico” (CANDIDO, 2011, p. 23). No entanto, demonstra Candido, atrás do bom moço, havia o “desmascaramento” dos homens e da própria sociedade, ainda que evitasse um tom que poderíamos chamar de “sociologizante”:

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campos - UNICAMP (2005), com Pós-Doutorado no King's College London (2008) e no Departamento de História da Universidade de São Paulo - USP (2011). Foi professor convidado na Tokyo University of Foreign Studies (2004-2007). Professor de História do Brasil da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Autor do livro: Sílvia Romero, hermenêutica do Brasil (São Paulo: Annablume, 2005). Contato: alberto.ls@uol.com.br.

Sob o rapaz alegre e mais tarde burguês comedido que procurava ajustar-se às manifestações exteriores, que passou convencionalmente pela vida, respeitando para ser respeitado, funcionava um escritor poderoso e atormentado, que recobria os seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela, desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade. Na razão inversa de sua prosa elegante e discreta, do seu tom humorístico e ao mesmo tempo acadêmico, avultam para o leitor atento as mais desmedidas surpresas (CANDIDO, 1995, p. 23).

A observação de Candido sobre os leitores é importante. De fato, o estilo de Machado de Assis permitiu camadas de leitura facilmente tragáveis para o gosto médio e conservador, inclusive estilisticamente. É preciso observar a historicidade da recepção de Machado. Quando da publicação de *Memórias póstumas*, em 1881 (saiu antes, em 1880, em fragmentos, na *Revista Brasileira*), a acolhida dos leitores foi relativamente modesta. Bem mais calorosa – nota Haroldo Cevalero, citando Helen Caldwell – foi a recepção de *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo (1857-1913). Em outras palavras, o Machadinho – como era chamado quando jovem – estava se tornando Machado de Assis, operação que demandou, além do próprio texto literário, o investimento da crítica e dos leitores. Mas é claro que a força do texto machadiano é incontornável. É ainda Candido quem observa que sua técnica narrativa consistia

[...] em sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida (como os ironistas do Século XVIII); ou em estabelecer um contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial; ou em sugerir, sob a aparência do contrário, que o ato excepcional é normal, e o anormal seria o ato corriqueiro. Aí está a modernidade, apesar do seu arcaísmo de superfície (CANDIDO, 1995, p. 29).

São conhecidas as páginas de *O Alienista* (1882), em que Machado de Assis ironiza o médico-cientista, o Dr. Bacamarte, que acaba internado no próprio asilo – Casa Verde – em que dirigia suas pesquisas e experimentos e onde internava aos demais moradores da cidade de Itaguaí. É conhecido o “Humanitismo”, que “retifica o espírito humano, suprime a dor, assegura a felicidade, enche de imensa glória nosso país” (ASSIS, 1994). Eis a filosofia elaborada pelo personagem

Joaquim Borba dos Santos em *Quincas Borba* (1891). Trata-se de evidente sátira em relação ao Positivismo, ao Naturalismo e ao Cientificismo evolucionista de seu tempo. A teoria do “ao vencedor, as batatas” pode ser lida como uma paródia das leis científico-evolutivas, da “luta pela vida com sobrevivência do mais apto” (CANDIDO, 1995, p. 34). Lembremos que Brás Cubas, em *Memórias póstumas* (1881), busca notoriedade por meio de um emplastro, uma invenção científica.

Não há dúvida que livros como *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), ambos de Aluísio Azevedo – cuja proximidade com o Republicanismo, o Positivismo e o Abolicionismo são evidentes – se encaixavam melhor no horizonte de expectativa literária dos republicanos e abolicionistas do que *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Dom Casmurro* (1899). Esses romances, narrados em primeira pessoa e pautados pela (auto) reflexão, pelo apuro da linguagem e pelo caráter especulativo – que narra antes pensamentos e sentimentos do que acontecimentos e descrições, quase sempre em tom subjetivo e interno, contraditam vivamente com a expectativa literária de Romero, que cobrava dos escritores engajamento nas lutas do mundo e do tempo, fé na ciência, vontade (liberal) de progresso, empenho na construção da nacionalidade (não apenas literária). No Machado maduro, além das questões universais – como o ciúme, o interesse, a dissimulação – há também, como sugere Candido –, questões relativas à “estrutura social” próprias da sociedade em que o escritor fluminense viveu:

Pela sua obra toda há um senso profundo, nada documentário, do *status*, do duelo dos salões, do movimento das camadas, da potência do dinheiro. O ganho, o lucro, o prestígio, a soberania do interesse são molas dos seus personagens, aparecendo em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, avultando em *Esau e Jacó*, predominando em *Quincas Borba*, sempre transformando em modos de ser e fazer. E os mais desagradáveis, os mais terríveis dos seus personagens, são homens de corte burguês impecável, perfeitamente entrosados nos mores da sua classe (CANDIDO, 1995, p. 38).

A obra de Machado de Assis é marcada por recusas. Uma delas foi a de aderir às escolas naturalistas e realistas, tal como haviam feito escritores europeus como Émile Zola ou Eça de Queiroz (1845-1900), de grande repercussão no Brasil do último quartel do Século XIX. Recusa extensiva à própria ciência da época, da qual Machado guardou distância ou ironia.

Recusa que já estava configurada na famosa crítica de Machado de Assis a Eça de Queiroz, por “atirar-se ao inventário”, sem esquecer nem ocultar nada, na condição de discípulo realista-naturalista que acredita que “só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha” (ASSIS, 1994, p. 913). Machado, apesar de não ocultar a dissidência, não condena escolas literárias e seus autores de modo absoluto, mas defende seu próprio projeto literário, marcado pela recusa tanto do Naturalismo como do Realismo.¹

O Machado de Assis da segunda fase também recusou uma sensibilidade de cunho nacionalista, atitude política e intelectual incomum em fins do Século XIX, tempo de intenso nacionalismo em todo o Ocidente. Mas não pôde fugir de tão candente assunto. Em 1873, o autor escreveu um célebre artigo intitulado *Instinto da nacionalidade*, em que se pode ver um Machado respeitoso em relação à tradição herdada do Romantismo, em que ainda se vê o uso da expressão como a “cor local”. O escritor enxergou linhas de continuidade na jovem tradição literária luso-brasileira – desde Santa Rita Durão (1722-1784), no Século XVIII, até o indianismo de Gonçalves Dias (1823-1864) –, cujas linhas deveriam continuar na “geração que ainda agora madruga”, a despeito das diferenças. Machado de Assis não leu a tradição com o gosto moderno pelo futuro e retórica do progresso, reconhecendo no Romantismo brasileiro – empenhado em narrar a índios alegóricos e a natureza tropical – o “instinto da nacionalidade:”

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono do futuro. [...]. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional (ASSIS, p. 801).

1. Por importante que seja, não nos interessa aqui aprofundar as diferenças e matizes entre o Naturalismo e o Realismo. A discussão é extensa, mas um excelente ponto de partida está em Machado de Assis e o problema do ‘realismo-naturalismo’. Cf. Haroldo Cera-volo Sereza. *O Brasil na Internacional Naturalista: adequação da estética, do método e da temática naturalistas no romance brasileiro do Século 19*. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, pp. 60-96, 2012. Sobre Eça de Queiroz e o Brasil, ver José Leonardo Nascimento, *O ‘Primo Basílio’ na imprensa brasileira do Século 19 – Estética e História*, São Paulo:Edit. da UNESP, 2008.

A percepção machadiana não se pautou pela negação absoluta da tradição romântica, que declinava. Machado de Assis não aceitou restringir a literatura às obras que versassem sobre assunto “local” ou “nacional”, pois antes interessava a condição propriamente literária do fenômeno, independente de outros compromissos. Para ele, o que se deveria “exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, p. 804). Sem destruir a tradição, valendo-se da estratégia de afirmar, legitimar e, posteriormente, negar e atenuar, o romancista acabou por romper a linearidade do paradigma em torno do nacional.

O crítico português Abel Barros Baptista, ao comentar o *Instinto da Nacionalidade*, influente ensaio de 1873, e a realização de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o importante romance de 1881, nota a recusa machadiana em aceitar a prescrição nacionalista herdada da geração anterior sem, contudo, negar a validade da operação nacional levada a cabo pelos fundadores da Literatura Brasileira. Machado teria procurado “delimitar um estatuto para a sua assinatura resistindo à lei nacional”, afirma Barros Baptista. Para ele, “reflexão machadiana sobre a questão da nacionalidade literária desarticula a retórica solidária do projeto nacional legado pelo Romantismo, quebrando o laço entre a realidade brasileira entendida como realidade fundadora e a literatura” (BAPTISTA, 2003, p. 42). Em outras palavras, Machado não teria se engajado na tarefa de construir o Brasil, mas sim de construir uma literatura que, por mais brasileira que fosse, seria antes de tudo literatura. A perspectiva de Machado de Assis não exige da Literatura Brasileira um compromisso final com a construção do próprio país. O texto literário deveria servir-se de liberdade criadora, e não ser determinado por fatores extraliterários: “tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe” (ASSIS, p. 806).

Machado de Assis, ao propor o “sentimento íntimo” como fundamento do “instinto da nacionalidade”, conseguiu desvincular-se da tradição romântica, sem com isso aderir às escolas e teses hegemônicas de fins do Século XIX, o que possibilitou um prudente afastamento dos determinismos étnicos e geográficos, tentação que poucos homens de letras de seu tempo souberam evitar. A noção machadiana de “sentimento íntimo” foi suficientemente aberta para não negar as condições nacionais e suas possibilidades literárias,

mas “recusar” o exclusivismo nacionalista e determinista. Trata-se de criativa elisão do nacionalismo mais empobrecido. Em Machado predomina uma visada interior, subjetiva e reflexiva. Ao evitar tanto a tradição romântica, quanto as novidades conceituais recém-desembarcadas da Europa da segunda metade do Século XIX, o escritor soube perceber a dimensão teleológica do horizonte discursivo do modernismo cientificista da “nova geração”, que lhe pareceu “o inverso da tradição bíblica: é o paraíso no fim” (ASSIS, p. 811). Tratava-se, pois, de uma crítica à visão redentora do progresso, bem como uma recusa a automática adesão (ou ruptura) frente ao passado europeu, inclusive recolhendo da tradição europeia o que ela própria desvalorizava no século XIX: Cervantes, por exemplo. Como Jorge Luís Borges (1899-1986) fizera depois, Machado teria escolhido seus precursores. Ao recusar a dimensão totalizadora do projeto nacional e da retórica do progresso, estava por recusar as tradições hegemônicas do Século XIX.

O Machado da segunda fase, de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880) em diante, não se limitou ao diálogo com os grandes autores de seu tempo – de Victor Hugo (1802-1885) a Flaubert (1821-1880), de Zola a Eça de Queiroz – enfim, da grande tradição romântico-realista do século XIX, nem se deixou pautar pelos teóricos cientificistas, como Herbert Spencer ou Hippolite Taine, mas também praticou uma contínua leitura com outros tempos, outras temporalidades, outras tradições e, mesmo, com outra Europa. Machado de Assis foi ávido leitor da tradição clássica de Dante (1265-1321), de Gil Vicente (1465-1537), de Fernão Mendes Pinto (1509-1583), de Camões (ca. 1524-1579/80) e de António Vieira (1608-1697), de Pascal (1623-1662), Shakespeare, Molière (1622-1673) e Racine (1639-1699) e os já mencionados autores do século XVIII: Voltaire, Laurence Sterne, ou Xavier de Maistre. Dialogou ainda com a Bíblia e os autores latinos.² Esse diálogo fez que Machado evitasse o tom doutrinário e “evangelizador” da ciência moderna, do

Naturalismo e do Realismo, cultivando o humor e a dúvida e, sobretudo, valorizando a relação, assumindo um tom fragmentário e subjetivo.

Para Alfredo Bosi, Machado foi um profundo leitor dos jansenistas franceses, o que teria feito dele um herdeiro da vertente cética do Iluminismo. A precisão da leitura de Bosi não é fundamental para esse trabalho, mas sim a tese segundo a qual Machado dialogou com tradições letradas próprias de outros tempos, o que permitiu que o escritor fluminense relativizasse, ou mesmo se opusesse, a retórica do progresso (com seus cientificismos biologizantes). No entanto, o diálogo com antigas tradições letradas não retiram de Machado a condição de atento observador de seu país e de seu tempo, como querem John Gledson, Roberto Schwartz e Sidney Chalhoub. Sua capacidade de criticar, tanto a ordem liberal conservadora, monárquica e escravocrata que entardecia, quanto o cientificismo republicano que amanhecia, mostra a força de sua dissidência.

Machado e a abolição

Há muitas passagens que evidenciam um Machado sensível à causa da Abolição, mas dentro de uma discussão mais ampla sobre a condição humana. Sidney Chalhoub, em *Machado de Assis, Historiador*, empenhou-se em demonstrar um escritor que através de contos, crônicas e romances retratou a incapacidade da classe senhorial em pensar o mundo, ou o Brasil da época, sem o trabalho escravo. Chalhoub vai até a biografia de Machado para mostrar que a sua atuação de funcionário do Ministério da Agricultura serviu para ampliar o alcance da Lei do Ventre Livre, de 1871. O assunto já foi trabalhado por muitos autores,³ mas é importante registrar a presença de retratos da mentalidade

prática literária pré-romântica. O romantismo, com sua defesa da originalidade e da singularidade, prescindiu do domínio da cultura clássica. Machado teria sido capaz de produzir uma prática literária nova justamente por que soube retomar velhos diálogos, produzindo uma literatura para além dos cânones oitocentistas. Não é objeto deste artigo avaliar a instigante e bem documentada tese do autor em questão, mas insistir na postura de Machado leitor dos antigos, como Castro Rocha demonstra. O que permitiu a Machado superar os limites oitocentistas, vale dizer, e contornar as limitações impostas pela retórica do progresso e do nacionalismo.

3. O assunto em torno das relações entre Machado e a Abolição é longo e complexo, e já foi abordado pela fortuna crítica de Machado. Além dos textos já citados, ver GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003; SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; ARANHA, Graça (org., intr. e notas). *Machado de Assis e Joaquim Nabuco: correspondência*. Rio de Janeiro:-

2. João Cezar de Castro Rocha em *Machado de Assis: por uma poética da Emulação*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, desenvolve uma longa e erudita explicação para o salto qualitativo do Machado de Assis da segunda fase. O escritor teria recuperado a prática retórica da *aemulatio*, própria da cultura letrada do Antigo Regime, cujo princípio central está na “emulação” dos grandes autores da tradição clássica. Machado, deliberadamente anacrônico, por isso criativo e pós-romântico, teria recuperado elementos da

senhorial nas obras de Machado. Nos contos *O caso da vara*, *O espelho* e *Pai contra mãe*, escritos após a Abolição, a Escravidão é diretamente abordada. No entanto, para os limites desse texto, interessa investigar os anos finais da crise do escravismo. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado originalmente em 1880, foi escrito em um momento de pleno combate entre escravocratas e abolicionistas, quando os primeiros ainda gozavam de força política e social.

O personagem Brás Cubas viveu de 1805 a 1869, quando o escravismo vicejava em todos os poros da sociedade brasileira. A personagem passou pelos momentos mais dramáticos da história do país, como a crise regencial e as revoltas regionais, o tráfico ilegal de escravos, as lutas pelo fim do tráfico (1850), a Lei de Terras (1850), a Questão Christie (1862). Brás Cubas, o “defunto autor”, morreu em 1869. Machado de Assis escreveu o texto em 1880,⁴ publicado originalmente em folhetim, pela *Revista Brasileira*. Era um tempo de batalha política em torno da Lei do Ventre Livre (1871), conquistada apesar da tenaz resistência dos proprietários. Eis um tempo marcado pela politização dos debates em torno da Escravidão imposto pela agenda abolicionista. Em *Memórias Póstumas*, Machado descreve um escravocrata como muitos de sua classe social, que não alcançou a “celebridade”, nem foi “ministro”, “mas coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto” (ASSIS, 1994, p. 639).

Brás Cubas encarna o ócio e o privilégio, em desalinho com a instituição de um ordenamento liberal que a retórica do progresso propunha, baseado no elogio do trabalho e do empreendimento. Trata-se, entre outras dimensões, de uma sátira da classe senhorial brasileira que aceita com entusiasmo novidades técnicas e teóricas vindas da Europa, mas empregadas como instrumentos de legitimação de prestígio e preservação do poder. Nos oito anos de “estudos” na Europa, Brás Cubas angariou o preparo necessário para “ornamentação, a fraseologia, a casca”, aprendendo apenas o “liberalismo teórico e o romantismo prático” (GLEDSON,

2003, p. 145). Ainda que longa a citação, vale a pena observar as palavras do autor-defunto sobre si mesmo e seu gosto pela “nomeada”, e pelo “amor da glória”:

Essa ideia era nada menos que um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos. Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas de remédio, estas três palavras: Emplasto Brás Cubas. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esses talentos me hão de reconhecer os hábeis. Assim, minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: — amor da glória (ASSIS, 1994, p. 515).

Além do gosto aristocrático do nome e do prestígio, Machado de Assis chegará ao tema da Escravidão, inseparável da vida dos homens e das mulheres que habitavam os círculos do país de Brás Cubas. Quando criança, a personagem ganhara o apelido de “menino diabo”, com a graça e a simpatia do pai amoroso que endossa a “divertida” mania de quebrar a cabeça de uma escrava que lhe nega mimos e doces e de montar em Prudêncio — menino negro e escravo —, transformado em montaria do “menino diabo”.

Prudêncio, um moleque de casa, era meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhônhô!” —, ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!” (ASSIS, 1994, p. 527).

Lembremos que Brás Cubas nasceu na elite agrária e dependente da Escravidão. Machado não entra nesse assunto, mas sabe que o leitor conhece a centralidade do escravismo. Tão central que o negro escravo é o cavalo (e brinquedo) daquela sociedade. O “menino-diabo”, ainda criança, talvez pouco antes da

Topbooks/ABL, 2003; SCARPELLI, Marli Fantini. Machado de Assis: entre o preconceito, a abolição e a canonização. In *Revista Matraga*. v. 15, n° 23, Rio de Janeiro, jul./dez., 2008.

4. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* apareceu, primeiramente, na forma de folhetim, entre março e dezembro de 1880, pela *Revista Brasileira* do Rio de Janeiro. Em 1881, o texto saiu em forma de livro, publicado pela Tipografia Nacional.

Independência, em uma festa dada pelo pai, escuta alguém dar a notícia sobre o tráfico de escravos, assunto corriqueiro para homens como o pai de Brás Cubas.

[...] segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia-as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos (ASSIS, 1994, p. 530).

Os últimos anos do escravismo e do Império foram conturbados, mas de crescente força dos discursos abolicionistas e republicanos. Uma série de convergências e divergências marcaram ambos os movimentos. O que viria primeiro, a República ou a Abolição? Muitos dos integrantes da geração de 70 associaram um e outro movimento, mas dividiam-se quanto às prioridades. O problema era o modo como um e outro movimento se articulariam. Não há espaço, nem é o foco deste artigo aprofundar a questão, mas é importante salientar as clivagens entre os homens de 1870 e notar, como faz Maria Fernanda Lombardi Fernandes, que as bandeiras abolicionistas e republicanas não necessariamente foram carregadas em conjunto e muitas vezes estavam separadas:

Era plenamente possível ser republicano e defender, se não a Escravidão, a protelação da Abolição, ao mesmo tempo em que era possível defender o fim da Escravidão, sem mais delongas, e a manutenção da Monarquia. Várias posições intermediárias também eram possíveis. Isso gerava a cisão entre o grupo de contestadores em dezenas ou centenas de associações, clubes, organizações políticas ou de ação social etc. Em torno desses dois temas também eram construídas as alianças – temporárias ou definitivas – entre membros, a princípio, pertencentes a correntes antagônicas (FERNANDES, 2008, p. 26).⁵

Lembremos que Machado de Assis, como seu amigo Joaquim Nabuco e o outro abolicionista importante, André Rebouças, foram monarquistas. A simpatia de Machado- a monarquia, não o impediu de tratar do escravismo em suas obras, com sutileza e radicalidade, nem de retratar a elite brasileira oitocentista com

severidade, como já demonstrou Roberto Schwartz e muitos outros estudiosos. Para este texto, no entanto, é fundamental observarmos a historicidade da crítica ao escravismo que comparece ao romance machadiano, sobretudo *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881). Embora não haja na literatura de Machado, nem em sua vida privada, o ativismo militante dos abolicionistas, sua intervenção literária da década de oitenta fez parte do processo de deslegitimação do escravismo, bem como da crítica à *coisificação* dos cativos, comparáveis ao gado: “cerca de quarenta cabeças”. A condição de mercadoria vendável dos escravos fica bem clara no debate entre Brás Cubas, a irmã Sabina e o cunhado Cotrim. Após a morte do pai dos Cubas, os herdeiros debatem a partilha dos bens, aí incluídos os escravos da família:

— Ora, mano, deixe-se dessas coisas, disse Sabina, erguendo-se do sofá; podemos arranjar tudo em boa amizade, e com lisura. Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...

— O boleeiro não, acudi eu; fico com a sege e não hei de ir comprar outro.

— Bem; fico com o Paulo e o Prudêncio.

— O Prudêncio está livre.

— Livre?

— Há dois anos.

— Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto à Prata... creio que não libertou a Prata? (ASSIS, 1994, p. 562).

Cotrim, o cunhado de Brás Cubas – que havia sido contrabandista de escravos – não gostava deles, mas não abria mão dos cativos, pois eram importantes em sua desarvorada luta pela ascensão social. Ele agia com rigor e violência contra os escravos “fujões”, chicoteando-os até arrancar-lhes sangue. Machado põe a acusação na boca dos inimigos de Cotrim, deixando ao leitor o arbítrio. Ficamos sabendo que o “gênero de negócio” que o cunhado atuava necessitava de “modos duros”:

Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio

5. A autora nota que Silva Jardim Jardim, embora republicano e antiescravista, era sensível a causa da lavoura e defendia a indenização aos proprietários, diferentes dos abolicionistas, que pleiteavam a Abolição imediata e sem indenização.

requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito das relações sociais (ASSIS, 1994, p. 620).

Machado de Assis, contudo, não foi um ativista da causa abolicionista – como eram seus contemporâneos André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco ou Luís Gama –, mas era um fino observador da vida brasileira, expressando-se pela literatura, o que não deixa de ser uma intervenção no mundo. John Gledson, ao tratar das relações entre Machado e a Abolição, observa que o escritor assumiu certo relativismo, pois, ainda que se libertassem os escravos, eles teriam de viver do trabalho em condições miseráveis. Machado, entre ironias e chistes, nota Gledson, chama à atenção do leitor algo importante:

Abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro... libertando os escravos, não se faz mais do que libertá-los para o mercado de trabalho, no qual serão contratados e demitidos e, sem dúvida, receberão salários miseráveis (GLEDSON, 1986, p. 124).

Machado, implicitamente, recusara a retórica do progresso que assumiam os abolicionistas, para os quais a Abolição redimiria o país. De fato, o escritor relativizava e mesmo desconfiava dos grandes engajamentos de seu tempo. Mas a causa abolicionista no Brasil da década de 1880 mobilizou corações e mentes e Machado – sempre cético e irônico –, nesse assunto talvez tenha sido menos relativista do que supõe Gledson. Observemos a reflexão de Brás Cubas quando encontra Prudêncio, o menino negro transformado cavalo – agora livre e dono de um escravo, agindo como um senhor que, de fato, se tornara.

[...] era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: – “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão”! Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

– Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

– Meu senhor! gemia o outro.

– Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, – o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele. – É sim, *nhonhô*.

– Fez-te alguma coisa?

– É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

– Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

– Pois não, *nhonhô*. *Nhonhô* manda, não pede. Entra para casa, bêbado!

Saí do grupo, que me olhava espantado e cochichava as suas conjecturas. Segui caminho, a desfiar uma infinidade de reflexões, que sinto haver inteiramente perdido; aliás, seria matéria para um bom capítulo, e talvez alegre. Eu gosto dos capítulos alegres; é o meu fraco. Exteriormente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (ASSIS, 1994, pp. 581-582).

A passagem é rica e caberia análise mais densa, mas o que o nos interessa aqui é evidenciar o quanto as *Memórias Póstumas de Brás Cubas* exibiram as perversidades da escravidão, concorrendo, como já dissemos, para deslegitimá-la. Machado não pensava em termos raciais, o que não é trivial em tempos cientifistas. Não é porque Prudêncio seja negro que não possa ser senhor e, como tal, violento. Negro, ex-escravo, Prudêncio se tornara um pequeno senhor, mas jamais se igualaria ao “*nhonhô*” Brás Cubas. Questão de classe e de cor. Prudêncio, ao ver Brás Cubas, pede bênção e imediatamente atende ao pedido do seu antigo senhor, pois “*Nhonhô* manda, não pede”. É como se Machado quisesse dizer que um Prudêncio da vida, um negro livre, pode até se tornar um proprietário de escravo, possibilidade legal para qualquer homem livre do Império, mas nunca seria um Brás Cubas, ou seja, um homem branco, de estirpe e grande proprietário, que andara a estudar pela Europa. Machado também sugere que um negro como Prudêncio pode até ser um pequeno escravocrata, mas os escravos, de Prudêncio ou de Brás Cubas, serão sempre negros. Se nem todos os negros mulatos são escravos, todos os escravos são negros e mulatos.

A questão da Escravidão como pano de fundo voltaria a aparecer em *Dom Casmurro*, romance de

1899, quando a Abolição já completara mais de uma década. No texto, Bentinho aponta para os escravos em diálogo com Escobar e narra a origem rural e escravocrata da família. Na passagem, fica claro que grande parte da renda da família provém do trabalho escravo. Não se trata de questão de somenos importância:

Contei-lhe o que sabia da vida dela e de meu pai. Escobar escutava atento, perguntando mais, pedindo explicações das passagens omissas ou só escuras. Quando eu lhe disse que não me lembrava nada da roça, tão pequenino viera, contou-me duas ou três reminiscências dos seus três anos de idade, ainda agora frescas. E não contávamos voltar à roça?

– Não, agora não voltamos mais. Olha aquele preto que ali vai passando, é de lá. Tomás!

– *Nhonhô!*

Estávamos na horta da minha casa, e o preto andava em serviço; chegou-se a nós e esperou.

– É casado, disse eu para Escobar. Maria onde está?

– Está socando milho, sim, senhor.

– Você ainda se lembra da roça, Tomás?

– *Alembra*, sim, senhor.

– Bem, vá-se embora.

Mostrei outro, mais outro, e ainda outro, este Pedro, aquele José, aquele outro Damião...

– Todas as letras do alfabeto, interrompeu Escobar.

Com efeito, eram diferentes letras, e só então reparei nisto; apontei ainda outros escravos, alguns com os mesmos nomes, distinguindo-se por um apelido, ou da pessoa, como João Fulo, Maria Gorda, ou de nação como Pedro Benguela, Antônio Moçambique...

– E estão todos aqui em casa? Perguntou ele.

– Não, alguns andam ganhando na rua, outros estão alugados.

Não era possível ter todos em casa. Nem são todos da roça; a maior parte ficou lá.

– O que me admira é que Dona Glória se acostumasse logo a viver em casa da cidade, onde tudo é apertado; a de lá é naturalmente grande.

– Não sei, mas parece. Mamãe tem outras casas maiores que esta; diz, porém, que há de morrer aqui. As outras estão alugadas. Algumas são bem grandes, como a da Rua da Quitanda (ASSIS, 1994, pp. 899-900).

É preciso reconhecer a diferença de historicidade entre *Dom Casmurro* (1899) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), escrita no início da dramática década de 1880, tempo de encarniçadas lutas entre abolicionistas e escravocratas. Em *Memórias Póstumas*, a cena doméstica é apresentada com absoluta naturalidade, como a reforçar a condição de *coisa* dos escravos. O efeito no leitor é o de chamar a atenção para uma

naturalidade escravocrata que, naqueles anos, passara a ser alvo dos ataques abolicionistas. Angela Alonso nota que um dos grandes esforços dos abolicionistas foi justamente o de retratar os negros escravizados como pessoas, insistindo no que ela chamou de “retórica da compaixão” que servia poderosamente para deslegitimar o sistema. A militância abolicionista dava-se, sobretudo, entre os grupos médios da população urbana do Rio de Janeiro e de outros centros urbanos, formada ao menos em parte por leitores de jornais e romances, frequentadores de teatro etc., precisamente o público dos escritores brasileiros da época. Machado, como sabemos, conferia ao leitor importância e atenção. Na cena a seguir, o narrador mostra mais um episódio da infância de Brás Cubas, onde os escravos comparecem à cena como parte do ambiente doméstico de uma família abastada e, naturalmente, escravocrata:

Pedi em voz baixa o doce; enfim, bradei, berrei, bati com os pés. Meu pai, que seria capaz de me dar o sol, se lho exigisse, chamou um escravo para me servir o doce. A tia Emerenciana arrancara-me da cadeira e entregara-me a uma escrava, não obstante meus gritos e repêlões (ASSIS, 1994, pp. 530-531).

Na cena, “a escrava” não tem nome, o que reforça a ideia de que a presença da Escravidão não é trivial. Não se pode esquecer que Machado era amigo pessoal e interlocutor frequente de Joaquim Nabuco. É absolutamente impossível que o tema do trabalho escravo e da Abolição não comparecesse em suas tertúlias. Notemos que já no início de *O Abolicionismo* – obra de 1883, publicada só dois anos depois de *Memórias Póstumas* –, Nabuco chama a atenção para a existência de uma espécie de linha de cor, como uma característica incontornável do escravismo moderno. De fato, somente os homens de “cor preta” foram sistematicamente escravizados no Novo Mundo por mais de três séculos:

A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: a cor preta. Ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro: para este ficaram reservados tão somente os negros. Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos, portanto, admitir essa maldição pela cor (NABUCO, 1999, p. 24).

Machado de Assis não tomou parte nos comícios abolicionistas. Mas se pronunciou por meio de sua literatura. Em 1882, o escritor publicou *Papéis avulsos*, livro de contos em que se encontra *O Espelho: esboço*

de uma teoria da alma humana. Enquanto o discurso senhorial ligava os escravos e os negros à indolência, à promiscuidade e à selvageria, apresentando os próprios senhores como sujeitos dotados de moralidade e civilidade, Machado, ao contrário, constrói um personagem denominado Jacobino. Trata-se de um rapaz que, ao que tudo indica, era branco e de origem social modesta. Mas a promoção ao posto de Alferes da Guarda Nacional altera sua condição. Na fazenda da tia – uma senhora escravista – o jovem Jacobino deixa de ser chamado pelo nome, de acordo com ordens da família. É o título que passa a identificar o sujeito, acima do próprio nome. Os escravos foram obrigados a tratá-lo por “senhor Alferes”. Um dia, no entanto, na ausência da tia, os escravos abandonaram a fazenda e o Alferes vê-se privado não só do trabalho dos escravos, mas, também, da reverência que eles estavam obrigados a prestar-lhe.

Achei-me só, sem mais ninguém, entre quatro paredes [...]. Nenhum fôlego humano. [...] ninguém, um molequinho que fosse. Gatos e galinhas tão-somente, um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas, e três bois [...] nenhum ente humano. Pareceu-lhes que isto era melhor do que ter morrido? Era pior (ASSIS, 1994, p. 349).

Sem os escravos para sustentar a identidade de um homem superior, o Jacobino não se encontra no espelho. Sem escravos, a ordem escravocrata desaparece. Sem eles, desaparece o poder e prestígio proporcionado aos proprietários, ferindo o que Sidney Chalhoub chamou de “ideologia senhorial”.

Ao se pensar o Brasil do último quartel do Oitocentos precisamos notar que *escravos* e *negros* não são sinônimos, inclusive em termos demográficos. No Censo de 1872, os escravos representavam apenas 15,24% da população brasileira, de menos de 10 milhões de habitantes. Ainda de acordo com o Censo, a população branca do Império era de 38,1%, o que indica uma vasta gama de negros e mestiços livres. Em outras palavras, em torno de 58% dos habitantes do Brasil eram, para usar a linguagem da época, “pretos” e “pardos”, como o próprio Machado de Assis.

Intelectuais e escritores como Machado de Assis, naquele período, sabiam que a Escravidão caminhava para o ocaso. Se o instituto legal do escravismo, bem ou mal estava prestes a ser destruído, a presença de negros e mestiços na população brasileira era uma

realidade inescapável.⁶ Em outras palavras, o binômio *senhor e escravo* lentamente ia cedendo lugar a outro binômio: *brancos e negros* embalados pelos discursos de fundo racistas e darwinistas que emanavam da Europa. Machado recusou solene e silenciosamente o discurso racialista e cientificista. Precisamente por isso não se viu compelido a proferir qualquer formulação depreciativa aos negros, aos índios e aos mestiços. Ao recusar a retórica oitocentista do progresso (e da ciência), do nacionalismo (e de suas racializações), a obra literária de Machado de Assis divergia profundamente dos ideais dominantes em seu tempo.

Referências

- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, 44, 2000.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas. Obra Completa de Machado de Assis*, v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Capítulo 91.
- ASSIS, Machado de. *Obra Completa de Machado de Assis*.
- ASSIS, Machado de. O primo Basílio. In *Obra Completa de Machado de Assis*, v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- ASSIS, Machado de.; COUTINHO, Afrânio (org). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In Machado de Assis – obra completa em três volumes, v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A, 1994.
- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Edit. da UNICAMP, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis*. Coleção Folha Explica. São Paulo: Folha Publicações, 2003.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In *Vários Escritos* São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

6. IBGE. Censo demográfico de 1872. Cf. <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477> Acesso em 08/02/2016.

- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo:Paz e Terra, 2003.
- GUIMARÃES, Hélio Seixas. *Os leitores de Machado de Assis*. São Paulo:Nankin / EDUSP, 2012.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1999.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. *O Brasil na Internacional Naturalista: adequação da estética, do método e da temática naturalistas no romance brasileiro do Século 19*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, 2012.
- SCHWARTZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo:Companhia das Letras, 1997.
- SCHWARTZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo:Duas Cidades, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo:Edit. Brasiliense, 1999.

**PROBLEMAS POLÍTICOS, SOCIALES, CULTURALES
Y DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANAN EN EL SIGLO XX**

LA DEPENDENCIA ARGENTINA Y SUS BASES SOCIALES INTERNAS:

una evaluación historiográfica en torno a la gran burguesía intermediaria del capital extranjero

Claudio Spiguel*

El bicentenario de la emancipación hispanoamericana actualiza la problemática de la “cuestión nacional” latinoamericana, y en particular la del carácter dependiente de las sociedades nacionales en el siglo XX y sus consecuencias, cuestión que ha sido difuminada o devaluada, al compás de las diversas versiones ideológicas del “globalismo” en las producciones de las corrientes predominantes en las ciencias sociales y la historiografía de las últimas dos décadas.

Sin embargo, las consecuencias de las políticas neoliberales, las crisis, la profundización de la opresión nacional así como la lucha contra ella, visible en la irrupción en América Latina de grandes movimientos sociales que reivindican, con distintos signos y alcances, la vigencia de la búsqueda de la independencia nacional en las condiciones históricas del presente, son todos fenómenos que irrumpen en el campo científico y convocan al rescate, conceptualización teórica y profundización de la investigación histórica sobre la dependencia de la Argentina y sus implicancias económicas y políticas, en tanto elemento estructural decisivo de su historia y de su actualidad.

A ello busca aportar esta ponencia: enfoca en particular, dentro de las bases sociales internas de la dependencia argentina, la génesis y desarrollo de una burguesía intermediaria del capital extranjero en el siglo XX, incluyendo de una somera revisión historiográfica y a los fines de precisar conceptualmente el fenómeno.

Dominación monopolista extranjera, terratenientes y burguesía intermediaria

Caracterizamos a la dependencia como elemento determinante de la formación económico-social de la Argentina: la esencia económica de esa dependencia (aunque ésta no es reductible a ella) es la dominación del capital financiero extranjero de las grandes potencias sobre las principales ramas de la economía del país y su predominio —en asociación con las clases dominantes internas, o con fracciones de ellas— en la estructura social y en el Estado, elemento clave en la expansión del capital monopolista y escenario de la competencia inter-monopolista e inter-imperialista.

En tanto este predominio tiene lugar en un país dependiente (esto es, un país con Estado propio, no colonial), sólo puede realizarse a través de la asociación y subordinación de las clases dominantes locales. Por eso, estudiar las bases sociales internas de esa dominación supone ahondar en la caracterización de la formación económico social en su conjunto y en particular en la génesis, naturaleza y metamorfosis de sus clases dominantes en relación con la evolución de la “inserción internacional” del país y de sus relaciones internacionales, atendiendo a los diversos aspectos involucrados: la base económica, las diversas modalidades y manifestaciones de su existencia social, su actividad política y en relación con el Estado, sus dimensiones ideológica y cultural.

Es preciso al respecto tomar en cuenta en ese proceso la génesis, desarrollo y cambios de lo que puede definirse como una burguesía intermediaria de capitales extranjeros de diversos orígenes (intermediaria, también, de la operatoria de intereses económicos y políticos más generales de las grandes potencias) durante el siglo XX, una fracción particular de los capitalistas, que en unidad e interpenetración con la clase

* Historiador (Universidad de Buenos Aires) investigador en Historia de las Relaciones Internacionales, y profesor de Historia Económica y Social Argentina, Metodología histórica e Historia de las Relaciones Internacionales. Es co-autor de *Relaciones Tumuluosas, Estados Unidos y el primer peronismo* (Buenos Aires, 2009) y *Política Exterior Argentina, poder y conflictos internos* (Buenos Aires, 2005). Miembro de ADHILAC Argentina. Contacto: cspiguel@huapi.net.

terrateniente (lo que no elimina la distinción entre ambas clases, teórica e históricamente importante), conforman el bloque de “las clases dominantes”.

Junto a la oligarquía terrateniente, el creciente papel de diversos grupos de gran burguesía intermedia resulta fundamental para reconstruir la evolución de las relaciones internacionales y de la política exterior argentina, así como los conflictos en torno a las mismas, que se imbrican con el conflicto social interno y con la disputa por el poder estatal, vehiculizando de modo particular dentro de la economía y el Estado argentino la competencia inter-monopolista y la disputa entre las grandes potencias en el escenario internacional y latinoamericano.

Nos concentraremos en este tema en particular, para aportar al análisis de la problemática de la dependencia en general, que en sus diversas facetas y de un modo u otro, por presencia u ausencia, impregna toda la elaboración en las diversas ciencias sociales argentinas a lo largo del siglo XX.

Tempranamente, con la interiorización del capital monopolista extranjero en el proceso del último tercio del siglo XIX y su entrelazamiento con las clases dominantes argentinas de terratenientes y mercaderes intermediarios del comercio exterior, se puede identificar la formación, desde las filas de esas clases o a través de la expansión de ramas familiares de grandes capitalistas europeos que se instalan en el país, de un pequeño núcleo de poderosos capitalistas que operan como representantes de capitales, intermediarios del capital extranjero de diversos orígenes (británico, francés, belga, posteriormente alemán, austro-húngaro, italiano, etc.) (SPIGUEL, 2010).

Múltiples fuentes y textos dan cuenta de la conformación de “grupos” oligopólicos (que operan en las finanzas, la comercialización y exportación de productos agropecuarios, industrias procesadoras de los mismos, y se conjugan frecuentemente con su condición de grandes terratenientes) que se expanden, con modalidades diversas, como intermediarios y apéndices del capital extranjero: su subsistencia y desarrollo depende de la expansión de éste y, recíprocamente, esos grupos son uno de los cauces de la operatoria del mismo. Conforman, junto a la decisiva presencia directa de las empresas de capital extranjero y a la clase de los grandes terratenientes, el “poder económico” local de la época. En la exportación del capital, el capital financiero contemporáneo puede –por los instrumentos técnicos con que cuenta y la fuerza de su capital– y

necesita, por lo señalado más arriba respecto de la necesidad de la consecución del dominio monopolista, incluyendo el control estatal, necesidad atizada por las crecientes competencias mundiales, utilizar esta modalidad de asociación junto con la inversión directa. A su vez, ese dominio monopolista extranjero, sumado a la histórica debilidad de la burguesía argentina –en tanto clase diferenciada de los terratenientes– y a los condicionamientos que la estructura dependiente impone a la acumulación de capital de base local, conduce, en la medida en que se expanden las relaciones capitalistas de producción, a la escisión y diferenciación, en el seno de la burguesía, entre pequeños pero poderosos núcleos que se asocian subordinadamente y se convierten en intermediarios de capitales extranjeros y el resto del empresariado nacional –predominante aunque no exclusivamente una burguesía media y pequeñas empresas– que se desarrolla trabajosamente, limitada, condicionada por la estructura y el Estado dependientes.

Junto con las diferentes fracciones de terratenientes que realizan su renta en el mercado mundial monopolizado por las grandes potencias y las oligarquías regionales (en los cultivos industriales tempranamente se observa también esta conjunción y hasta fusión de terratenientes y burgueses intermediarios del capital extranjero (GIMÉNEZ ZAPIOLA, M., 1977), estos empresarios “vinculados” a diversos capitales extranjeros tiene una gran importancia a la hora de explicar las particularidades de la inserción internacional del país, la evolución de sus relaciones internacionales, las disputas por el control del Estado y con respecto a la política exterior, siendo un rasgo persistente de la matriz de relaciones internacionales de la Argentina el hecho de que, en distintos períodos, la existencia de una conexión hegemónica con una gran potencia (durante muchas décadas Gran Bretaña) no se afirma sino a través de un permanente juego de asociaciones y agudas pugnas, dada la diversidad de vínculos financieros y comerciales con diversos centros exportadores de capital y grandes potencias (GRAVIL, 1985; GASTIAZORO, 1986, RAPOPORT-SPIGUEL, 2005).

Tales asociaciones y disputas entre distintas fracciones de terratenientes y grupos capitalistas intermediarios, y el carácter de estos, emerge en los estudios de caso y en múltiples testimonios de la vida social y política bajo el régimen conservador, y adquieren mayor visibilidad en la medida en que se agudiza la competencia internacional y la lucha por esferas de influencia, culminando en las guerras mundiales.

Entonces el fenómeno, ampliamente estudiado, del fraccionamiento de los sectores dirigentes tradicionales (la élite oligárquica) en corrientes rivales que luchan en torno a la política exterior, aunque multideterminado (conveniencias económicas inmediatas, discrepancias ideológicas), tiene un sustento importante en el capital intermediario asociado a distintas potencias y en sus expresiones políticas, militares, intelectuales, etc.

Breve revisión bibliográfica

La historiografía económica y social ha dado cuenta, en una producción diversa y rica, de la asociación del capital extranjero con la clase terrateniente, sobre todo durante la primera mitad del siglo XX. En las últimas décadas gravitó en los estudios internacionales la influencia del neoliberalismo (con su consecuente negación o relativización de la subordinación económica y política del país a las grandes potencias y su cuestionamiento del concepto de dependencia) y se desarrolló una historiografía revalorizadora del “modelo agroexportador”. Paralelamente, y particularmente en los años 80, surgieron corrientes historiográficas y sociológicas que cuestionaron el papel central de la clase terrateniente en la formación económico-social del país, corrientes cuya versión extrema, con escasa base empírica, afirma la existencia de “una” clase dominante emergente del siglo XIX de carácter puramente financiero –omitiendo su frecuente y decisiva base agraria–, condicionada por las oscilaciones del mercado mundial y que evita las inversiones fijas de largo plazo (SÁBATO, 1979 y 1988). Más frecuente es la omisión de la renta del suelo, sobre todo la renta absoluta, a la hora de definir la naturaleza social y económica de la clase terrateniente, y en vinculación con ello, el papel histórico de la gran propiedad con respecto al desarrollo industrial. Las polémicas en torno a la génesis, existencia, centralidad y naturaleza de la clase terrateniente de todas formas se centraron más en su papel, y el de la gran propiedad territorial, respecto del desarrollo capitalista del país y menos en los vínculos con el capital, mercados y potencias extranjeras (AZCUY, 1996; BASUALDO y KHAVISSE, 1993; HORA, 2002; BARSKY, 2003; ARCEO, 2003).

Históricamente los estudios sobre fracciones terratenientes y capitalistas intermediarias y sus relaciones con uno u otro centro financiero fueron desarrollados en la literatura antiimperialista, nacionalista

y marxista, muy vinculada a la lucha política. SERGIO BAGÚ en su estudio bibliográfico de 1983, al introducir varios textos análisis sistemáticos sobre la dependencia argentina en general, señala que “el problema aparece en el debate público, cuando menos, desde fines de la década de 1910. Una parte considerable del material impreso sobre el tema tiene carácter periodístico y polémico” (BAGÚ, 1983, p. 85). En esa literatura los análisis sobre de la naturaleza histórico-social de las clases dominantes argentinas y de las diversas fracciones de la burguesía recorre una rica historia, articulada con aquellos estudios, que es preciso rescatar críticamente en función de una conceptualización más rigurosa y el enriquecimiento de la base empírica sobre el tema que nos ocupa.

La historiografía económica y de las relaciones internacionales ha dado cuenta ampliamente de la relación entre elementos externos e internos, en particular respecto de la agudizada competencia entre intereses británicos y norteamericanos por el control del mercado argentino durante el período de entreguerras (FODOR y O’CONNELL, 1973; RAPOPORT, 1981 y 1988): como encuadre y prólogo de las contradicciones de la inserción internacional de la Argentina durante la Segunda Guerra Mundial; su incidencia en los conflictos respecto de la política económica y exterior (recurrente peso de los núcleos agro exportadores y la perdurabilidad de la conexión con Gran Bretaña y Europa; incremento del peso de EE.UU. como proveedor, financista e inversor, al compás del desarrollo industrial del país).

Sin embargo, en cuanto a los eslabonamientos internos de aquellas relaciones, el foco del análisis generalmente se centró en la fracción terrateniente exportadora y la burguesía industrial en general, las empresas extranjeras, los diversos elencos gubernamentales, burocráticos y militares. El papel en aquellos procesos de los capitalistas intermediarios, generalmente grupos monopolistas locales (terratenientes, financieros, con actividad en las economías regionales y crecientemente en la industria) aparece en general como expresión, durante los años 30, de la derivación de fondos provenientes del agro por parte de la clase terrateniente hacia la industria, cuestión objetiva pero que no permite discriminar en qué medida juega su papel la modalidad que aquí nos ocupa de expansión del capital extranjero. Por otro lado, la existencia de estos grupos aparece

escasamente diferenciada de la expansión del resto de la gran burguesía, en aquella época de oro de su vigor industrial.

No obstante, esa diferenciación es objetiva y relevante, como muestran muchos estudios de caso y aparece frecuentemente en la literatura antiimperialista y de la izquierda desde la década del '30, particularmente en lo que hace a la penetración del capital inglés, y sobre todo alemán, foco de interés vinculado a la lucha contra el nazi-fascismo (SOMMI, 1945; NEWTON, 1992). En 1943, Félix Weil —con conocimiento de causa por su empresa familiar y su colaboración con los equipos gubernamentales de los años '30— desarrolla el tema de la “penetración capilar” del capital extranjero en la economía y la sociedad argentina exponiendo en particular el fenómeno de la intermediación y el camuflaje, destacando que los métodos aplicados por británicos y estadounidenses con las “listas negras” de comercio con el enemigo —el reconocimiento de que el control extranjero supera las distinciones formales— “deberían aplicarse en cualquier estudio de capitales o influencias extranjeros, si el mismo pretende aproximarse a la verdad” (WEIL, 1988, p. 343).

Refiriéndose al régimen de Sociedades Anónimas, “generalmente con acciones al portador, la identidad de los accionistas puede ser ocultada fácilmente. Todos los directores y el personal pueden ser de origen nacional, el nombre de la compañía puede incluir *nacional* o *argentina*, y sin embargo la empresa puede estar bajo control extranjero y sus dividendos ser remitidos al exterior. En realidad, la misma palabra nacional o argentina en el nombre de una corporación se asocia al control extranjero”. Destaca el rol de la financiación externa de sociedades formalmente argentinas, las ventajas de la presencia de “figuras sociales”, con acceso al poder estatal, en los directorios y cita también un informe del Departamento de Comercio de los Estados Unidos que afirma: “La Argentina es un ejemplo notable de la dificultad que implica distinguir entre empresas y capitales extranjeros y nacionales, particularmente en el ramo de la manufactura” (WEIL, 1988, pp. 340-341).

Este fenómeno, inherente a la economía mundial contemporánea regida por el capital financiero moderno, al tomar en cuenta el carácter dependiente de la formación económico-social de la Argentina (y de otros países) se vuelve clave para caracterizar a una fracción decisiva de la gran burguesía y es fundamental para dar cuenta de las particularidades de la estructura social y

de las relaciones internacionales, pues se trata de un fenómeno social específico, de carácter estructural, que trasciende los casos individuales y la contingencia.

Al respecto, a nivel internacional, en la literatura sobre la historia y estructura social en los países coloniales, semi-coloniales y dependientes en Asia y África, sobre todo aquella que integra a sus análisis la teoría leninista del imperialismo, es frecuente el concepto de “burguesía compradora”, al referirse a la aparición y operatoria de capitalistas subordinados al capital y las grandes potencias extranjeras y que operan como apéndices suyos en el escenario nacional. Ese concepto alude al origen y la operatoria de los mismos predominantemente en el comercio exterior, en su calidad de importadores, lo que resulta pertinente para una gama amplia de países, predominantemente coloniales o semi-coloniales.¹ En ellos, era frecuente un grado aún incipiente o restringido de acción de las relaciones capitalistas (salariales) en la producción y en muchos casos eran aún predominantes diversas relaciones de carácter pre-capitalistas (semi-feudalidad). En esas condiciones, los “compradores” eran efectivamente la expresión fundamental de esa fracción de la burguesía que se desarrolla en una asociación subordinada como apéndice de la penetración imperialista. El término resultaría restrictivo para el caso argentino, con un grado relativo mayor de expansión de las relaciones capitalistas y del empresariado ya a principio del Siglo XX y donde esa fracción, aunque en algunos casos proviene del viejo comercio portuario del siglo XIX, no se reduce al mismo y opera en la producción y en las finanzas. Por eso, resulta más abarcador y pertinente el concepto de “burguesía intermediaria”, con el contenido que estamos definiendo y discutiendo aquí.

Respecto del proceso de industrialización, la historiografía económica y los estudios sociológicos han profundizado en la relación entre terratenientes y capitalistas, en los modos de acción del empresariado respecto del proceso mundial y los alineamientos internacionales, los alcances y límites del nacionalismo empresario, los procesos de diferenciación en el seno de la gran burguesía industrial y sus efectos en la

1. Por semi-coloniales, nos referimos a países cuya soberanía estatal formal se ve restringida por la presencia directa de las fuerzas de los Estados imperialistas a través de presencia militar o diversas concesiones: por ejemplo, ocupación militar permanente y “legitimada” de zonas del país, ciudades portuarias, instituciones estatales como aduanas, etc., bajo control extranjero (China antes de 1949, Cuba y algunas repúblicas de América Central en las primeras décadas del siglo XX).

década del '50, desde la segunda presidencia de Perón al período desarrollista (JORGE, 1986; ESTEBAN, 1961; MURMIS y PORTANTIERO, 1972; PERALTA RAMOS, 1972), que brindan una base para profundizar en la cuestión que nos ocupa para la etapa de la industrialización sustitutiva.

La cuestión allí aparece en general en la bibliografía a través de la diferenciación entre sectores monopolistas y no monopolistas –diferenciación relevante pero que no se corresponde mecánicamente con el carácter de intermediario o no de capitales extranjeros– o empresarios “ligados” y “no ligados”, asociados o no, al capital extranjero (FUCHS, 1965; CÚNEO, 1967, LINDENBOIM, 1975). Estas caracterizaciones no son lo suficientemente precisas, dado que en un país dependiente como la Argentina el conjunto del empresariado en mayor o menor grado aparece “ligado” o asociado: en las cadenas productivas, en el mercado, en las finanzas, en la tecnología y las patentes, en emprendimientos diversos. De allí la necesidad de conceptualizaciones más precisas, para poder distinguir, en el seno de la gran burguesía argentina, el carácter de intermediarios de determinadas empresas, grupos económicos, etc. En última instancia una fracción de esa clase social, algunos provenientes de la clase terrateniente y otros no, cuya existencia y desarrollo depende de su asociación subordinada (económica y políticamente) a una u otra constelación de intereses financieros situados en las grandes potencias. En el caso extremo, algunos son meros prestanombres de sociedades financieras controladas desde el exterior, constituyendo desde el ángulo económico un mero instrumento para una forma encubierta de la inversión directa, aunque en las otras dimensiones de su existencia social y conducta política tales exponentes o “personeros” también forman parte de la fracción de la gran burguesía que se enfoca en este trabajo.

Respecto de los estudios desde inicios de la década del 70 en la historiografía y la producción económica, sociológica y política, no se profundiza en esa distinción, poniéndose el foco de atención en las contradicciones económicas intersectoriales: terratenientes e industriales (o burguesía agraria y burguesía industrial) y “empate hegemónico” (BRAUN, 1975; O'DONNELL, 1977). Por otro lado, el renovado interés por la cuestión de la dependencia da lugar a una profusa literatura que debe ser revisada y recuperada críticamente, pero en la cual el vacío sobre el tema incluso se ahonda. En las “teorías de la dependencia”,

contracara polémica del pensamiento desarrollista, podemos observar una gama de posiciones que abarca desde concepciones circulacionistas, que ponen el acento en los fenómenos de condicionamiento externo a la economía nacional, hasta ciertas concepciones del denominado “capitalismo dependiente” que absolutizan la operatoria del capital extranjero y consideran a la dependencia un mero rasgo del desarrollo capitalista. Reducen la especificidad de la formación social al modo de producción capitalista predominante y subestiman los factores históricos, (incluyendo el papel de la clase terrateniente), internos y de formación nacional. Estas perspectivas teóricas, que pagan tributo al estructuralismo, conducen a opacar las contradicciones, desjerarquizando las diferenciaciones en el campo de la burguesía y considerando al capital “en general” como expresión de la dependencia.

Además, la perspectiva estructuralista extrema respecto del sistema internacional de relaciones conducía en aquellas producciones a absolutizar la existencia de un único centro o “hegemónico” internacional (EE. UU.) y, por ende, a desjerarquizar o negar la competencia internacional entre distintos centros y potencias, muy relevante para el estudio de las relaciones internacionales argentinas. En consecuencia, en ese encuadre teórico la discriminación y el análisis de los distintos grupos intermediarios de diversos capitales extranjeros en el seno de las clases dominantes argentinas perdía entidad objetiva y prioridad cognoscitiva (ver visiones críticas en DUEJO, 1974; CIAFARDINI, 2002 y resumen actual sobre la llamada “teoría de la dependencia” por uno de sus exponentes en DOS SANTOS, T., 2002).

Desde la década del '80, luego del oscuro interregno de la última dictadura, por un lado, avanzó la historiografía sobre las relaciones internacionales de la Argentina: avances en densidad empírica (sobre la base del acceso a archivos diplomáticos extranjeros); en la jerarquización de los factores internos, políticos, ideológicos y las mediaciones institucionales, en los períodos tratados (RAPOPORT, 1990; RUSSELL, 1992).

Al mismo tiempo (y frente a corrientes críticas que buscaban superar la ahistoricidad estructuralista), fue abriéndose paso al compás del predominio del pensamiento y las políticas neoliberales una corriente “revisionista” (ver su caracterización crítica en PARADISO, 1993) que negaba la entidad y objetividad de la dependencia económica y política del país como elemento central para explicar la “asimetría” en las

relaciones internacionales, desde ópticas que condujeron, in extremis, a los postulados del “realismo periférico” en la política exterior de los años 90, durante las presidencias de Menem, y su correspondiente justificación historiográfica. El opacamiento de las relaciones de dependencia, junto al encuadre teórico predominante, conduce a esas producciones sobre relaciones internacionales y política exterior a negar la relación entre intereses externos e internos y por ende a escamotear aquella base social interna de las relaciones internacionales, a dicotomizar el análisis de la dimensión económica y el de la dimensión política, y sobre todo a diluir la mediación de la estructura social y el poder.

En realidad, como se ha señalado, se trataba un “revisionismo” que representaba en verdad un retorno a la visión conservadora liberal más tradicional, apologética de la inserción internacional del país en la etapa agroexportadora (este enfoque de las relaciones y la política exterior argentina puede encontrarse en CISNEROS y ESCUDÉ, 1999-2000; ver señalamientos y un análisis crítico en RAPOPORT y SPIGUEL, 2005; enfoques críticos sobre el “realismo periférico” en BORÓN, 1991). La paralela difusión de las teorías globalistas reforzó en el terreno académico y político la expansión de esta visión, altamente cuestionada por el proceso histórico presente. Este ha desnudado a nuestro juicio la rotunda objetividad de la dependencia como fenómeno central en la formación económico-social y en las relaciones internacionales del país, y también ha perdurado y se ha desarrollado una corriente crítica en la historiografía y los estudios sobre relaciones internacionales (CERVO, 2000).

Por otro lado, avanzaron los estudios económicos y sociológicos sobre las transformaciones operadas a partir de la dictadura de 1976, en particular las metamorfosis del “poder económico” local, a través de los mecanismos de la “valorización financiera”, la reprimarización y desindustrialización argentina, hasta la década del 90, con el neoliberalismo menemista, caracterizada por el reforzamiento de la presencia directa del capital extranjero (privatizaciones, etc.). Avanzaron los estudios sobre los “Grupos Económicos” locales (ver estudio inicial de ASPIAZU, BASUALDO, KHAVISSE, 1986), sus modos de acumulación y estrategias empresarias, su papel en los conflictos respecto de la política económica y el endeudamiento externo, en las disputas en el seno del “bloque dominante” (sector exportador, financiero, empresas transnacionales) generando una rica y detallada bibliografía (BASUALDO, 2006).

Sin embargo, escasamente se ha explorado el carácter de intermediarios de capitales extranjeros de buena parte de esos grupos oligopólicos locales (o situados localmente), su papel por ende en la inserción internacional del país y las relaciones con los distintos centros y potencias, y la incidencia determinante de esa condición para explicar los procesos de asociación y fraccionamiento en los sectores hegemónicos (junto a las contradicciones económicas intersectoriales:) y su correlato político (ver una caracterización general para la historia reciente y algunos estudios de caso en ECHAGÜE, 2004).

Conceptos tales como “grupos de capital concentrado”, “gran burguesía monopolista local”, “ligada” o “vinculada” o incluso “burguesía transnacionalizada”, no dan cuenta o resultan imprecisos e insuficientes para designar el fenómeno que nos ocupa, incluso en el nivel económico. Más aún en función de ver los aspectos sociopolíticos y su relación con la evolución de las relaciones internacionales. También se debe discutir el concepto de “oligarquía financiera” utilizado para caracterizar a la cúpula empresarial de las últimas décadas (visión que se apoya en el gran peso de los mecanismos “rentístico-financieros” de acumulación) Esa conceptualización esfuma la base de su operatoria en la producción y, por otra parte, no da cuenta de que ese capital monopolista, que opera en las finanzas, no proviene de un elevado grado de desarrollo del capitalismo argentino (la base estructural del capital financiero contemporáneo en los países imperialistas) sino de la penetración y dominio del capital extranjero al que se asocian de modo subordinado estos sectores, en una estructura económica unilateral y deformada por ese dominio. En suma, consideramos que en lo que hace al tema particular que nos ocupa el estado dominante de la elaboración científica en los estudios académicos se caracteriza por un pronunciado vacío, sobre todo en materia de reconstrucciones históricas y económicas generales, análisis y síntesis sociológicas, y estudios politológicos y sobre relaciones internacionales. Un vacío muy visible en la medida de su agudo contraste en primer lugar con la realidad del fenómeno, que se hace presente de modo más o menos evidente en la actividad política, en los tratamientos periodísticos, etc. En segundo lugar, porque existe una bibliografía con análisis precursores sobre el tema, y también muchos estudios de caso para distintos períodos (ver, por ejemplo, GILBERT, 2003, sobre el grupo Tornquist) y una enorme masa de información documental, periodística,

diplomática, de la actividad política, y de fuentes secundarias. En suma, es preciso reponer el papel de esta fracción minoritaria pero muy relevante de la burguesía argentina dentro del bloque de clases dominantes, para dar cuenta de un modo más preciso de la historia del país durante el siglo XX, particularmente su incidencia en la evolución concreta de las relaciones internacionales del país.

Ello requiere rastrear diversos cauces y modalidades de génesis y desarrollo de este sector empresario a lo largo del siglo XX teniendo en cuenta:

- a) el período histórico-económico de la Argentina de que se trate (etapa “agroexportadora”; Industrialización; predominio de los “mecanismos rentístico-financieros”, reprimarización de la economía y profundización de la dependencia en las últimas décadas),
- b) la evolución del sistema internacional de relaciones, sus coyunturas decisivas, el escenario regional y la evolución de las relaciones internacionales argentinas,
- c) las relaciones con el Estado, atendiendo a los cambios en el papel de éste en el terreno económico y social (génesis y expansión del área estatal de la economía, formación de una burguesía burocrática, influencia en las FF.AA., su papel en las privatizaciones de los años 90) y a su rol en el encauzamiento de las relaciones internacionales del país y en el logro de la hegemonía en el seno del bloque dominante.

La consideración sobre esta fracción de la gran burguesía argentina; la evolución del peso relativo de los distintos grupos entre sí y respecto de la presencia directa del capital externo y de la clase terrateniente en el seno del bloque dominante; su rol en las diversas alianzas, alineamientos, polarizaciones y fracturas; su correlación con el proceso internacional y su incidencia en la vida política e institucional son todos elementos que deben ser integrados en la reconstrucción de la historia económica, social y política de la Argentina contemporánea.

Algunas consideraciones teóricas y metodológicas para la investigación sobre el tema

Tanto los estudios de caso como los tratamientos más globales sobre el tema conllevan la necesidad de

indagar en una amplia pero dispersa información empírica disponible en fuentes primarias (documentación empresarial, diplomática, parlamentaria y de la actividad política, periodística, etc.), en repositorios de muy diversa índole. Este es un requerimiento impuesto por el secreto empresario y el “camuflaje”, incluyendo las técnicas características del capital financiero contemporáneo, y el carácter generalmente velado a la opinión pública de la operatoria de los “intermediarios” (aspecto que debe ser integrado al análisis y ponderado en los diversos períodos de la historia argentina, particularmente de su historia político-ideológica).

Pero también la diversidad de los tipos de fuentes es requerida por el objeto mismo: la fracción de una clase social; esto exige, sin descuidar sus raíces en su ubicación en la estructura de relaciones económicas, el abordaje de las múltiples dimensiones y manifestaciones de su existencia social.

La perspectiva socio-histórica es requerida en relación al tema particular en su doble sentido de: a) enfocar la génesis, modos de desarrollo y metamorfosis de los sectores de burguesía intermediaria a lo largo del siglo XX y por períodos; y b) integrar las diversas dimensiones y niveles ya señalados, debido a su pertinencia para el objeto de estudio y con el fin de trascender ópticas esquemáticas por su economicismo —predominantes con relación al tema— tomando en cuenta las determinaciones sociopolíticas y la operatoria del Estado en los mecanismos de conformación y cambios, a lo largo de períodos prolongados, de las diversas fracciones y capas de la burguesía argentina, y en particular de los distintos grupos empresarios de burguesía intermediaria. En este caso pueden observarse conductas dúctiles, con disposición a cambiar de “socios mayores”, según cambios en las circunstancias internacionales y en las perspectivas para su propia subsistencia y desarrollo, lo que impone observar la trayectoria política de cada grupo o personaje a lo largo de períodos prolongados. Es preciso así integrar el análisis económico y el de la historia política en función de ponderar el peso de los dos niveles en la determinación de la actividad y conducta social y política de los exponentes de ese sector social y de su desarrollo histórico.

Sobre todo, resulta productivo enfocar y analizar períodos y coyunturas claves, como las guerras y crisis mundiales y nacionales, o ciertos picos de auge del conflicto social y ascenso de movimientos populares, momentos en que las disputas y fraccionamiento en el seno del “establishment”, las “élites” y el bloque

de poder dominante cobran un carácter particularmente agudo. En la lucha por el poder político y las pugnas por el control del Estado se condensan, articulan y manifiestan de modo más transparente el carácter de los diversos grupos empresarios y sus afinidades internacionales. A la vez, esta perspectiva metodológica es la única que permite salvar, en cierta medida, las dificultades señaladas respecto del secreto empresario y la inaccesibilidad o dificultades para obtener fuentes fundamentales de archivos de empresas y bancos, o estatales y de corporaciones empresarias en el extranjero.

Conclusión

Hemos planteado en esta comunicación la necesidad de tomar en cuenta la génesis y desarrollo de lo que hemos definido como una burguesía intermediaria de capitales extranjeros de diversos orígenes (intermediaria, también, de la operatoria de intereses económicos y políticos más generales de las grandes potencias) durante el siglo XX, en tanto fracción particular de los capitalistas y la burguesía en general, que en unidad e interpenetración con la clase terrateniente, conforman el bloque de “las clases dominantes” argentinas. La identificación de esta fracción de la gran burguesía resulta esencial para enfocar las bases sociales internas de la dependencia argentina y alumbrar una comprensión más profunda y precisa de la “cuestión nacional” y la inserción internacional dependiente del país. Esa identificación y caracterización contribuye a superar visiones simplistas y homogeneizantes, apologéticas o críticas, respecto de la génesis, características y poder de “la” burguesía argentina, considerada en general.

A la vez, es fundamental para profundizar en el conocimiento de la historia de las relaciones internacionales de la Argentina con los centros exportadores de capital y las grandes potencias durante el siglo XX, y sobre todo en los últimos 50 años, en particular respecto de los eslabonamientos internos de dichas relaciones, las bases sociales del poder y las pugnas en torno a las decisiones de la política exterior. Es una mediación esencial para reconstruir una historia, en un área disciplinar (la de las Relaciones Internacionales) que aparece desgajada entre los estudios económicos y los de política exterior.

En el mismo terreno, permite comprender mejor la diversidad de relaciones con las grandes potencias que ha caracterizado a la Argentina. En la historia del

país, la competencia y rivalidades por “esferas de influencia” entre las mismas ha jugado un papel central, ya que una conexión hegemónica, aún la más perdurable con Gran Bretaña, no se ha afirmado sino a través de asociaciones y aguda disputa externa, pero también (y fundamentalmente) interna entre diversas fracciones de terratenientes y de burguesía intermediaria en el seno del bloque dominante y del Estado.

También, su consideración contribuye a enriquecer el conocimiento y la comprensión de la realidad argentina más reciente, toda vez que la reforzada presencia directa del capital extranjero desde los años 90 no ha disminuido el peso de un pequeño núcleo de grandes grupos económicos y sociedades, de filiaciones diversas, que han tenido un papel determinante, en sus asociaciones y fraccionamientos, en la historia reciente, económica, social y política del país y lo tienen en la más palpitante actualidad.

Referencias

- ARCEO, Enrique. *Argentina en la periferia próspera*. Buenos Aires:UNQUILMES-FLACSO, 2003.
- ASPIAZU, D., BASUALDO, E. y KHAVISSE, M. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Buenos Aires:Hyspamérica, 1986.
- AZCUY, E. Terratenientes e historiografía: de un encuentro superficial a la “modernización” de la oligarquía. En *Trincheras en la historia*. Buenos Aires:Imago Mundi, pp.119-133, 2004.
- AZCUY, E. Propiedad y renta de la tierra en Argentina a principio del siglo XXI. En *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*. Buenos Aires:FCE-UBA, n° 26/27, pp.123-148, 2007.
- BAGÚ, S. *Argentina 1875-1975, Población, Economía, sociedad. Estudio temático y bibliográfico*. Buenos Aires:SOLAR, 1983.
- BASUALDO, Eduardo. *Estudios de Historia Económica Argentina. Desde mediados del siglo XX a la actualidad*. Buenos Aires:Siglo XXI, 2006.
- BASUALDO, E. y KHAVISSE, M. *El nuevo poder terrateniente*. Buenos Aires:Planeta, 1993.
- BORÓN, A. Las desventuras del realismo periférico en *América Latina Internacional*, Buenos Aires:FLACSO, v. 8, n° 29, 1991.
- BRAUN, O. (comp.): *El capitalismo argentino en crisis*. Buenos Aires:Siglo XXI, 1975.
- CASTRO, C. De la industrialización tardía europea a la sustitución de importaciones latinoamericana: AGOSTINO ROCCA y los primeros años de la organización Techint, 1946-195. En *Ciclos en la historia, la economía y la sociedad*, n° 25/26, Buenos Aires, 2003.

- CERVO, Amado L. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. En *Revista Argentina de Política Internacional*, año 43, n° 2, Brasília, 2000.
- CIAFARDINI, H. Sobre algunos enfoques unilaterales en Historia, La Argentina en el mercado mundial contemporáneo y Crítica de la teoría del capitalismo dependiente. En *Textos sobre economía política e historia*, Buenos Aires, 2002.
- CIMILLO, E. et al. *Acumulación y centralización del capital en la industria argentina*. Buenos Aires:Tiempo Contemporáneo, 1975.
- CISNEROS, A. y ESCUDÉ, C., (Orgs.). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*, Buenos Aires:GEL, 1999-2000.
- CÚNEO, D. *Comportamiento y crisis de la clase empresarial*. Buenos Aires:Pleamar, 1967.
- DOS SANTOS, T. *Teoría de la dependencia*. Buenos Aires:Plaza y Janés, 2002.
- DUEJO, G. *El capital monopolista y las contradicciones secundarias en la sociedad argentina*. Buenos Aires:Siglo XXI, 1974.
- ECHAGÜE, Carlos. *Argentina, declinación de la soberanía y disputa interimperialista*. Buenos Aires:Agora, 2004.
- ESTEBAN, J.C. *Imperialismo y desarrollo económico*. Buenos Aires:Palestra, 1961.
- FODOR, J. y O'CONNELL, A. La Argentina y la economía atlántica en la primera mitad del siglo XX. En *Desarrollo Económico*, n° 49, Buenos Aires, abri/jun., 1973.
- FUCHS, J. *Argentina: su desarrollo capitalista*. Buenos Aires:Cartago, 1965.
- GASTIAZORO, E. *Historia Argentina, Introducción al análisis económico social, tomo III (1880-1930)*. Buenos Aires:Agora, 1986.
- GILBERT, J. Entre la expansión y la crisis de la economía argentina: ERNESTO TORNQUIST y Cía. En *Ciclos en la historia, la economía y la sociedad*, n° 25/26. Buenos Aires, 2003.
- Giménez ZAPIOLA, Marcos (comp.). *El régimen oligárquico, materiales para el estudio de la realidad argentina*. Buenos Aires:Amorrortu, 1977.
- GRAVIL, R. *The Anglo-Argentine connection, 1900-1930*. Boulder:Westview Press, 1985.
- HORA, Roy. *Los terratenientes de la pampa argentina. Un historia social y política, 1860-1945*. Buenos Aires:Siglo XXI, 2002.
- JORGE, E. *Industria y concentración económica*. Buenos Aires:Siglo XXI, 1986.
- LINDENBOIM, J. El empresariado industrial argentino y sus organizaciones gremiales entre 1930 y 1946. En *Desarrollo Económico*, n° 62. Buenos Aires, jul/set. de 1975.
- MURMIS, M. y PORTANTIERO, J.C. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, t. I. Buenos Aires:Siglo XXI, 1972.
- NEWTON, Ronald. *El cuarto lado del triángulo, La "amenaza nazi" en la Argentina (1931-1947)*. Buenos Aires:Sudamericana, 1992.
- O'DONNELL, G. Estado y alianzas en la Argentina, 1955-1976. En *Desarrollo Económico*, n° 64. Buenos Aires, enero-marzo de 1977.
- PARADISO, J. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*. Buenos Aires:GEL, 1993.
- PAZ, Roque. El grupo Bunge y Born en la economía nacional. En *Argumentos*, n° 4. Buenos Aires, febrero de 1939.
- RAPOPORT, M. *Gran Bretaña, Estados Unidos y las clases dirigentes argentinas, 1940- 1945*, Buenos Aires>Edit. De Belgrano, 1981.
- RAPOPORT, M. El triángulo argentino. Las relaciones económicas con Estados Unidos y Gran Bretaña (1914-1943). En RAPOPORT, M. (Ed.). *Economía e Historia*. Buenos Aires>Edit. Tesis, 1988.
- RAPOPORT, M.: ¿Aliados o Neutrales? *La Argentina frente a la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires:Eudeba, 1988.
- RAPOPORT, M. y SPIGUEL, C. *Política exterior argentina. Poder y conflictos internos (1880-2001)*. Buenos Aires:Capital Intelectual. 2005.
- RAPOPORT, M. Problemas y etapas en la Historia de las Relaciones Internacionales de la Argentina. En Comité Internacional de Ciencias Históricas, (Cté Argentino): *Historiografía Argentina (1958-1988)*. Buenos Aires, 1990.
- RUSSELL, R. *Enfoques teóricos y metodológicos para el estudio de la política exterior*. Buenos Aires:GEL, 1992.
- SÁBATO, J. *Notas sobre la formación de la clase dominante en la Argentina moderna (1880-1914)*. Buenos Aires:Cisea- Imago Mundi, 1991.
- SOMMI, Luis. *Los capitales alemanes en la Argentina*. Buenos Aires:Claridad, 1945.
- SPIGUEL, Claudio. De la Independencia a la Dependencia. En C. Mateu (comp.): *Argentina en el Bicentenario de la Revolución de Mayo: historia y perspectivas*. Buenos Aires>Edit. La Marea, 2010.
- WEIL, F. La industrialización argentina en los años 40. En RAPOPORT, M. *Economía e Historia*. Tesis. Buenos Aires, 1988.

TEORIA CRÍTICA E SABERES ORIGINÁRIOS FRENTE À CRISE SOCIOAMBIENTAL

Yuri Martins Fontes*

Uma característica que marca o conhecimento ocidental moderno é a fragmentação – a extrema compartimentação cognitiva que tende a menosprezar a interação entre as ciências naturais e as humanas, bem como aquela entre as ciências (objetivas) e a filosofia (princípios e valores subjetivos). Uma concepção assim artificial tem por consequência o problema, atualmente insustentável, da separação abrupta entre o homem-cultura e a natureza.

Segundo esse ponto de vista, surgido com a *modernidade*, o ser humano enquanto sujeito do conhecimento seria inabalável, capaz de ser neutro e imparcial e pronto a oferecer uma visão objetiva do mundo natural, de forma a dominá-lo e utilizá-lo em seus interesses (que hoje se tornaram maiormente individuais, privados). Este modo de se enxergar a realidade peca por um pretenso objetivismo que, como se quer mostrar, é limitado e eurocêntrico. Trata-se de uma “racionalidade” estreita, reduzida apenas à realidade mensurável e já existente, sem espaço ao devir, às utopias, ao auto-conhecimento. Por conseguinte, tal “razão” ocidental é repleta de irracionalidade, pois que se recusa – mesmo diante da catástrofe iminente motivada pela fratura do metabolismo entre o homem e a natureza – a se abrir ao que os “outros” têm a dizer.

Contudo, essa forma de *saber* não é única e nem mesmo a mais difundida por entre as populações atualmente viventes, embora seja hegemônica nos circuitos dominantes do saber-poder. Como se vem discutindo cada vez com mais elementos e agudeza, diversos povos do mundo, embora tendo seus discursos excluídos em um processo histórico de dominação bélico-econômica, desenvolveram formas de conhecimento distintas dessa eurocêntrica que predomina há alguns

séculos (antropocêntrica e individualista), em que a subjetividade não é separada da objetividade, nem os saberes prático-tecnológicos são apartados dos princípios ético-sociais.

Dentre esses *outros saberes* – não europeus-modernos – alijados de protagonismo no mundo da globalização mercadológica, destacam-se os *saberes tradicionais*, ou *originários*: saberes ligados ao local em que se habita, ao saber-fazer adaptado à própria realidade – os conhecimentos a que linguagem popular se refere, com precisão, como o “saber da terra”. São modos de conhecimento que se caracterizam por uma maneira *mais* integral de viver e compreender a existência: solidariedade comunal e produção coletiva não-individualista; harmonia com a natureza ou relação orgânica entre o mundo natural e cultural, material e espiritual.

São exemplos de *saberes tradicionais* os saberes indígenas americanos – os quais serão especialmente focados neste trabalho –, mas também os de comunidades nativas de todo o mundo (africanas, asiáticas e mesmo europeias), ou ainda das diversas populações camponesas conformadas ao longo da evolução histórica, tais como sertanejos, quilombolas, ribeirinhos, dentre tantas espalhadas por todo o planeta que insistem em sobreviver – e propor, com a sua existência, o questionamento do saber dominante.

América Indígena: da modernidade eurocêntrica à negação da alteridade

Os saberes originários de maneira geral, desde o advento dos tempos modernos, foram relegados a um plano menor, quando não completamente ocultados. Tal processo coincide com o estabelecimento de uma história propriamente *mundial*, fenômeno que se inicia com a chegada do europeu à América indígena – marco fundador da *modernidade*, como nos mostra a crítica descolonial, visto que permitiu a acumulação primitiva necessária ao progresso industrial e consequente

* Doutor em História Econômica da América Latina (USP/CN-RS-França), e pós-doutorados em Ética e Filosofia Política (USP) e em História, Cultura e Trabalho (PUC-SP); além da escrita, desenvolve atividades militantes como educador popular e jornalista, e coordena o Núcleo Práxis do LEPHE/USP. Contato: yurimfl@usp.br.

estabelecimento do capitalismo, à revelia das organizações sociais pré-capitalistas, que foram em grande parte corrompidas ou desagregadas neste violento movimento eurocêntrico. Todavia, é fundamental observar-se que os conhecimentos tradicionais, em especial os conhecimentos indígenas tidos até há pouco como os mais “atrasados”, foram fatores-chave da emergência europeia ocidental hoje hegemônica – muito embora sua voz tenha sido excluída e o seu protagonismo dissimulado.

Saberes agroalimentares indígenas, dentre tantos outros (astronômicos, medicinais), ao lado dos imensos recursos naturais subtraídos dos territórios e nações autóctones americanas foram o fator estruturador da Europa Ocidental como potência moderna, sobressaindo-se aos demais povos do grande “mundo” *euro-afro-asiático* que com ela disputavam o protagonismo geopolítico – até sua vitória (ao menos *físico-material*), ocorrida com a Revolução Industrial.

Se na visão eurocêntrica, a modernidade aparece como um fenômeno puramente europeu, uma observação mais acurada revela os interesses estratégicos por detrás deste discurso restritivo que omite a multiplicidade de contribuições de outros povos em tal processo, a saber: que a modernidade é um recorte desviado – uma *edição e censura* – dos saberes globais (frutos de intercâmbios entre *todos* povos) promovida de acordo com a conveniência e ambição dos mercadores coloniais europeus – conscientes de sua situação periférica – com vistas a favorecerem a expansão capitalista (SANTOS, 2002).

Para melhor se captar a dinâmica deste processo é preciso, primeiramente, compreender – como afirma Enrique Dussel em *Política de la Liberación* (2007), parte de sua profunda obra histórico-filosófica *descolonial* –, que o atual *eurocentrismo* foi construído tendo por base o *helenocentrismo* – em uma derivação repleta de equívocos, ou antes, *sofismas*. A cultura da Grécia é profundamente devedora da tradição oriental (fenícia, semítica-caldeia) e inclusive, “a filosofia pré-socrática foi profundamente influenciada pelo semita-caldeu” (SANTOS, 2002, p. 20 e seg.). O discurso moderno que eleva a Europa a centro do mundo, fundado na argumentação de um suposto “milagre grego”, incorre numa dupla falácia: nem a Europa moderna cristã corresponde ou deriva diretamente da Grécia – mas sim do mundo germano-latino ocidental em combinação com o mundo árabe-muçulmano-judeu –, nem a Grécia e menos a “Europa” foram, até o estabelecimento da

modernidade (século XVI), o “centro do mundo” – mas eram antes a periferia extremo-ocidental de um mercado continental “euro-afro-asiático”. E aqui é preciso ressaltar que até a modernidade não há propriamente uma “história mundial”, mas sim culturas justapostas e relativamente apartadas (DUSSEL, 2002, pp. 24 e seg.).¹

Note-se ainda que a invasão da América se daria de forma relativamente fácil, pois que este isolado continente não conhecia as armas de ferro do mundo euro-afro-asiático, nem submetia animais à prática de montaria, além do fato dos indígenas, por sua própria cultura – mais desenvolvida neste aspecto, serem povos mais abertos à experiência de alteridade (tema que será tratado adiante).

Todo este apresentado movimento fundante de intercâmbios e pilhagens dos *outros*, todavia, não cabia no projeto de poder europeu. Eram necessárias justificativas que livrassem suas almas cristãs do peso de tais atrocidades contra os indígenas (e negros, asiáticos). De fato, se a modernidade traz em seu seio uma vocação racional – que alavancaria a humanidade de um estado provinciano-mítico, a outro planetário-científico –, por outro lado a civilização moderna realizaria, na prática, um processo irracional de maior grandeza, processo este que não podia deixar de ser ocultado dos olhos de seus protagonistas. Assim, na medida em que a Europa se abre a um enorme *outro* espaço, ela se fecha ao *outro* humano – passando a construir uma imagem da alteridade (“oriental”, “selvagem”) como atrasada, incapaz, imatura.

É pertinente advertir – posto que se tem por objetivo não apenas compreender o ocorrido, mas contribuir para a busca de soluções para a crise generalizada contemporânea que, ao contrário dos saberes tradicionais que, como o marxismo, valorizam a coletividade comunal, a modernidade europeia desde cedo priorizaria como *bem supremo*, em seu processo de negação da alteridade, a *propriedade privada* e a *herança*.²

1. Os parágrafos a seguir se apoiam nestas citadas obras de Dussel.

2. Sobre o tema vale ver: SEPÚLVEDA, Ginés de, *Tratado sobre las justas causas de las guerra contra los indios* (1547) – texto em que defende a “justiça” do massacre contra os indígenas (“bárbaros” e “rudes”), argumentando que os europeus (“mais humanos”), têm como “direito natural” fazer com que essa gente propensa à “inata servidão” – e que “não possui coisa alguma como própria, nem uma casa, nem um campo que possa deixar a seus *herdeiros*” –, seja submetida, se necessário, “por meio das armas”.

Teoria crítica e saberes originários na desmistificação da modernidade

A invasão europeia da América, como a da África, desarticulou os modos produtivos tradicionais (pré-capitalistas) fundados em arraigados saberes sociais adaptados a seus respectivos territórios, lançando à miséria populações imensas – muitas das quais até a atualidade, a quais, submetidas à estrutura capitalista, não lograram superar essa condição.

Embora do ponto de vista das colônias a modernidade ocidental nunca tenha tido um viés progressista, do ponto de vista dos europeus, observa-se que, até o século XVIII, o nascente paradigma moderno ainda tinha, ao menos *aparentemente*, características emancipatórias – como se observa nos ideais iluministas que fundamentaram movimentos de libertação na Europa, contra a opressão aristocrata. Contudo, a partir do séc. XIX, com o acirramento das revoluções populares – geradas pelas mazelas do industrialismo desordenado (propiciado pela revolução científica do séc. XVII) –, a modernidade se tornaria um projeto essencialmente conservador, tendo por objetivo explícito o controle social das populações por pequenos grupos oligárquicos.

Nessa trajetória rumo a uma sociedade mais e mais repressiva, já no séc. XVIII emergem as primeiras vozes dissonantes, a desconstruir a limitada noção moderna de “progresso” – estritamente *objetivista*, ou *positivista* (em sentido *lato*).³ De início foram vozes românticas, saudosas dos tempos idos, das tradições comunitárias; logo ecoariam as vozes político-revolucionárias, dentre as quais se destaca a de Marx – pensador que é marco da ruína ético-cognitiva do projeto socio-cultural moderno (embora ainda não a da ruína *política*) e um dos primeiros ocidentais a olhar com cuidado para as formações sociais *tradicionais*. Mais tarde, em meados do século passado, com o aporte da *antropologia estrutural e política* (cujas análises expõem no seio da academia formadora de opinião a complexidade, a abrangência e a *pertinência* dos saberes indígenas, recusando o vulgar *evolucionismo* de matiz positivista) e também do *pós-estruturalismo* (a desconstruir a ideia hierárquica moderna de *binaridade*), os povos tradicionais ganhariam significativos reforços sociais em suas demandas políticas, reerguendo-se, organizando-se em

disciplinados movimentos sociais – articulados, inclusive internacionalmente, fazendo-se, enfim, ouvir, após séculos de marginalidade e silêncio.

Dentre os primeiros pensadores que condenam a modernidade – embora ainda de modo ambíguo – está Jean-Jacques Rousseau quem, em meados do séc. XVIII, com seus ensaios *Discurso sobre as ciências e as artes* e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, inaugura a autocrítica *moderna* – ao menos cultural. Na interessante leitura de Lévi-Strauss, Rousseau foi propriamente um etnólogo, ou ainda: ele “fundou” a etnologia. Seu discurso sobre a “desigualdade” é o “primeiro tratado de etnologia geral” – pois que ele coloca em pauta o problema das relações entre natureza e cultura e sua contribuição se dá, inclusive, no plano teórico-metodológico: “Quando se quer estudar os homens, é preciso olhar perto de si; mas para estudar o homem, é preciso aprender a dirigir para longe o olhar; para descobrir as propriedades, é preciso primeiro observar as diferenças”. Para o antropólogo francês, o pensamento de Rousseau se caracteriza por sua “identificação com o outro”, inclusive com o “outro” em seu “estado primário” (em sua natureza “animal”), aspirando assim reencontrar a “união do sensível com o inteligível” – típica das sociedades originárias. Rousseau “descobriu”, afirma ele, que a “identificação” – a experiência positiva da alteridade – é o “verdadeiro princípio” das ciências humanas e o “único fundamento” da ética. Tal “identificação primitiva” é negada ao homem pelo “estado de sociedade” – a modernidade, como está estruturada, o que torna incompatível “o eu” e “o outro” (LÉVI-STRAUSS, 1962).⁴

Oposição à modernidade: alteridade em duas grandes correntes do pensamento

No séc. XIX, dois grandes corpos de ideias passarão a contestar a noção de “desenvolvimento” e de “conhecimento” ocidental. Uma destas correntes é aquela que mais tarde receberia a denominação de *pós-moderna*, ou *relativista*, herdeira, dentre outros, de Nietzsche – este demolidor das noções estritas de *verdade* e *ética* positivistas-burguesas, que pôs em xeque toda a estrutura do pensamento moderno, sem contudo, em seus horizontes do irracionalismo, nada poder

3. Dentre as vozes críticas à modernidade, vale uma menção ao missionário Bartolomé de las Casas, quem no séc. XV acusa as injustiças contra os indígenas, polemizando com G. de Sepúlveda.

4. Referência a Rousseau (obra cit. e *Ensaio sobre a origem das línguas*).

apresentar de socialmente transformador em seu lugar (KONDER, 2009).⁵ Trata-se de uma concepção que relativiza as possibilidades do saber, recusando os grandes relatos histórico-cognitivos, para priorizar a *compreensão* ou *interpretação* dos *fenômenos* particulares.

A outra corrente é justamente aquela começada por Marx, o *materialismo-histórico* ou *concepção dialética da história*, teoria crítica *contemporânea* que busca pôr em um mesmo plano de centralidade e em relação dialética os aspectos objetivos e subjetivos do saber, compreendidos como inerentes, interligados organicamente – aspecto que a aproxima portanto dos *saberes originários*, que como o marxismo não concebem o homem como ente separado da natureza. Tal linha, atenta em um só tempo à objetividade e à subjetividade, revolucionaria a própria ideia de conhecimento, que passaria então a ser visto como uma *práxis* – uma atividade teórica que se destina à transformação da realidade vivida –, de maneira que este modo de se compreender o *saber* é considerado como o marco inicial de um pensamento propriamente contemporâneo (MARTINS FONTES, 2015; 2017).⁶

A “virada” antieurocêntrica de Marx – outros saberes protagonistas da história

O marxismo expressa uma concepção de mundo complexa, pois discorre sobre variados aspectos da realidade sem estabelecer fronteiras precisas entre os saberes. É, portanto, uma tradição de pensamento fecunda – tanto no tocante à diversidade de interpretações que reivindicam sua herança teórico-filosófica “contemporânea”, como por sua evolução “interna”, ou seja, pela autocrítica feita pelos seus próprios fundadores, no decorrer de sua vida.

Como não poderia deixar de ser, Marx e Engels eram homens imbuídos de seu tempo e, portanto, imersos na estrutura cultural moderna – cientificista e eurocêntrica –, o que deixaria decerto algum vestígio em

sua obra temporã. Sobre tais *deslizes* vale mencionar o próprio *Manifesto*: “A burguesia arrasta na corrente da *civilização* até as nações mais *bárbaras*”. Como se observa, a noção eurocêntrica de povos “bárbaros”, distintos dos “civilizados”, fazia parte do repertório desses ainda jovens revolucionários. Por esta época, admitia-se que o “rural” estava incontornavelmente ligado ao “atraso”, ou ao “reacionarismo camponês” de modo geral.⁷ Discorrendo sobre a invasão inglesa da Índia, escreve em junho de 1853: “o período burguês da história assentará as bases de um novo mundo” (...) e, “apesar de todos seus crimes, a Inglaterra foi instrumento inconsciente da história” (MARX, 1853b e 1853a).

Conforme se pode ler em todos os períodos da obra de Marx e Engels, seu pensamento é uma obra aberta, sempre em construção, de acordo com a história e em movimento dialético – uma tarefa teórica que se reelabora e se propõe de maneira diversa a cada momento histórico. Deste modo, sua autocrítica e mudanças de ideia (não de ideias filosóficas ou metodológicas, mas de concepção *sociopolítica*) ocorreriam à medida que determinados eventos tiveram sucesso *concretos*. Assim se dá em 1867 quando Marx, tratando da questão irlandesa, nação europeia *periférica*, escreve a Engels: “O que os irlandeses precisam é: 1) governo autônomo e independente da Inglaterra; 2) revolução agrária (...); 3) tarifas protecionistas”. Já n’*O Capital*, obra da maturidade, Marx se afasta de qualquer *evolucionismo*, argumentando que o capitalismo que analisara era um modelo ideal tendo por base países industrializados – e não um sistema efetivamente existente em alguma nação (BEAUDET, 2013).

A “virada” definitiva de Marx, segundo a visão de Dussel, se dará quando Marx se envolve com a questão russa. Esse momento, em que passa a valorizar as experiências e formas de resistência de povos originários, dá-se logo após *O Capital* ser editado (1867). Sua repercussão foi grandiosa e reflexos disto

5. Vide no referido livro o artigo de Konder: A concepção da história em Marx.

6. Entende-se o “pensamento contemporâneo” em contraposição tanto ao “moderno” (cientificista, positivista ou “raso” no termo de Nietzsche, hoje reinventado como “neopositivista” ou “analítico”), como ao “pós-moderno” que, como mencionado, recusa-o sem o superar. Desenvolvo este tema em *O marxismo de Caio Prado e Mariátegui – formação do pensamento latino-americano contemporâneo* (São Paulo, FFLCH-USP/CNRS, 2015), tese doutoral cuja versão em formato livro se intitula: *Marx na América – a práxis de Caio Prado e Mariátegui* (São Paulo: Fapesp/Alameda, 2017).

7. Contudo, é importante destacar-se que, à parte algumas colocações diretas da obra inicial de Marx e Engels sobre a necessidade de, no caminho da revolução comunista, “civilizar-se” povos supostamente mais atrasados (ideias de que se retratarão na maturidade, como se mostra a seguir) –, entende-se que alguns de seus outros escritos (em especial políticos) foram equivocadamente tachados de “deterministas” ou “evolucionistas” quando, em verdade, tal impressão “teleológica” expressava apenas retórica militante, visando promover a *esperança* na vitória. Nada mais natural em um conhecimento de práxis: a transmissão de confiança, de esperança – tema que também será caro a marxistas como Mariátegui e Benjamin. Grifos meus na citação.

logo ressonaram no autor, especialmente em sua correspondência com jovens revolucionários russos. Se a realidade russa – sociedade marcada pelo campesinato tradicional – não era estranha a Marx, desde então se tornaria um obsessivo tema de estudo. São tempos em que vai se aguçando a sensibilidade de Marx em relação à questão camponesa – e em consequência, aos saberes originários. Após fracassada a *Comuna de Paris* (1871) ele escreve que a experiência havia “redimido o camponês” (MARX, 1871). Em 1875, em sua *Crítica ao programa de Gotha*, recusa terminantemente que se considere os camponeses como uma “massa reacionária” – ao lado dos pequeno-burgueses. Em 1877, em seu diálogo com militantes russos, escreve carta ao conselho da revista *Otechestvennye Zapiski* (*Notas da Pátria*) em que nega a ideia de *evolucionismo social* (ou *etapismo*), afirmando que, se a Rússia continuasse em seu atual rumo capitalista, perderia “a mais bela oportunidade jamais ofertada a um povo, para padecer de todas as peripécias fatais do regime capitalista”. Contestando uma questão sobre a “aplicação” d’*O Capital* à revolução russa, diz que isso se daria apenas se o país continuasse em sua marcha de proletarização de “boa parte de seus camponeses” e, neste caso, teria de viver sob as “leis impiedosas” do capitalismo. De fato, já em reedições d’*O Capital*, Marx destacara que o que escrevera sobre a *inevitável* passagem do feudalismo ao capitalismo era uma análise válida unicamente para as nações europeias-ocidentais, conforme sua ordem econômica e processo de industrialização – sugerindo, portanto, novas possibilidades, segundo novos contextos históricos (DUSSEL, 1990, pp. 237 e seg.; TIBLE, 2014, pp. 210 e seg.).

O auge do diálogo entre Marx e os russos – ponto alto de sua inclinação aos camponeses – se daria em 1881, por ocasião de sua correspondência com Vera Zasulich, quando ele explicita com interessantes detalhes sua tese *antietapista*. A revolucionária lhe perguntara se as comunas rurais russas (os *mir*), caso livres dos pesados tributos aos nobres e ao governo czarista, poderiam evoluir diretamente ao *socialismo*, ou se deveriam passar necessariamente pela etapa do *capitalismo*. Marx, antes de redigir a carta definitiva, escreve quatro textos prévios. Sua conclusão essencialmente será a de que a passagem ao capitalismo *não era* uma inevitabilidade histórica, mas que isso dependeria dos rumos que a revolução tivesse na Rússia; que a “comuna rural” poderia ser justamente o *ponto-chave* da regeneração russa, caso se efetivasse uma revolução no país

(MARX, 1881). Vê-se aqui um Marx não apenas *sensível* ao problema dos povos camponeses, mas concebendo tais populações como *protagonistas* da revolução.

No ano seguinte, no ‘Prefácio’ à edição russa do *Manifesto*, reitera que, na Rússia, não obstante o “florescimento da fraude capitalista”, mais da metade das terras ainda era propriedade “comum” dos povos tradicionais e que, assim haveria a *possibilidade* de que esta forma “já deteriorada” da antiga comunidade rural viesse a passar “diretamente” para uma “mais alta forma comunista” de propriedade agrária, sem ter que sofrer o mesmo processo de dissolução ocorrido na Europa Ocidental. Além disso, retira a industrializada Europa Ocidental do *olho* revolucionário, sugerindo – inversamente – que a revolução na Rússia poderia servir como “sinal para a revolução proletária no Ocidente” (MARX, 1848, pp. 43-44).

Como se vê, se de início suas posturas foram centradas na Europa industrializada, cujo proletariado altamente explorado já tinha podido adquirir em grande medida consciência de classe, agora o protagonismo histórico começa a se deslocar deste *centro geopolítico* europeu. E se Marx não chega a reconhecer a questão nacional em nações da América como Brasil, Argentina e México – tal como o fizera com a Irlanda, a Espanha, a Rússia, ou até mesmo a China, Índia e Turquia –, não deixa de se interessar pela região, buscando superar essa sua lacuna na compreensão latino-americana. Estudará especialmente questões relativas à colonização e às formas de propriedade de sociedades originárias (GARCÍA LINERA, 2009). Pela mesma época em que se volta para a literatura sobre as sociedades tradicionais da Rússia – posterior a *O Capital* – ele passa a ler Lewis Morgan, um dos fundadores da antropologia moderna, cuja obra *Ancient Society* (*Sociedade Antiga*, 1877) lhe proporcionou bases para a análise dos comunismos primitivos. Morgan, influenciado pela atmosfera do socialismo utópico-idealista, apesar de seu *evolucionismo social* vulgar, esboçou um relacionamento entre o estudo das sociedades originárias e o porvir e o fez de forma tal, que se assemelharia a ideias do próprio Marx (HOBBSBAWM, 1985, p. 27).

Este contato com a etnologia transformaria as concepções de Marx e Engels. Em carta a Kautsky, também Engels demonstra sua “virada”; argumenta que o trabalho de Morgan lhes permitiu alcançar “pontos de vista inteiramente novos”. Em nota à edição inglesa (1888) do *Manifesto*, Engels acrescenta à famosa frase – “A história de toda sociedade até hoje tem sido

a história da luta de classes” –, que se trata da “história escrita”. A propriedade comunal, antes restrita à Índia e Europa, passará a ser percebida como prática generalizada, presente em todo o mundo. Tais estudos (de 1880 a 1882) viriam a fazer parte dos chamados *Cadernos Etnológicos* de Marx, publicados um século depois de seu falecimento. Grande parte destes manuscritos tratam do povo indígena iroquês, originário do Norte americano. Sobre o tema ele transcreveria detalhadamente cerimônias e ritos da *confederação* iroquesa de tribos – instituição que elegia e depunha chefes e que dispunha de compromissos de ajuda e de defesa mútua, a que Morgan consideraria uma *democracia de tipo arcaico* (GARCÍA LINERA, 2015, pp. 105 e seg.; TIBLE, 2014, pp. 216 e seg.).

Duas ideias de Morgan atraem particularmente Marx: o papel da *propriedade* na evolução histórica e a *organização política* da sociedade iroquesa. Para o antropólogo estadunidense era preciso que se incorporasse à sociedade contemporânea elementos das sociedades antigas. Esta ideia seria cara também a Mariátegui, o qual pôs os saberes indígenas como uma das principais pautas de sua obra.

Mariátegui e o socialismo agrário – por uma dialética de saberes

Esquecido durante longo tempo da “geopolítica do conhecimento”, dada a sua condição periférica, este pensador criativo e erudito vem sendo hoje vivamente resgatado, inclusive como um dos principais precursores da teoria crítica descolonial (MARTINS FONTES 2015; 2017).⁸

Exilado na Europa a partir de 1919, o jovem peruano teve contato com uma grande gama de ideias, desde as do marxismo italiano – de que foi próximo –, às da corrente subjetivista-romântica contemporânea (como Nietzsche, Bergson, Miguel de Unamuno, Georges Sorel), além de se aproximar do movimento surrealista. Tais ideias conformarão uma visão de mundo bastante peculiar – dando origem ao seu marxismo dito “romântico” (LÖWY, s/d). Como observa Sánchez Vázquez, Mariátegui, em sua condição de *teórico*, mas sobretudo *militante*, buscará para além do âmbito marxista aquilo que não encontrava no marxismo

cientificista predominante em seu tempo; para ele, a linha *dogmática* que então se destacava no meio político comunista, vinha sendo usada para “castrar” a “vontade revolucionária” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1998, pp. 98 e seg.).

Em terras europeias ele fez contatos e obteve informações que lhe permitiram observar os primórdios da Revolução Russa e as insurgências que pululavam no Oriente, como a Revolução Chinesa e os vários movimentos rebeldes anticolonialistas do pós-Primeira Guerra, como o indiano e o árabe. Na Itália, ademais, ele veria de perto a ascensão do fascismo – evento que, ao lado da constatação dos horrores da guerra recém-terminada, levam-no a conceber a “decadência” da civilização ocidental.

Ao seu regresso no Peru envolve-se nos debates sobre a questão indígena, momento em que se aprofunda na temática e ressalta os valores *revolucionários* dos saberes tradicionais da sociedade inca – tanto em aspectos socioculturais, como políticos. Frente ao *indigenismo paternalista* do Peru, defende que os problemas dos índios andinos não seriam solucionados por uma maior *assimilação* da cultura europeia, pois que tal cultura, imposta mediante a colonização, fora justamente a causadora da degeneração das sociedades camponesas incaicas, as quais, antes disso, funcionavam de modo harmônico e eficaz: com efeito, entre o povo inca não havia nem fome, nem desabrigados. De acordo com ele, era fundamental que se considerasse prioritariamente que o *socialismo* já fazia parte da “tradição americana”, antes de qualquer aporte europeu: “[a] mais avançada organização comunista primitiva registrada pela história é a incaica” (MARIÁTEGUI, 1980, p. 107). Era assim preciso que o programa revolucionário nacional promovesse a reorganização das sociedades indígenas, cujo modo de produção “socialista agrário” fora *em parte* destruído pela invasão europeia; *em parte*, mas não no *todo*, pois a cultura europeia legara a este país (que é em grande parcela andino) uma forma feudal impotente, improdutiva, frágil – prática que não logrou desarticular as tradições incas (o capitalismo ainda não chegara às montanhas).

Analisando o que denominaria “comunismo agrário” ou “incaico”, argumenta que “todos os testemunhos históricos” convergem em afirmar que os incas, antes da invasão europeia, viviam com bem-estar material, cultivando a *disciplina* e a *simplicidade*. A bem estruturada “organização coletivista” deste povo indígena tinha “amortecido o impulso individualista”

8. Desenvolvi esse tema detalhadamente em minhas mencionadas obras. As citações deste presente item, quando não referenciadas, dizem respeito a estes trabalhos.

e desenvolvido por entre eles um saudável hábito de coletividade – de “obediência” ao seu “dever social”. Ao contrário do trabalho *degradado* do Ocidente, deformado em seus “fins” e em sua “essência” – dada a “escravização do homem pela máquina” e à “destruição dos ofícios pelo industrialismo” –, diz Mariátegui, o índio trabalha com gosto, por “amor ao ofício”, pois entende seu esforço como dever virtuoso de sua vida. Séculos de submissão à cultura ocidental não fizeram com que os indígenas incorporassem o *individualismo* importado da sociedade moderna europeia. Pelo contrário, o trabalho cooperativista, o aporte comum à coletividade era ainda, para o inca, uma virtude libertadora: o “destino do homem é a criação”; o “homem se realiza em seu trabalho”; o trabalho, “amorosamente desempenhado” é, para esse povo, a “virtude mais alta” (MARIÁTEGUI, 2008, pp. 33 e seg., e p. 156).

Sua conclusão será a de que a sociedade incaica não poderia ser censurada – como se dera, inclusive, na tradição do marxismo – como “escravista”, somente por sua estrutura estatal hierarquizada. Ele não enxerga o modelo *socialista inca* de maneira idealizada, mas defende a forma estamental desta sociedade como conjunturalmente necessária, relativizando pois as acusações de “despotismo” e o conceito de “escravidão generalizada”. Tais elaborações, afirma, mostram apenas os preconceitos contemporâneos de *liberais* incapazes de compreender a liberdade do *outro*, segundo parâmetros distintos que não os seus próprios. O “regime autocrático dos incas”, embora governado por uma “aristocracia indígena”, mantinha em todo seu vasto território a propriedade coletiva da terra, dos cultivos, dos pastos e das águas, pela comuna indígena. Tais comunidades – os *ayllus* – se desenvolviam segundo uma disciplina solidária e tinham grande autonomia em relação ao poder central. Apoiando-se nos meticulosos estudos etnológicos de Castro Pozo (1924, pp. 10 e seg.), destaca a força da sociedade inca que, mesmo após séculos de dominação, ainda mantinha muitas das terras como pertencentes à sociedade comunal e, portanto, sem poder serem alienadas.

Mariátegui recusa, portanto, o “dogma” de certa leitura vulgar do marxismo, com influência na época, que entendia o proletariado e somente o proletariado como o “sujeito revolucionário” por excelência. Reivindica que, embora a revolução peruana devesse ser *dirigida* pela classe operária (organizada a partir de seu partido de classe), eram os camponeses indígenas que seriam seus principais aliados neste processo

– população essa que formava a grande maioria do povo peruano e que mantinha ainda em sua vida cotidiana “elementos de socialismo prático” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 69). Além destes “elementos” socioculturais objetivos – de que ele ressalta a disciplina do trabalho comunitário e a solidariedade (contrastantes com a *competitividade* e o *niilismo* liberal) –, o Amauta entendia que os índios detinham em sua concepção de mundo um fator subjetivo, ético, que os provia de forças psíquicas para a luta: os índios tinham *esperança* de conquistar a liberdade, uma “fé” de novo tipo, não mais religiosa, mas revolucionária. Para Mariátegui, portanto, a subjetiva “vontade revolucionária” é indissociável, com vistas a um projeto emancipatório, da objetividade teórico-analítica. Deste modo, sua concepção revolucionária do indígena não se iludirá com românticas “restaurações”. As sociedades não são estáticas. Se antes o inca trabalhava com prazer e plenitude, hoje já não seria possível declinar da ciência desenvolvida pela modernidade (MARIÁTEGUI, 1970, p. 52; BOSI, 1960, pp. 60-61).⁹

Antropologia e as afinidades entre as filosofias indígenas e a marxista

Como visto, a ciência antropológica teve um papel fundamental na compreensão revolucionária de vários pensadores da tradição crítica contemporânea, a começar pelo próprio Marx, passando pelo incontornável Mariátegui, o qual expandiu as possibilidades do diálogo entre o marxismo e os saberes indígenas – e por conseguinte, expôs a afinidade entre as resistências dos trabalhadores oprimidos e a dos povos originários. Postando-se como mediadora entre as concepções de mundo indígenas e as ocidentais, a antropologia teve o mérito de pôr em questão o *outro*, traduzindo para o discurso moderno a inteligência e o rebuscamento presentes nas mais diversas cosmologias e práticas originárias.

Esta tendência subversiva prosseguiria e se aprofundaria ao longo do séc. XX, em especial a partir da antropologia crítica contemporânea de Lévi-Strauss e Pierre Clastres, cujos trabalhos permitiram o desnudamento de uma afinidade intrínseca que liga as filosofias

9. Ver ainda sobre o tema da *psicologia* o ensaio *Freudismo e Marxismo*, em Mariátegui, *Defesa do marxismo – polêmica revolucionária e outros escritos* (2011); bem como meu trabalho que prefacia a obra: *Mariátegui e a filosofia de nosso tempo*.

indígenas e o marxismo, além de amplificar as vozes dos conhecimentos originários junto aos grandes centros acadêmicos e institucionais, promotores e irradiadores do discurso hegemônico que ratifica o saber contemporâneo. Tal proximidade de visões filosóficas é hoje conhecida e reivindicada por pensadores marxistas de variadas matizes – dada a própria palavra da história, o que acabaria por reunir em uma só frente os movimentos sociais clássicos e os chamados *novos movimento sociais*. Apesar disto, o paradigma dominante segue sendo o *moderno*, de modo que aspectos vitais à harmonia socioambiental e ética – sobre o que populações tradicionais e marxistas têm cada vez mais a dizer – são ainda negligenciados pelo discurso europositivista reinante.

Em meados do século passado, Lévi-Strauss, em *Race et Histoire* (1961, pp. 38 e seg.), contribuiria fortemente para o desmonte – ainda não *paradigmático*, mas ao menos filosófico-científico – do eurocentrismo. O antropólogo recusa que houvesse “desigualdade” (evolutiva) entre culturas, em proveito da noção de “diversidade”. Ao contrário do que prega o “falso-evolucionismo”, diz ele, os povos indígenas não eram “atrasados”, mas muito desenvolvidos e sob variados aspectos; isto, embora não tenham tido a chance de intercâmbios tão vastos como aqueles que reuniram os antigos povos africanos, asiáticos e europeus. “Lança-se à natureza” aquilo que não se harmoniza com a “norma” sob a qual se vive, afirma, ao destacar que (do ponto de vista da modernidade ocidental) “rejeitamos” aqueles que não consideramos “humanos” como nós. Todavia, comparar sociedades paleolíticas com sociedades indígenas contemporâneas não tem cabimento: as certas “semelhanças” apontadas são apenas superficiais. O antropólogo oferece o exemplo das pinturas rupestres europeias – argumento recorrente dos evolucionistas sociais –, afirmando que elas diferem profundamente daquelas de povos silvícolas. Estas, são extremamente estilizadas – em mímese “deformadas” –, ao contrário da arte da pré-história que é de um “surpreendente realismo”. Em outra ilustração de sua tese, lança luz sobre a agricultura, esta atividade central para a constituição das sociedades humanas, que teve na América um desenvolvimento “extremamente poderoso”.

Embora a domesticação de animais por parte dos índios fosse limitada, são espantosos seus conhecimentos botânicos sobre plantas medicinais e alimentícias e sobre práticas agrícolas, além da astronomia, usada no manejo ambiental – saberes estes significativamente

superiores aos do europeu da época anterior ao contato com povos americanos. Os antigos tupis, por exemplo – assim como os guaranis –, conheciam os ciclos das estrelas e planetas, os quais acompanhavam como guias para as suas atividades agroalimentares, de acordo com a biodiversidade local, como por exemplo: plantio, colheita, caça, pesca, e mesmo o corte de madeiras ou o controle natural de pragas (como percevejos, que atacam menos na lua nova). De acordo com o missionário e etnólogo Claude d’Abbeville (1975), o qual esteve no Brasil no início do séc. XVII: “Poucos dentre eles [tupinambás] desconhecem a maioria dos astros e estrelas de seu hemisfério; chamam-nos todos por nomes próprios”. Além de conhecerem as inclinações do Sol de um trópico a outro, o que lhes informava sobre os ventos e as chuvas, os tupis relacionavam com precisão a lua com o fluxo e refluxo do mar: “distinguem muito bem as duas marés cheias que se verificam na lua cheia e na lua nova ou poucos dias depois”. Este conhecimento empírico das marés – que determinava o tempo da piracema, da pesca – era ainda desconhecido ao europeu; somente sete décadas depois, Isaac Newton desvendaria tal relação.¹⁰

Lévi-Strauss conclui ponderando que a noção estreita que se tem sobre o “desenvolvimento” de uma ou outra cultura existe em função dos valores culturais estabelecidos pelo observador. Há várias “orientações” de desenvolvimento humano, vários caminhos que levam a diferentes formas de progresso. Numa aproximação conceitual que dialogue com os termos da tradição crítica dialética, poder-se-ia considerar então que há diferentes formas de se *buscar* e mesmo de se *compreender* a liberdade. Como argumenta Amartya Sen (2000) – retomando a ideia de Marx sobre o caminho do reino da necessidade ao da liberdade: desenvolvimento social não significa crescimento da economia, mas o “aumento das liberdades” humanas.

Em seu citado ensaio sobre Rousseau, Lévi-Strauss (1962, pp. 49-51) lança as bases da reflexão que mais tarde viria a apontar para a *afinidade* entre o marxismo e os saberes indígenas, tema hoje bastante

10. Sobre o tema, vale remeter-se a D’ABBEVILLE, *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975 [1614]; idem, Saberes tradicionais indígenas nos séculos XVI e XVII em *Raízes e Rumos*, v. 2, nº 1, Rio de Janeiro, 2014; AFONSO, Germano. Astronomia Indígena, em *Anais da SBPC*, 61ª Reunião, Manaus, jul., 2009. Vide também o trabalho da astrônoma Flávia Lima e do físico Ildeu Moreira. Tradições astronômicas tupinambás na visão de Claude d’Abbeville, em *Revista da SBHC*, v. 3, nº 1, 2005.

debatido: a identificação entre *homem-cultura* e *natureza*. Critica a modernidade que, em seu “humanismo corrompido”, separa radicalmente “o homem da natureza” – “a humanidade da animalidade” –, vendo a natureza como coisa a ser subjugada, apropriada, dominada. Em sentido inverso, segundo o “perspectivismo” ameríndio, a floresta, como os animais, são capazes de pontos de vista, de sentimentos – o mundo é um *organismo vivo*. A natureza não é um mero *objeto* – como na visão europeia –, mas o *sujeito* de uma “relação social”. Estudos antropológicos com distintos povos observam que o índio tende a experimentar um gosto pelo contrário, a buscar a experiência da alteridade para crescer, completar-se e, ao contrário do europeu moderno, não ambiciona impor sua identidade ao outro, mas *deseja* o que é diferente (VIVEIROS DE CASTRO, 2015; TIBBLE, 2013, pp. 164 e seg.).¹¹

Note-se que tal concepção do mundo e da existência vale também para outros povos autóctones e para as populações camponesas de modo geral. A tradição africana e afro-brasileira, conforme Eduardo de Oliveira (2012, pp. 28 e seg.), caracteriza-se – tal qual no caso ameríndio – pela convivência sustentável com a natureza e por ter na experiência da alteridade um de seus pilares; o processo de construção de si, se dá na relação com o outro – que é o critério ético; as práticas são comunitárias, e não se admite excluídos, não havendo cisão entre afeto e razão. Também na tradição camponesa europeia pré-capitalista, há uma relação orgânica entre o homem e a terra, uma relação fundamentada no respeito, em que ideias ocidentais modernas de coisificação da natureza – vistas como “exterioridade”, “recurso”, “propriedade” – não cabem. Conforme estudos de Edward Thompson (1984, p. 50) o camponês, em sua relação com a terra, a vê não como sua propriedade, mas como algo com que se relaciona e usufrui da *posse*. A terra não é vista como uma “coisa” de que se *apropria*, como no capitalismo, mas como parte de suas condições de existência. Ele, portanto, desenvolve com a natureza uma relação de intercâmbio apropriada, adequadamente regulada. Deixa-se guiar pela terra que, por sua vez, lhe proporciona seus frutos – em uma relação simbiótica que dissolve a fronteira entre homem e natureza.¹²

11. Ver também sobre o tema: CASTRO, Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*, S. Paulo: Cosac Naify, 2002.

12. Vide ainda MICELI, Paola. Cosificación o des-cosificación, em *XIV Jornadas Interescuelas de Historia*, Universidad de Cuyo

Deste modo, ainda que não haja uma só identidade ameríndia – como não há africana ou camponesa –, há sim problemas comuns a serem enfrentados por povos que em sua imensa maioria convergem nesta visão de mundo antipositivista e comunitária.

Essa é também a perspectiva do marxismo. Para Marx o homem é visto como pertencente à natureza; sua filosofia materialista-histórica é atenta aos “limites naturais” – que fazem parte da *condição humana*. É certo que Marx não identifica plenamente o homem com o restante da natureza, pois o homem detém a capacidade de *escolher*, de *criar* – dispõe, portanto, de uma *liberdade* que não existe na natureza. Contudo, é bem tênue tal diferença – longe da distinção brusca da modernidade que, em seu desprezo cego pela alteridade, afeta gravemente sua própria condição de sobrevivência, ao desregular o metabolismo entre o homem e a natureza o que, para Marx (1988) n’*O Capital* (vide o capítulo 5), é a “condição natural eterna da vida humana”, a qual, portanto deveria ser regulada, controlada com racionalidade.¹³

Dentre as tantas descobertas antropológicas que demonstram a importância dos saberes originários para a tradição crítica contemporânea – tema que merece ser desenvolvido noutra pesquisa –, menciona-se ainda o trabalho de Pierre Clastres, o qual, algum tempo depois de Lévi-Strauss, investigaria outra face dos saberes indígenas, também convergente com e crucial para o marxismo: a questão da *liberdade*. Em *La Société contre l’État* (1974, p. 40) esse autor faz importantes investigações sobre concepções políticas ameríndias, após viver entre os anos 1960 e 1970 com populações de várias etnias (guaranis, ianomâmis). Sua conclusão é a de que as sociedades silvícolas são deliberadamente “contra o Estado”, refutando a perspectiva europositivista que considerava a ausência de Estado enquanto poder político como próprias de um estágio evolutivo inferior. Em contraste com os incas ou aztecas, os povos da floresta, diz ele, vivem em pequenas unidades políticas, cujo corpo social está permanentemente se movimentando; evitam, mediante variadas ações, que os seus chefes possam, a partir de seu prestígio, centralizar o poder; não há, pois, divisão de classes. A função

(Arg.), 2013 e LUCHÍA, Corina. Categorías económicas, prácticas sociales y percepciones en el mundo rural castellano (sig. XIV-XV), em *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, v. 44, 2012.

13. Ver também KONDER, Leandro. A concepção da história em Marx, em *O marxismo na batalha das ideias*, S. Paulo: Expressão Popular, 2009, pp.113 e seg..

dos líderes é o uso da palavra – é a de serem porta-voz do grupo. Os chefes não só não detêm força de comando como, pelo contrário, sua função é servir à comunidade.¹⁴

Como observa Michael Löwy, há também na obra de Marx um fio condutor anti-estatista que percorre toda sua obra. Engels (1880), refletindo sobre o tema, afirma que, no momento em que o Estado revolucionário tomasse posse dos meios de produção em nome da sociedade, quando já nenhuma classe social “precise ser submetida”, este é pois “seu último ato independente como Estado”. Sua autoridade, a partir de então, se tornará “supérflua” em cada vez mais campos da vida social, de maneira que paulatinamente será substituído “pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção”, e portanto: “O Estado não será ‘abolido’, extingue-se”.

Perspectiva contemporânea – em face da crise socioambiental

São muitos os aspectos cognitivos e de práxis que fazem convergir o pensamento crítico contemporâneo (iniciado por Marx) e as filosofias (cosmológicas) de variados povos originários, desde perspectivas ontológicas e éticas, até concepções políticas e socioambientais. Trata-se de visões de mundo que não separam o âmbito teórico das ideias, do campo das práticas históricas reais. A natureza é elemento central na vida dos povos camponeses tradicionais – como também o foi no pensamento de Marx e, na teoria crítica dialética daí derivada, especialmente a partir da segunda metade do séc. XX, quando a gravidade da questão socioambiental atingiu tal ponto que mesmo a ciência hegemônica moderna já não a pôde ocultá-la.

Dentre os saberes originários ressaltados, verifica-se a constante ligação de suas prioridades cognitivas, com a construção de uma sobrevivência harmônica – tanto socialmente, como com o meio natural –, o que resulta em um núcleo de interesses científicos voltado para a alimentação, a botânica, a astronomia, a agricultura, à saúde e às respectivas técnicas que instrumentam tais práticas. Por outro ângulo, no que toca ao pensamento filosófico, ou ao aspecto filosófico do conhecimento, a ideia de “liberdade” desses povos se caracteriza por ser *holística*, organicamente ligada

à natureza, ao trabalho comunal na terra e, portanto, se vincula fortemente às possibilidades de solução da atual crise sistêmica atual: tanto em seus aspectos estruturais críticos (*crise do trabalho* e *crise socioambiental*), como no enfrentamento dos graves problemas sociais daí advindos, caso das inter-relacionadas questões *agroalimentar* (fome, alimentação tóxica, aquecimento climático) e os da *organização produtiva comunitária e democrática* (em declínio com o avanço impiedoso das fronteiras capitalistas em busca de atenuar sua crise) – pontos nevrálgicos para um efetivo *desenvolvimento social* humano (cujá impotência em superá-los é pois uma das expressões mais nítidas do malogro da civilização moderna).

Tais graves fracassos se tornariam, desde o final do século XX, motivos centrais para a contestação da cultura dominante ocidental – fenômeno que no processo histórico dialético acabaria por aproximar, no terreno das lutas sociais, os movimentos classistas (comunistas, socialistas), dos movimentos étnico-ecológicos, em uma conjunção potencialmente revolucionária.

‘Desenvolvimento social’ versus ‘crescimento econômico’

A essência do problema que hoje ameaça a espécie humana como um todo consiste na equivocada visão de progresso da *modernidade*, como foi explanado no percurso deste trabalho. Uma perspectiva estreita de conhecimento que, desprezando a reflexão filosófica, perdeu seu *sentido histórico* – no conceito de Caio Prado –, reduzindo-se cada vez mais ao cientificismo do empiricamente mensurável, até chegar ao clímax atual, cego a toda razão que não possa ser travestida em práticas monetarizáveis. Uma noção que entende – ou diz que entende –, como sinônimo de “desenvolvimento social”, o “crescimento econômico”. Porém, enquanto neste (que é para Celso Furtado o “mau-desenvolvimento”), a mudança é *quantitativa* e fundada na “preservação dos privilégios das elites” que satisfazem seu “afã de modernização”, naquele (o desenvolvimento efetivamente *humano*, não só *técnico*), trata-se de uma mudança *qualitativa*, que supõe um “projeto social subjacente”.¹⁵

Sendo o planeta finito não é possível à natureza suportar o ritmo atual de crescimento – cuja

14. Note-se aqui a similitude com o rei-filósofo de Platão, no que se refere à função de “servir” a seu povo.

15. Conf. FURTADO, C.. Os desafios da nova geração, em *Rev. Economia Política*, v. 24, nº 4, out. 2004, pp. 484 e seg..

insustentabilidade do modelo é cada vez mais notória no aquecimento global e na dilapidação acelerada da biodiversidade. A noção vendida pelo discurso hegemônico de “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” não passa de uma falácia perigosa da propaganda “verde” que visa alguma sobrevivência moral ao projeto capitalista (ideologia “respaldada”, aliás, por muito bem pagos núcleos de cientistas corporativos) –, discurso desesperado de uma *modernidade* que se encontra diante de seu limite físico e ético.¹⁶

Ao contrário da ideia moderna de progresso que enxerga a natureza como infinito recurso a ser apropriado, segundo a lógica fundada no dogma que afirma como “essência” ontológica a satisfação do “mercado”, é necessário pensar-se no desenvolvimento como uma relação de simbiose com a natureza – reencontrando, em uma revolução paradigmática (que modifique portanto a concepção hegemônica), a noção de unidade fundamental entre a humanidade e o mundo natural, bem como a solidariedade exigida na construção de uma sociedade harmônica.¹⁷ Sobre tais temas, os povos originários têm muito a ensinar. Mantêm relação simbiótica de intercâmbio com a natureza, desenvolvendo atividades econômicas de baixo impacto ambiental – e de baixo consumo energético –, além de, em sua própria prática existencial, serem defensores do meio ambiente em seus territórios, pois convivem com o meio natural diretamente, radicalmente.

E nesta convivência radical – inerente – entre o homem e a terra, os povos originários, para além de seus mencionados saberes, têm a ofertar como solução à decadência moderna uma lúcida resistência contra a inércia da barbárie. É de tais sociedades que nasce o movimento denominado por Joan Alier de *ecologismo popular*, resultante da luta por sobrevivência de povos originários frente ao avanço das fronteiras capitalistas – fenômeno que se acentua no final da década de 1960 com o início da crise estrutural que abala desde então o capitalismo. Como tem sido amplamente estudado, a reação conservadora se dá na forma da chamada *globalização* neoliberal, ou seja: a crise sistêmica leva o capital a se expandir criminosamente (mas na medida do *visível*, dentro da legalidade) por sobre terras

de pequenos camponeses tradicionais (ampliação do lucrativo agronegócio) e de povos originários (extrativismo em busca de matérias-primas e energia). Deste modo, esse fenômeno social – também alcunhado de *ecologismo dos pobres* – não surgiria a partir de *abstratos ideais ecológicos*, mas sim de *concretas necessidades sociais*: como um movimento, por sobrevivência, de populações excluídas que percebem sua existência ameaçada pela ambição do capital – povos que, com sua própria história e suas vidas nuas, “desgraçadamente” demonstrariam à tão limitada “inteligência” instrumental moderna que *crescimento econômico* não é *desenvolvimento*; que o modelo vigente implica não só em impactos ambientais, mas em um aprofundamento do estado crônico de desigualdade e miséria que é o padrão da modernidade burguesa.¹⁸

Entende-se, portanto, que uma resposta consistente à atual *crise socioambiental* está na luta dessas populações vulneráveis excluídas do sistema – os “condenados da terra” de Frantz Fanon: populações alijadas da estrutura produtiva moderna e que, por conseguinte, só têm a ganhar com tal enfrentamento, pois que, de algum modo, mantiveram certa autonomia frente ao aparato colonizador capitalista. E não são poucos esses párias da modernidade, tendo-se em vista que quase metade da população mundial ainda vive da agricultura de subsistência.¹⁹

Referências

- ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo:Contexto, 2007.
- BEAUDET, Pierre. Socialisme et libération nationale. In MARIÁTEGUI, José Carlos; GARCÍA LINERA, Álvaro. *Indianisme et paysannerie en Amérique Latine*. Paris:Syllepse, 2013.
- BOSI, Alfredo. A vanguarda enraizada: o marxismo vivo de Mariátegui. In *Estudos Avançados*, v. 4, nº 8, São Paulo, jan/abr., 1990.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*, v. I, São Paulo:Brasiliense,1965.
- CASTRO POZO, Hildebrando. *Nuestra comunidad indígena*. Lima:El Lucero, 1924.
- CLASTRES, P. *La sociedad contra el Estado*. Caracas:Monte Avila, 1978 [1974].

16. SOUZA, Maria Adélia de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo, em *Cronos*, v. 10, nº 2, dez. 2009, pp.101 e seg.; e SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo:Hucitec, 1999.

17. HOUTART, F. *A agroenergia*. Petrópolis:Vozes, 2010, pp. 272 e seg..

18. ALIER, J., *Ecologismo dos pobres*, São Paulo:Contexto, 2007, pp. 170 e seg., e pp. 213 e seg..

19. Referência ao conceito de Frantz Fanon, em *Os condenados da terra*. Lisboa:Ulisseia, 1961. Sobre o estado da *agricultura de subsistência*, ver o relatório das *Nações Unidas*, ‘Fatos sobre alimentação’ (jun. 2012), fruto do encontro Rio+20 – *O futuro que queremos*; e *World Food and Agriculture* (2013).

- DUPAS, Gilberto; DIEGUES, A. C.. *Meio ambiente e crescimento econômico*. São Paulo:Unesp, 2008.
- DUSSEL, E. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. México:Siglo XXI, 1990.
- _____. *Política de la liberación*. Madri:Trotta, 2007.
- _____. Europa, modernidad y eurocentrismo. In LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber*. Buenos Aires:Clacso, 2000.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico [1880]. Disp. em *Marxists*. Acesso em nov. 2016.
- FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. Em *Rev. Economia Política*, v. 24, nº 4, out. 2004.
- GARCÍA Linera, Álvaro. KOVALEVSKY y Marx. In Marx, *Escritos sobre la comunidad ancestral*. La Paz:Fondo Edit. de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.
- _____. Marxismo y mundo agrario. In *La potencia plebeya*. Buenos Aires:Clacso, 2009.
- HOBBSBAWM, Eric. Introdução. Em MARX, K.. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo:Paz e Terra, 1985.
- HOUTART, François. Más allá de la economía. Em *Argumentum*, v. 5, nº 2, jul., 2013.
- KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo:Expressão Popular, 2009.
- LÉVI-STRAUSS. *Race et histoire*. Paris:Gonthier, 1961 [1952].
- _____. Jean-Jacques Rousseau: fundador das ciências do homem. Em *Jean-Jacques Rousseau*. Genebra:Universidade Operária, 1962.
- LÖWY, Michael. El marxismo romántico de José Carlos Mariátegui. Em *Archivo Chile* (s/d).
- MARIÁTEGUI, J. C.; Martins Fontes, Y. (org./trad.). *Defesa do marxismo*. São Paulo:Boitempo, 2011.
- _____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo:Expressão Popular/Clacso, 2008 [1928].
- _____. La revolución socialista latinoamericana [1929]. In LÖWY, Michael (org.). *El marxismo en América Latina*. México:Era, 1980.
- _____. Nacionalismo y vanguardismo [1925]. In MARIÁTEGUI, José Carlos. *Peruanicemos el Perú*. Lima:Amauta, 1970.
- MARTINS FONTES, Yuri. *Marx na América – a práxis de Caio Prado e Mariátegui*. São Paulo:Fapesp/Alameda, 2017.
- _____. *O marxismo de Caio Prado e Mariátegui – formação do pensamento latino-americano contemporâneo* [tese de doutorado]. São Paulo:FFLCH-USP/CNRS, 2015.
- _____. Mariátegui e a filosofia de nosso tempo. In MARIÁTEGUI, José Carlos., *Defesa do marxismo – polêmica revolucionária e outros escritos*. São Paulo:Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Escritos sobre la comunidad ancestral*. La Paz:Fondo Edit. de la Assamblea Legislativa Plurinacional, 2015.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, 3 v., 5 tomos. São Paulo:Nova Cultural, 1988 (v. I – 1867, v. II – 1885, v. III – 1894).
- MARX, Karl. A guerra civil na França (1871). Disp. em *Marxists*. Acesso em nov. 2016.
- _____. Futuros resultados de la dominación británica en la India (22/jul/1853). Disp. em: *Marxists*. Acesso em nov. de 2016 [1853a].
- _____. La dominación británica en la India (10/jun/1853). Disp. em *Marxists*. Acesso em nov., 2016 [1853b].
- _____. Marx-Zasulich Correspondence (1881). Disp. em *Marxists*. Acesso em nov. 2016.
- MARX E ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis:Vozes, 1989 [1848].
- MOYO, S., Yeros, P. *El resurgimiento de los movimientos rurales bajo el neoliberalismo*. B. Aires:Clacso, 2008.
- NAÇÕES UNIDAS. Fatos sobre alimentação. Em [portal] *ONU Brasil, Encontro Rio+20: O futuro que queremos*, jun. 2012. www.onu.org.br. Acesso em maio de 2017.
- _____. *World Food and Agriculture*. Roma:FAO-ONU, 2013.
- OLIVEIRA, E. D. de. Filosofia da Ancestralidade. In *Rev. Sul-Amer. Filos. e Educ.*, nº 18, mai., 2012.
- SÁNCHEZ Vázquez. El marxismo latinoamericano de Mariátegui. In SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofía, Praxis y Socialismo*. Buenos Aires:Tesis 11, 1998.
- SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, out., 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo:Hucitec, 1999.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo:Cia. das Letras, 2000.
- THOMPSON, Edward. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*, Barcelona:Crítica, 1984.
- TIBLE, Jean. *Marx selvage*. São Paulo:Annablume, 2013.
- _____. Marx e os outros. Em *Lua Nova*, jan. 2014.
- VIVEIROS DE CASTRO. O recado da mata (prefácio). In KOPENAWA, Davi; e ALBERT, Bruce. *A queda do céu. São Paulo:Cia. das Letras*, 2015. [portal] *Scribd*. Acesso em nov. 2016.

OS ARQUITETOS DO FEIO: entre a formação do estado nacional brasileiro e o discurso médico eugenista*

Pietra Diwan**

O Brasil precisa aumentar o seu estoque de homens validos. O poder de uma nação se aquilata pelo valor dos indivíduos que a integram (KEHL, Renato, 1933).

Há cerca de 10 anos terminei de maneira aberta o livro *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo* me perguntando o quanto a história brasileira poderia ser eugenista. Para mim, a pesquisa feita durante a dissertação de mestrado abriu um campo de inumeráveis possibilidades a serem estudadas, sob diferentes perspectivas. De uma coisa eu tinha certeza, havia uma lacuna muito grande na história brasileira, que não creditou o devido valor aos eugenistas e à influência deste pensamento conservador na sociedade brasileira. Hoje, peço licença para refinar melhor tal questão e pergunto: quão eugenista é o nosso país? (DIWAN, 2007, p. 151).

Ainda há muito por ser desenvolvido na historiografia sobre eugenia, apesar dos avanços em diversas pesquisas acadêmicas dos últimos anos.¹ A eugenia carece de muita atenção por parte de pesquisadores, para entender como um discurso aparentemente apartidário, ancorado na ciência, auto denominado moderno e progressista, pôde encontrar espaços de difusão no Brasil e no mundo com capacidade de inspirar, tanto os totalitarismos do século XX, como os Estados democráticos. Perceber suas sutilezas, as ambivalências de sua difusão e a permanência dessas ideias até os dias atuais,

em que os determinismos e os racialismos seguem na ordem do dia, no que diz respeito aos direitos sociais, aos refugiados ou ao combate ao “terrorismo”.

Proposições para uma Nação

Convido o leitor a fazer uma reflexão sobre o papel da eugenia na formação do Estado nacional brasileiro. Utilizaremos como ponto de partida a sugestão de eugenistas na formulação da então nova Carta Constitucional promulgada em 1934. No livro *Sexo e Civilização*, Renato Kehl² publica na íntegra as *Proposições da Comissão Central Brasileira de Eugenia para a Nova Constituição*. Relata em seu início que tal comissão “julgou oportuno divulgar pela imprensa as proposições aprovadas pelos seus membros [...] das quais entende favorecer a constituição da família para o bem da nacionalidade” (KEHL, 1933, p. 255). Não fica claro, no entanto, a quais pessoas da “imprensa” foram entregues. Mas tais proposições, nas palavras do autor, “concordam com os fundamentos sustentados pela comissão da *Sociedade Alemã de Higiene Racial*, instalada em 18 de setembro de 1931” (KEHL, 1933, p. 255) o que nos indica desde já uma circulação de saberes que conectam os estudos sobre a eugenia entre o Brasil e a Alemanha, assim como com os Estados Unidos, maior difusor da eugenia no período.³

* Este trabalho é parte das formulações iniciais da pesquisa para a tese de doutorado provisoriamente intitulada *A Cura do Feio: descrições do corpo imperfeito no Brasil (1923-1964)*.

** Doutoranda em História (PUC-SP) e desenvolve esta pesquisa subsidiada pela agência CAPES.

Contato: pietrasd@gmail.com.

1. A historiografia brasileira avançou muito na constituição da eugenia como campo de saber. Importantes teses, dissertações e artigos com diferentes metodologias saíram a público. Destacamos como trabalhos significativos neste contexto, CARVALHO (2014), SANTOS (2008, 2015), SOUZA (2008), VIMIEIRO-GOMES (2011), FERLA (2005), KOIFMAN (2012).

2. Renato Kehl é um dos principais expoentes do eugenismo no Brasil. Nascido em Limeira em 1889, formado em Farmácia e Medicina. Ao longo da vida travou uma cruzada em prol da propaganda eugênica no Brasil durante as primeiras quatro décadas do século XX. Autor de uma obra extensa, e minuciosamente organizado, seu arquivo pessoal está disponível nos arquivos da Fiocruz, no Rio de Janeiro.

3. Destacamos aqui o uso do conceito de circulação de saber e transnacionalidade de Randolph Bourne para justificar a inspiração brasileira nas práticas eugenistas da Alemanha. O termo transnacional vem das ciências sociais e o utilizamos aqui como parte de um fenômeno de circulação de saber e conhecimento cross-border

As proposições da *Comissão Central Brasileira de Eugenia* tinham 14 pontos que defendiam diferentes aspectos sobre a saúde e manutenção da nacionalidade. De maneira sucinta: 1) o cuidado, tanto dos indivíduos, quanto do povo, vistos no âmbito pessoal-privado e coletivo-público, dependerão da hereditariedade dos cidadãos; 2) o processo de formação “bio-social” do povo dependerá da “preponderância de indivíduos ‘bem dotados’ sobre as de indivíduos com ‘deficit’”, portanto é necessário estimular e conservar as famílias bem constituídas e com “prole sadia”, através de medidas de proteção econômica; 3) auxílios aos órfãos de famílias de “trabalhadores manuais, artísticos ou intelectuais” à critério de uma Junta que analisará a hereditariedade; 4) suporte aos trabalhadores rurais em linha sucessória para garantir a estabilidade econômica das famílias, proposta extremamente moderna num país dominado na época pelas oligarquias rurais; 5) medidas de estímulo aos casamentos “na idade mais favorável e precoce possível para indivíduos considerados eugenizados” (KEHL, 1933, pp. 255-256).

Além do suporte que o Estado deve dar aos “bem-dotados”, na forma do que os eugenistas reconhecem como eugenia positiva, havia a necessidade que tomar medidas mais drásticas de seleção dos mais aptos e exclusão daqueles que estão na parte inferior desta suposta hierarquia biológica. Destacam-se, portanto: 1) a seleção dos candidatos para universidades e cargos públicos tendo em vista “premiar os indivíduos somato-psiquicamente superiores, de moral reconhecida e de boa linhagem”;⁴ 2) o impedimento do casamento daqueles considerados “degenerados e tarados”. Medidas que excluía os “indivíduos indesejados” (KEHL: 1933, pp. 255-256). A regulamentação dos casamentos era uma das principais causas defendidas pelos eugenistas. Elas operariam numa dupla função: estimular a “boa prole”, melhorando assim o conjunto da nacionalidade e evitar que os caracteres cacogênicos se reproduzissem. Uma medida mais radical, parte da eugenia negativa, iria propor a esterilização destes indivíduos. No Brasil essa medida não obteve amparo jurídico-legal, mas causou intenso debate entre eugenistas (DIWAN, 2007).

(entre fronteiras), ou seja, entre Estados. Outros países cumpriram um importante papel nesse processo em relação ao Brasil que nos abre um tema para outro artigo a ser publicado em breve.

4. Inevitável citar o episódio recente da política brasileira em que um deputado federal, Nelson Marquizezelli (PTB) afirma que “quem não tem dinheiro, não estuda”, em 11 de Outubro de 2016.

Outras medidas ainda não estavam presentes nas proposições para a Constituição de 1934, estavam sendo elaboradas em outras esferas do poder institucional, como no caso da influência dos eugenistas nas políticas migratórias durante toda a década de 1930. Oliveira Vianna⁵, um adepto da eugenia, escreveu que “as ‘raças eugenicamente inferiores’ teriam contribuído para um desenvolvimento desfavorável da população desde os primórdios da colonização” (VIANNA apud KEHL, 1933, pp. 119-122).

Vianna foi um intelectual bastante atuante nas políticas governamentais relacionadas à imigração durante toda a Era Vargas. Foi membro da *Subcomissão do Itamaraty* que redigiu o projeto para a Assembleia Constituinte de 1933-1934 e coordenador da comissão de especialistas em eugenia e imigração para regulamentar a *Lei de Seleção dos Imigrantes*, criada no segundo semestre de 1934 (SANTOS, 2015, p. 71). Trabalhou com Kehl, entre outros, na Comissão para formular o Código de Imigração em 1932, que indicou como premissa essencial a redução do influxo de imigrantes asiáticos ao Brasil, pois em suas palavras publicadas no livro *Lições de Eugenia* de Kehl, “o japonês é como o enxofre, insolúvel” (KEHL, 1929).

As restrições dos eugenistas à imigração das categorias definidas por eles como: japoneses, assírios, não brancos, aleijados, cegos, velhos, crianças com deficiências físicas e mentais, foram sendo forjadas durante a década de 1930 e 1940, e perpetuadas num discurso sobre o imigrante branco e não judeu como sendo o mais adequado para compor a nacionalidade brasileira, como revela o brilhante trabalho de Fábio Koifman (2012). Para o autor, o *Serviço de Visto*, órgão responsável pela análise de pedidos e renovação de vistos durante os anos de 1941-1945 foi amplamente influenciado pela eugenia norte-americana que atuou sobre as ideias do ministro Francisco Campos,⁶

5. Oliveira Vianna (1883-1951). Conhecido, jurista, etnólogo e sociólogo brasileiro nascido em Rio Seco de Saquarema (RJ). Ocupou diversos cargos públicos estaduais e federais, como por exemplo no Conselho de Imigração (1930-1932), no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-1940); membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição (1933-1934); membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e, finalmente, nomeado para ministro do Tribunal de Contas da República (1940). Em sua obra etnográfica dedicou-se a escrever sobre a formação da “raça brasileira”, como em *Raça e Assimilação* (1922).

6. Francisco Campos (1891- 1968) nasceu em Dolores do Indaia (MG). Advogado e jurista ocupou o recém criado Ministério do Trabalho em 1930. Fez parte da Assembleia constituinte em 1932

redator da lei que pretendia selecionar os imigrantes afim de “melhorar” a composição étnica do povo brasileiro. Campos foi o primeiro Ministro da Educação de Vargas e como Ministro da Justiça e jurista, o principal redator da Constituição de 1937, de teor explicitamente autoritária, conhecida pejorativamente como “Polaca”. Como adepto das ideias eugenistas e persona atuante no governo Vargas desde 1930, afirmou:

As transformações não se operam pela ação da mentalidade primitiva das multidões e dos seus líderes, mas pela influência das ciências e das artes, filósofos pesquisadores, cientistas, engenheiros, artistas (CAMPOS, apud PECAULT, 1990, p. 31).

Esta descrença de Francisco Campos na concepção de um povo autônomo, criativo, responsivo e capaz de demandar suas necessidades ao Estado, era generalizada entre os intelectuais nacionalistas. Renato Kehl, como parte constitutiva desta intelectualidade nacionalista alerta no prefácio de *Sexo e Civilização* que o tema da eugenia é de suma importância para o futuro do Brasil, somente possível através da elite intelectual do país: “O sucesso de uma doutrina, - no caso a eugenia - está ligado, antes de tudo, a conquista da opinião das pessoas cultas e sensatas” (KEHL, 1933, p. 07).

Por pessoas cultas e sensatas, leia-se a classe média, branca, católica e composta por profissionais liberais, jornalistas, médicos, professores, sociólogos, o típico formador de opinião. Vimos em estudos anteriores como tais intelectuais nacionalistas, defensores da formação de uma nacionalidade brasileira baseada em um “homem novo”, resultam de uma história de quatro séculos que rechaçou a positividade da própria composição étnica nacional. O escritor Monteiro Lobato, em carta escrita à Kehl em 1930, durante o período em que viveu nos Estados Unidos como adido comercial do Brasil, escreveu: “É um processo indirecto de fazer eugenia e tenho connigo que os processos indirectos, no Brasil, ‘work’ muito mais eficientemente que os directos” (LOBATO, 1930).

Entendemos que o processo indireto, à sugestão de Lobato, foi o caminho escolhido para implantar a eugenia no Brasil. Todo processo indireto pressupõe uma sutileza, uma via não explícita de poderes que visam resultados através de ações que muitas vezes

escapam da via institucional, mas nem sempre. Dessa forma, é possível encontrar nas falas destes intelectuais do início do século XX muitos elementos alinhados com as premissas eugenistas como, por exemplo, a hierarquização das raças, o discurso negativo sobre a mestiçagem e a necessidade de aperfeiçoar o “povo” brasileiro, entendido como o conjunto essencial para o desenvolvimento da nacionalidade.

É um equívoco recorrente partir do pressuposto de que a eugenia é uma corrente de pensamento conservadora *per se*. Afirmá-lo seria anacronismo. A documentação mostra uma ambivalência destas ideias, transitando ora na modernidade, ora no conservadorismo. A eugenia se autodenominava a ciência da nova geração, do aperfeiçoamento, da solução dos males do corpo, baseada na ciência da hereditariedade. Mas tal processo somente seria possível através da sua legitimação por parte de uma intelectualidade esclarecida e atualizada sobre as descobertas mais recentes das ciências médicas e biológicas e preocupada com os problemas da coletividade. Pensando, analisando e criando maneiras de corrigir esse “desvio” e, melhorar o corpo individual e coletivo de maneira racional e científica. Essa perspectiva, alinhada com uma concepção ascendente de progresso na nação, visava a modernidade e a ascensão da humanidade erigindo um patamar ideal onde somente os mais fortes devem partilhar das conquistas da sociedade. Esta ideia está ancorada em bases bastante conservadoras, como sabemos, pois, além de justificar a hierarquização social, ela retira da população o seu poder de decisão, submetendo-a às políticas estatais de cima para baixo, ou seja, sem consulta ou debate com as classes populares. Estes intelectuais de elite reclamaram para si a missão de não somente melhorar, mas também de guiar o povo pacificamente ao Estado de bem-estar social.

Nesse sentido, concordamos com Renato Ortiz quando este afirma que “a problemática da identidade nacional brasileira não pode ser dissociada da questão racial” (Ortiz, 1985, p. 13). Nesse sentido, a formação do Estado nacional brasileiro foi respaldada pelo discurso de intelectuais que forjaram caminhos para a exclusão do povo nas decisões do Estado, através de um discurso sobre a degeneração do povo pela

e, a partir de 1933 é nomeado consultor-geral da República. Com o golpe em 1937 foi nomeado por Vargas, Ministro da Justiça e futuro relator da Constituição de 1937.

mestiçagem, contraditando, desde aí, trabalhos que, futuramente, afirmarão haver uma democracia racial entre os brasileiros.⁷

Tais autores, preocupados com o futuro do Brasil, extravasavam suas ansiedades em cartas, crônicas, livros ou artigos para os jornais da época. Viam que, ao contrário dos países do hemisfério Norte (Europa e Estados Unidos), o Brasil não se enquadrava nas premissas básicas para a formação de um Estado-nação ao modelo estrangeiro. Num estado permanente de crise, tínhamos uma unidade territorial de dimensões continentais, um idioma único - ainda que saibamos que as ondas migratórias adicionaram outras palavras e novos sotaques ao português, mas o central desta premissa do Estado-nação era a ideia de “povo unificado”. Mas como unificar um povo dada tão diversa composição?

Uma Identidade Mestiça

Foi durante as décadas de 1910 e 1920 que intelectuais tomaram para si a responsabilidade de formular a teoria sobre uma nacionalidade brasileira entrelaçando dois dos principais problemas nacionais: a construção de uma identidade nacional e a inserção do Brasil no cenário internacional. De acordo com Beired esse não era um problema novo e, ainda segundo ele, a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, já em 1838, adveio para resolver tais questões (BEIRED, 1999, p. 200).

Anos depois, aliado a um discurso de crise advindo por diversos acontecimentos a partir da situação gerada pela Proclamação da República, estes intelectuais travaram um debate de caráter antiliberal, nacionalista, e de crítica direta ao regime vigente no pós-1889. A crítica destes intelectuais ao regime liberal está diretamente relacionada ao processo iniciado com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, pois esta última, elaborada à exemplo da Constituição norte-americana e francesa, não estava direcionada para os problemas nacionais. Um processo que implantou uma Constituição e um regime liberal importado e sem nenhuma relação com a dinâmica política brasileira vigente até então e que deu margem à manipulações políticas entre a oligarquia nacional, resultou em um descontentamento generalizado.

O historiador José Murillo de Carvalho, problematizando sobre a relação entre a criação da República brasileira e a construção da cidadania no Brasil, afirmou: “todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos” (CARVALHO, 1987). Entende-se que nesta base de legitimidade estará inscrita historicamente a relação entre o cidadão e o Estado. Se esta relação é pontuada pela dominação do Estado sobre o povo, a resistência ou a apatia serão elementos possíveis. O autor enfatiza ainda em seu trabalho a perplexidade do defensor da República, Aristides Lobo que, desapontado com a maneira com que o novo regime havia sido recebido, escreveu: “O povo assistiu àquilo [Proclamação da República] bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” (CARVALHO, 1987, p. 9).

Vê-se, portanto, o discurso e as problematizações acerca do papel do povo, visto tanto como abstração, quanto como força política capaz de exercer pressão num sistema representativo. Este povo, figura essencial para o exercício da cidadania dentro de um sistema democrático, teve sua participação na formação do Estado-nacional brasileiro silenciada historicamente pela intelectualidade, em nome do nacionalismo homogeneizante.

José Luis Bendicho Beired aponta que o elemento estrutural da crise brasileira era a não-consolidação da nação em virtude da falta de unidade étnica do povo, como por exemplo, nas formulações de Oliveira Vianna ao longo de sua produção. As “raças eugenicamente inferiores” teriam contribuído para um desenvolvimento desfavorável da população desde os primórdios da colonização. Cabia ao Estado implantar uma política eugênica que propiciasse a preponderância do branco sobre o negro (VIANNA, apud. BEIRED, 1999, p. 81). Esta afirmação desdobra-se em dois pontos: o primeiro, a formação da ideia de nação-povo unificado que representasse o Brasil; e segundo, como um desdobramento do primeiro ponto: se somos uma nação miscigenada, como esta elite intelectual branca se reconheceria?

Para Renato Kehl, intelectual de ascendência alemã e maior expoente do eugenismo brasileiro, a miscigenação era uma *catástrofe*⁸ para a nação, e vai defender, alinhado ao modelo norte-americano, a segregação de raças. Ainda que soubesse que nosso país

7. Sobre a democracia racial, um mito discutido, mas ainda não superado pelo conjunto da sociedade brasileira, ler o trabalho de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (2006).

8. O termo “catástrofe” foi usado por Renato Kehl (KEHL, 1933, p. 54). O grifo é nosso.

estava fadado a passar por um lento processo de branqueamento que sairia vitorioso somente após diversas gerações, afirma:

Valeria a pena percorrer a galeria de vultos proeminentes da história brasileira e dar um balanço relativo à importância dos de origem europeia e dos que surgiram de “misturas” raciais. Esse balanço demonstraria a evidência, irretorquivelmente, que o grande mal do Brasil é um “mal de raça”. Felizmente, entretanto, o tempo, o grande remédio “tempo” curará este mal! Tempo e a inexorável selecção natural (KEHL, 1933, p. 54).

Pode-se perceber que o “mal de raça” não está diretamente relacionado a um racismo contra negros ou índios, mas na miscigenação, a qual seria um mal reparável somente com o tempo ou, como Paulo Prado afirmou em *Retrato do Brasil*, que “si ha mal, ele está feito, [...] bastarão 5 ou 6 gerações para estar concluída a experiência” (PRADO, 1929, p. 193). Apesar de defender a segregação das raças, dentro de uma hierarquia em que o branco nórdico europeu estaria no topo, Renato Kehl era bastante crítico dos mestiços, afirmando além do fato de serem “feios e fracos” o seguinte:

Não nos é possível, em curto espaço, considerar o valor físico dos mestiços, confortar o seu valor com o dos tipos brancos, europeus; o valor psíquico, dos mesmos, em relação aos tipos nórdicos ou aos próprios japoneses homozigóticos; o valor mental, o valor eugenico. Não nos sobra espaço para tão vasto estudo somático, psicológico, como estatístico quanto as consequências do cocktail de raças feito em nosso país (KEHL, 1933, p. 200).

Em que pese encontrarmos na historiografia o tema da mestiçagem no centro das reflexões acerca da composição do povo brasileiro, a eugenia ocupou este lugar, vinculando os intelectuais que discutem a mestiçagem ao pensamento eugenista. Como dissemos, ainda são recentes as abordagens historiográficas neste sentido. Era recorrente encontrar na historiografia a eugenia reduzida a uma das vertentes de intelectuais conservadores de início dos anos de 1920. A eugenia é pouco relacionada com o projeto de Estado, proposta clara e evidente na produção intelectual do período. Cabe aos pesquisadores desse campo jogar luz, reinserir a eugenia nos planos de composição do Estado Nacional e mostrar de que forma ele negociou poderes, foi implantada e permaneceu, tanto nas estruturas desse

Estado, quanto nas posturas de uma elite cultural. Este pensamento não foi uma vertente, foi sim um projeto de Estado pensado estrategicamente e com adeptos em todas as correntes do pensamento autoritário das primeiras décadas do século XX.

Redes de Poder

No período posterior a 1923, quando Renato Kehl muda-se para o Rio de Janeiro, intelectuais de diferentes tendências provavam a eugenia, seja por sua veiculação nas reuniões da *Sociedade Eugênica de São Paulo*, seja no Rio de Janeiro. É emblemático o ano de 1918 que pode ser marcado como o ano em que se iniciou formalmente a “cruzada” pela eugenia no Brasil. Através da *Sociedade Eugênica de São Paulo* participaram e se filiaram mais cerca de 140 pessoas, “figurando entre elas as personalidades de maior destaque no nosso meio científico” (KEHL, 1933, p. 26). Entre eles estavam, por exemplo: Arthur Neiva - médico carioca e aluno de Oswaldo Cruz, que dirigia o *Serviço Sanitário de São Paulo*; Vital Brazil - médico sanitaria mundialmente conhecido pelo desenvolvimento do soro antiofídico; Francisco Franco da Rocha - médico psiquiatra, um dos introdutores de Freud no Brasil e fundador do *Hospital Psiquiátrico do Juquehy* em 1898; Belisário Penna⁹ - sogro de Renato Kehl, médico baiano e defensor do movimento Tenentista que filiou-se ao Integralismo em 1932; Juliano Moreira - médico negro baiano¹⁰ e um dos primeiros especialistas da psiquiatria no Brasil, para citar alguns.

Somente é possível entender as articulações da eugenia e seu efeito no pensamento intelectual brasileiro se adotarmos o conceito de redes de poder (DIWAN, 2003). O eixo central em torno do problema brasileiro

9. É importante fazer um parêntese aqui sobre a relação entre Belisário Penna e Arthur Neiva. Durante 9 meses, ambos viajaram a partir do Rio de Janeiro pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Após percorrer mais de sete mil quilômetros, os cientistas empreenderam amplo levantamento - publicado em 1916 - dos aspectos naturais destes Estados, assim como das más condições de vida das populações locais. O livro *Saneamento do Brasil* caiu dentro da elite intelectual como uma denúncia e despertou o interesse de iniciar campanhas para o “saneamento” destes estados.

10. A importância em dizer que Juliano Moreira era negro dá-se pelo equívoco historiográfico em afirmar que todos os eugenistas eram racistas e segregacionistas, na medida em que defendiam uma supremacia da raça branca. Apesar desta ser uma verdade, ela deve ser relativizada, pois uma vertente do pensamento eugenista acreditava na potência de todas as raças e que elas deviam manter-se intactas para enfatizar as características inatas de cada grupo mais “puras”.

sobre a “emergência da população” faz parte desta rede de poder. A preocupação da comunidade médico-científica com os fenômenos ligados à população, tais como, as epidemias, a miséria e o trabalho industrial, gerarão novas estratégias para tratar do corpo. Associadas às tecnologias já aplicadas em outros locais do mundo, elas chegaram ao Brasil através da divulgação de associações e grupos de eugenistas internacionais. Tratava-se de investir no corpo individual, de estimular a ingerência policial e médica na vida conjugal e sexual de cada um. Essa intervenção tende a ser feita com o apoio do discurso médico que, a partir de então, transporta a sexualidade e o corpo individual para o campo da ciência e muitos dos preceitos desta para dentro da intimidade doméstica de cada núcleo familiar. Cria-se uma política científica que pensará os ‘males do corpo’ e as suas soluções. A eugenia nasce no interior desse problema e todas as ramificações deste pensamento irão adentrar à intelectualidade do período em questão.

Nesse sentido, demonstramos que não é ousadia afirmar que as formulações e debates acerca da formação do povo brasileiro pela eugenia foram feitas simultaneamente ao período de sua implantação em outros países (DIWAN, 2007). Não como apropriação ou cópia atrasada. Havia uma transnacionalidade que nos permite pensar a circulação destes saberes entre eugenistas em diversas relações internacionais. Uma circulação de conhecimento entre diferentes países da América Latina (Cuba, Argentina, México, por exemplo) e com a Europa (França, Inglaterra, Alemanha) e Estados Unidos, país que implantou uma estrutura de propaganda sólida e consistente.

Os Estados Unidos, por exemplo, debatiam como solucionar a equação: manter o conjunto genético dos cidadãos mais fortes e eliminar racionalmente os genes dos “imbecis”. Tais medidas eram encaradas como uma cruzada na defesa do país (COHEN, 2016). Algo semelhante aos problemas apresentados no Brasil, como foi visto. Como desdobramento desta transnacionalidade, diversos países, entre eles o jovem Estado alemão, desde a república de Weimar, admirava a iniciativa norte-americana e buscou neste mesmo período meios para implantar esse programa de forma institucional.¹¹

11. A influência norte-americana na eugenia alemã causou grande desconforto durante o Tribunal de Nuremberg, pois muitos médicos alemães foram influenciados pelas pesquisas realizadas nas décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos. Esse aspecto colaboracionista da relação entre Estados Unidos e Alemanha no saber eugênico foi silenciado no período pós-Guerra (COHEN, 2016).

Renato Kehl, esteve em Nova Iorque em 1932, na 3ª Conferência Internacional de Eugenia¹² que reuniu, durante dois dias, cientistas de diferentes nacionalidades para discutir os avanços nos estudos do melhoramento físico e mental da raça humana (TIMES, 1932).

Assim, a rede de poder ajuda na visualização desses interventores que, aliada ao conceito de transnacionalidade cruza as experiências brasileiras com outras fora do país. Ela dá conta de mostrar a multiplicidade de idéias e de adeptos da eugenia, sem sub ou sobrevalorizar nenhum de seus atores, pois todos são parte constitutiva desta rede. O conceito de rede de poder foi constituído com base nas formulações de Bruno Latour e Michel Foucault. Este último, por exemplo, define a rede da seguinte forma: “o poder se exerce em rede e, nessa rede não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Pensamos no conceito de rede, como esta *trans-formando homens de carne e osso em autoridades*, em acordo com Bruno Latour (LATOUR, 2000, p. 81). É possível reconhecer a atuação da eugenia em diversos níveis do Estado implantado de maneira eficiente e sutil. Muito do que foi dito e discutido, foi aplicado de uma maneira ou de outra por intelectuais comprometidos com a causa. Basta uma busca das fontes corretas e será possível encontrar uma documentação vasta e variada à respeito.

“É melhor para o mundo”¹³ - A Eugenia e a Constituição de 1934

A proposta para a Constituição de 1934 é vista aqui como um resumo dos esforços de eugenistas

12. Esta conferência foi realizada no Museu de História Natural de Nova Iorque durante os dias 22 e 23 de agosto de 1932 e contou, por exemplo, com a apresentação de um trabalho assinado por Leonard Darwin, filho de Charles Darwin, expondo que as reformas eugênicas deveriam ser adotadas nos próximos 100 anos, para o bem da civilização, de acordo com o jornal *The New York Times*, de 23 de Agosto de 1932.

13. A frase “É melhor para o mundo” remete à decisão do jurista Oliver Wendell Holmes, Jr. num dos casos mais famosos levados à Suprema Corte norte-americana relativo à esterilização eugênica compulsória. O caso ficou conhecido como *Buck X Bell*, a qual a jovem Carrie Buck teve seus direitos à reprodução violados através da esterilização compulsória, o que abriu precedentes para outros estados em todo o território nacional. Carrie Buck foi considerada “feeble-minded” ou “débil mental”, sob imprecisos pareceres de médicos e advogados eugenistas. Parte da declaração final de Holmes, dizia: “It is better for all the world if, instead of waiting to execute degenerate offspring for crime or to let them starve for

ao longo das décadas de 1910 e 1920 para divulgar e adquirir adeptos para um projeto de formação do homem brasileiro, ou melhor, de criar, enfim, uma nacionalidade tipicamente brasileira. Renato Kehl, parafraseando Mario Pinto Serva, outro “evangelizador” da eugenia afirma: “o Brasil está feito. Nós poderemos dizer, - também o brasileiro?” (KEHL, 1933, p. 33). Essa pergunta vem se alinhar, como dissemos, com as mesmas preocupações da intelectualidade do período. Inspirados por um nacionalismo antiliberal, intelectuais de vertente autoritária iniciaram a racionalização da situação política que o Brasil atravessava desde a virada do ano de 1900.

A Constituição de 1934 foi redigida às pressas, em pouco mais de um ano, pela Assembleia Constituinte, sob forte pressão advinda da *Revolução Constitucionalista de 1932*, quando tropas paulistas lutaram contra o exército brasileiro pela legalidade do regime de Vargas e a instalação de uma nova carta constitucional.

A nova Constituição foi inspirada na Carta de Weimar e apregoava logo no preâmbulo: «Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”. Desde aqui é interessante pontuar que, comparando o preâmbulo da primeira constituição brasileira de 1891 com a de 1934, houve essencialmente a inclusão da palavra “Deus” e a extinção da palavra “livre”, como segue: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático”. Nesse sentido, quem são os representantes do povo brasileiro? e quem é o povo brasileiro?

Em 16 de Julho de 1934, os representantes do povo brasileiro promulgaram a Constituição, atentos aos termos que se relacionavam diretamente com as propostas eugenistas. Como bem ressaltou Ricardo Augusto dos Santos (2015), a *Subcomissão do Itamaraty*¹⁴ preparou o pré-projeto constitucional discutindo diversos temas para a nova Constituição, no

entanto, estiveram mais centrados no debate acerca da imigração e suas restrições. Esse debate, de imensa importância para os constituintes da época, se desdobrou na *Comissão de Eugenia e Imigração* com o intuito de eliminar os “quistos étnicos” do país” (SANTOS, 2015, pp. 91-93). Em relação à imigração restritiva no artigo 121, a Constituição trouxe o seguinte:

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (CONSTITUIÇÃO, 1934).

Esta medida afetou diretamente a posterior entrada de asiáticos e judeus no Brasil. Mais restritivas e conservadoras estas leis se tornaram nos anos seguintes, na Constituição de 1937 e 1945, como atesta o trabalho de Fábio Koifman (2012).

Na opinião dos eugenistas e nas palavras de Kehl, para que fosse possível efetivamente adotar suas proposições, era de máxima urgência implantar a educação eugênica nas escolas primárias, ginásios, escolas normais e superiores. Deveriam ensinar biologia humana, hereditariedade e eugenia. Como plano obrigatório deveriam ser feitas árvores genealógicas de todos os indivíduos “sãos e degenerados para provar a necessidade imperiosa da campanha eugenica”. Tais medidas são expostas como sendo indispensáveis para resguardar o Brasil de degeneração, nas palavras de Kehl “recursos básicos, ao lado da educação, para elevar o nível médio, somato-psíquico, da nacionalidade” (KEHL, 1933, p. 256). O Artigo 138, referia-se às regras gerais para a educação e regia o seguinte:

Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual (CONSTITUIÇÃO, 1934).

Finalmente, não se pode deixar de mencionar a terceira reivindicação que consta da Carta Constitucional de 1934 e foi amplamente normatizada

their imbecility, society can prevent those who are manifestly unfit from continuing their kind [...] Three generations of imbeciles are enough (BRUNIUS, 2006).

14. Entre os participantes da *Subcomissão do Itamaraty* estavam: Miguel Couto, Melo Franco, Góis Monteiro, Oliveira Vianna, Oswaldo Aranha, Antunes Maciel. Entre os constituintes estavam: Artur Neiva, Miguel Couto, Teixeira Leite, Monteiro de Barros e Xavier de Oliveira.

pela sociedade brasileira e até recentemente tida como natural: o controle de casamentos através dos exames pré-nupciais. Para os eugenistas, o controle de casamentos impediria, desde a origem, o nascimento dos *mau nascidos*, evitando assim uma sociedade de *doentes*. Acreditava-se que a tuberculose, por exemplo, era uma doença degenerativa e hereditária, passada dos pais para os filhos. A biologização da vida social era o fundamento de toda a propaganda eugênica. Mas não apenas o eugenismo estava impregnado das idéias biologizantes. Essa tendência era particular do período, enfatizada e fundamentada pelos trabalhos da sociologia do início do século que viam o corpo como uma máquina e a sociedade como um corpo.

Nas palavras de Gustavo Riedel, *é preciso prevenir para não degenerar* (CONGRESSO, 1931). Evitar e prevenir as *doenças sociais* e os nascimentos de pessoas consideradas *doentes* era também evitar a degeneração da raça e por consequência da nação, o que associava muitas doenças, tanto à miséria, quanto à loucura. A Constituição de 1934 traz em seu texto o seguinte a esse respeito: “Art 145 - A lei regulará a apresentação pelos nubentes [noivos] de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País” (CONSTITUIÇÃO, 1934).

Dizia ainda que seriam respeitadas todas as formas de casamento independente de credo ou rito, desde que “não contrarie a ordem pública ou os bons costumes”, mas em qualquer caso, sob apresentação da habilitação dos noivos para contrair matrimônio.

Assim, é possível afirmar que ainda está por ser realizado um estudo mais amplo que compare as propostas de eugenistas com a implantação das leis brasileiras. Da mesma forma, é importante ter em vista como este discurso civilizatório biologizante hierarquizou a população através de um discurso racial e apresentou um projeto de ação para o Estado, gerenciando e interferindo nos corpos individuais desde o início do século XX. Esta prática esteve e está presente nos dias atuais em falas de intelectuais e formadores de opinião em questões como a restrição de direitos às camadas populares, ou mesmo em relação à propostas imigratórias no Brasil e no mundo, amparada por um discurso cada vez mais radical e conservador.

Referências

- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo:Edit. Loyola, 1999
- BRESCIANI, Maria Stella. Forjar a Identidade Brasileira nos anos 1920-1950, pp. 27-61. In FOOT-HARDMAN, Francisco (org.). *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo:Edit. Unesp, 1998.
- BRUINIUS, Harry. *Better for all the world. the Secret History of Forced Sterilization and America's Quest for Racial Purity*. Chicago:Vintage, 2006.
- CARVALHO, José Murílio. *Os Bestializados, O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo:Companhia das letras, 1987.
- CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. A eugenia no humor da revista ilustrada Careta: raça e cor no Governo Provisório (1930-1934). Dissertação de Mestrado em História. UNESP, Assis, 2014.
- COEHN, Adam. *Imbeciles: The Supreme Court, American Eugenics and the Sterilization of Carrie Buck*. New York:Penguin Press, 2016.
- Congresso Brasileiro de Eugenia. Primeira Sessão do Congresso Brasileiro de Eugenia, v. 1. Rio de Janeiro, Faculdade de Direito do Largo São Francisco, 1931.
- Constituição Brasileira de 1934. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em 09 de outubro de 2016.
- DIWAN, Pietra. *O Espetáculo do Feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl (1917-1937)*. Dissertação (Mestrado). PUC-SP, 2003.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo:Edit. Contexto, 2007.
- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese (Doutorado), FFLCH-USP, 2005
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. São Paulo:Martins Fontes, 1999, pp. 35-36.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro:Global Edit., 2006
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo:Companhia das Letras, 2015.
- KEHL, Renato. *Aparas Eugenicas: Sexo e Civilização (Novas Diretrizes)*. Rio de Janeiro:Livraria Francisco Alves, 1933
- KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. São Paulo:Livraria Francisco Alves, 1929.
- KOIFMAN, Fabio. *Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2012.
- LOBATO, Monteiro. Carta a Renato Kehl, 1929. *Conjunto de Cartas de Monteiro Lobato endereçadas a Renato Kehl*. Rio de Janeiro:Fiocruz/Fundo Renato Kehl.

- Major Darwin Predicts Civilization's Doom Unless Century Brings Wide Eugenic Reforms. In *The New York Times*, Digital Edition. <http://query.nytimes.com/gst/abstract.html?res=9A0DEED81F3EE633A-25750C2A96E9C946394D6CF&legacy=true>. Acesso em 09 de outub. de 2016.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo:Brasiliense, 1985.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo:Edit. Ática, 1990.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo:Duprat-Mayença, 1929 (3a. edição).
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. Oliveira Vianna, a política imigratória durante o primeiro governo Vargas. In PAULA, Dilma Andrade e CORRÊA, Maria Letícia. *Intelectuais e Desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em História*. Rio de Janeiro:Contra Capa, 2015.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto não endireita nem a pau. Quem é bom já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-1937)*. Tese de Doutorado em História Social. Niterói. UFF, 2008
- SERVA, Mario Pinto. *A Virilização da Raça*. São Paulo:Edit. Melhoramentos, 1923
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. In *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, pp. 146-166, jul/dez., 2008.
- VIMIEIRO-GOMES. Ana Carolina. Imagens de Corpos Normais na Biotipologia Brasileira Durante a primeira metade do século XX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH. São Paulo, julh., 2011.

O CISMA LATINO-AMERICANO: a teologia da libertação como uma tentativa de ruptura

Bruno Fernandes Mamede*

Na década de 1980 a Igreja latino-americana foi marcada pela condenação da *Teologia da Libertação*. Dois documentos da *Congregação para a Doutrina da Fé*¹ (CDF), então chefiada pelo Cardeal Joseph Ratzinger, a saber a *Libertatis Nuntius* (1984) e a *Libertatis Conscientia* (1986), condenavam a *Teologia da Libertação* (TdL) como de orientação marxista. Muitos autores se debruçaram sobre estas instruções com análises pobres e/ou excessivamente parciais, com argumentos que giravam em torno do desconhecimento da realidade latino-americana por parte do pensamento europeu, conservadorismo, espírito reacionário ou sede de poder; mas se nos aprofundamos na literatura produzida sobre o tema, podemos perceber que respostas óbvias não são suficientes e podem, inclusive, gerar incompreensões e erros graves. A relação entre os teólogos da libertação e Roma não foi amistosa, mas há mais do que conflito gratuito e oposição radical; as razões são mais complexas e delicadas e é esta complexidade que pretendemos analisar.

Um fato curioso, por exemplo, nos chamou a atenção: o próprio *Magistério da Igreja* utilizou-se da análise marxista, criticada pelos textos citados, em vários documentos oficiais e importantes como a encíclica *Laborem Exercens* (1981) do Papa João Paulo II (1978-2005), ávido combatente do regime comunista na Polônia e da URSS de forma geral. Sabe-se que a crítica à *Teologia da Libertação* teve forte teor político; o contexto da década de 1980 era o da Guerra Fria e, atrás da “cortina de ferro”, os cristãos sofriam com a perseguição soviética; havia uma apreensão profunda do Vaticano de que ocorresse o mesmo na América Latina, onde Cuba já ostentava um regime socialista.

Porém, por que o Vaticano, mesmo inserido nesse contexto de tensão, transformou tantas vezes o capitalismo em alvo, ao invés de se concentrar apenas na crítica à URSS? Por que exaltou, nas entrelinhas, certos méritos analíticos de Marx? A partir da ótica do Cardeal Joseph Ratzinger e considerando a *Teologia da Libertação* como uma tentativa de separação (cultural, filosófica e teológica) da Igreja de Roma, tentaremos vislumbrar a complexa teia de relações criada na década de 1980 entre a Igreja latino-americana e o Vaticano.

As Instruções Vaticananas: análise dos documentos disciplinares da Congregação para a Doutrina da Fé

Iniciaremos este estudo analisando os dois principais documentos emitidos pela CDF, citados na Introdução, que tratam especificamente da *Teologia da Libertação*, a *Libertatis Nuntius* (1984) e a *Libertatis Conscientia* (1986).

Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação

Em setembro de 1984 foi publicada a *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação* (TdL), ou *Libertatis Nuntius*,² principal documento oficial da Igreja sobre este tema, cujo objetivo era:

Chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigos de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista (CDF, 1984, Introdução).

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.
Contato: bruno.mamede@usp.br.

1. Denominação atual do antigo *Tribunal do Santo Ofício da Inquisição*.

2. *Mensagem de Liberdade*.

O documento refaz uma espécie de caminho trilhado pela Igreja sobre temas sociais ao longo do século XX, o mesmo feito por muitos teólogos da libertação, onde reconheceu a situação escandalosa “das gritantes desigualdades entre ricos e pobres”, bem como denunciou a “gigantesca corrida armamentista” daquele período. Reconheceu também a legitimidade do tema da libertação e fez uma breve análise dos seus fundamentos bíblicos, recorrendo principalmente ao velho testamento, recurso também utilizado por Gustavo Gutiérrez.³ Tais temas, relembrou a *Instrução*, foram expostos pelo *Magistério da Igreja* em diversos pronunciamentos pontifícios e na *Constituição Pastoral Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II; portanto é notável a preocupação de esclarecer que a *Instrução* trataria

Somente das produções daquela corrente de pensamento que, sob o nome de “teologia da libertação”, propõem uma interpretação inovadora do conteúdo da fé e da existência cristã, interpretação que se afasta gravemente da fé da Igreja, mais ainda, constitui uma negação prática dessa fé (CDF, 1984, VI, p. 9).

A preocupação da Igreja nesse momento era, portanto, apenas quanto à análise marxista presente em determinados modelos de *TdL*. Tal análise, segundo a *Instrução*, é tida como “científica” para estes teólogos e seriam, por essa razão, aplicáveis à situação latino-americana. Mas alguns elementos que a CDF compreendia como sendo próprios e inseparáveis do marxismo não se encaixavam na perspectiva cristã, tais como a “concepção totalizante do mundo”, “o ateísmo e a negação da pessoa humana, de sua liberdade e de seus direitos” (CDF, 1984, VII; pp. 6 e 9), bem como a “lei da luta de classes” e “a contra violência revolucionária” (CDF, 1984, VIII; 6-7), elementos contrários ou incompatíveis com a visão de mundo cristã-católica. As características elencadas teriam conduzido a *TdL* de corte marxista a erros graves, como uma relevância exacerbada da História e a subordinação da fé e da teologia a critérios políticos, fatos que colocavam “em xeque a estrutura sacramental e hierárquica da Igreja”, esvaziava-a de sua “realidade específica (...), dom da graça de Deus e mistério de fé”.

A *TdL* era vista, portanto, como uma “nova interpretação que atinge todo o conjunto do mistério

cristão”, sobretudo quanto à estrutura da Igreja e sua representatividade. Isso seria fruto de uma leitura parcial e exclusivista da Bíblia, uma “releitura essencialmente política” que prometia uma verdadeira unidade eclesial não mais provinda de Deus, mas da revolução, da luta da “classe histórica dos pobres”; tratava-se da substituição de uma realidade escatológica por uma utópica. São erros, segundo a *Instrução*, que partem de uma reinterpretação, calcada no “marxismo”, da figura do “pobre”:

Perverte-se deste modo o sentido *cristão* do pobre e o combate pelos direitos dos pobres transforma-se em combate de classes na perspectiva ideológica da luta de classes. A *Igreja dos pobres* significa então Igreja classista, que tomou consciência das necessidades da luta revolucionária como etapa para a libertação e que celebra esta libertação na sua liturgia (CDF, 1984, IX, p. 10).

Desta forma o documento denunciava uma tentativa de “amálgama pernicioso entre o *pobre* da Escritura e o *proletariado* de Marx”. Tal visão globalizante e que acabava transformando o “pobre” em “objeto de fé”, terminaria por partidarizar o cristianismo, elementos que tornam “extremamente difícil, para não dizer impossível, (...) um verdadeiro diálogo”.

O teor geral da *Instrução* é a crítica aos pressupostos teológicos da *TdL*, sua eclesiologia, certo relativismo da fé feito em função do conceito de luta de classes, etc., porém, ao final do documento, pode-se notar o peso que a Guerra Fria tinha nas análises do Magistério. Nas ‘Orientações’ da *Instrução*, a CDF procurou mostrar que a mudança das estruturas por si mesmas, não era capaz de gerar uma sociedade melhor e, para tanto, mirou no exemplo soviético:

Um fato marcante de nossa época deve ocupar a reflexão de todos aqueles que desejam sinceramente a verdadeira libertação dos seus irmãos. Milhões de nossos contemporâneos aspiram legitimamente a reencontrar as liberdades fundamentais de que estão privados por regimes totalitários e ateus, que tomaram o poder por caminhos revolucionários e violentos, exatamente em nome da libertação do povo. Não se pode desconhecer esta vergonha de nosso tempo: pretendendo proporcionar-lhes liberdade, mantêm-se nações inteiras em condições de escravidão indignas do homem. Aqueles que, talvez por inconsciência, se tornam cúmplices de semelhantes escravidões, traem os pobres que eles queriam servir (CDF, 1984, XI, p. 10).

3. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação- Perspectivas*. Trad.: Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1976, pp. 130-136.

Não há, como se pode ver, uma separação clara entre as críticas teológicas dirigidas à *TdL* e as políticas dirigidas à União Soviética, fortemente combatida por João Paulo II; isto apesar da defesa do apoliticismo, feita pela CDF, que a fé católica deveria apresentar.

O Pe. João Batista Libânio observou em seu artigo intitulado *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*, que a Igreja estava preocupada com a manutenção da fé nos países do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina, já que estes representariam “dentro de alguns anos a parte viva da Igreja Católica”. Porém, esse esforço foi realizado sem conhecimento básico da realidade latino-americana. O contexto europeu, nesse período, era o da secularização acelerada e a descrença ou simples indiferença religiosa começava a incomodar a Igreja e forçá-la a encontrar soluções. Mas o mesmo não se dava na América Latina, onde as práticas religiosas continuavam fortes, a maior ameaça para a fé no contexto latino-americano não era a indiferença, mas sim a “injustiça social existente” que se tornou “o grande perigo secularizante e ateizante”, a verdadeira ameaça à “credibilidade da Igreja” (LIBÂNIO; VÁZQUEZ, 1985, p. 163). Libânio chegou a reconhecer e citar elementos positivos contidos na *Instrução*, mas destacou o uso distorcido que setores conservadores da sociedade e da imprensa fizeram dele. Este uso poderia ser muito perigoso, pois as ditaduras militares estavam em um processo de desestabilização na América Latina; um documento que oferecia mais medos sobre a questão do marxismo significava um suporte para o retardamento deste processo.

O teólogo uruguaio, Juan Luis Segundo (1925-1996), escreveu um livro em resposta à *Instrução Ratzinger*, como este classificou, chamado *Teologia da Libertação: uma advertência à Igreja*.⁴ Na obra, o autor rebate algumas das objeções do Cardeal sobre a *TdL*, mas um dos pontos que mais nos chamou a atenção foi o debate ao redor do “aprisionamento ideológico” que a *TdL* sofreria devido ao uso da análise marxista. Após sistematizar o “esquema teológico” da *Instrução*, segundo concluiu:

Ao ler a Introdução assinalei a distinção fundamental que lá se fazia entre a libertação *radical*, que é a do pecado, e a libertação “das escravidões de ordem terrena”. Assinalei também que essa distinção equivalia

à que existe entre dois planos de linguagem: o religioso e o secular. Pois bem, uma leitura rápida do documento mostrará que *nunca* a luta radical contra o pecado aparece como ameaçada de ser prisioneira de ideologias. Nem tampouco termos igualmente pertencentes à linguagem religiosa (SEGUNDO, 1987, pp. 46-47).

Portanto, segundo o autor, uma preocupação exclusiva com realidades espirituais e a compreensão do fenômeno religioso como absolutamente transcendente se configura como a verdadeira postura capaz de sofrer o “aprisionamento ideológico” que a *Instrução* destacou.

De maneira mais sutil, o simples fato de pretender que sou neutro ou indiferente em relação a um conflito importante será considerado ideológico porque, mesmo que seja inconscientemente, ao relativizar um conflito real, estou favorecendo os que neste conflito levam a melhor (SEGUNDO, 1987, p. 49).

Ao contrário, portanto, de RATZINGER que vê o risco da “ideologia” não como potencialidade revolucionária, mas como legitimadora da ordem existente. PAUL RICOEUR refletiu sobre isso na sua *Ideologia e Utopia*, onde considerou que “a ideologia tenta assegurar a integração entre pretensão de legitimidade e crença, mas fá-lo justificando o sistema de autoridade existente tal como ele existe”, e atribuiu a ela a “patologia da dissimulação” (RICOEUR, 1991, pp. 85 e 90).

Além da questão da ideologia, procurou advertir a Igreja sobre mais dois problemas que esta poderia causar. Um deles era a quase anacrônica definição de “marxismo” e a outra se relacionava à desvalorização do Concílio Vaticano II. Sobre o marxismo, Segundo observou que “se em pouco tempo existem já, como o reconhece o documento, várias teologias da libertação, haverá dez vezes mais marxismos” (SEGUNDO, 1987, p. 116), sendo assim muito difícil usar o termo “marxismo” como absoluto e monolítico; a outra objeção se colocava no plano metodológico, pois se alguns elementos da análise marxista foram apropriados pela linguagem teológica, “até que ponto esses elementos de análise continuavam sendo ‘marxistas’” (SEGUNDO, 1987, p. 134) e não mais simplesmente teológicos? E segue o autor:

Poder-se-ia acrescentar, além disso, que o documento não entende por marxismo o que comumente se entende por esta palavra no Ocidente: uma influência

4. O título da versão original em língua espanhola é *Teología de la Liberación: Respuesta al Cardenal Ratzinger*.

cultural, talvez declinante. Entende antes um rígido sistema oficial e, sobretudo, um sistema político (SEGUNDO, 1987, p. 192).

Porém, mesmo considerando a probabilidade de erros interpretativos, o *Magistério*, em seu direito, teria que advertir sobre o risco, mas não teria condições de condenar toda a corrente teológica, como foi feito, baseado em uma hipótese. A segunda preocupação do autor era mais ampla: não se tratava de uma condenação relativa apenas à *Teologia da Libertação* ou à América Latina, para ele estava em jogo toda uma concepção de Igreja formulada e fracamente desenvolvida após o Concílio Vaticano II. Para Segundo, a *Instrução* contém em si o pessimismo de Ratzinger quanto aos resultados do Concílio, e este, através do documento, pode causar impactos não só sobre a teologia latino-americana, mas “afeta a Igreja inteira: a valorização negativa do Vaticano II e do período pós-conciliar” (SEGUNDO, 1987, p. 192).

Se muitos teólogos e membros do episcopado latino-americano receberam a *Instrução* de forma negativa ou pelo menos com grande quantidade de ressalvas, outros acenaram de forma positiva e rapidamente exaltaram sua publicação. Notamos que havia uma polaridade das publicações pró e contra a *Instrução*. A maioria dos críticos totalmente ou parcialmente contrários ao documento, utilizaram a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), cujo redator era o Frei Leonardo Boff, como meio de divulgação, ao passo que os favoráveis publicaram seus textos na versão nacional da *Revista Internacional de Teologia e Cultura Communio*, criada, entre outros, pelo próprio Ratzinger.

O teólogo Paulo Fernando Carneiro de Andrade, em seu livro *Fé e Eficácia*, analisou as críticas ao documento, dentre as quais destacaremos duas análises positivas, pois já citamos dois autores contrários. Segundo Paulo de Andrade, Dom Afonso de Miranda, bispo de Taubaté, chamou a atenção para o desvio hermenêutico realizado pela *TdL* e destacado pela *Instrução*. A partir da *TdL*, “a sociedade só pode ser entendida como o homem em luta”, elementos teológicos importantes “como pecado pessoal e aliança” são omitidos, “a práxis” se torna “o critério supremo da verdade e da própria fé” e “Cristo é reduzido a um libertador político”. Portanto, “a Teologia da Libertação de que fala o documento não é outra que a Teologia da Libertação concreta” (ANDRADE, 1991, p. 107), ao contrário do que alguns teólogos, como Gustavo Gutiérrez, afirmaram

(atitude que Juan Luis Segundo classificou de enganosa) que existiria “um desencontro entre as observações que lhe são feitas” e que “sua obra se ajusta à ortodoxia comumente reconhecida” (SEGUNDO, 1987, p. 29).

Outro teólogo que recebeu plenamente a *Instrução* foi o bispo de Novo Hamburgo, Dom Frei Boaventura KLOPPENBURG que, apesar de “concordar com os objetivos básicos da Teologia da Libertação”, considerou que o erro fundamental era que “ela quer ser um sistema teológico, o que não seria possível”, pois “ao estabelecer a práxis como ato primeiro e aceitar o método indutivo, esta Teologia foge do universal para se situar no particular” (ANDRADE, 1991, p. 108). O documento, portanto, acentuou a divisão do episcopado latino-americano e aumentou a tensão que se desenvolvia na região desde o final do Concílio Vaticano II.

Instrução *Libertatis Conscientia*

Em março de 1986 a *Congregação para a Doutrina da Fé*, sob a direção de Ratzinger, emitiu a *Instrução Libertatis Conscientia*⁵ (LC), sobre a liberdade cristã e a libertação. Tratava-se de um “segundo documento que poria em evidência os principais elementos da doutrina cristã acerca da liberdade e da libertação”, uma suavização em relação à *Libertatis Nuntius*, mas que não deixou de contestar alguns princípios da *Teologia da Libertação*, como o princípio da “luta de classes”, o uso da violência, a noção de “pecado social”, etc. O novo documento, como de costume, recebeu algumas críticas negativas da mídia, mas, em certo sentido, foi bem acolhido por boa parte dos teólogos da libertação. Antes de iniciar a leitura do documento propriamente dito, gostaríamos de salientar o sentido correto que o termo “liberdade” possui no pensamento de Ratzinger ou, mais concretamente, os sentidos que o termo não possui; segundo ele

Por “liberdade” geralmente entende-se, hoje, a possibilidade de fazer tudo o que se deseja e de fazer somente aquilo de que se gostaria. (...) De acordo com esta visão, a liberdade seria completa se não mais houvesse qualquer regra ou qualquer obrigação para com outras pessoas ou coisas, mas tão somente a arbitrariedade ilimitada de cada indivíduo (RATZINGER, 2009, p. 468).

5. *A consciência da liberdade.*

Portanto, apenas

A reta coordenação de obrigações torna a liberdade possível. A liberdade repousa sobre uma ordem justa de obrigações próprias ao homem. A anarquia, o governo do capricho, não é apropriado ao homem porque ele não está disposto ao isolamento, mas à relação (RATZINGER, 2009, p. 470).

O conceito de liberdade, para Ratzinger, não é absoluto, mas condicional, dependente de meios institucionais e sociais que permitam seu surgimento e consolidação. Conscientes deste ponto, seguiremos com a análise da segunda *Instrução*.

A parte mais comentada da *LC* foi seu quinto capítulo, *A Doutrina Social da Igreja: Por uma práxis cristã da libertação*, fato que já era esperado, pois, segundo Ratzinger, “é mais fácil discutir formas de práxis política em comentários de jornal que apresentar questões filosóficas e teológicas fundamentais”, comentário que demonstra um desapontamento inicial, embora resignado, quanto à recepção do documento.

No quinto capítulo, a *Congregação para a Doutrina da Fé* reconheceu alguns pontos levantados pelos teólogos da libertação, por exemplo, que era “plenamente legítimo que aqueles que sofrem opressão por parte dos detentores da riqueza ou do poder político ajam, por meios moralmente lícitos, a fim de obter estruturas e instituições nas quais seus direitos sejam respeitados” (CDF, 1986, n° 75), mas se mostra ciente de que “as estruturas instauradas para o bem das pessoas, por si mesmas são incapazes de realizá-lo e garanti-lo”, o que aponta para, supostamente, o primeiro erro da *TdL*: acreditar em um “pecado social”, contido nas estruturas, no caso a sociedade capitalista, e não no indivíduo; segundo Ratzinger, as falhas das instituições eram frutos de um “ato voluntário que tem sua origem na liberdade da pessoa”. Sendo assim, a “libertação socioeconômica de milhões de homens e mulheres, cuja situação de opressão econômica, social e política é intolerável” se dará por um “imenso esforço de educação: educação para a civilização do trabalho, educação para a solidariedade, acesso de todos à cultura” (CDF, 1986, n° 81) e, inspirado pela *Laborem Exercens*, coloca o trabalho como “chave de toda a questão social”. A “educação” e a promoção da “civilização do trabalho” seriam os meios dados pela *LC* para superar os problemas elencados pela *TdL*.

Um ano e meio depois da publicação da *LC*, em outubro de 1987, surgiu a primeira edição do livro *Kirche, Ökumene und Politik*,⁶ onde Ratzinger respondeu a algumas destas críticas, sobretudo as procedentes da mídia, no quinto capítulo da obra que trata da “visão antropológica” da *Instrução*. A primeira crítica que Ratzinger rebateu é sobre a eficiência da ética para o ser humano. Um jornalista teria comentado que a *Instrução* tratara do problema da liberdade segundo uma perspectiva “ética” e não “histórica”.⁷ A partir disso Ratzinger considera que o termo “ética”, nesse caso, é entendido como “individualista” ou “idealista”, ou seja, é um elemento fruto de especulações teológicas, fora da realidade, ineficaz e sem relevância política e social, do qual não se podem extrair consequências concretas.

Tras semejante concepción se oculta la convicción de que la actividad del hombre no está determinada en último término por su libertad moral, sino por leyes de naturaleza económica y social, calificadas como leyes de la ‘historia’ (RATZINGER, 2005, pp. 279-280).

Ratzinger faz uma dura crítica ao historicismo e aos mitos ligados a ele. Um deles é a tendência de enxergar a história como um processo progressivo de libertação, o qual pode ser interpretado e conduzido pelos homens. Essa “condução”, por sua vez, se daria por meio da “revolução”, como correspondente indispensável do conjunto das “leis do progresso histórico”. A experiência, contudo, mostrou que tais princípios estavam errados, e a necessidade de novas respostas ficou evidente. O próprio desenrolar da história, portanto, demonstra que as referidas “leis” de seu progresso são um mito, uma ilusão.

El único modo en que este mito puede seguir siendo transmitido es evitando cualquier referencia a la historia real. En este sentido, la perspectiva ‘ética’ es precisamente la única perspectiva verdaderamente histórica y realista que da cuenta de nuestras experiencias concretas (RATZINGER, 2005, p. 282).

6. *Igreja, Ecumenismo e Política*. Utiliza-se uma versão espanhola.

7. Uma crítica similar foi feita por Leonardo Boff em um comentário à encíclica *Caritas in Veritate*, onde afirma que “a tônica dominante - da encíclica - não é a da análise, mas da ética, do dever-ser”. <http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2009/07/a-falta-que-faz-ao-papa-um-pouco-de-marxismo-206464.html>.

O cardeal, habilmente, inverte o argumento da crítica e coloca a perspectiva “ética” como a única verdadeiramente “histórica” em meio aos mitos gerados por um historicismo determinista. A primeira lição de Ratzinger sobre o assunto é, portanto, que o conceito de “ética” não toca apenas a esfera privada, não carece, por isso, de eficiência ou relevância, mas é fundamental, trata-se do ponto de encontro entre o privado e o público, do que parte, por um lado, do indivíduo em direção ao social e, por outro, que volta do social para o indivíduo em uma dialética construtiva. Mais adiante, analisando os efeitos do espírito anárquico na sociedade, a relação deste com a moral é levantada. Segunda ele, para o anarquismo

Liberarse de ella (moral) se convierte en autentica forma de moralidad. En el nuevo moralismo de la antimoral sólo vale una regla: es bueno todo lo que sirve para la destrucción de los vínculos y, por consiguiente, para la lucha por la libertad; es malo todo lo que contribuye a mantener los vínculos (RATZINGER, 2005, p. 284).

A partir disso é possível identificar um conceito muito claro de moral/ética; esta seria uma atitude ou postura capaz de gerar “vínculos” entre os homens. A ausência desta pode resultar em uma ideia enganosa de liberdade, como visto anteriormente. A Liberdade não é a ausência de limites, pelo contrário, Ratzinger coloca a família como célula originária da liberdade,⁸ essa só poderia ser encontrada nos vínculos entre os homens; da moral/ética dependeriam, portanto, todo o conjunto de relações e produções humanas, desde o direito à liberdade, a história, a política, a economia, etc.

Apesar da polêmica, como dito, os teólogos da libertação receberam bem a nova *Instrução*. Os irmãos Boff, em uma carta aberta ao cardeal, teriam reconhecido a aproximação de Roma da questão da libertação dos oprimidos.

Neste documento, ter-se-ia formado um patamar mínimo em torno aos grandes temas da Teologia da Libertação: opção pelos pobres, cristologia, método, valor da religião popular, formando-se assim um consenso fundamental mínimo irreversível. A tarefa dos teólogos latino-americanos seria a de a partir de agora aprofundar os caminhos já percorridos (ANDRADE, 1991, p. 113).

A LC teria, portanto, “estabelecido realmente um consenso mínimo”, cujo não era concebível havia poucos anos; os conflitos, após a sua publicação, continuaram intensos e o ambiente polarizado não cedeu, porém foi possível construir uma ponte (frágil) entre Roma e a América Latina, bem como inserir na linguagem do Magistério o tema da “libertação”. Seguiremos com algumas observações a respeito da visão pessoal de Ratzinger sobre o tema, exposta na sua própria produção teológica.

A crise da Idade Moderna: reflexões do Cardeal Ratzinger⁹ sobre a *Teologia da Libertação*

Esse teólogo alemão, grande adversário da *Teologia da Libertação*, um ano após ter assumido o cargo de Prefeito da *Congregação para a Doutrina da Fé* (1981), fez uma análise do contexto latino-americano no qual se desenvolveu a *Teologia da Libertação*. A citação é relativamente extensa, mas será importante para o desenvolvimento da argumentação:

En opinión de A. García Rubio, la aparición de la teología de la liberación significa simultáneamente la crisis de la edad moderna. América Latina no puede ver en el progreso ilustrado la promesa de solución de sus problemas. Bien al contrario, contempla en ella la causa de su miseria. Su meta no puede consistir en “modernizarse”. (...) El problema de América Latina no era ni es, en efecto, la reconciliación con el espíritu de los tiempos modernos, ni la identificación con la ideología de Europa occidental y de Estados Unidos. Si a la Iglesia de Europa esta reconciliación podía parecerle un regreso al hogar desde la situación de *ghetto*, la solución definitiva para viejos problemas jurídicos de las relaciones entre la Iglesia y el Estado y, por ende, superación de un trauma, nada de esto se daba ni se da en la actual América Latina. Ciertamente la revolución francesa significó el preludio de la liberación respecto de las potencias ibéricas. Pero a renglón seguido, el espíritu del liberalismo y del capitalismo procedente de las potencias anglosajonas sometió a estos países, al parecer independientes, a una esclavitud mucho más dura. En consecuencia, las naciones iberoamericanas no podían encontrar en aquel espíritu su identidad, no podían considerarlo como la meta de una vuelta a sus orígenes (RATZINGER, 1985, pp. 461-462).

8. Idem, p. 286.

9. Futuro Papa Bento XVI.

A situação latino-americana, de dependência econômica e subdesenvolvimento, não poderia gerar unidade cultural e/ou religiosa com a Europa, onde o que restou do catolicismo estava marcado por noções religiosas abstratas, excessivamente espiritualistas e desconectadas da realidade social. A cultura nascida com o final do Antigo Regime, enquanto se tornava sinônimo de liberdade para a Europa e para os Estados Unidos, significava dependência econômica e miséria para a América Latina, bem como para a África e Ásia e, assim, nestes lugares, um caminho próprio de “libertação” se fazia necessário. Portanto, a desigualdade socioeconômica entre a América Latina e a Europa não gerava apenas um distanciamento cultural, no caso o Iluminismo e/ou o Liberalismo, mas também religioso/teológico, campo onde mostrava-se necessário responder à situação de miséria e dependência local, enquanto parte do mundo (cristão) vivia na opulência. A *Teologia da Libertação* seria esta tentativa.

Ratzinger identificou a *TdL*, dessa forma, como um esforço feito pelos teólogos latino-americanos de afastar o pensamento teológico local da “teologia clássica”, ainda praticada na Europa, como uma forma de responder aos problemas enfrentados pelo subcontinente, separando-se de um modelo teológico que, na melhor das hipóteses, poderia responder aos problemas da Europa.

O Pe. João Batista Libânio, como já apontamos, observou que o contexto europeu, na década de 1980, era o da secularização acelerada, da descrença ou da simples indiferença religiosa, enquanto na América Latina a maior ameaça para a fé não era a indiferença, mas sim a “injustiça social existente” que se tornou “o grande perigo secularizante e ateizante”, a verdadeira ameaça à “credibilidade da Igreja” (LIBÂNIO; VÁZQUEZ, 1985, p. 163). Libânio justificava assim o estranhamento de Roma para com a *TdL*. Mas o Cardeal Ratzinger não acreditava que o problema fosse tão simples. Segundo o colombiano Euclides Eslava, estudioso do pensamento de Ratzinger, este:

Concluía que el marxismo, la teología de la liberación, es otro movimiento milenarista más, en cuanto busca la salvación intrahistórica, la “escatología intramundana”. En cambio, la doctrina social de la Iglesia es realista: no promete ningún paraíso terrestre. Rechaza el mito de la revolución, pero al mismo tiempo busca la vía de las reformas, sin que excluya totalmente, en situaciones extremas, la insurrección violenta (ESLAVA, 2012, p. 100).

Portanto, para Ratzinger, a *TdL* não era apenas um mal-entendido, mas quase uma superstição de caráter materialista, não muito distinto do sebastianismo português ou das crenças populares que inspiraram *Canudos* e a *Revolta do Contestado* no Brasil. A Igreja, no entanto, evitava as utopias, a *Doutrina Social da Igreja (DSI)*, crítica do socialismo e do capitalismo, propunha reformas pontuais, valorizava o papel da ética nas relações político-econômicas, conceitos que iam além do livre usufruto da propriedade, mas que não estimulavam “sonhos” revolucionários.

A mesma visão sobre a *TdL* foi elaborada pelo teólogo Karl Lehmann¹⁰ (1936) em um livro da *Comissão Teológica Internacional (CTI)*¹¹ de 1977 chamado *Teologia da Libertação*. A obra contou com a contribuição de mais três teólogos renomados da época, Hans Urs von Balthasar (1905-1988), Heinz Schürmann (1913-1999) e Olegario de Cardedal (1934). Lehmann, no primeiro capítulo do livro chamado *Problemas Metodológicos e Hermenêuticos da ‘Teologia da Libertação’*, identificou uma tentativa de distanciamento feita pelos teólogos da libertação:

Esto significa el acceso a otro mundo cultural. Por tal razón, se registra también, en diversas medidas, un cierto distanciamiento con respecto al “colonialismo teológico” de Europa, distanciamiento que está motivado por el diferente contexto histórico de América Latina. La próspera Europa tiene problemas distintos de los de la sociedad latinoamericana, que ha descubierto a los pobres (CTI, 1978, pp. 10-11).

Outra análise similar foi feita pelo historiador Georges Minois em sua *História do Futuro* (1996), na qual também identificou, entre a *TdL* e sua relação com o comunismo, uma espécie de milenarismo contemporâneo:

Os utópicos mais radicais são os eclesiásticos, regulares e seculares, e este aspecto tem a sua importância. Educados na avidez do absoluto, esses padres foram abalados na sua fé pela escalada do espírito crítico. A maior parte deles (...) comunistas, livres-pensadores ou muitas vezes ateus, revelam-se sob vários aspectos os precursores da teologia da libertação e através

10. Cardeal da Igreja Católica desde 2001.

11. A CTI foi criada em 1969 pelo Papa Paulo VI, com o objetivo de dar suporte teológico à *Congregação para a Doutrina da Fé* em determinados casos. O Cardeal Ratzinger a presidiu entre os anos de 1981 e 2005, enquanto ocupava o cargo de Cardeal-Prefeito, e é membro desde a sua fundação.

deles o comunismo assume o lugar que é realmente o seu na história das ideias: uma heresia messiânica e milenarista e ainda uma variante secularizada e materialista dos movimentos proféticos cristãos (MINOIS, 2000, p. 486).

A *Teologia da Libertação*, portanto, foi interpretada, por parte considerável dos pensadores europeus, mais como uma tentativa de autoafirmação cultural e histórica da América Latina do que como nova corrente teológica; mais como “milenarismo” de cunho cristão do que como “teologia”; tratava-se mais da negação de elementos da Idade Moderna do que da negação da escolástica, sendo a segunda característica consequência da primeira. Seguindo esta linha de pensamento, se a *TdL* não tem como natureza e tampouco como finalidade, análise e objetivos estritamente teológicos, é compreensível que a natureza e a finalidade desta sejam as mesmas que as do marxismo, pelo qual a *TdL* “descobriu os pobres”, a revolução social, a concretização da utopia socialista, etc. Esta era, para Ratzinger, “la autodestrucción de la conciencia occidental” (ESLAVA, 2012, p. 95).

A utilização do marxismo, em maior ou menor grau, feita pelos teólogos da libertação, foi identificada como uma das características mais importantes da *TdL*, como uma tentativa de ruptura, não apenas para com a Igreja romana, mas também com a chamada “cultura ocidental” e, para compreender melhor este aspecto, faremos uma análise da visão de Ratzinger sobre esta característica da *Teologia da Libertação*.

Um olhar de desconfiança: o uso do marxismo na *Teologia da Libertação*

O historiador e sociólogo chileno Fernando Mires (1943), em seu artigo intitulado *Cristianismo y Marxismo según Joseph Ratzinger (Benedicto XVI)* fez uma síntese do pensamento deste teólogo sobre política, a utopia e a *Teologia da Libertação*. A lógica apresentada anteriormente também está presente no artigo de MIRES; segundo ele, Ratzinger entendia que

La secularización de la idea del reino de Dios sobre la tierra es la base de todas las utopías terrenales. Pero como este mundo no ofrece demasiadas posibilidades para el pronto cumplimiento de esa utopía, la deducción es simple: Este mundo debe ser radicalmente cambiado. La tarea del presente es modificar al mundo, es el mensaje de la profecía zelota,

del milenarismo de di Fiore, del marxismo, y de esa pálida representación ecléctica de todo eso junto, que fue la teología de la liberación (MIRES, 2007, p. 9).

Apesar de citar outros elementos componentes da *TdL*, o marxismo ganhou maior relevância e um lugar especial por várias razões. Em primeiro lugar porque está colocado como peça chave de um movimento teológico, o que Marx provavelmente nunca imaginou, segundo porque aparece depois de dois movimentos espiritualistas, o zelotismo que, embora tivesse um claro objetivo político, o fazia por “zele” à vontade de Deus, e o milenarismo de Joaquim de Fiore, como se o marxismo fosse mais uma utopia em sentido estrito. Ao longo do artigo é também o marxismo que recebe maiores cuidados e neste sentido Mires continua:

El marxismo, en todas sus versiones, siempre fue para Ratzinger ateo, misionario y teleológico. Que ese marxismo de la teología de la liberación poco tuviera que ver con la concepción originaria de Marx y Engels quienes escribieron en contra de las utopías, y que, además, se negaron a considerar la idea del comunismo como una utopía, no tenía para Ratzinger ninguna importancia. El marxismo era lo que había llegado a ser y no lo que pudo haber sido. Los proyectos de algunos teólogos de la liberación para “convertir” al marxismo e integrarlo al interior de una perspectiva cristiana, fueron en su mayoría de una muy precaria calidad intelectual, y no sólo desde el punto de vista teológico, sino que del marxista también (MIRES, 2007, pp. 5-6).

Pode-se depreender das duas citações que, para Ratzinger, não importava qual conceito de “marxismo” os teólogos da libertação utilizavam, pois este, embora ateu, carregava consigo uma missionariedade e teleologia próprias, características que adentravam no campo da religião e que, portanto, rivalizavam com o cristianismo. Também não importava o quanto Marx e Engels, bem como os teólogos da libertação, consideravam a cientificidade da análise marxista; o resultado da aplicação desta havia sido desastroso, portanto, tratava-se apenas de utopia. Em terceiro lugar, o uso do marxismo e de seu caráter utópico davam ao cristianismo um aspecto milenarista que a Igreja sempre quis evitar. Segundo a teologia clássica, Deus poderia se utilizar do Homem como instrumento, mas em última instância a ação definitiva viria de Deus e não do Homem. Esta lógica, na *TdL*, inverteu-se e isto era inaceitável. E finalmente, para ele, a mudança radical

do mundo, compreendida pelos teólogos da libertação, associava-se com a “revolução social”; não era uma utopia desenvolvida de forma autônoma, mas uma inspiração dos modelos socialistas existentes.

O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, considerado o sistematizador da *TdL*, em sua principal obra concluiu que “só uma quebra radical do sistema de propriedade, o acesso ao poder da classe explorada, uma revolução social que rompa com tal dependência, pode permitir acesso a uma sociedade diferente, a uma sociedade socialista” (GUTIÉRREZ, 1976, p. 34); além disso afirmou que Cuba tinha o “papel acelerador” do “movimento de libertação” da América Latina e que esta estabeleceu “um antes e um depois à história política recente” da região (GUTIÉRREZ, 1976, p. 84). Portanto, a *TdL* também representava um grave perigo político para a Igreja.

A violência usada contra os cristãos atrás da “cortina de ferro” e nos demais países que sofreram revoluções socialistas deixava a Igreja romana temerosa, já que a América Latina era a região com o maior número de católicos praticantes em todo o mundo. Socialismo ou comunismo eram sinônimos de violência e pensamento utópico para Ratzinger, e estes, somados ao catolicismo, certamente não trariam resultados positivos. Sobre o perigo das utopias, o filósofo Karl Popper (1902-1994) já havia refletido em uma palestra proferida no *Instituto das Artes de Bruxelas* em 1947. O texto constitui o capítulo dezoito do livro *Conjecturas e Refutações* (1963) e se chama *Utopia e Violência*. Segundo Popper, o pensamento utópico é uma forma errônea de racionalismo, é o “racionalismo que se autodestrói”, portanto, “o método utópico, que escolhe um Estado ideal da sociedade como objetivo das nossas ações políticas, tende à produção da violência” (POPPER, 1972, p. 391) e que “por mais benevolentes que sejam seus objetivos, não acarreta a felicidade, mas só a conhecida miséria da condenação ao governo tirânico” (POPPER, 1972, p. 392). É importante considerar que Popper, assim como João Paulo II e o próprio Ratzinger, forçado a servir na *Juventude Hitlerista*, sofreram muito com o autoritarismo, tanto de esquerda quanto de direita, ambos justificados com projetos utópicos (ou distópicos) que almejavam uma sociedade perfeita. O pensamento de Ratzinger está alinhado,

neste sentido, com o de Popper:¹² a *TdL* passou a ser vista como uma tomada de posição antiocidental, anti-capitalista, anti-européia e, por extensão, antir-romana.

Contradições no Magistério da Igreja: o uso do marxismo em documentos oficiais

Apesar da seriedade das críticas à teoria marxista feitas por Ratzinger, alguns elementos desta aparecem em documentos oficiais da Igreja, como encíclicas, cartas apostólicas e obras autorizadas. Não é desconhecido o fato de que a Igreja também critica uma série de características do sistema capitalista. O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI)*,¹³ por exemplo, contém várias imposições morais para que o capitalismo seja aceitável, como quanto ao funcionamento do mercado financeiro, o problema dos lucros ilimitados, a especulação financeira sobre gêneros alimentícios, etc. Nele pode-se ler:

Os progressos científicos e tecnológicos e a mundialização dos mercados, de *per se* fonte de desenvolvimento e de progresso, expõem os trabalhadores ao risco de ser explorados pelas engrenagens da economia e pela busca desenfreada de produtividade (CDSI, 2004, 279).

Também que a economia deveria “realizar um mundo equitativo e solidário”, afim de “promover o bem-estar dos homens e dos povos e para contrastar-lhes a exclusão e exploração” (CDSI, 2004, 174).

O filósofo argentino Enrique Dussel (1934) em um trabalho chamado *Teología de la Liberación y Marxismo*,¹⁴ analisou similaridades entre alguns trechos de obras de Marx e a encíclica *Laborem Exercens* (1981) do Papa João Paulo II, como um dos vários exemplos de textos magistrais com essa característica. Dussel observou que

12. Para um estudo mais aprofundado das possíveis conexões entre os dois autores conferir: ECHEVERRÍA, Eduardo J.. *The views of Karl Popper and Joseph Ratzinger/Benedict XVI on a theory of rationality*. *Sapientia*, 69, 2013, p. 234. <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/views-popper-ratzinger-rationality.pdf>. Acesso em agosto, 2016.

13. O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* foi elaborado em 2004 pelo Pontifício Conselho ‘Justiça e Paz’. Trata-se de uma reunião de textos da Igreja, produzidos ao longo do século XX, sobre a questão social.

14. In : ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid:Edit. Trotta, pp. 115-144, 1990.

Para Marx, como para la encíclica, el trabajo humano (el “trabajo vivo” o la “subjetividad del trabajo”), como individualidad en comunidad, es el punto de partida de la crítica ética; es decir, la persona humana del trabajador. Categorías tales como “medios de producción” el trabajo “objetivo” como tecnología, o como cuando se habla de “que no se puede separar el capital del trabajo, y que ninguna manera se puede contraponer el trabajo al capital”, son estrictamente categorías o distinciones de Marx mismo, que la encíclica usa para criticar al marxismo estalinista dogmático y economicista, y con razón. La encíclica, como la teología de la liberación, hace un cierto uso categorial de Marx, así como santo Tomás usó a Aristóteles (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, pp. 139-140).

O Papa teria utilizado a análise marxista como método para estruturar a sua encíclica. Como demonstra Dussel, vários termos são tomados de Marx para abordar a questão do trabalho e sua relação com o capital, a expressão “proletário” ou “meios de produção” são apropriadas de Marx, inclusive para criticar a URSS. Mas, considerando toda a ferocidade dos argumentos de Ratzinger contra qualquer tipo de marxismo, como isso se explica? É importante destacar que Dussel, antes de fazer esta citação, preparou o leitor dizendo que a Encíclica possuía “un conocimiento muy inteligente de Marx” (ELLACURÍA; SOBRINO, 1990, p. 137). Não escapou da nossa memória o tom ácido de Ratzinger ao comentar sobre a “precária qualidade intelectual” com a qual a maioria dos teólogos da libertação teriam se utilizado do marxismo, trecho citado anteriormente, o que gera duas questões: talvez Ratzinger possa, como Dussel, ter considerado válida a apropriação do marxismo, feita por João Paulo II, devido a sua “qualidade intelectual”? Seria então possível que a análise marxista fosse utilizada pela teologia da libertação de forma adequada, com “qualidade intelectual” e rigor crítico?

Vamos tentar desenvolver respostas para as ambas as questões. A segunda pergunta proposta é mais simples, por isso começemos por ela. Para Ratzinger, o marxismo poderia ser utilizado pelos teólogos da libertação, mas com maior rigor intelectual? Consideramos que a resposta seria “não”. Euclides Eslava nos recordou a reação de Ratzinger quando da associação de Marx e Aristóteles: “Lo malo es que Marx no es Aristóteles, (...). Y asumir el marxismo o el neomarxismo no es asumir una filosofía, sino sobre todo una *praxis*” (ESLAVA, 2012, p. 99); porém, quanto à primeira pergunta, cremos que a resposta seria “sim”, o

Magistério da Igreja fez e pode fazer um uso adequado e positivo do marxismo, e isso porque: o *Magistério da Igreja* não deseja, certamente, uma “revolução social”, não está preocupado com um “movimento de libertação” próprio, detém em si um referencial cultural que se desenvolveu de maneira estável ao longo dos séculos, identificando-se com a cultura europeia como uma cultura universal, etc. São muitos elementos que diferenciam o uso da análise marxista gerado pelo *Magistério* e o outro, feito pelos teólogos da libertação latino-americanos. A intencionalidade é diametralmente oposta, mesmo quanto a pontos aparentemente convergentes como a “opção fundamental/preferencial pelos pobres”, tema fortemente presente tanto na *TdL* quanto no *CDSI*;¹⁵ no entanto, os dois campos possuem abordagens tão distintas que a similaridade permanece apenas na expressão literária.

A “contradição” exposta, portanto, explica-se da seguinte forma: a *TdL* não poderia fazer uso do marxismo porque seria, substancialmente, cismática; teria em si uma natureza autônoma, histórica e culturalmente falando, a qual impediria a utilização madura e equilibrada deste referencial. O risco de separação da Igreja de Roma, motivado pela busca de um caminho próprio, de uma luta específica, era muito alto e a análise marxista poderia acelerar esse processo. Quando Leonardo Boff abandonou o sacerdócio (1992) esta hipótese se confirmou; embora tenha afirmado que nunca deixara, de fato, a Igreja, tratou-se de um rompimento pessoal com seu ministério, rompimento que poderia ter sido social, ou mais amplo, caso a Igreja de Roma não tivesse tomado tal postura. Era, portanto, o risco de cisma da igreja latino-americana que Roma temia.

O marxismo, como foi visto, poderia servir como agente catalisador não apenas de uma revolução socialista no subcontinente, mas também como um cisma da Igreja latino-americana, possibilidades que deixaram o Vaticano em estado de alerta. Porém, analisando de forma equilibrada, apesar do risco de uma revolução ser grande, dado o contexto histórico da década de 1980, um cisma não era, necessariamente, uma consequência óbvia. A Polônia, por exemplo, mesmo atrás da “cortina de ferro” se manteve católica e fiel à Igreja romana; por que a América Latina não permaneceria? Qual era o fundamento dos receios do *Magistério*?

15. Conf.: CDSI, n° 182-184.

O risco de cisma na América Latina: fundamentos e contextos

Tentaremos responder, depois destas reflexões, a questão em aberto: por que o Vaticano temia uma cisma da Igreja latino-americana? Nesta última parte desenvolveremos duas respostas possíveis para a questão.

A solução mais evidente para o problema foi elaborada pelo Pe. Libânio; no artigo que citamos anteriormente, Libânio esclareceu que o peso controlador imposto por Roma sobre a América Latina, quanto à Teologia da Libertação, ou o movimento de “sístole” como se encontra definido, foi motivado pelo

Peso estatístico da Igreja católica [deslocado] de modo rápido e inequívoco dos países centrais ricos para as periferias do Terceiro Mundo. Dentro de alguns anos a parte viva da Igreja católica se encontrará em tais regiões. Entende-se, pois, a enorme solicitude de Roma em salvaguardar-lhes a integridade da fé e a pureza eclesial das práticas pastorais (LIBÂNIO; VÁZQUEZ, 1985, p. 162).

O interesse primordial, portanto, estava na expressividade do número de católicos presentes no subcontinente, e o cálculo da perda desses fiéis era assombroso. Não se tratava, dessa forma, de um medo primário da “revolução comunista” nestes países, ele estava presente, mas em segundo plano; o principal receio era que a fé se diluísse frente ao neomilenarismo representado pela teoria marxista. Segundo o filósofo colombiano, Ricardo Vélez Rodríguez,

Os russos compreenderam perfeitamente o valor do elemento religioso na América Latina. Herdeiros – como nós – de longa tradição despótica oriental, convertida, ao longo do século XX, para eles, em sistema totalitário, souberam utilizar o fator religioso como ponta de lança para a penetração soviética no continente latino-americano. E estimularam, até a queda do Império da URSS, a difusão da Teologia da Libertação (VÉLEZ, 2009, p. 449).

Independentemente do nível de verdade do trecho acima, o fato é que a Igreja temia que a URSS utilizasse a piedade religiosa latino-americana para inserir a ideologia marxista através da *TdL*. Caso tivessem êxito, os soviéticos agremiariam a maior parte dos católicos praticantes no mundo e causariam, efetivamente, um cisma religioso, partindo da ressignificação da fé

católica feita através da análise marxista da Bíblia e dos elementos centrais do catolicismo.

A segunda resposta possui uma característica contextual. Além do conflito com a *TdL*, a *Congregação para a Doutrina da Fé* teve de lidar com outra situação igualmente séria e embaraçosa na década de 1980, o “caso Lefebvre”. O Monsenhor Marcel Lefebvre (1905-1991), fundador da *Fraternidade Sacerdotal São Pio X* (FSSPX), foi um bispo católico francês que participou do *Concílio Vaticano II* (1962-1965). Após o encerramento do Concílio, tornou-se um crítico voraz das reformas resultantes deste, sobretudo quanto à liturgia.¹⁶ É importante destacar que o movimento lefebvrista e a *TdL* representam polos opostos; enquanto os teólogos da libertação desejavam aprofundar as inovações trazidas pelo *Concílio Vaticano II*, os lefebvristas queriam a anulação das reformas conciliares.

O historiador italiano, Roberto De Mattei, relatou que “em novembro de 1972 (...) Mons. Lefebvre proferia em Rennes uma alocução na qual expressava pela primeira vez um juízo fortemente negativo sobre o Concílio Vaticano II. A Santa Sé proibiu Mons. Lefebvre de ordenar os seus seminaristas” (MATTEI, 2012, p. 499), mas, apesar da proibição, esse ordenou treze seminaristas seus ao sacerdócio em 1976. Ao tomar conhecimento do fato, o Papa Paulo VI (1963-1978) ordenou a aplicação de uma “suspensão *a divinis*”,¹⁷ mantida até a sua excomunhão definitiva em 1988, após ordenar ilicitamente quatro bispos para a sua Fraternidade. Este não foi um caso isolado, concluiu De Mattei, “o arcebispo francês foi o mais famoso, mas não foi o único representante de um vasto e ramificado movimento de resistência, que nalguns casos, infelizmente, desembocou no cisma ou na perda de fé” (MATTEI, 2012, p. 501).

O “caso Lefebvre” foi cuidadosa e exaustivamente trabalhado por Ratzinger, mesmo depois de ter sido eleito Papa em 2005. Tratou-se de um cisma feito por toda a *FSSPX* e movimentos associados como a *União Sacerdotal São João Maria Vianney*, fundada pelo bispo da Diocese de Campos dos Goytacazes (RJ), Dom Antônio de Castro Mayer (1904-1991).¹⁸

16. Celebração da missa, ordenação sacerdotal, rito da confissão, etc.

17. A suspensão *a divinis* é a proibição a um padre de celebrar missa e dar os sacramentos. Leonardo Boff recebeu a mesma punição em 1985.

18. Dom Castro Mayer participou da ordenação dos quatro bispos da *FSSPX* em 1988 e foi excomungado juntamente com Mons. Lefebvre e os bispos recém ordenados.

O final da década de 1970 e toda a década seguinte foram marcados por movimentos contestadores do *Magistério*, do *Concílio Vaticano II* e da ordem social estabelecida, ou seja, foi um período de crise epistemológica da Igreja católica. É natural, a partir deste contexto, que o *Magistério* ficasse na defensiva e temeroso de qualquer movimento, ideologia e/ou teologia “inovadora” dentro da Igreja. A *TdL* estava inserida neste ambiente de tensão e desconfiança generalizada.

Pode-se concluir, assim, que a ideia de “cisma” e o temor deste se concentravam na importância que a América Latina representava para a Igreja naquele momento e no contexto propício ao questionamento e à separação desenvolvido desde o final do Concílio Vaticano II.

Conclusão

Através das análises anteriores procuramos demonstrar a complexidade da crítica feita pela Igreja à *Teologia da Libertação*. Ao fazer isto, um elemento importante salta às vistas: parte da história da Igreja católica, da América Latina e da Europa das três últimas décadas do século XX pode ser analisada a partir do estudo da *Teologia da Libertação* e de intelectuais pouco estudados como Joseph Ratzinger. Observações simplistas e conclusões ideologizadas podem deixar passar fatos e conjunturas essenciais para a compreensão da história recente do nosso subcontinente e da Igreja católica, instituição que marcou a região desde o início da colonização. Pôde-se perceber que o embate de Roma com a *TdL* possui como características, o medo de cisma da Igreja latino-americana, o medo de uma revolução socialista subcontinental, a inversão da análise teológica e a transformação da escatologia cristã em utopia milenarista, entre outros.

Outra conclusão interessante é que o uso da análise marxista não foi vetado por sua inaplicabilidade ao método ou à linguagem teológica, a esta conclusão podemos chegar observando os documentos magisteriais que o utilizaram; a proibição foi localizada e pontual, por razões teológicas, políticas e institucionais. Esse elemento demonstra o quanto Marx pode ser reinventado ao longo da história e adaptado aos mais diferenciados propósitos, até mesmo contra o seu próprio pensamento. O medo da utilização do marxismo também denunciou a falta de confiança da Igreja romana na América Latina e, reciprocamente, a falta de confiança

dos teólogos latino-americanos no *Magistério*, a ponto de sobrepujar uma ideologia política à fé que estes decidiram assumir.

Na mesma linha de pensamento é curioso como a Igreja costuma se colocar no centro dos acontecimentos do mundo e, embora estivesse preocupada com uma revolução socialista na América Latina, as principais críticas não se direcionavam neste sentido, mas sim no da fidelidade para com o *Magistério*. Ou seja, a Igreja do final do século XX ainda era demasiadamente ego-cêntrica na sua relação com a sociedade e a história. E como última consideração, chama-nos a atenção a força que a religião cristã possuía e ainda possui no campo das transformações políticas e sociais na América Latina, como a abordagem teológica foi capaz de sensibilizar muitos cristãos e intelectuais católicos para o drama da miséria e do abandono sofrido pelos mais pobres nesta região e, se estes problemas, aparentemente tão evidentes, não estivessem colocados em “chave religiosa”, talvez muitos destes sequer teriam voltado o olhar para a questão. Estas e outras observações do gênero podem fazer com que um continente tão multifacetado e complexo como a América Latina seja melhor compreendido e desperte cada vez mais interesse dos pesquisadores.

Referências

- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. *Fé e Eficácia: O uso da sociologia na Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1991.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução Libertatis Conscientia: Sobre a liberdade cristã e a libertação*. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html. Acesso em agosto/2016. 1986.
- ELLACURÍA, Ignacio; SOBRINO, Jon (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*. Tomo I. Madrid: Edit. Trotta, 1990.
- ESLAVA, Euclides. *Poder, Justicia y Paz. El Pensamiento Político de Joseph Ratzinger*. Escritos/Medellín, Colômbia, v. 20, nº 44, pp. 83-119, jan/jun. 2012.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Trad. Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1976.

- LEHMANN, Karl. *Problemas metodológicos y hermenéuticos de la "teología de la liberación"*. In Comissão Teológica Internacional. *Teología de la Liberación*. Trad. José Luis Zubizarreta e Gumersindo Bravo. Madrid:Biblioteca de Autores Cristianos, pp. 3-42, 1978.
- LIBÂNIO, João Batista; VÁZQUEZ MORO, Ulpiano. *A Instrução sobre a Teologia da Libertação: Aspectos hermenêuticos*. Belo Horizonte:Perspectiva Teológica, v. 17, nº 42, pp. 151-178, maio/ago., 1985.
- MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita*. Trad. Maria José Figueiredo. São Paulo:Edit. Caminhos Romanos, 2012.
- MINOIS, Georges. *História do Futuro: dos Profetas à Prospectiva*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa:Edit. Teorema, 2000.
- MIRES, Fernando. *Cristianismo y Marxismo según Joseph Ratzinger*, 2007. <http://www.analitica.com/opinion/opinion-nacional/cristianismo-y-marxismo-segun-joseph-ratzinger-benedicto-xvi/>. Acesso em agosto, 2016.
- PONTIFÍCIO CONSELHO 'JUSTIÇA E PAZ'. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Edit. Pastoralis (site), 2005.
- POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília:Edit. UnB, 1972.
- RATZINGER, Joseph. *Teoría de los Principios Teológicos: Materiales para una teología fundamental*. Trad. Marciano Villanueva Salas. Barcelona:Edit. Herder, 1985.
- RATZINGER, Joseph. *Iglesia, Ecumenismo y Política*. Trad. Bartolomé Parera (Parte 1), José Luis Legaza (Parte 2) e Gonzalo Haya (Parte 3). Madrid:Biblioteca de Autores Cristianos, 2005.
- RATZINGER, Joseph. *Liberdade e Libertação: A visão antropológica da Instrução Libertatis Conscientia*. *Communio: Revista Internacional de Teologia e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 28, nº 2, pp. 465-480, abr/jun., 2009.
- RICOEUR, Paul. *Ideologia e Utopia*. Trad. Teresa Louro Perez. Lisboa:Ediç. 70, 1991.
- SEGUNDO, Juan Luis. *Teologia da Libertação: Uma advertência à Igreja*. Trad. Benno Brod. São Paulo:Paulinas, 1987.
- VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. *Teologia da Libertação, Marxismo e Messianismo Político*. *Communio: Revista Internacional de Teologia e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 28, nº 2, pp. 437-454, abr/jun., 2009.

CONDICIONANTES E PERCALÇOS DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: uma análise histórica comparada das ondas integracionistas das décadas de 1960, 1990 e 2000

Roberto Teles Lima Barros*

A América Latina tem presenciado nas duas últimas décadas do século XX, um crescimento quantitativo no surgimento, debate e na disseminação de organizações regionais para a resolução conjunta das limitações dos Estados. O fenômeno de criar instituições comuns e as discussões sobre a cooperação entre os Estados latino-americanos ganhou especial destaque com o surgimento de governos, principalmente na parte sul do subcontinente, que interpretam a intensificação das relações intrarregionais não apenas como uma maneira de se superar os desafios do desenvolvimento econômico, mas também como maximizador de sua margem de autonomia (BRICEÑO-RUIZ, 2011). Em meio a esse processo surgiram instituições, desde a *Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)*, *União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)* e a *Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribe (CELAC)*.

Não obstante, mesmo tendo ganhado destaque na mídia e nos círculos acadêmicos, o fenômeno em si não é novo. Recorrente desde a partir da década de 1960, os Estados latino-americanos mantiveram em seu cerne estratégico a cooperação regional como um importante instrumento para a solução de seus impasses em relação ao desenvolvimento e às intempéries do sistema internacional. Tal tradição assim posta, explica parcialmente a recorrência, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, do surgimento e da manutenção de organismos regionais, partindo desde a *Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC)*, passando ao *Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)*, pela *Comunidade de Andina de Nações (CAN)* até as outras já supracitadas.

Assim como em muitos pesquisadores, surgem-nos uma questão ao observar tal quadro: que motivos

podem ser apontados para que, mesmo com todos esses processos em vários anos, a integração latino-americana não tenha avançado tanto como a europeia? Para Malamud (2011), essa questão é dada pela dificuldade que esses Estados têm, tanto em ceder soberania a um organismo supranacional, como às instabilidades políticas presentes na região. Já para Sabatini (2013) essa difusão de instituições é a manifestação da falta de concordância e da sobreposição de interesses entre os Estados e não um sinal do aumento a cooperação, ou seja, não é fato que evolui a integração, mas sim apresenta-se um fenômeno contrário. No ponto de vista desses autores, quando se tem em perspectiva os avanços e os resultados alcançados pela experiência europeia, os processos de cooperação latino-americanos apresentaram resultados falhos.

Entretanto, ao observar a integração latino-americana com lentes voltadas para o caso europeu põe-se uma problemática, principalmente quando se toma aquela relação em um sentido teleológico. Mercedes Botto (2015), ao estudar o MERCOSUL e a cooperação regional, identifica, de fato, que a integração latino-americana é errática em certos processos, mas que atinge significados resultados, não apenas em termos de comércio, mas na harmonização de áreas de políticas públicas e de interação social.

É a partir desse ponto que nos interessa entender quais são os estimuladores, condicionantes e obstáculos que a integração latino-americana tem enfrentado em uma análise de perspectiva histórica comparada. Essa maneira de análise nos permite observar, a partir dos pontos selecionados, não apenas as diferenças contextuais, mas também o que de semelhante houve nos processos, a fim de buscar nessas similitudes algumas generalidades e traçar o que de recorrente tem sido apontado como empecilho e ainda o que não foi claramente identificado.

Desse modo, partiremos para buscar que elementos comuns encontram as três ondas de integração

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Membro do Observatório de Regionalismo (PPGRI/UNESP). Contato: robertotlb@hotmail.com.

latino-americana (1960, 1990 e 2000) para sua conformação, em que se diferenciam e o que bloqueou o avanço. Focaremos em critérios específicos para alcançar tal objetivo: a) contexto político internacional; b) ideias econômicas presentes e; c) retórica política das elites locais.

O primeiro permitirá uma visão necessária dos condicionantes sistêmicos que pressionam os agentes internos a tomarem decisões e, como já afirmado, geralmente impulsiona a ação dos países latino-americanos a respostas, através da integração. O segundo está tanto interconectado com o primeiro, quanto com o terceiro ponto. São também as ideias econômicas presentes que interpretam qual tipo de integração se deve adotar ou, ao menos, que enfoque se deve ou não considerar. Peter Kingstone (2011) nota que na América Latina os modelos econômicos variam de acordo com a maior ou menor presença do Estado, reflexo que pauta também parte os projetos de integração, principalmente os centrados em comércio e desenvolvimento. Quanto ao terceiro e último ponto, o das retóricas das elites locais, analisa-se como as elites locais manejam tanto as condicionantes externas, as ideias econômicas e as demandas internas para a decisão sobre como a integração e a cooperação regional podem ser instrumentos úteis para seus interesses, como também o contrário: os blocos regionais serem ou se tornarem um empecilho para os seus interesses.

A partir do que foi exposto, a sessão seguinte analisará os aspectos relevantes nos processos de integração da primeira onda de integração latino-americana, os anos 1960. Como em todos os períodos foram levados a cabo, com maior e menor intensidade, projetos de cooperação e integração regional em toda a região latino-americana e cada um com suas especificidades, selecionamos para este período a *ALALC*, o *Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)* e o *Pacto Andino* para maior apreciação, devido a suas relevâncias e correlação intrínseca, além de serem exemplares dos processos que ocorreram no período. A sessão posterior seguirá nos mesmos moldes, entretanto tratando especificamente da segunda onda integracionista na década de 1990, focados no *MERCOSUL*, no *Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA)*, no acrônimo em inglês) e na *Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA)*. Essa terceira parte tentará mostrar as mudanças em relação ao período anterior nos três aspectos, bem como uma maior divisão regional em blocos hemisféricos. A quarta sessão tratará dos

fenômenos da terceira onda integracionista dos anos 2000. Caracterizados como “regionalismo pós-hegemônico”, serão tratados de maneira mais específica a *ALBA*, *UNASUL*, *CELAC* e a *Aliança do Pacífico*, como exemplos da experiência de processos de cooperação políticos e econômicos e como, mesmo com estímulos externos similares, a interpretação das elites locais modifica a ação e o tipo de cooperação que deve prevalecer. Nas breves considerações finais, faremos uns balanços sobre tais processos identificando suas similitudes e dissonâncias.

Deixa-se desde já claro que o trabalho aqui posto não é definitivo, mas intenta colaborar com o debate sobre integração latino-americana em uma perspectiva que permite notar seus avanços e bloqueios, sem adotar aqui um posicionamento teleológico ou determinista. Os obstáculos que serão identificados e que se repetem ao longo do tempo podem necessitar de maiores estudos específicos sobre cada caso, em termos das organizações avaliadas ou dos países integrantes. Reconhecendo, portanto, tais limites, almeja-se iniciar um maior debate e incentivar análises sobre essas condicionantes e esses empecilhos.

A Primeira Onda: regionalismo dos anos 1960

O sistema internacional da primeira onda de regionalismo latino-americano foi fruto do contexto de pós 2ª Guerra Mundial e postulado na Guerra Fria. Marcado para além do conflito Leste-Oeste, o período também apresentava um cenário de reformulação no centro do sistema, no qual se apresentava uma Europa ainda em reconstrução e a necessidade de rearticulação regional, visando a busca de mercados e alternativas ao desenvolvimento. A falta de compradores dos produtos primários, a deterioração dos termos de troca e o crescente protecionismo no centro global representavam para a América Latina desafios para a sua inserção no cenário internacional.

O plano hemisférico apresentava um recrudescimento dos Estados Unidos no quesito da segurança coletiva da região. Durante a década de 1960, a América Latina presenciou conflitos na América Central e Caribe, representativos disso a questão cubana e o seu afastamento da *Organização dos Estados Americanos (OEA)*, demonstrando que a alternativa soviética não era uma opção para os países da região, quando se tinha os Estados Unidos tão perto, ainda mais nesse período.

Desse modo, sem poder recorrer às grandes potências ou emergentes, o que restava como solução era a busca de uma coordenação conjunta e de parcerias com os vizinhos para alcançar mercados e escala de produção.

Outro ponto que fortalecia a ideia de que os países latino-americanos necessitavam de novos mercados era a impossibilidade e o não-auxílio dos Estados Unidos de suprir as necessidades comerciais e econômicas da região. Não sendo diretamente foco estratégico de suas preocupações de segurança (excetuando alguns casos, como o cubano), os Estados Unidos contavam com grande capacidade militar e apoio dos governos locais, estes sendo mantidos em regimes de exceção. Assim, diferentemente de como houve na Europa e em países asiáticos, como no Japão e na Coreia do Norte, os Estados Unidos não financiaram ou promoveram projetos de investimento hemisférico, como a *Operação Pan-Americana*. Sem este apoio do centro do Ocidente capitalista e com problemas de alcançar mercados em outras regiões, restava apenas aos países latino-americanos buscar maneiras conjuntas de suprir essas necessidades comerciais e econômicas.

Ideias Econômicas

É difícil, ao abordar a integração latino-americana sem citar o papel que teve, no momento inicial, a *Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)* e os pensamentos de seu diretor Raúl Prebisch. Para Prebisch, o sistema econômico global estava dividido entre centro desenvolvido produtor de manufaturas e uma periferia subdesenvolvida e exportadora de matéria prima e commodities primárias, e que a solução para a periferia sair dessa situação que mantinha a tendência ao desequilíbrio seria a industrialização da periferia. Nesse sentido, cabia ao Estado um papel importante para o desenvolvimento de políticas de incentivo e proteção à indústria nacional, tendo papel importante o papel da política de *Substituição de Importações* (SIMONOFF, 2012).

Essa política de substituição de importações baseava-se na mudança da planta fabril de um país que se tornava autônomo e termos produtivos, gerando protecionismo em setores deficientes da indústria os quais, quando amadurecidos, seriam abertos gradualmente à competição gerando sua eficiência (KINGSTONE, 2011). Entretanto, não basta apenas o protecionismo e o desvio de comércio se não houver um escalonamento

da produção e a mudança da pauta exportadora. Nesse caso, a integração ganha um papel chave, em que se pode gerar, diante de uma zona produtiva comum, o escalonamento da produção, uma área de demanda e consumo maior, bem como harmonização de políticas macroeconômicas que privilegiassem o comércio intrazonal no início e, posteriormente, a abertura para o mercado global.

Jaguaribe (2008) e Puig (1983) enxergavam no período a solução para o desenvolvimento econômico via integração como a alternativa mais razoável ante o cenário global. A autonomia dos países latino-americanos só se daria na medida em que suas elites locais buscassem diminuir seus laços de dependência com os Estados Unidos e com os países centrais, a partir da conformação de políticas comuns que privilegiassem a cooperação e a geração de cadeias produtivas integradas. Consideravam ser esta, mais viável que a proposta de uma autonomia secessionista, já que, como expõe Puig, sair do sistema capitalista poderia gerar altos custos internos e externos, como mostrava o exemplo cubano.

Dessa maneira, as ideias econômicas do período enxergavam no Estado o promotor do desenvolvimento e o dinamizador do mercado naqueles países em que as condições econômicas ainda se caracterizavam como deficientes ou em dificuldades de auto-gestão para a promoção da industrialização, fosse via investimentos ou protecionismos. Mas tal proposta, se por um lado ia de encontro com o credo ortodoxo do livre-mercado, ao mesmo tempo encontrou crítica de economistas de cunho marxista, que enxergavam no modelo cepalino-desenvolvimentista uma maneira de perpetuar o modelo capitalista e não de superá-lo. Era visto mais como uma adequação do sistema e não de fato uma mudança (SIMONOFF, 2012).

A ideia de promoção autônoma e de desenvolvimento de uma indústria forte nacional teve aceitação nas elites regionais nesse período, principalmente pelo cunho nacionalista de governos, tanto populistas, quanto de regimes ditatoriais. Entretanto, esse mesmo nacionalismo mostrou-se obstáculo para a equalização dos planos de desenvolvimento, como a cooperação econômica, a abertura econômica e a harmonização macroeconômica. A adoção parcial de ideias e interesses individuais dos Estados também trouxe limites para o desenvolvimento das instituições.

Retóricas Política das Elites Locais

Como Briceño-Ruiz (2011) aponta, é problemático categorizar a primeira onda do regionalismo latino-americano de regionalismo fechado. O principal exemplo dessa problemática é a conformação da *ALALC*, em 1960 com o *Tratado de Montevideo*. Conformado por Brasil, México, Uruguai, Argentina, Peru, Paraguai e Chile, esse bloco regional estabelecia a queda das tarifas comerciais entre seus membros, buscando-se avançar para o aprofundamento da integração a partir ampliação da cooperação produtiva. Entretanto, esse projeto tinha duas linhas antagônicas que disputavam e geravam entraves na conformação política do bloco. Os países com menor grau de desenvolvimento relativo insistiam para um avanço em direção à formação de um mercado comum que diminuísse as assimetrias entre os países-membros e que harmonizasse as políticas econômicas. Não obstante, os países com dimensões econômicas maiores travaram esse avanço, preferindo a formação de uma área de livre-comércio que permitisse uma entrada melhor de seus produtos em mercados menos competitivos.

Desde aí recorre o primeiro ponto de conflitos de interesses e práticas que impediram o avanço da *ALALC*. Para os países com maior mercado, era vantajoso a expansão de suas empresas, entretanto, não necessariamente uma harmonização de suas políticas com a de outros países, tampouco a geração de uma cadeia produtiva regional. Já para os países menores, havia a problemática de desvio de comércio ao ter de comprar preferencialmente produtos mais caros dos seus vizinhos à revelia aos similares de outros países (KINGSTONE, 2011). Sem a homogeneização de interesses em aprofundar a integração, a estratégia da *ALALC*, de maneira mais ampla, acabou tornando-se mais uma forma de acordos multilaterais preferenciais de comércio, do que um processo de integração produtiva, resultando, na sequência, na sua transformação na *ALADI*, nos anos 1980.

Devido a esse processo de deficiência nos avanços da *ALALC*, os países andinos decidiram incrementar seu processo de integração pela via do Pacto Andino, em 1969. O Pacto, formado pelo Peru, Chile, Venezuela (a partir de 1973), Bolívia, Equador e Colômbia buscava avançar mais do que a *ALALC*, espelhando-se na experiência supranacional europeia. Nesse sentido, ampliou-se o espectro livre-cambista que predominava

nos grandes países que compunham a *ALALC* e buscou-se, a partir da criação de organismos multilaterais, implementar um desenvolvimentismo dirigido e planejado, com menos assimetrias (BRICEÑO-RUIZ, 2011). Entretanto, se o problema da *ALALC* foi a questão dos interesses dos países, o do Pacto foi o esvaziamento progressivo de seus membros. Em 1976, o Chile, no regime Pinochet, saiu do acordo, a partir de uma concepção econômica mais ortodoxa e liberal, não insistindo no intervencionismo e protecionismo do próprio bloco. Mesmo assim, o grupo avançou, criando sua própria Corte e Parlamento e com crescente aprofundamento. Mas, com as crises derivadas dos anos 1980/1990, o grupo sofreu mais uma retirada, dessa vez do Peru e, posteriormente, da Venezuela.

Se na América do Sul o processo avançava a passos curtos, na América Central o *Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)* avançava mais celeremente, apresentando importantes resultados em seu período inicial. Mais ambicioso que a *ALALC*, o bloco formado pela Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua trouxe, desde o próprio Parlamento e Corte, até a liberação comercial total intra-bloco para produtos produzidos dentro do limite geográfico intrazonal. O resultado imediato foi o aumento do fluxo de comércio dentro dos países bem como um significativo aumento no investimento estrangeiro direto, proveniente majoritariamente dos Estados Unidos. Esse processo, mesmo gerando uma diversificação produtiva e atraindo empresas estrangeiras para a produção interna, não deu espaço para a geração de indústrias de caráter nacional, sofrendo o bloco com grande evasão de divisas e se mantendo “refém” das decisões das matrizes das empresas estrangeiras (ALEIXO, 1984).

Vale acrescentar que o nacionalismo e a instabilidade interna dos Estados influenciaram o próprio avanço dos blocos. As sequências de golpes militares e revisionismos das políticas econômicas em países como o Chile e o Brasil, impediram avanços mais retilíneos do Pacto, como já ocorrera na *ALALC*. No caso do *MCCA*, as querelas internas em relação ao crescimento desigual dos países, bem como os conflitos bélicos entre os membros, impediram a conformidade de políticas e avanços nos entes conjuntos, adicionando-se ainda assim o fator da presença de empresas estrangeiras usufruindo do espaço de livre-comércio. Esse mesmo quesito era presente na América do Sul, em que o papel das empresas estrangeiras junto com as elites locais impedia a coordenação conjunta com as outras

dos outros países para a formação de uma integração produtiva, além da dificuldade de harmonizar interesses de países como os do México e os da Argentina, Uruguai e Paraguai (BRICEÑO-RUIZ, 2011). Assim, os planos regionais e o desenvolvimento associado encontraram na barreira do nacionalismo e dos interesses individuais, parte dos impeditivos para o seu avanço.

A Segunda Onda: Regionalismo dos anos 1990

A situação sistêmica nos anos 1990 apresentava-se muito distinta à da primeira onda, entretanto não menos desafiadora para os países latino-americanos. Com a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos e o sistema capitalistas eram dados como vencedores e se declarava o término da era das superpotências e o início do período da unipolaridade. Sem a disputa sistêmica entre o Leste e o Oeste, o capitalismo avançava rapidamente pelos países da antiga cortina de ferro, trazendo à tona outros atores do sistema: as grandes empresas, o mercado financeiro e as organizações transnacionais.

Além da modificação na geografia do poder, os avanços nas telecomunicações e o barateamento dos preços dos transportes facilitavam o intercâmbio comercial, bem como o deslocamento de fatores de capital e investimentos. Essa mobilidade apresentava a necessidade de regimes mais flexíveis e menos impeditivos do que os fortemente protegidos e regrados pelo Estado, pressionando para uma desregulação do sistema financeiro e produtivo internacional. Assim se deu o avanço da globalização que encurtou as distâncias e os custos de produção em um sistema cada vez mais interdependente (GILPIN, 2001).

No plano hemisférico, caracterizava-se a queda dos regimes ditatoriais e a ascensão de democracias pelo continente latino-americano, desde a década de 1980. Além disso, com a hegemonia estadunidense estabelecida em âmbito global, restou aos países da região seguirem, após passarem por diversas crises, o receituário proposto pelos EUA em 1989, conhecido como o *Consenso de Washington*. Nesse receituário, estabelecia-se medidas econômicas e administrativas que os países deveriam seguir para melhor se adequarem às novas demandas do sistema internacional, apresentado como a alternativa para saírem de sua condição de penúria. Dentre essas propostas, encontravam-se cortes nos gastos públicos, privatizações e

combate forte à inflação, privilegiando o cumprimento dos contratos internacionais e pagamento das dívidas (CORONADO, 2005). Estava dado o início da hegemonia do pensamento neoliberal que percorreu os anos 1990 na América Latina.

Ideias Econômicas

O neoliberalismo dos anos de 1990 que se pregou na América Latina veio como uma forte crítica ao modelo de substituição de importações, bem como ao do Estado “interventor e “inchado” com gastos públicos. A queda do modelo anterior iniciou-se nos anos de 1970 com a crise do padrão ouro-dólar, bem como com as crises posteriores do petróleo, ambas gerando o aumento dos juros nos países periféricos, a altos dos índices de déficit e a necessidade de tomar recursos de bancos e instituições financeiras internacionais para equilibrar a balança de pagamentos (GILPIN, 2001). Como apontado anteriormente, a solução passava pela “correção” de rumos, a fim de conter o aumento dos gastos estatais e honrar o pagamento das dívidas.

Kingstone (2011) aponta bem o receituário proposto e adotado pelos países latino-americanos, com maior ou menor grau de intensidade. O equilíbrio das contas dava-se pelo corte de gastos públicos, privatizações de empresas públicas, contenção da inflação por meios de aumento de juros, além da necessidade de estabilização cambial dos países. Além disso, preconizava a abertura dos mercados que antes gozavam do protecionismo. Essa abertura tornaria livre e competitivo o mercado que se mostrava ineficiente e distorcido e cujo desenvolvimento resultaria na possibilidade de melhor alocação dos recursos e, por conseguinte, a queda de preços, ajudando na contenção da própria inflação.

A vertente neoliberal também influenciou as correntes teóricas da integração regional, dando ênfase ao regionalismo aberto. Diferentemente do “antigo” regionalismo, o regionalismo aberto trazia menores amarras institucionais, sem a necessidade de organismos supranacionais ou de medidas vinculativas profundas. A integração poderia ser dada apenas em sentido instrumental, sem a necessidade de avanços na supranacionalidade (SODERBAUM, 2015). Na América Latina, esse pensamento refletiu-se no nascimento de blocos com ênfase estritamente comerciais, como o *NAFTA* ou o *CAFTA*, em que só se pautavam nas negociações

as quedas tarifárias e as resoluções de controvérsias relacionados aos contratos, sem planos de maior harmonização econômica ou políticas macroeconômicas comuns.

A palavra-chave que definia a utilidade da integração era competitividade e inserção internacional. O princípio era o de que quanto mais um Estado integrasse redes de livre-comércio, mais acesso a outros mercados e ao maior intercâmbio de bens e serviços ele teria, estimulando a competitividade e a eficiência. Se na onda anterior o que movia era a necessidade e a vontade de industrializar-se e de buscar mercados, nesse “novo” regionalismo, mantinha-se primariamente a ideia apenas dos mercados.

Retóricas Política das Elites Locais

Apesar da homogeneização das ideias liberais, sua aplicação ocorreu de formas e intensidades distintas, de acordo com cada país e como a configuração e de suas elites econômicas e políticas e as interpretações que davam a tais adoções. Se, por um lado, no México a liberalização foi intensa e ampla, no Brasil o processo deu-se com mais ressalvas, preocupando-se com os efeitos que teria nas indústrias nacionais, um regime livre de proteção (CARMO, 2013). É nesse arranjo e na diferenciação a interpretação das elites locais que residem, principalmente, as diferenças entre o processo do *MERCOSUL* e o do *NAFTA*.

O *MERCOSUL*, constituído inicialmente pelo Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina, foi fruto das conversações iniciais entre o Brasil e a Argentina nos anos de 1980, quando ambos passavam por um processo de redemocratização. Com o avançar das negociações e das conversações, um tratado que, inicialmente versaria apenas sobre a cooperação nuclear, ampliou-se em termos de proposta e em número de membros, dando espaço para a conformação do *MERCOSUL*, uma União Aduaneira com ambições de se tornar um Mercado Comum. O que parece antagônico e curioso é a formação do *MERCOSUL*, em 1992, num processo em que imperava o neoliberalismo e a ideia de livre-mercado. O projeto do *MERCOSUL* que teve seus maiores avanços nos anos iniciais, não necessariamente era vinculado à ideia do livre-cambismo, mas cuja proposta de composição de uma União Aduaneira (ainda que incompleta), trazia resquícios dos ideais dos modelos dos anos 1960. Segundo Mello (2004), essa

permanência de paradigmas traz a ideia de encapsulamento do bloco que serve como um apoio para o ganho de peso brasileiro perante as negociações internacionais, servindo como um jogo de duas medidas: acesso de mercados e ganho de relevância política.

Já o *NAFTA*, acordo firmado entre o México, o Estados Unidos e o Canadá em 1994, responde estritamente aos anseios neoliberais do período, em que se tem um tratado amplo que abrange propriedade intelectual, liberalização comercial e modelos de resolução de controvérsia que trata diretamente empresa-Estado (CORONADO, 2005). Segundo Santos (2007), Carlos Salinas, então presidente mexicano, chegou a afirmar que a entrada do México no bloco era o primeiro passo do país em direção ao primeiro mundo. A ideia de que um acesso amplo ao maior mercado norte-americano não apenas animou o México no período, mas também o Chile e a Argentina, os quais, durante os anos 1990, também pediram acesso ao bloco, o que lhes foi negado.

Com esse amplo apoio ao *NAFTA*, é levada a cabo dos meados de 1990 a 2005 a iniciativa da *ALCA*, uma zona de livre-comércio que envolveria toda a América. As discussões, que já eram realizadas desde o governo Bush em 1990, ganharam reforço durante o período Clinton e com relativo apoio das elites locais. Entretanto, como afirma Carmo (2013) e Santana (2004), um dos principais entraves à *ALCA* foi o governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso, que respaldava os interesses da elite industrial brasileira que não tinha condições de competir com os seus concorrentes estadunidenses e canadenses. Assim, com a estratégia de negociar em bloco e de mudar o enfoque inicial de uma rede de acordos bilaterais para um amplo acordo multilateral, o governo brasileiro logrou a protelação e o adiamento das negociações, protelando o avanço do projeto, que veio a ser suspenso em 2005 por falta de consenso.

É interessante notar que o papel das elites locais variava de acordo com o grau de resiliência que as ideias econômicas tinham, bem como da força delas dentro do aparato Estado, definindo o seu poder de barganha. Nesse sentido, a experiência dos anos 1990 trouxe importantes resultados, como tratados que até hoje vigoram e que ganharam novos significados e importância a partir dos anos 2000. Ao mesmo tempo, as consequências econômicas advindas da austeridade e das crises provocadas pela ortodoxia econômica fizeram, a posteriori, voltar conceitos sobre o papel do

Estado e a sua competência para diminuir as assimetrias geradas pelo mercado, bem como proposta de revisão de sua função na integração regional.

Terceira Onda: Regionalismo dos anos 2000

Dos três contextos aqui apresentados, talvez esse tenha sido o mais favorável para os países latino-americanos em termos materiais e de oportunidades. A primeira década do século XXI representou uma relativa mudança estratégica dos Estados Unidos, que se voltou para embates no Oriente Médio e na Ásia, tanto em termos bélicos - invasão do Afeganistão e do Iraque, bem como em termos comerciais. O período representou a ascensão dos emergentes, pautado no crescimento de países como a China e a Índia, o que aumentou o consumo de commodities primárias e, consequentemente, o preço desses bens, vastos na região e facilitando os superávits que financiariam as iniciativas de integração dessa década.

O distanciamento dos Estados Unidos nas questões regionais deu margem para o surgimento do regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal. Segundo Tussie e Riggirozzi (2011) esse regionalismo, caracterizado pela terceira onda, é pautado em termos que avançam do estrito plano comercial e industrial, para outras perspectivas de cooperação, tanto na área da cultura, quanto na educação, saúde, segurança e defesa. A ampliação das temáticas também tem a ver com a ascensão de regimes de esquerda e centro-esquerda na região, cuja crítica ao modelo neoliberal dos anos 1990 faz ressurgir a ideia do Estado como promotor do desenvolvimento.

Ideias Econômicas

A crítica ao neoliberalismo trouxe duas tendências que definiram os rumos dos processos de integração dos anos 2000. A primeira delas é concernente ao papel do Estado na economia. Mesmo que tenha sido de adoção parcial ou gradual, o período em que o neoliberalismo se instaurou trouxe fortes consequências para muitos dos Estados latino-americanos, como o aumento do desemprego, a manutenção do desequilíbrio das contas públicas e o sucateamento dos serviços públicos (KINGSTONE, 2011). Aliada a essa questão, a ineficiência administrativa resultou em crescente tensões entre cidadãos e governantes, pois as concessões a

empresas privadas não atendiam às demandas e pouco o Estado podia fazer, como se pode exemplificar pela privatização das plantações de milho no México ou da água na Bolívia (SANTOS, 2007). Desse modo, a intervenção estatal significaria a volta do poder público para sanar as contendas sociais e os desequilíbrios gerados pelo mercado, uma readequação dos serviços públicos frente à crescente desigualdade na região (KINGSTONE, 2011).

O segundo ponto foi a ascensão dos governos de esquerda críticos à lógica neoliberal na região, como efeito das crises que vigorou nos anos 1990, como a do efeito Tequila em 1994/95. Esses governos e a novas elites políticas reinseriram no jogo de promoção dos seus objetivos governamentais e de desenvolvimento, as empresas e os investimentos estatais, participantes ativos na promoção das políticas, externas e regional desses países. O uso da máquina pública para a promoção de empresas nacionais ou para a cooperação regional não era novo, mas foi resgatado por esses governos, principalmente, sob o discurso de auxílio e da solidariedade (ALEJO, CORONADO, 2013).

Assim, como resultante dos bons saldos da balança comercial, os Estados latino-americanos, principalmente o Brasil e a Venezuela, inverteram a lógica do controle de gastos para o de expansão de gastos, tanto no âmbito interno como para a promoção de seus países no exterior (CARMO, 2013). No espaço doméstico buscou-se ampliar o mercado interno e diminuir a desigualdade social, com políticas de reversão de renda e, no âmbito externo, promover alianças e negócios com auxílio e empréstimos estatais, financiando o processo de internacionalização de empresas e de poder.

Retóricas Políticas das Elites Locais

Alejo e Coronado (2013) apontam, ao analisarem a *CELAC*, três grupos de países cujas propostas são análogas, tanto em termos dos interesses das elites políticas que os conformavam, quanto dos projetos de integração que propunham. A primeira delas é subordinada ao modelo neoliberal ortodoxo, encabeçada pelo México com suas aspirações geopolíticas de se converter em um pivô entre o Norte e o Sul, com a presença de países como a Colômbia e o Chile em suas iniciativas, exemplo, a *Aliança do Pacífico*. A segunda, caracterizada por eles como pós-neoliberal, com preponderância do Brasil e de suas aspirações de se converter

em uma potência regional, com base na construção de relações Sul-Sul, com vínculos sub-regionais a partir dos acordos da *UNASUL* e do *MERCOSUL*. A última é a contra hegemonia, liderada por Venezuela, cujas alianças com Cuba, Equador e Bolívia mantiveram em seu cerne a base das relações Sul-Sul, entretanto, com posicionamentos de questionamento à hegemonia dos países centrais, principalmente a estadunidense e que participavam da *ALBA*.

O posicionamento e o surgimento da *UNASUL* foram importantes instrumentos de ação política durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e no início do período Dilma, onde se buscou a afirmação do país como protagonista da região no cenário internacional e o fortalecimento de seu papel de emergente (SPEKTOR, 2011). Com o seu início vinculado à resolução de conflitos entre a Venezuela e a Colômbia, a *UNASUL* acoplou e ampliou vários organismos regionais de consulta e de cooperação em diversas áreas, bem como conformou o primeiro bloco político a unir todos os Estados sul-americanos. Com uma função que ia da mediação de conflitos, a investimentos em infraestrutura, tinha como seus principais gabinetes o *Conselho de Defesa* e o *COSIPLAN* (antigo projeto de infraestrutura regional acoplado ao organismo), investindo na autonomia de ação dos membros e mantendo os Estados Unidos afastado de suas decisões.

Entretanto, mesmo com a presença de todos os países, a *UNASUL* ainda carecia de certos poderes. Malamud (2011) aponta a falta de consenso sobre a liderança brasileira, vista por alguns como um empecilho ao desenvolvimento do organismo regional, bem como sua relutância para ser *paymaster* e a efemeridade do bloco que não gera uma sessão de soberania, tornando-se mais um bloco de consultas, resultando assim no descompromisso dos Estados. Além disso, os seus principais instrumentos contavam com dificuldades de harmonização de interesses, a começar pelas funções do Conselho de Defesa, que controlava os países com bases estadunidenses, estendendo-se ao discurso antiamericano, além do risco do *COSIPLAN* ser burlado pelos financiamentos bilaterais do Brasil aos outros países via *BNDES* (SANTOS, 2013).

Na questão de homogeneidade de políticas, a *ALBA* apresentava interesses e uso de práticas mais coordenadas que a própria *UNASUL*. O projeto, liderado pela Venezuela chavista, apresentou um novo ponto de integração que não se vinculava territorialmente e pouco se baseava nos intercâmbios comerciais. O

projeto abarca concepções de desenvolvimento para além do comercial-industrial, no qual a solidariedade era a palavra-chave. Nessa questão, a *ALBA* abarcou diversos projetos sociais, focados principalmente na educação e na saúde, além da promoção de um sistema comercial em que não se necessitava divisas; caso não houvesse como pagar, pagava-se com bens (TUSSIE, 2014). Essa era a proposta contra hegemonia do projeto bolivariano que buscava alternativas à concepção capitalista de desenvolvimento e de funcionamento (TORO, 2011). Entretanto, essa lógica perdurou até quando o capital venezuelano advindo do petróleo durou e, com a queda do preço do petróleo e a consequente crise que se instaurou no país, o projeto estagnou (BOTTO, 2015).

Entre esses eixos que buscavam uma aliança mais política, outro bloco surgiu a partir da necessidade de se avançar nas pautas econômicas. México, Peru, Chile e Colômbia se articularam no projeto da *Aliança do Pacífico*, cujo objetivo era fortalecer e unificar seus mercados para torná-los mais atrativos e competitivos para os Estados asiáticos (BERNAL-MEZA, 2015). Com a reintrodução do debate neoliberal de livre-comércio na região, alguns interpretaram que tal bloco adveio para contrabalancear o protagonismo brasileiro e as propostas do *ALBA* (NOLTE, WEHNER, 2013), bem como os que concluíram que tal postura gerou o “cisma do Pacífico” na região, de forma contraproducente para a integração sul-americana (FIORI, 2013). Outros ainda vislumbravam uma disputa entre o Brasil e o México (NOLTE, WEHNER, 2013) pelo mercado sul-americano, particularmente se este último resolvesse diversificar sua pauta comercial em termos de parceiros, tendo em conta a sua dependência com os EUA.

Por outro lado, é interessante notar que a iniciativa diversificou parceiros aprofundando as relações com a Ásia que ampliou enormemente seu comércio com a região no período.

Mesmo com divergências que refletiam as características políticas das elites dos países em pauta, os blocos dos anos 2000 apresentaram diversidade em termos de abordagens e conteúdos tratados, sem renegar os outros já criados. Tal questão se refletiu na ampliação e na manutenção do *MERCOSUL* e a sua ressignificação com a ampliação de suas políticas sociais (BIZZORERO, 2011), bem como na ainda existência da *ALADI* e da *Comunidade Andina de Nações*.

Apresentando assim, tantas variedades de projetos, pode-se afirmar que a integração latino-americana foi um fracasso?

Considerações Finais

A resposta aqui apresentada é não. Apesar de autores como Sabatini (2013) e Malamud (2012) considerarem a reprodução de instituições como um sinal da falência dos projetos anteriores ou de sua insignificância, a experiência latino-americana mostrou que muitas instituições sobrevivem quando as políticas estatais optam por manter os canais de contatos e alternativas abertos, do que fechar as instituições.

Como fruto de nossa análise temporal, podemos notar algumas generalidades sobre a integração latino-americana tal como aqui foi apresentada. O primeiro é que as condicionantes sistêmicas têm uma grande influência para encorajar os Estados na busca da cooperação e por vezes a integração. Em momentos de crise ou dificuldades econômicas, busca-se a integração no viés dos investimentos nos mercados. Nos momentos mais favoráveis, os processos de integração apresentaram um enfoque mais político, buscando superar as deficiências em outras áreas.

O segundo ponto é a ida e vinda da presença do papel estatal no desenvolvimento. As políticas do período analisado apontam para um padrão de intervencionismo, seguido por políticas pró-mercado como solução para a crise gerada pelo modelo anterior e seguido por uma nova onda intervencionista, visando resolver os problemas gerados pela ortodoxia. Até os anos de 2016, notava-se uma volta ao padrão em discursos pró propostas liberais, bem como em um contexto de crise regional, a volta de diálogos sobre a flexibilização do MERCOSUL e o fortalecimento da *Aliança do Pacífico* (SIMONOFF, 2016).

O terceiro e último ponto merece especial atenção. Em muitos dos projetos de integração analisados, as instabilidades políticas e institucionais dos países minaram o avanço dos blocos regionais. Não é um fator isolado e determinante, mas é um padrão que, seja nos anos 1960, em que governos foram subsumidos a golpes militares ou nos anos 2000, em que governos são trocados via processos institucionais, a mudança abrupta de regime e/ou governo e as instabilidades institucionais existentes impactaram nos processos de

integração. Mais do que a simples sessão de soberania, a estabilidade institucional doméstica é o que mais se ausenta dentro dos exemplos aqui abordados.

Referências

- ALEIXO, J. C. B. Mercado comum centro-americano. *Revista Informativa Legislativa*. Brasília: UNB, a. 21, nº 81, jan/mar., pp. 111-130, 1984.
- BERNAL-MEZA, Raúl. ALIANZA DEL PACÍFICO versus ALBA y MERCOSUR: Entre el desafío de la convergencia y el riesgo de la fragmentación de Sudamérica. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 47, 2015.
- BIZZOZERO, Lincoln. América Latina a inícios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 54 (1), pp. 29-43, 2011.
- BOTTO, M. Introducción a la problemática: la integración regional en América Latina: ¿quo vadis?. In: BOTTO, M. *Teoría y práctica de la integración latinoamericana: El MERCOSUR bajo la lupa*. Buenos Aires:Edit. de la Universidad de Buenos Aires, pp.18-44, 2015.
- BRICEÑO RUIZ, José. *La integración regional en América Latina y el Caribe*. Mérida:Codepre, 2011
- CARMO, C. A. A América do Sul, a China e as contradições da política econômica externa do Brasil. In CARMO, C. A.; WINAND, E. C. A.; BARNABÉ, I. R.; PINHEIRO, L. M. (org.). *Relações Internacionais: olhares cruzados*. Brasília:FUNAG, pp. 129-161, 2013.
- CORONADO, J.P.; ALEJO, A. F. La Comunidad de Estados Lationoamericanos y Caribeños (CELAC); integración 'post-neoliberal', neoliberal ortodoxa y contrahegemónica. In FLORES, C.S.; MARTINS, C.E. (org.). *Nuevos Escenarios Para La Integración En América Latina*. Santiago:Edit. Arcis, pp. 187-214, 2013.
- CORONADO, Jaime Preciado (2005). México Ante la Dinámica del Poder Global: Proyección Geopolítica Externa e Interna. In AYERBE, L. F. *et al* (org.). *Integración Latinoamericana e Caribenha.*, pp. 153-198, 2005.
- FIORI, J. L. C. O Brasil e seu 'Entorno Estratégico' na Primeira Década do Século XXI. In SADER, E (org.). *10 anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma*. Rio de Janeiro:FLACSO, pp. 31-53, 2013.
- GILPIN R. *Global political economy: Understanding the international economic order*. Princeton:University Press; 2001.
- JAGUARIBE, Hélio. Autonomia e hegemonia no sistema imperial americano. In _____. *Brasil, mundo e homem na atualidade: estudos diversos*. Brasília, 1989, p. 25.

- KINGSTONE, Peter. *The political economy of Latin America: reflections on neoliberalism and development*. London: Routledge, 2011.
- MALAMUD, A. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. *Latin American Politics and Society*, n° 53, (3), pp. 1-24, 2011.
- MALAMUD, C. La Alianza del Pacífico: un revulsivo para la integración regional en América Latina. *Documento ARI*, v. 46, 2012.
- NOLTE, Detlef, and Leslie WEHNER. *The Pacific Alliance Casts Its Cloud over Latin America*. Hamburg: GIGA Institute 2013.
- PUIG, J. C. *Malvinas y Régimen Internacional*. Buenos Aires: Ediciones DePalma, 1983.
- RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana (eds.). *The rise of Post-Hegemonic Regionalism. The case of Latin America*. London: Springer, 2012.
- SABATINI, C. Meaningless Multilateralism. *Foreign Affairs* (on-line), 2014.
- SANTOS, M. A presença brasileira na América do Sul: ações e instrumentos de política externa. *Análisis Político*. Bogotá, v. 26, n° 77, pp. 195-210, 2013.
- _____. O México como aliado dos EUA no projeto de integração das Américas. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 2, pp. 146-161, 2007.
- SIMONOFF, A. Giros en las estrategias de inserción argentina a partir de la presidencia de Mauricio Macri. Porto Alegre: *Conjuntura Austral*, 7 (37), pp. 40-51, 2016.
- SIMONOFF, A. *Teorías en movimiento. Los orígenes disciplinares de la política exterior y sus interpretaciones históricas*. Rosario: Prohistoria, 2012.
- SODERBAUM, Fredrik. *Early, Old, New and Comparative Regionalism: The Scholarly Development of the Field*. Berlin University: KFG Working Paper Series, 2015.
- SPEKTOR, M. O regionalismo do Brasil. In SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio. (Org.). *Brasil e América do Sul: Olhares Cruzados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 141-172, 2011.
- TORO, A. El ALBA como instrumento de “soft balancing”. *Pensamiento propio*, n° 33, pp. 159-183, 2011.
- TUSSIE, D. Reshaping regionalism and regional cooperation in South America. *Pensamiento propio*, n° 39, 2014.

A CONSTRUÇÃO DO SUL-AMERICANISMO

Luciano Wexell Severo*

Os pilares do Sul-americanismo

Desde o começo dos anos 2000, a cada nova eleição presidencial, a conjuntura política na América do Sul foi tornando-se mais inclinada à afirmação de projetos de desenvolvimento nacional e de iniciativas integracionistas. Já em 2002 era possível vislumbrar a possibilidade de um maior acercamento do Brasil, da Argentina e da Venezuela. Também a partir daquele momento, renovou-se a preocupação estadunidense com a formação de um influente bloco de poder no Sul, das portas do Caribe aos cafundós da Patagônia.

A diplomacia e a inteligência estadunidense identificaram o esgotamento dos governos neoliberais, seus aliados, e agiram para evitar uma reviravolta anti-americanista ou à esquerda na região, a exemplo do que vinha acontecendo no mundo. Exatamente por esta razão, existe farta documentação que comprova o envolvimento da CIA e da embaixada dos Estados Unidos em Caracas na tentativa de golpe de Estado contra Hugo Chávez, poucos meses antes da posse de Lula e de Kirchner. Washington fez o que podia para impedir o estabelecimento de um eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires. Contudo, não conseguiu.¹

Por um lado, a ascensão de Lula, em 2003, definiu a virada do Brasil para o Sul. Por outro, a concomitância de outros seis governos progressistas na América do Sul marcou o início de uma nova onda de regionalismo. Como afirmou o escritor francês Victor

Hugo (1802-1885), “não há nada mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou”. O primeiro foi Hugo Chávez, na Venezuela, em 1999. Depois, Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003. Tabaré Vázquez, no Uruguai, em 2005. Evo Morales, na Bolívia, em 2006. Rafael Correa, no Equador, em 2007. Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008. Em somente cinco anos, o horizonte político da região sofreu profundas transformações.²

Em seu primeiro discurso como mandatário, o presidente Lula (2003, p. 10) indicou o caminho que o Brasil trilharia:

Eu estou aqui para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos... A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração.

* Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Contato: oluws@hotmail.com

1. São esclarecedores os trabalhos da advogada e investigadora estadunidense-venezuelana Eva Golinger sobre a ingerência dos Estados Unidos na Venezuela e outros países da região. Vale comentar que, mesmo antes de assumir a Presidência, Lula já contribuiu para constituir o Grupo de Amigos da Venezuela, que foi fundamental para atenuar o clima de tensão e, finalmente, contribuir para buscar uma solução constitucional à crise, via Referendo Revogatório de agosto de 2004, vencido novamente por Chávez.

2. Em 1998, na Venezuela, o *Movimiento V República* interrompeu 40 anos de revezamento dos partidos *Acción Democrática* (AD) e *COPEI* no poder. Em 2004, a *Frente Amplia*, no Uruguai, acabou com 175 anos de hegemonia dos partidos *Nacional* e *Colorado*. De forma similar, em 2007, no Paraguai, a *Alianza Patriótica para el Cambio* tirou a Presidência do partido *Colorado* depois de 60 anos. Não é um exagero afirmar que a vitória do *Movimiento al Socialismo* (MAS), na Bolívia, em 2005, representou o início do fim do regime de *apartheid* vigente no país andino.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr. (2007, p. 116) lembra que o cenário era “muito diferente do que prevaleceu na década de 1990, quando todos ou quase todos os países da América Latina eram governados por políticos alinhados aos Estados Unidos em maior ou menor grau”. Ao citar alguns presidentes da “Era dos normais”, afirma que eram “procônsules da ‘Pax Americana’”.³ Moniz Bandeira (2008, p. 24), por sua vez, recorda uma frase do presidente Lula em Caracas: “A solução para a economia da Venezuela, do Brasil e de outros países da América do Sul não está no Norte, além do oceano, mas na nossa integração”. De acordo com o historiador, “esses entendimentos entre Brasília e Caracas causaram, decerto, a inquietação de Washington, que tentava abusivamente isolar o governo de Hugo Chávez, por não subordinar-se aos seus desígnios”.

A política externa brasileira voltou-se de forma incisiva para dentro da América do Sul. Vejamos a interpretação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2006, p. 75): “o presidente da República, inclusive no seu discurso de posse, definiu claramente as prioridades. E a prioridade é a América do Sul. Não é a América Latina, é a América do Sul. Com toda a clareza, não tem erro. América do Sul é uma coisa, são os nossos vizinhos, América Latina é outra”.⁴

Conforme argumentamos em outros trabalhos, a perseverança do Brasil na construção da ideia de “América do Sul” corresponde a uma ação harmônica e continuadora de uma tradição da política externa desde 1889. Moniz Bandeira (Op. cit., p. 12) também contribui para aperfeiçoar a definição de América do Sul ao interpretar que, para o Brasil, sempre houve duas Américas: a do Norte, junto com a Central e com o Caribe, e a do Sul. Escreve:

3. O chamado “Realismo periférico” de Carlos Escudé (1992) representa um culto à submissão da periferia ao centro e um reforço à ideia de impossibilidade de um país como a Argentina assumir algum papel ativo e soberano dentro do Sistema Internacional. Daí deriva o argumento de Domingo Cavallo em defesa da Argentina como um país “normal”, distanciada dos caminhos contestadores à posição dos Estados Unidos. Carlos Menem defendeu, inclusive, “relações carnavais” com a potência hegemônica.

4. Em outro texto, Guimarães (2003, p. 5) reforça que “la importancia para la política externa brasileña de Asia, de África (y hasta incluso de cierta forma de Europa) ha sido, desde 1945, y continuará siendo relativamente marginal cuando se compara con la importancia central de los Estados Unidos en la propia política interna brasileña y en la política sudamericana y, en segundo lugar, de la Argentina, relacionamiento éste esencial para cualquier estrategia brasileña en el sub-continente, base necesaria de toda su política exterior en un mundo que será multipolar”.

O conceito de América do Sul, como conceito geopolítico, e não o conceito de América Latina, um conceito étnico, muito genérico, e sem consistência com seus reais interesses econômicos, políticos e geopolíticos, foi que sempre pautou, objetivamente, a política exterior do Brasil, e até a metade do século XX suas atenções concentraram-se, sobretudo, na região do Rio da Prata, ou seja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, que conformavam sua vizinhança e com os quais havia fronteiras vivas comuns... O entendimento do Brasil era de que havia duas Américas, distintas não tanto por suas origens étnicas ou mesmo diferença de idiomas, mas, principalmente, pela geografia, com as implicações geopolíticas, e esse foi o parâmetro pelo qual se orientou a política exterior do Brasil, que no curso do século XIX se absteve de qualquer envolvimento na América do Norte, Central e Caribe, enquanto resguardava a América do Sul como sua esfera de influência.⁵

Um recorrido sobre os traços cardinais do posicionamento do Brasil permite identificar uma continuidade ziguezagueante desde Rio Branco até Lula, passando por pouquíssimos momentos nos quais não prevaleceu uma orientação política de busca pela autonomia e de preocupação com o espaço sul-americano. *Grosso modo*, o alinhamento com os Estados Unidos teve peso majoritário somente nas ações de Eurico Gaspar Dutra, Humberto Castelo Branco e, em certa medida, Fernando Henrique Cardoso.

Na virada do século, gradativamente, o quadro político se diferenciava cada vez mais daquele dos anos 1990. Granato (2014, p. 14) defende que surgiu, nos anos 2000, uma “nova concepção da integração”, que resgatou e ampliou o pensamento emancipador e integracionista dos anos 1960, que por sua vez era tributário do pensamento do início do século XX. Por tanto, um século depois, retornavam com robustez as ideias da chamada terceira vertente do pensamento latino-americano, apresentada por Leopoldo Zea (1976).

5. “O presidente Lula, desde o início do seu mandato, demonstrou que sua política exterior trataria de robustecer a parceria estratégica com a Venezuela e aprofundar os vínculos com a Argentina, seu principal sócio no MERCOSUL, e que a integração da América do Sul era sua prioridade número um” (BANDEIRA, Op. cit., p. 23). Para Darc Costa (2005), que foi vice-presidente do BNDES no início do governo Lula, o papel do Brasil seria construir o processo de “mundialização”, que foi começado pelos navegantes portugueses. Os brasileiros seriam os herdeiros daquele projeto, contando com as condições materiais e humanas para realizá-lo, com base na solidariedade e na tolerância. A “mundialização”, assim, seria distinta da “globalização” dos mercados.

São ilustrativas as afirmações de Kirchner e seu chanceler Rafael Bielsa: “Regionalizar-nos é assumir uma resposta política para a globalização porque nos permite utilizar a vontade para definir o tipo de integração que queremos. Isso é muito melhor do que permitir que tudo seja conduzido pelas forças invisíveis do mercado”, disse o ministro (GRANATO, Op.cit., p. 122). As palavras do presidente são ainda mais diretas: “A integração regional foi sempre um aspecto irrenunciável de nossa política exterior e também uma constante na história do Peronismo”.⁶

Vizentini (2010, p. 9) fala do papel da diplomacia brasileira durante o governo Lula, atribuindo-lhe “sentido tático-estratégico” e “visão de longo alcance”: “a ênfase da era Fernando Henrique Cardoso foi invertida, o que implica uma inflexão significativa em termos de política externa, consistindo-se numa diplomacia *high profile* que recuperou a centralidade da questão nacional”.⁷ Um dos principais formuladores da política sul-americana do Brasil foi o embaixador Pinheiro Guimarães (Op.cit., p. 62):

Um país ‘normal’ é um país ex-colonial que é uma nova colônia, é um país adaptado ao mundo e que aceita a estrutura de poder político, econômico, militar, tecnológico. É ‘normal’ porque não contraria ninguém. Nós não podemos nos encaixar nisso. Isso não é suficiente para nós. Pode ser suficiente para pequenos Estados, cuja capacidade de transformação do mundo é naturalmente limitada por sua dimensão menor. Mas não para um país com as dimensões como

o nosso em termos de população, território, recursos e com uma estrutura econômica relativamente muito sofisticada.

Por sua vez, Marco Aurélio Garcia (2014), outro dos destacados articuladores da política externa brasileira, aponta que “houve uma percepção, pelos diplomatas ligados a uma tradição progressista dentro do Itamaraty, de uma política externa independente. Resolveram não mais tirar os sapatos nos aeroportos de países desenvolvidos”. Porém, mais do que isso, nos últimos 12 anos, preponderou no pensamento diplomático brasileiro a progressiva edificação da América do Sul como um continente. Como um continente e não como um subcontinente.⁸

O então ministro Celso Amorim (2014, p. 33) esclarece que existiam três ações dentro das possibilidades da política externa brasileira: responder à agenda internacional já existente, podendo fazê-lo de forma subalterna ou de forma ativa, ou criar pautas na agenda. Manifesta que a política externa adotada depois de 2003 poderia ser chamada de “ativa e ativa”: “seria ativa porque poderia, sim, tomar posições independentes, mesmo se ferisse o interesse e desejo de outras potências. E seria ativa porque não se resumiria a ficar reagindo diante de situações, mas promoveria assuntos, iniciativas e agendas novas”. A nova postura ficou evidente já nas primeiras semanas do governo Lula, quando o Brasil assumiu posições firmes contra a invasão do Iraque, em defesa da ampliação do Conselho de Segurança da ONU, em prol da constitucionalidade na Venezuela e estimulando a articulação do G-20 da OMC.⁹ Segundo Amorim, as ações brasileiras contribuíram para mover as “placas tectônicas” do Sistema Internacional.

Apesar dos resultados eleitorais indesejados para Washington, ainda pairava sobre a região a ameaça de

6. Desde 1946, orientada pelo General Juan Domingo Perón, a diplomacia argentina vinha promovendo Tratados de União Econômica com os demais países da América do Sul. Os acordos previam o financiamento de obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos e hidrelétricas), o abastecimento de matérias primas para Buenos Aires e a venda de alimentos e bens industriais argentinos para os demais, além da paulatina utilização de moedas locais como forma de pagamento. De acordo com o presidente argentino, “ni la Argentina, ni el Brasil, ni Chile, aislados, pueden soñar con la unidad económica indispensable para enfrentar un destino de grandeza. Unidos forman, sin embargo, la más formidable unidad sobre los dos océanos de la civilización moderna. Desde esa base, podría construirse hacia el norte la Confederación Sudamericana, unificando en esa unión a todos los pueblos de raíz latina (ODDONE e GRANATO, 2008, p. 27).

7. Vizentini (Op.cit., p.10) chama a atenção para o retorno de um protagonismo diplomático do Brasil, que promove Cúpulas dos Países Árabes e Sul-Americanos; Cúpulas África-América do Sul; Sul-Sul e até Norte-Sul. Além disso, ganha forma o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha), buscando a reforma do Conselho de Segurança da ONU, e formam-se o G20 Comercial e o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

8. Em palestra recente, o embaixador Antonio José Ferreira Simões (2014) esclareceu que a América do Sul só deveria deixar de ser considerada como um continente caso a Europa passasse a ser considerada como um subcontinente. Portanto, a Europa é um continente e a América do Sul também.

9. Guimarães (2014, p. 55) ajuda a esclarecer o trabalho realizado dentro da OMC: “Há um esforço extraordinário para normatizar a atividade econômica, ou seja, para gerar regras que sejam aplicadas em todos os países, para tornar a economia global sujeita a determinadas regras, em benefício das megaempresas multinacionais. Isso se fez através da Rodada Uruguai, antigo GATT, atual OMC, com as regras relativas ao comércio, aos serviços, investimentos, à propriedade intelectual e que tentam, de uma forma geral, desregular, reduzir o papel do Estado e permitir maior liberdade de ação das empresas multinacionais”.

criação de uma zona de integração hemisférica, a proposta centenária dos Estados Unidos. Guimarães (Op. Cit., p. 84) lembra que, “quando chegamos ao governo, o Brasil estava totalmente engajado nas negociações da ALCA”. Amorim (2009, p.15) também recorda a complexa situação: “nós conseguimos estabelecer um prazo de 10 anos, e não cinco anos, como estava proposto. Depois, o prazo se alongou muito mais, até desaparecer”.¹⁰

Por isso, um dos primeiros movimentos foi o fortalecimento do MERCOSUL, que pouco a pouco ganhou nova perspectiva. Os governantes, especialmente no Brasil e na Argentina, interpretaram que, manter o bloco centrado na perspectiva meramente comercial, era uma limitação que gerava problemas crescentes. Tratava-se, portanto, de buscar construir um processo mais politizado e mais “socializado”.¹¹ Com esta finalidade, em junho de 2003 já foi apresentado o *Programa para a Consolidação da União Aduaneira e para o Lançamento do Mercado Comum – Objetivo 2006*, que continha temas relacionados com a desconstrução das assimetrias e a promoção da integração de cadeias produtivas. Note-se que este passo era parecido com o plano original proposto, mais de 15 anos antes, por Sarney e Alfonsín.¹² Na perspectiva de Garcia (2010, p. 161)

10. “Com a liberdade que o Presidente Lula permite aos seus assessores fazerem críticas, comentários, eu disse: – Presidente, a nossa prioridade em matéria de integração é o MERCOSUL, não é? – Sim. – Presidente, vou decepcioná-lo, porque não é. Há 10 ou 12 pessoas aqui nos Ministérios que trabalham com o MERCOSUL e 40 ou 50 pessoas que trabalham com a ALCA. Então, a prioridade não é o MERCOSUL, a prioridade é a ALCA” (AMORIM, Op. cit., p. 15).

11. De acordo com o argentino Félix Peña (2009, p. 57), a ampliação do MERCOSUL tinha duas perspectivas: uma geográfica e outra de áreas de ação. “La primera se refiere al espacio de preferencias comerciales. A través de acuerdos de alcance parcial, se ha ido tejiendo una red de preferencias que abarca a otros países miembros de la ALADI y, en particular, a los que fueron adquiriendo un estatus de miembros asociados, comenzando por Chile y Bolivia. La otra dimensión se refiere a la ampliación de los objetivos políticos del MERCOSUR. La defensa de la democracia y los derechos humanos, junto con otros objetivos en el plano social, fueron incorporándose gradualmente en la agenda, a la que se sumaron los países asociados”.

12. Moniz Bandeira (2009, p. 2) aponta que “o processo de integração entre o Brasil e a Argentina, iniciado em 1985-1987 pelos presidentes Alfonsín e Sarney, não visava apenas a formação de simples união aduaneira. Tinha também objetivo político e estratégico. A perspectiva era a de que a Argentina e o Brasil constituíssem um pólo de gravitação na América do Sul, núcleo de um futuro mercado comum, fundamento para a formação de um Estado supranacional. Este aspecto foi, de certo modo, eclipsado pelo Tratado de Assunção, que os governos de Fernando Collor e Carlos Menem celebraram em 1991, instituindo o MERCOSUL, marcado, entretanto, pelo vazio livre-cambista e neoliberal, dominante àquele tempo”.

O Brasil compreendeu que somente por intermédio do comércio não se resolvem os problemas da construção de uma América do Sul integrada, justa e democrática. Ao contrário, a integração comercial pode, nas circunstâncias atuais, agravar as assimetrias entre países mais desenvolvidos e de economia mais complexa e diversificada, como o Brasil e a Argentina, de um lado, e os demais, de outro.

A despeito das suas diferenças, pelo menos sete presidentes sul-americanos podiam ser incluídos dentro do versátil conceito de “progressismo”: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Mais de dez anos depois, continua sendo trabalhoso definir o que exatamente seria um governo progressista. De nosso ponto de vista, uma tarefa ainda mais complexa é admitir que tais governos sejam “pós-liberais” ou “pós-neoliberais”.¹³

Emir Sader (2013, p. 138), reconhecido entusiasta do progressismo, entende que há três elementos que caracterizam os governos “pós-neoliberais”: sobrepõem as políticas sociais ao ajuste fiscal; sobrepõem a integração regional e as relações Sul-Sul aos TLC com os Estados Unidos; e sobrepõem o Estado ao mercado. Consideramos que isto não ocorre exatamente desta forma, ainda que certamente haja indícios de um ressurgimento da busca pelo denominado binômio Autonomia-Desenvolvimento na América do Sul.¹⁴ Enfrentando conjunturas e condições muito distintas, cada país parece esforçar-se para recuperar o componente interno de estímulo ao desenvolvimento econômico, e o componente externo de procura por maior soberania no cenário internacional. Muitos outros autores defendem argumentos similares ao de Sader. Um deles é Granato (Op.cit., pp. 60-61), ao salientar que

Apesar de que estes novos governos não representassem um conjunto homogêneo, entre os elementos em comum, encontramos: a recuperação do papel do Estado nacional como garantidor do desenvolvimento

13. Para Bastos (2012, p. 8), “parece precoce a identificação de um regionalismo pós-liberal na América do Sul, particularmente no que tange às transações comerciais e aos acordos de liberalização”. Para aceitar a definição de pós-neoliberal, conforme veremos a seguir, seria obrigatório dizermos que este termo não significa o mesmo que “antiliberal”.

14. Puig (1986) e Jaguaribe (1975) defendem a integração regional periférica como forma de potencializar, de uma só vez, dois movimentos: um processo de desenvolvimento econômico e uma melhor inserção internacional no Sistema. Eis o binômio “Desenvolvimento-Autonomia”, que reflete o casamento entre a política interna de promoção do desenvolvimento nacional e regional e a política externa ativa e soberana, no âmbito externo.

econômico e do progresso social; a adoção de políticas voltadas ao desenvolvimento produtivo, democratização e participação social, e de luta contra a pobreza e desemprego, bem como a participação em processos de integração que outorguem maior autonomia e desenvolvimento pela via regional.

A análise de Barros e Ramos (2013, p. 8), um pouco mais crítica, avança no mesmo sentido:

O processo de reconfiguração do Estado, que já não é neoliberal, mas tampouco regressou aos seus traços nacional-desenvolvimentistas, tem impulsionado a busca por um novo padrão de inserção internacional. A recuperação paulatina do papel estratégico do Estado para a promoção do desenvolvimento (capacidade de investimento do Estado, indução da economia por meio de bancos e empresas públicas, etc.) conduz também a mudanças na forma como o Estado apresenta-se no cenário internacional: a política externa brasileira tem visado a conformar um Estado assertivo também no cenário mundial em transformação, identificando-se com o Sul global e promovendo concertações políticas na região latino-americana e sul-americana.¹⁵

Por fim, Lima e Coutinho (2006, pp. 9-11) dizem que houve uma “onda avassaladora” de esquerdas, cuja exceção seria a Colômbia. Assim, consideram o governo da médica Verónica Michelle Bachelet (2006-2010) dentro do campo progressista. Nestes governos teriam prevalecido, afirmam os autores, medidas promotoras da heterogeneidade, da diversidade, de alguns elementos nacionalistas e da identidade sul-americana.¹⁶

15. Consideramos que o nacional-desenvolvimentismo possuía quatro pilares, que foram bastante debilitados durante a década neoliberal: a burocracia estatal, a classe trabalhadora organizada, os empresários nacionais e as Forças Armadas. Hoje em dia prevalece um Estado débil frente aos conglomerados bancários, industriais e comunicacionais; uma economia altamente desnacionalizada; os movimentos sociais debilitados e desmobilizados; e as Forças Armadas desmoralizadas.

16. “As mudanças não implicam obrigatoriamente rupturas radicais. Em alguns casos, como Brasil, Chile e Uruguai, houve mesmo mais continuidade do que mudanças com relação à agenda de reformas estruturais. Mas não por isso deixaram de ajustar as políticas ao novo momento, interrompendo o processo de redução e enfraquecimento do Estado ao mesmo tempo em que introduziram inovações importantes que vão ao encontro dos setores populares. Outros países, como a Argentina, implementam mudanças mais nítidas como a interrupção do pagamento e a renegociação da dívida externa, e a adoção de políticas heterodoxas. No extremo das mudanças situa-se a Venezuela, onde se fala ostensivamente em um socialismo do século XXI, em sintonia com algumas tendências observadas também na Bolívia, enquanto Peru e Equador indicam uma guinada à esquerda mais moderada” (LIMA & COUTINHO, 2007, p. 17).

O tênue resgate do “binômio” surgiu como resposta à abertura econômica desenfreada e à política externa dos anos 1990. Ao identificar espaços de mobilidade dentro do Sistema Internacional depois de 2001, os novos governos reagiram como se estivessem buscando retomar uma trilha abandonada pelos “normais”.

Há, certamente, algumas diferenças entre os governos progressistas. Mas, do ponto de vista da política econômica, por exemplo, imperam os ensinamentos intervencionistas e promotores da demanda interna difundidos pelo inglês John Maynard Keynes. O prisma é amplo e percorre desde um keynesianismo confesso, na Argentina, até um keynesianismo oculto, na Bolívia e no Equador, passando por um keynesianismo inconcessável na Venezuela e pela miscelânea brasileira e uruguaia. No Brasil, no máximo, chegou-se a um keynesianismo envergonhado no governo de Lula. Note-se que uma das características do “pensamento único”, que nunca foi propriamente único e, hoje em dia, o é ainda menos, é afrontar a mais mínima reforma antiliberal.

Muitos autores abordam este tema da distinção entre os novos governos. É o caso de Pinto e Balanco (2013, p. 29). Sustentam que, apesar da heterogeneidade, a ideia da integração une os progressismos. Para Carmo (2012, p. 303) igualmente “não houve um programa político ou econômico comum encampado pelos líderes políticos dos diferentes países, mas houve a formação de um consenso em torno da importância da integração sul-americana como instrumento para o desenvolvimento da região”. Na perspectiva de Vizentini (2010, p. 11),

Mais do que uma ‘onda esquerdista e socialista’ o que se observa é o retorno de uma agenda social, desenvolvimentista (sem um abandono completo do neoliberalismo) e autonomista no plano diplomático, com ênfase na integração (que se afigura um processo longo e complexo). Os ‘regimes progressistas’ não apenas são bastante diversos (os do Cone Sul são democracias plenamente institucionalizadas), como também sua agenda diplomática possui elementos de tensão. Isso se complica com a assinatura de Tratados de Livre Comércio de países menores com os Estados Unidos e [com o fato] da política externa colombiana se identificar fortemente com Washington. Por outro lado, os governos populares (ou ‘populistas’) mais

milитantes estão construindo empiricamente novos regimes em substituição a elites oligárquicas, que se desintegraram.¹⁷

Um consenso sem Washington

Dando continuidade aos encontros de 2000, em Brasília, e de 2002, em Guayaquil, a *III Reunião dos Presidentes da América do Sul* ocorreu na cidade imperial de Cusco e nos campos de Ayacucho, no Peru, em 2004.¹⁸ Os acordos assinados exaltaram a identidade sul-americana, os valores comuns e uma história compartilhada e solidária.¹⁹ Além disso, fizeram referência às potencialidades ainda não aproveitadas da região, ao fortalecimento da projeção internacional soberana e à necessidade de enfrentar as assimetrias.

Esta reunião, de 2004, representou um movimento inédito na história das relações internacionais de nossos países e provavelmente tenha sido, até hoje, o encontro mais importante dos últimos 500 anos. A *Declaração de Cusco* fala diretamente na “convergência dos interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento das capacidades internas para uma melhor inserção internacional” (COMUNIDADE, Op.cit., p. 14). Entre as áreas de ação estabelecidas como prioritárias estão: a integração física (de transportes, energia e telecomunicações), os mecanismos financeiros sul-americanos e as assimetrias. Igualmente acordou-se fomentar a promoção de projetos de integração na área social, incluindo “acesso universal à saúde, erradicação do analfabetismo e estabelecimento de um programa de bolsas e formação técnica”. A declaração de Cusco, resultante desta III Reunião, ainda deliberou que:

17. Para Garcia (2008, p. 125), “Hugo Chávez, Evo Morales y Rafael Correa, lejos de ser factores de inestabilidad, representan la posibilidad real de una nueva estabilidad, fundada no en la desigualdad e inequidad social ni en el sometimiento externo, sino en la soberanía nacional y popular. En ese sentido, independientemente de las diferencias de apreciación que pueda haber respecto de las experiencias en curso en Venezuela, Bolivia y Ecuador, es evidente que esos países viven mucho más que una época de cambios... Se encuentran ante un cambio de época”.

18. O encontro coincidiu propositalmente com os 180 anos de aniversário da memorável Batalha de Ayacucho, liderada pelo Marechal Antonio José de Sucre, no dia 9 de dezembro de 1824.

19. Os valores comuns seriam: “A democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias” (COMUNIDADE, 2005, p. 13).

Seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-americana de Nações – CASA (Op. cit., p. 31).

Neste sentido, Moniz Bandeira (2008, p. 28) recorda que

O Brasil, ao encorajar, na reunião de Cusco, o lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações, depois denominada União de Nações Sul-americanas (UNASUL), teve um objetivo estratégico, visando a tornar não propriamente a si próprio, mas o conjunto dos países do subcontinente, uma potência mundial, não só econômica como também política. Sua dimensão ultrapassava, de longe, o caráter meramente comercial. O Brasil não abdicara do projeto de tornar-se potência mundial. Porém, compreendera que a consecução de tal objetivo passava pela sua integração com a Argentina e, em uma segunda etapa, com todos os demais países da América do Sul.²⁰

Nas palavras do então presidente Lula (2004),

Não é uma integração apenas pensando nos interesses econômicos, mas, sobretudo, na soberania do nosso território, no fortalecimento da disputa que temos que fazer com o mundo desenvolvido... Este é o século que vai trazer a consciência para cada um de nós, de que a solução para os nossos graves problemas, que durante tanto tempo imaginávamos que estaria fora do nosso continente, está muito próximo de nós. E, eu diria, em nossos próprios territórios... O século XXI vai consolidar a integração da América do Sul.

20. O historiador continua: “O que ao Brasil convinha, assim como à Argentina, era conduzir, de maneira realista, a consolidação do MERCOSUL e a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações como um sistema econômico e político unificado, dentro de um sistema mundial, fortemente competitivo e violento, em que os Estados Unidos tratavam de concentrar e congelar o poder mundial. O processo de globalização sempre significou o crescente domínio das megacorporações americanas, o esforço de modelar um novo tipo de Império, com a transformação dos exércitos dos países neo-colonizados em forças de polícia, para defender os interesses do capital financeiro e a dolarização de suas economias. Não obstante, o sistema mundial tendia a evoluir para a multipolaridade, apesar da preeminência conjuntural dos Estados Unidos. E nem o Brasil nem a Argentina deviam considerar essa preeminência como definitiva e aceitar o destino de províncias avançadas do grande Império” (BANDEIRA, Op.cit., p. 28).

A aproximação se intensificou como nunca. No início de 2005, falando sobre as relações entre Brasília e Caracas, Lula (2005, p. 1) afirmou que “nossos países nunca estiveram tão próximos e irmanados. Nossos mais ambiciosos projetos de integração começam a materializar-se”. O brasileiro celebrou o estabelecimento de uma ampla aliança estratégica entre Brasil e Venezuela. Em setembro daquele ano, em Brasília, foi realizada a *I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA*. Entre as principais decisões figuravam a promoção da convergência dos Acordos de Complementação Econômica entre o *MERCOSUL*, a *Comunidade Andina de Nações (CAN)*, o Chile, a Guiana e o Suriname; e a reafirmação das áreas de atuação prioritária definidas em Cusco.²¹ A *CASA* foi resultante do entendimento político e buscava a integração econômica e social dos povos da América do Sul.

No mesmo mês, na cidade argentina de Mar del Plata, ocorreu *IV Cúpula das Américas*, ocasião na qual foi reafirmado o abandono da proposta de *ALCA*. O governo dos Estados Unidos, mancomunado com o presidente do Panamá, Martín Torrijos (2004-2009), ainda tentou insistir com a ideia de continuar discutindo a criação de uma zona hemisférica de livre comércio.²² No entanto, sob a liderança do anfitrião Kirchner, além de Chávez e Lula, já estava consolidada a visão latino-americanista e sul-americanista. Depois da cúpula, mesmo debaixo de uma chuva impetuosa, ocorreu um memorável encontro de Chávez, Evo Morales e Diego Armando Maradona com os movimentos sociais que lotaram o Estádio Mundialista de futebol, onde o Brasil jogou na Copa de 1978.

O pronunciamento do presidente venezuelano ficou marcado como a declaração de enterro da *ALCA*: “A nosotros nos toca, compañeros, ser los parteros del nuevo tiempo, de la nueva historia, de la

nueva integración. Solo unidos podremos derrotar al imperialismo y levantar a nuestros pueblos hacia una vida mejor”. Os manifestantes, eufóricos e empapados agitavam bandeiras de Evita Perón e gritavam “Alca, Alca, Alcarajo”. Calixtre e Barros (2011, p. 189) consideram que “o fantasma da integração inevitável com os Estados Unidos foi substituído pela necessidade de se gerir a integração sul-americana como meio prioritário de impulsionar o desenvolvimento nacional dos países”. Já em 2012, meses antes de seu falecimento, o líder bolivariano lembrou:

Si no llega a tiempo Lula, si no llega a tiempo Néstor, y Tabaré, en Mar del Plata se hubiera aprobado el ALCA. Yo recuerdo la Batalla de Mar del Plata y el jefe de esa batalla se llamó Néstor Kirchner... Si no hubiésemos derrotado al ALCA no nacía UNASUR. Rindo tributo a Néstor. Y Lula, y Tabaré, y no se portó mal el paraguayano Nicanor Duarte Frutos. Sin todo lo que hicimos Lula, Evo, Rafael, y luego Cristina y el Pepe, esta integración, que está apenas naciendo, no existiría (CHÁVEZ, 2012b).²³

Cerca de dois anos depois, em 2006, a *Declaração de Cochabamba*, na Bolívia, falou explicitamente em “um novo modelo de integração para o Século XXI”. De acordo com o documento, o processo de integração é “ambicioso e preciso em seus objetivos estratégicos e ao mesmo tempo flexível e gradual em sua implantação”. Reafirmam-se como princípios orientadores “a solidariedade e a cooperação, na busca de maior equidade, redução da pobreza, diminuição das assimetrias e o fortalecimento do multilateralismo”; a “soberania, com relação à integridade territorial e a autodeterminação dos povos, assegurando a prerrogativa dos Estados nacionais decidirem suas estratégias de desenvolvimento e a sua inserção internacional, sem ingerências externas nos seus assuntos internos”; a paz e a solução pacífica das controvérsias; a democracia e o pluralismo; os direitos humanos; e a “harmonia com a natureza” (*sic*).

A declaração ainda considera fundamental aprovar as ações comuns nas áreas de cooperação comercial; integração financeira; conexão industrial e produtiva; reconhecimento de uma cidadania sul-americana;

21. Em abril de 2007, na ilha de Margarita, na Venezuela, ocorreu outro encontro bastante significativo: a *I Cúpula Energética Sul-Americana*. Ainda no mesmo ano foi aprovada “a nova estrutura organizacional e funcional da Secretaria do *MERCOSUL*, com o objetivo de fortalecê-la e dotá-la de maior capacidade técnica e operativa, porém sem autonomia para exercer qualquer papel de direção política” (GRANATO, 2014, p. 155). Se em 2003 apenas a Bolívia e o Chile eram membros associados do *MERCOSUL*, em poucos anos todas as nações sul-americanas haviam sido incorporadas.

22. Curiosamente, Martín é filho de Omar Torrijos, o líder militar à frente da Revolução Panamenha entre 1969 e 1981. O General Torrijos tornou-se conhecido pela sua forte base popular e por suas políticas de redistribuição de terras, inauguração de escolas, geração de empregos e um grande programa de obras públicas.

23. “Na questão da ALCA, nós mudamos a agenda da América do Sul. Posso dizer que, com minha experiência de 50 anos em relações internacionais, mudar um projeto básico dos Estados Unidos não é uma coisa fácil” (AMORIM, 2014, p. 41).

enfoque integral das migrações; promoção da identidade cultural comum sul-americana. Porém a prioridade seria avançar em outras quatro ações:

- a) Superación de las asimetrías para una integración equitativa: desarrollo de mecanismos concretos y efectivos que permitan resolver las grandes desigualdades que existen entre países y regiones de Sudamérica;
- b) Un Nuevo Contrato Social Sudamericano: promoción de una integración con rostro humano articulada con la agenda productiva, que se exprese en el establecimiento de metas definidas de desarrollo social y en mecanismos sistemáticos de evaluación;
- c) Integración energética para el bienestar de todos: articulación de las estrategias y políticas nacionales para un aprovechamiento de los recursos energéticos de la región que sea integral, sostenible, solidario y que reconozca las asimetrías entre los países y regiones.
- d) Infraestructura para la interconexión de nuestros pueblos y la región: promover la conectividad de la región a partir de la construcción de redes de transporte y telecomunicaciones que interconecten los países, atendiendo criterios de desarrollo social y económicos sustentables para acelerar el proceso de integración, preservando el ambiente y el equilibrio de los ecosistemas (*sic*).²⁴

Sobre a postura de Hugo Chávez, devemos tomar em consideração que seus movimentos tinham a capacidade de empurrar o processo para frente, por meio de inflamados discursos ou de ações. A política externa da Venezuela, também baseada na diplomacia presidencial, tinha dois impactos principais sobre o Brasil e a Argentina. Em primeiro lugar, estimulava que Brasília e Buenos Aires assumissem um posicionamento mais ativo diante de temas considerados centrais da integração. Por exemplo, mesmo que a criação da Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América (ALBA)²⁵

represente efeitos positivos concretos sobre a vida de milhões de pessoas, consideramos que seu maior impacto geopolítico tenha sido estimular o Brasil e a Argentina a promover o *MERCOSUL Social*, o *Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional* do MERCOSUL (FOCEM) e o *Sistema de Moedas Locais* do MERCOSUL (SML), além de aceitarem a formação do Banco do Sul.²⁶

Em segundo lugar, Chávez possibilitava que o Itamaraty exercesse uma função relevante no processo de integração, como o conciliador entre posições extremas. Isto porque de um lado estava a postura contestatória da Venezuela, seguida de perto pela Bolívia e à distância pelo Equador. E de outro lado estava a comportada submissão a Washington, decidida por parte da Colômbia e do Chile e vacilante por parte do Peru. Este quadro dava ainda mais legitimidade ao Brasil, que assumiu seu tradicional papel de mediador e de terceiro interessado. O fortalecimento do *MERCOSUL* e a grande proximidade com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, além das demais características do Brasil, ampliavam o reconhecimento do país como principal negociador e articulador. Ganhava forma um novo eixo, em torno da Argentina, do Brasil e da Venezuela.

Neste cenário, Granato (Op.cit., p. 131) aborda a conformação de uma “aliança estratégica” entre o Brasil e a Argentina, a “força motriz, base ou eixo gravitacional das diferentes etapas da integração na região”. Sobre esta premissa, afirma, “repousa a ideia de que são as concepções integracionistas do Brasil e

24. Na ocasião, foi anunciada a Agenda de Implementação Consensuada (AIC) 2005-2010 da IIRSA, um conjunto de 31 projetos de alto impacto, considerados prioritários pelos governos. Criada para construir corredores de exportação e para ser a coluna vertebral da ALCA, a IIRSA passou a ser vista com desconfiança pelos governos progressistas. A preocupação do Brasil também se devia ao fato do Comitê Técnico, que em última instância dava aval aos projetos, ser composto pelo BID, a CAF e o FONPLATA, sem contar com o BNDES. Em 2009, foi criado o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que enquadrava politicamente a IIRSA e busca dar nova orientação aos seus 579 projetos (PADULA, 2011).

25. Os presidentes da Venezuela e de Cuba criaram a Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), em 2004, como contraponto à ALCA. A proposta estava baseada em critérios como soberania,

solidariedade, reciprocidade e complementaridade. Em 2009, durante a VI Cúpula Extraordinária da ALBA, foi formalizada a adesão de Equador, São Vicente e Granadinas, e Antigua e Barbuda como membros, somando-se a Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica e Honduras. Na ocasião, o nome “Alternativa” foi substituído por “Aliança”. Sobre as perspectivas e os avanços da ALBA, recomendamos a leitura de Brozoski (2011).

26. Em julho de 2006, a Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao *MERCOSUL*. Diante da oposição dos parlamentares paraguaios, o país caribenho teve que esperar seis anos para ser admitido no bloco. Em 2012, com um golpe de Estado *express*, 76 parlamentares interromperam o mandato do presidente Fernando Lugo, que havia sido eleito com mais de 765 mil votos. O país foi suspenso do *MERCOSUL* e, assim, a Venezuela pode entrar. Desde Caracas, Chávez (2012a) disse: “Es la más grande oportunidad histórica que en 200 años se nos presenta en el horizonte, porque éramos una colonia. Venezuela estaba condenada al subdesarrollo, al atraso, al coloniaje, a la miseria. Estamos ahora ubicados, como miembros plenos del *MERCOSUL*, en nuestra exacta perspectiva histórica. Nuestro Norte es el Sur; estamos donde hemos debido estar siempre; estamos donde Bolívar nos dejó pendientes para estar, para ser... Nos están ustedes permitiendo ser nosotros mismos, volver al ser originario”. Em 2013, o parlamento Paraguai finalmente aprovou o ingresso da Venezuela.

da Argentina aquelas que serão as que ‘moldarão’, no século XXI, a geometria do processo de integração na América do Sul”.²⁷

A ideia vai ao encontro das proposições de Hélio Jaguaribe (2008, pp.309-316). Para o sociólogo, o acesso à autonomia está relacionado a dois fatores: a viabilidade nacional e a permissividade internacional.²⁸ A este respeito, considera que a união entre os dois maiores países da América do Sul, que contam com bons indicadores de viabilidade nacional, somada ao cenário favorável dentro do Sistema, lhes proporcionaria maiores espaços de permissividade internacional. Afirma que:

Argentina e Brasil dispõem de condições para escapar ao destino a que isoladamente estariam condenados, de se converterem em meros segmentos do mercado internacional e em províncias do ‘Império Americano’. A partir da formação de uma sólida, estável e confiável aliança, criarão as bases para a consolidação do MERCOSUL e da integração sul-americana, se assegurando um grande destino histórico. Se não o fizerem, renunciarão a sua identidade nacional e a qualquer protagonismo histórico, convertendo-se em mera geografia... A chave para a preservação dessa identidade nacional e da dos demais países sul-americanos consiste na formação de uma sólida e confiável aliança estratégica entre Argentina e Brasil, a que se agregue, o mais prontamente possível, a Venezuela. A tríade A-B-V conduzirá, seguramente, à consolidação do MERCOSUL e, decorrentemente, da Comunidade Sul-Americana de Nações.²⁹

27. Sobre a preocupação com as assimetrias, Granato (Op. cit., p. 138) salienta que “foram aprovadas a Decisão CMC N° 28/03, que estabelece que o MERCOSUL impulsionará em todas as negociações externas, com terceiros e grupos de países, a obtenção de um tratamento diferenciado para o Paraguai, em função de sua condição de economia menor e de país sem litoral marítimo; a Decisão CMC N° 29/03, que estabelece um regime de origem diferenciado com vistas a facilitar ao Paraguai a execução de uma política de industrialização orientada à exportação; e a Decisão CMC N° 32/03, que estabelece instrumentos de políticas comerciais diferenciados para o Paraguai e o Uruguai”.

28. Sobre a “viabilidade nacional”, Ferrer (2006, p.88) explica que “dentro del enfoque histórico, estructural y sistémico del pensamiento de Prebisch y del estructuralismo latinoamericano, podemos apelar a categorías como densidad nacional y viabilidad nacional para vincular al proceso de desarrollo con la globalización. La segunda implica que un país conserva suficiente poder decisorio para trazar el rumbo de su desarrollo y forma de inserción en el orden global. La primera, abarca el conjunto de circunstancias endógenas que hace posible la segunda”. Já a “permissividade internacional” está relacionada com as brechas ou as janelas de oportunidade para movimentos dentro da hierarquia mundial.

29. O autor ainda aponta: “O que está em jogo, no relacionamento entre o Brasil e a Argentina é o fato de que uma sólida, confiável e estável aliança argentino-brasileira se constituiu, nas presentes con-

Também para Guimarães (2008, p. 59) o Brasil deve ter clara a cadeia de prioridades para a construção da integração: as relações com a Argentina, a ampliação do MERCOSUL e a construção da união da América do Sul.

A América do Sul se encontra, necessária e inarredavelmente, no centro da política externa brasileira. Por sua vez, o núcleo da política brasileira na América do Sul está no MERCOSUL. E o cerne da política brasileira no MERCOSUL tem de ser, sem dúvida, a Argentina. A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina. Qualquer tentativa de estabelecer diferentes prioridades para a política externa brasileira, e mesmo a atenção insuficiente a esses fundamentos, certamente provocará graves consequências e correrá sério risco de fracasso.³⁰

Com Lula e Kirchner, o grau de compromisso mútuo entre o Brasil e a Argentina foi ficando mais evidente a cada nova iniciativa. Mas houve um acontecimento bastante representativo em março de 2006. Na ocasião, o governo argentino apresentou a proposta de ativar um *Mecanismo de Adaptação Competitiva* (MAC), que permitiria ao país proteger-se de importações que estavam gerando danos à indústria local. Na realidade, qualquer dos dois países poderia solicitar a aplicação de salvaguardas no caso de um aumento das importações oriundas do vizinho resultar prejudicial para a sua indústria. Depois de longas e complexas negociações conjuntas, ficou acordada a aplicação do

dições do mundo, um requisito *sine qua non* para a sobrevivência histórica de ambos os países. Nenhum deles dispõe, presentemente, de condições para preservar, isoladamente, sua efetiva soberania e assegurar a sua identidade nacional e seu destino histórico” (JAGUARIBE, Op.cit., pp. 300-301). Barnabé (2013, p. 279) fala em uma liderança coletiva de Argentina, Brasil e Venezuela (o ABV), “como uma possibilidade real, apesar das diferenças existentes entre os três países, para a consolidação de um modelo próprio e autônomo de integração regional na América do Sul”.

30. Bueno (2012, p. 57) igualmente interpretou a aproximação com a Argentina como elemento central: “Esta observação reforça o fato de ao longo de nossa história as conversações sobre integração sempre começarem pela Argentina, vista não apenas como parceira preferencial, mas também pela ciência de sua presença e influência entre os países de fala espanhola, levando nossas autoridades, de Rio Branco a Jânio Quadros a perceber que nossas tentativas de aglutinação e influência no segmento sul do hemisfério seriam ineficientes se não contassem com a influência compartilhada com o vizinho do Prata”.

mecanismo compensador.³¹ No caso das economias do Paraguai e do Uruguai, são outros os tipos de estímulos para enfrentar as assimetrias.³²

Este tipo de solução amistosa e efetivamente cooperativa demonstra que existe um amplo espaço político para resolver eventuais contradições e conflitos dentro do bloco.³³ Ferrer (2007, p. 151) sustenta que: “el MERCOSUL es el espacio donde se ha preservado la mayor libertad posible en el establecimiento de los cauces de la integración regional... Por esto mismo, en el MERCOSUR se expresan con mayor claridad los conflictos y convergencias que emergen de las situaciones nacionales y de la integración”. É fundamental este passo de reconhecer as assimetrias e depositar esforços para desconstruí-las. A situação foi acumulada durante décadas e não será corrigida facilmente em poucos anos.

No entendimento do ex-presidente Lula (2010, p. 2), “o MERCOSUL, enfim, constitui um ambicioso projeto, e seu sucesso nos ajudará a transformar a difícil herança deixada por séculos, de tirania colonial e pós-colonial que nos dividiu, em prosperidade coletiva que nos unirá”. O mandatário manteve a decisão de ativar

31. De acordo com a visão de Garcia (2013, p. 60), “o MERCOSUL não abandona seu objetivo de ser uma união aduaneira perfeita, o que não é fácil tendo em vista a assimetria das economias dos países que o integram. Essas assimetrias, que muitas vezes provocam tensões entre seus integrantes, fazem parte de todos os processos de integração. Elas refletem, ao mesmo tempo, os limites de uma associação regional fundada apenas, ou centralmente, no livre-comércio. O peso desmesurado da economia brasileira e, em certa medida, da própria economia argentina, tende no mais das vezes a perpetuar as assimetrias ou até mesmo agravá-las”.

32. É crucial que Brasília e Buenos Aires se preocupem em ampliar as oportunidades para Assunção e Montevideú. Em 2005, ganhou forma o processo de eliminação da dupla cobrança da TEC para os bens importados de terceiros países que ingressassem no território de algum dos Estados do MERCOSUL. Em 2007, o Brasil propôs autorizar que o Uruguai e o Paraguai pudessem incorporar a seus produtos até 70% de elementos de países de fora do MERCOSUL, e que estes bens circulassem sem taxas adicionais dentro do bloco. Em 2010, foi aprovado o Código Aduaneiro do MERCOSUL. A medida tem estimulado a criação de fábricas nos arredores de Assunção e Ciudad del Este. Baixos impostos e salários atraem investimentos especialmente nos setores de autopeças, calçados, têxteis, plásticos e frigoríficos. Vale apontar que 47% das exportações totais do Paraguai e 45% das uruguaias vão para os demais membros do MERCOSUL.

33. Martins (2011, p. 130) fala em uma “liderança cooperativa” do Brasil. Afirma que “esta matriz vem sendo assumida pela política externa brasileira, mas carece de mais força no aparato estatal para que possa orientar a política econômica nesta direção. Este objetivo depende necessariamente de avanços nos processos de democratização no país, capazes de deslocar o exercício da hegemonia para setores mais amplos da nação, centrados nos trabalhadores em seu conjunto e no empresariado articulado aos seus interesses”.

o MAC, mesmo frente à resistência de setores empresariais como a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)*, a *Confederação Nacional da Indústria (CNI)* e a *Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)*, que consideraram a medida como negativa dentro da sua interpretação da integração. Na perspectiva do ex-presidente Kirchner,

O MERCOSUL deve ser, também, um bloco de assistência recíproca para o desenvolvimento equilibrado e para que se obtenha o melhor desempenho de nossos setores produtivos, sem se ignorarem as assimetrias existentes, nem prejudicar os setores internos dos nossos países. Benefícios simétricos, mecanismos flexíveis, graduais e progressivos devem ser instrumentalizados de forma prática, ao se criar emprego e gerar equidade e bem-estar para os povos de todos os países (GRANATO, 2014, p. 123).

Em algumas análises ainda prevalece uma tendência liberal que interpreta as concessões dentro do MERCOSUL como se fossem graves falhas, debilidades ou até mesmo irregularidades. Desde esta ótica, estaria errado, por exemplo, que o bloco se afastasse do livre-comércio puro e oferecesse tratamento diferenciado para os países menores. O grande salto dado pelo Brasil e, também pela Argentina, foi admitir – pelo menos no campo da retórica – que, ou as regras são flexibilizadas para garantir ganhos às economias menores, ou o MERCOSUL quebra. Aldo Ferrer apresenta esta situação como a diferença entre o “MERCOSUL ideal” e o “MERCOSUL possível”.³⁴ O caso da MAC pode ser visto como um fracasso ou como um anúncio do fim do MERCOSUL quando se utiliza a ótica comercialista. No entanto, para o economista argentino, “puede entenderse como un éxito, revelador de la lucidez de las

34. Por sua vez, Paulo Roberto de Almeida (2014, pp. 34-36) considera que “no meio do caminho, o MERCOSUL enfrentou alguns percalços, mas poderia ter continuado a avançar, se não fossem orientações totalmente contrárias ao espírito original do Tratado de Assunção, que passaram a guiar as ações desses dois países, a partir das administrações de Lula e Kirchner... Desde então, o MERCOSUL só fez recuar no plano do comércio e da abertura econômica, ainda que criando novos dispositivos de caráter político e social, que não estavam contemplados no tratado original, a não ser de modo muito vago e indireto”. O diplomata atribui a Lula e a Kirchner os “fracassos e retrocessos continuados”. Além disso, considera que, “para que os objetivos teóricos de um processo de integração sejam plenamente realizados, seria preciso que as políticas econômicas dos membros, em especial as políticas comerciais e industriais, ademais da coordenação macroeconômica entre eles, correspondam aos ideais da abertura econômica e da liberalização comercial”.

dirigencias de ambos países para preservar el objetivo estratégico, reconociendo el cambio de las circunstancias internas de sus países miembros”.

Nogueira Batista Jr. (Op. cit., p. 127) esclarece que “quotas, salvaguardas e outras barreiras são admissíveis num processo de integração, mesmo em áreas de livre-comércio ou uniões aduaneiras... Pela legislação internacional, acordos de livre-comércio ou uniões aduaneiras não implicam necessariamente total ausência de barreiras tarifárias ou não-tarifárias entre os países membros”.³⁵ Portanto, de acordo com esta análise, inclusive desde um ponto de vista técnico não há nada de irregular na adoção de medidas compensatórias e de combate às assimetrias.

Ainda em 2006, o presidente Evo Morales declarou a nacionalização dos hidrocarbonetos da Bolívia. A medida teve impactos sobre a Repsol, a Total e a Petrobras, mas afetou especialmente esta última, que controlava grande parte da cadeia produtiva, nas atividades de extração, refino e distribuição. Além de assumir os ativos da empresa brasileira, a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) aumentou os impostos de 50% para 82% e elevou os preços por milhar de BTU (unidade que mede a quantidade de energia). Alguns meses depois, falando sobre o caso, Lula (2007, p. 5) afirmou: “Eu nunca vacilei. Estava em época de eleição quando o Evo quis nacionalizar o gás dele e eu disse: ‘O gás é do Evo, ele está correto de nacionalizar. O gás é um instrumento, é uma matéria-prima, e é a única coisa que a Bolívia tem’”³⁶.

35. O autor continua: “A consolidação do MERCOSUL não será possível se o Brasil insistir em aplicar os dogmas econômicos da década de 1990. Ao contrário, bater nessa tecla enfraquecerá o bloco e minará a aliança com a Argentina, que é fundamental para a integração sul-americana e a política externa brasileira em seu conjunto. A agonia não é do MERCOSUL. O que está agonizando é a concepção liberal de integração, que predominou na América Latina nos anos 90”.

36. Outro caso demonstrativo da disposição brasileira para o diálogo e a cooperação foi o acordo para triplicar as receitas paraguaias oriundas da exportação de energia elétrica da empresa Binacional Itaipu. Lula (2007b, p.5) defendeu que “o Brasil tem que fazer concessões, porque a economia do Paraguai é muito pequena diante da economia do Brasil. O que vale para eles com importância, para nós muitas vezes não vale nada. O que são 100 milhões para o Brasil? Nada. Para o Paraguai é uma importância extraordinária. E o Brasil precisa ter isso em conta”. Garcia (2013, p. 61) lembra que “a renegociação das tarifas de Itaipu foi outra batalha difícil e a aprovação do acordo firmado entre os presidentes Lula e Lugo só foi obtida após intensa batalha parlamentar, na qual opositores não economizaram considerações chauvinistas”.

A postura do governo brasileiro causou forte rechaço da grande imprensa tupiniquim. Reproduzimos abaixo um breve fragmento da edição especial da revista *Veja*:

O Brasil levou um chute no traseiro dado por Hugo Chávez e seu fantoche boliviano, Evo Morales. Antes, foram ambos a Cuba pedir a bênção do patriarca Fidel Castro para o que planejavam fazer. Nenhum desses companheiros se deu à delicadeza de avisar o ocupante do Palácio do Planalto, que se julgava um líder regional com estofo até para ser líder mundial. Pobre Lula. Foi o último a saber que o presidente Morales iria se apossar de propriedades brasileiras na Bolívia e colocar em risco o abastecimento nacional de gás natural. A reação do presidente Lula foi ainda mais constrangedora: engoliu o desaforo e ainda se solidarizou com o agressor, a Bolívia. Para ampliar o efeito pirotécnico, Evo Morales escolheu o Dia do Trabalho, 100º de sua posse na Presidência, e comandou pessoalmente as tropas que tomaram a refinaria da Petrobras em San Alberto, o maior campo de extração de gás natural da Bolívia (SCHELP, 2006).³⁷

O esforço de Lula, Chávez e Kirchner surtiu resultados. Provavelmente 2008 tenha sido o momento mais elevado do ímpeto integracionista até agora. Em maio daquele ano criou-se a *União Sul-Americana de Nações (UNASUL)* como uma organização internacional dotada de personalidade jurídica, integrada pelos 12 países do continente. Nascia o Consenso sem Washington.³⁸ Na estrutura da instituição, foram definidos quatro órgãos: o conselho de Chefes de Estado; o conselho de ministros das Relações Exteriores; o

37. Paulo Nogueira Batista Jr. (2008, p. 233) comenta: “Em 2006, a crise entre o Brasil e a Bolívia desencadeou, em certos meios brasileiros, uma súbita e veemente onda nacionalista. Por algum tempo, o clima predominante foi de indignação e preocupação alarmada com os interesses nacionais. Há muito tempo não se via tanta ênfase patriótica no Brasil. Muitos passaram a exigir providências duras contra o país vizinho. Não por acaso, entre os mais exaltados estavam os que se notabilizam por grande docilidade quando há conflitos de interesses, não com a modesta Bolívia, mas com os Estados Unidos ou outros países desenvolvidos”.

38. O termo foi batizado alguns anos mais tarde, quando o então chanceler da Venezuela, Nicolás Maduro (2012), afirmou: “Está claro que tenemos dos Américas, una que es la Nuestra, una América mestiza, hermana, solidaria, donde todos nos respetamos y nos tratamos en términos de hermandad y otra que ya está en declive, tiene una visión arcaica, obsoleta, imperial que no corresponde con los nuevos tiempos, con la nueva América... Estas cumbres se crearon para imponer el modelo del ALCA, en su momento en el año 1994. En el año 2005, en Mar del Plata, eso fue derrotado totalmente y desde allí nuestro continente ha tomado un camino de construcción de sus propias organizaciones: UNASUR, CELAC, de consolidación del MERCOSUR, ALBA... Podríamos decir que del Consenso de Washington se pasó a un consenso sin Washington, al consenso de la verdad que es el Consenso de América Latina”.

conselho de Delegados; e a Secretaria Geral. Depois de seis décadas, finalmente a OEA foi retirada do centro da atuação internacional da região.³⁹ Kirchner foi escolhido para assumir a função de primeiro secretário-geral da *UNASUL*, permanecendo na função até outubro de 2010, quando faleceu.⁴⁰ O discurso de Lula (2007b, p. 5) vai direto ao ponto:

Não havia experiência dessa relação de integração. Sempre houve a experiência de um país pujante como o Brasil, de um país pujante como a Argentina, com parceiros mais fracos. Portanto, era quase a lei do cão, ou seja, toda a vantagem para os países mais ricos. Não pode. Definitivamente, nós não faremos integração assim... Senão, o que acontece? Ficam, de um lado, os países achando que a Argentina é um país imperialista. De outro lado, os companheiros da Bolívia olham para o Brasil e tratam-no como imperialista; do outro lado, os companheiros do Paraguai olham o Brasil e tratam-no como imperialista. Obviamente que tem que ser assim, porque nós não fazemos aquilo que tem que ser feito em política internacional. Nós temos que ceder para esses países menores poderem crescer; e esse crescimento deles será bom para o Brasil e será bom para a Argentina.

39. Menos de dois anos depois, em fevereiro de 2010, foi criada a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), deslocando de vez a OEA. De acordo com Barros (2014), “é consenso que há uma diminuição da importância da OEA e que esta coincide com o declínio da Cúpula Ibero-Americana, formulada e financiada majoritariamente por Espanha e Portugal. [Esta cúpula] nasceu com os preparativos das comemorações espanholas pelos 500 anos da ocupação europeia das Américas, na tentativa de aumentar seu peso político ao se apresentar como interlocução privilegiada com a América Ibérica... A edição de 2013 da Cúpula Ibero-Americana foi realizada (não por acaso) no Panamá com a presença de menos da metade dos chefes de Estado dos países membros e sua principal decisão foi que a partir de 2014 o fórum passará a ser bienal, não anual como havia ocorrido nos últimos 23 anos. Dos doze presidentes sul-americanos, apenas Juan Manuel Santos, da Colômbia, e Horacio Cartes, do Paraguai, foram ao evento”.

40. Calixtre e Barros (Op.cit., p. 189) apontam três eixos temáticos principais dentro da *UNASUL*: infraestrutura, finanças e defesa. É oportuno recordar que o Conselho de Segurança e Defesa (CSD) cumpriu um papel crucial para dissipar as tentativas de golpes de Estado na Bolívia, em 2008; no Equador, em 2010; e na Venezuela, em 2014. Recentemente, o Brasil aprovou a sua Estratégia Nacional de Defesa, que prevê “estimular a integração da América do Sul. Essa integração não somente contribui para a defesa do Brasil, como possibilita fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afasta a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países, avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano é um mecanismo consultivo que se destina a prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região. Orienta-se pelo princípio da cooperação entre seus membros” (BRASIL, 2012).

Depois de alguns anos observando esta nova situação, diversos pensadores buscaram interpretar o sentido geral dos movimentos e definir conceitos que pudessem explicar o processo de integração. Um dos textos pioneiros no Brasil, que buscou apresentar o termo “regionalismo pós-liberal”, foi elaborado por um *think tank*, o *Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES)*. No trabalho de Veiga e Ríos (2007, p. 21), sustenta-se o mesmo que, de certa forma, os presidentes progressistas já vinham pleiteando desde 2003:

A hipótese básica do regionalismo pós-liberal é que a liberalização dos fluxos de comércio e de investimentos e sua consolidação em acordos comerciais não apenas não são capazes de gerar ‘endogenamente’ benefícios para o desenvolvimento, mas ainda podem reduzir substancialmente o espaço para a implementação de políticas nacionais “de desenvolvimento” e para a adoção de uma agenda de integração preocupada com temas de desenvolvimento e de equidade.

Na interpretação destes autores, há dois componentes principais que definiriam este regionalismo pós-liberal. O primeiro deles é uma acentuada diminuição da importância dada ao âmbito comercial ou, também, um maior controle estatal sobre a agenda comercial. O segundo busca depositar maior importância nos assuntos econômicos não comerciais ou diretamente em temas não econômicos (VEIGA & RÍOS, Op. cit., p. 28). A este respeito, o presidente Kirchner havia afirmado, em 2006, que “existe hoje maior consciência do complexo que é superar uma visão de integração estritamente concebida como acordo comercial, e superá-la com uma visão de unidade política orientada ao desenvolvimento produtivo e social de nossos povos” (GRANATO, Op. cit., p. 123).

Por este motivo, Lima e Coutinho (2006, p.14) apontam que os governos progressistas pensaram a integração de forma mais “abrangente”, migrando de um “modelo do tipo *rule-driven* (dirigido por regras) para outro do tipo *policy-driven* (dirigido por políticas)”. É perceptível o adensamento das relações, que transcendiram o âmbito comercial e foram elevadas para patamares superiores. A criação da *UNASUL* e da CELAC, e os avanços do *MERCOSUL* refletem o andamento geral, o avanço de uma nova onda de regionalismo.⁴¹

41. Nas palavras do presidente Lula, “o MERCOSUL não pode reduzir-se apenas a uma zona de livre comércio ou mesmo a uma união aduaneira. Ele tem vocação de ser um efetivo espaço de in-

Atualmente, Lima (2014) considera que houve quatro grandes transformações da política externa brasileira orientada para a América do Sul pós-2003: a concepção da integração mais ampla do que a perspectiva meramente comercial; o reconhecimento das assimetrias; a vinculação da prosperidade do Brasil com a da região; e a busca pela construção de um polo de poder regional por meio da UNASUL. Todas essas mudanças refletiriam a maturidade da diplomacia brasileira de interpretar o cenário e de contribuir conscientemente para colocar o conjunto de países sul-americanos em um lugar de relevo na nova configuração do Sistema Internacional.

Considerações finais

A revisão das linhas fundamentais do posicionamento da política externa do Brasil ao longo do século XX permite identificar uma continuidade zigzagueante nas posturas, desde Rio Branco até Lula, passando por breves períodos nos quais não prevaleceu uma orientação política de busca pela autonomia e de preocupação com o espaço sul-americano. Podemos afirmar que o alinhamento com a potência hemisférica representou um peso majoritário exclusivamente durante os governos de Eurico Gaspar Dutra, Humberto Castelo Branco e, em certa medida, Fernando Henrique Cardoso.

Verifica-se como, depois de 2003, o Brasil conduziu o seu foco à edificação do sul-americanismo. Este processo ocorreu em um cenário de reafirmação dos interesses nacionais e regionais e de construção de um regionalismo pós-neoliberal, constituindo uma terceira onda de integração e um “Consenso sem Washington”. A criação da UNASUL e as profundas mudanças no MERCOSUL representam a consolidação da postura brasileira com relação ao continente. Pode-se afirmar que o pan-americanismo foi uma criação da América inglesa e o latino-americanismo, uma obra da América espanhola. Neste sentido, o sul-americanismo poderia ser interpretado como um invento da América portuguesa, ou seja, do Brasil, para cimentar a integração regional.

tegração econômica, política, cultural e de construção de uma nova e ampliada cidadania” (GRANATO, Op. cit., p. 104). No discurso de posse do seu segundo mandato, Lula (2007, p. 5) afirmou: “Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-Americana de Nações”.

As atuais iniciativas, muitas realmente inéditas, são resultantes de um processo longo, de continuidade e permanente amadurecimento de uma perspectiva sul-americanista. Mas também são frutos de um emaranhado de acontecimentos e casualidades, como a crise da unipolaridade e a confluência coincidente de outros presidentes guiados por uma visão integracionista. Além disso, sustentamos que existe uma linha clara, de construção coletiva, edificada por intelectuais, políticos e governantes da América do Sul, que aglutina reivindicações apresentadas há duzentos anos pelos Libertadores. Existe uma construção histórica do pensamento da integração regional, que se revigora, modifica e expande seguindo uma mesma orientação desde o início do século XIX.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Integração regional e políticas comerciais na América Latina. *Revista Sapiencia*, edição 18, ano 3, junh/julh., 2014.
- AMORIM, Celso. Apresentação especial no *VI Curso para Diplomatas Sul-Americanos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2009.
- _____. Início de uma Política Externa Ativa e Altiva. In MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRON, Gonzalo (Orgs). *2003-2013: uma nova política externa*. Tubarão:Edit. Copiart, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância da América do Sul na sua política exterior. *Revista Temas & Matizes MERCOSUL*, nº 14, segundo semestre de 2008.
- _____. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARNABÉ, Israel Roberto. Do ABC ao ABV: o eixo Argentina, Brasil e Venezuela na integração da América do Sul. In SARTI, Ingrid et al. *XIII Congresso Internacional do Fórum Universitário MERCOSUL*, FoMerco. Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI, 2013.
- BARROS, Pedro Silva. Venezuela: a OEA, a UNASUL e a política externa brasileira. *Carta maior, editorial Internacional*. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Internacional/Venezuela-a-OEA-a-Unasul-e-a-politica-externa-brasileira/6/30638>, 2014.
- BARROS, Pedro Silva & RAMOS, Felipe S.. O Novo Mapa da Integração Latino-Americana: balanço e perspectiva da estratégia da política externa brasileira para a região (2003-2013). *Revista IMEA*, v. 1, nº 2, pp. 7-20, 2013.

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. *Observatório da Economia Global*, Textos avulsos, nº 10, abril 2012.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. *A América do Sul em Movimento*. In I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, de julho de 2006. Brasília:FUNAG, 2007.
- _____. A América do Sul em movimento. *Revista de Economia Política*, v. 28, nº 2 (110), pp. 226-238, abril-junho/2008.
- BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o Integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-americana. In _____. *A América do Sul e a integração regional*. Brasília:FUNAG, 2012.
- CALIXTRE, André e BARROS, Pedro Silva. A integração sul-americana, além da circunstância: do MERCOSUL à UNASUL. In VIANA, André Rego, BARROS, Pedro Silva, CALIXTRE, André Bojikian. *Governança global e integração da América do Sul* (Org.) Brasília:IPEA, 2011.
- CARMO, Corival Alves do. O projeto integracionista bolivariano de Hugo Chávez e o pragmatismo da política externa brasileira. In *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*, Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES), Buenos Aires, 2012.
- CHÁVEZ, Hugo. *Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela*, Hugo Chávez Frías, pronunciado en la Cumbre Extraordinaria de MERCOSUR, Brasília, 31 de julio de 2012a.
- _____. *Fidel me dijo 'Chávez, échale un ojo a Kirchner'*. Entrevista a Mercedes López San Miguel, p. 12, *Diário el Mundo*, Argentina, 10 de octubre de 2012b. <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/4-60744-2012-10-10.html>
- COMUNIDADE Sul-Americana de Nações. *Documentos*. Brasília:Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Ministério das Relações Exteriores, 2005
- COSTA, Darc Antonio da Luz. *Estrategia Nacional*. La cooperación Sudamericana como camino para la inserción internacional de la región. Buenos Aires:Prometeo Libros, 2005.
- ESCUDE, Carlos. *Realismo periférico: bases teóricas para una nueva política exterior*. Argentina. Buenos Aires:Planeta, 1992.
- FERRER, Aldo. Estructuralismo: un paradigma válido para abordar el futuro. En: PARRA LUZARDO, Gastón et al. *Raúl Prebisch: Pensamiento renovador*. Caracas:Banco Central de Venezuela, 2006.
- _____. El éxito del MERCOSUR posible. *Revista de Economía Política*, v. 27, nº 1 (105), pp. 147-156, jan/mar., 2007.
- GARCIA, Marco Aurélio. Del destino a la construcción de un futuro. *Nueva Sociedad*, nº 127, sept-octub., 2008.
- GARCIA, Marco Aurélio. O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição. In Sader, E.; Garcia, M. A. (Orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*, pp. 153-176, São Paulo:Fundação Perseu Abramo:Boitempo, 2010.
- _____. *Dez anos de política externa*. In SADER, Emir. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo:Boitempo/FLACSO, 2013.
- _____. A política externa brasileira e a integração sul-americana. In MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, ROMANO, Giorgio; BERRON, Gonzalo (Orgs). *2003-2013: uma nova política externa*. Tubarão:Edit. Copiart, 2014.
- GRANATO, Leonardo. *A Integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Prefacio. In BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflicto e integración en América del Sur: Brasil, Argentina y EEUU*, de. Rio de Janeiro:Revan, 2003.
- _____. *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro:Contraponto, 2006.
- _____. O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana. *Temas & Matizes*, nº 14, Segundo semestre, 2008.
- _____. A União Europeia e o fim do MERCOSUL. *Carta Maior*, 2014.
- JAGUARIBE, Hélio. El Brasil y la América Latina. In *Estudios Internacionales*, Chile, v. 8, nº 29, enero – marzo, 1975.
- _____. (). *Brasil, mundo e homem na atualidade*. Brasília:Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e a integração sul-americana. In MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, ROMANO. Giorgio; BERRON, Gonzalo (Orgs). *2003-2013: uma nova política externa*. Tubarão:Edit. Copiart 2014.
- LIMA, Maria Regina Soares de & COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Uma versão estrutural do regionalismo. In DINIZ, Eli. *Globalização, Estado e Desenvolvimento. Dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro:FGV, 2006.
- _____. *Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do Século XXI*. Brasília:Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Pronunciamento do Presidente da República*, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília. DF, 01 de janeiro de 2003.
- _____. *Discurso do Presidente da República* Luiz Inácio Lula da Silva durante na cerimônia de lançamento da Câmara de Comércio Brasileiro-Boliviana, Santa Cruz de La Sierra-Bolívia, 08 de julho de 2004.
- _____. *Discurso do Presidente da República* Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela, Caracas, 14 de fevereiro de 2005.

- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Pronunciamento à nação do Presidente da República* Luiz Inácio Lula da Silva na Câmara dos Deputados, 1º de janeiro de 2007.
- _____. *Discurso do Presidente da República* Luiz Inácio Lula da Silva no encerramento do Encontro de Governadores da Frente Norte do MERCOSUL, Belém-PA, 06 de dezembro de 2007b.
- _____. *Intervenções e discursos do Presidente da República*, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião plenária da 40ª Cúpula do MERCOSUL. Foz do Iguaçu-PR, 17 de dezembro de 2010.
- MADURO, Nicolás. *Hoy el continente tiene una nueva América, un consenso sin Washington*. Embajada de la República Bolivariana de Venezuela en Rusia, 2012.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A América Latina e a Economia Mundial: Conjuntura, Desenvolvimento e Prospectiva. In VIANA, A.R., BARROS, P.S., CALIXTRE, A.B.. *Governança global e integração da América do Sul*. Brasília:IPEA,2011.
- PADULA, Raphael. Infraestrutura, Geopolítica e Desenvolvimento na Integração Sul-Americana – Uma visão crítica à IIRSA. *Laboratório de Estudos da América Latina* (LEAL), 2011.
- PEÑA, Félix. La integración del espacio sudamericano ¿La Unasur y el MERCOSUR pueden complementarse? *Nueva Sociedad*, nº 219, pp. 46-58, enero-febrero de 2009.
- PINTO, Eduardo Costa & BALANCO, Paulo. Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas. *Instituto de Economia*, UFRJ. Textos para discussão, nº 3, 2013.
- PUIG, Juan Carlos. *Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX*. Cátedra INTAL, Integración Latinoamericana, enero – febrero, pp. 40-62, 1986.
- SADER, Emir. *A construção da hegemonia pós-neoliberal*. In SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP:Boitempo; Rio de Janeiro:FLACSO Brasil, 2013.
- SCHELP, Diogo. Os líderes e o liderado. *Revista Veja*, Edição 1955, 10 de maio de 2006.
- SIMÕES, Antonio José Ferreira. *Política exterior do Brasil para a Integração e Desenvolvimento da América Latina*. Aula Inaugural do II Semestre Letivo. Foz do Iguaçu:UNILA, 9 de setembro de 2014.
- VEIGA, Pedro da Motta & RÍOS, Sandra Polónia. *O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. CEPAL – SERIE Comercio internacional, nº 82, 2007.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Brasil, a América do Sul e a América Latina/Caribe: oportunidades e desafios da integração*. UFRGS, 2010.
- ZEÁ, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. Barcelona:Ariel, 1976.